

Pesquisas em Geografia Agrária

Olhares e Reflexões

E-book



Ivanio Folmer
Isabela Mello
Ane Carine Meurer
(Orgs.)

Ivanio Folmer

Graduado pela Universidade Federal de Santa Maria no curso de Geografia Licenciatura (2014). Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFSM (2018). Doutorando em Geografia - PPGGEO/UFSM com previsão de término em 2022. Integrante do Grupo de Pesquisa em Educação e Território. Professor de Geografia da Rede Estadual do Rio Grande do Sul.

Isabela Mello

Mestra em Geografia, graduada pela Universidade Federal de Santa Maria no curso de Tecnologia em Geoprocessamento (2016) e Licenciada pelo Programa de Formação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica do Centro de Educação da UFSM (2018). Atualmente nesta instituição é aluna do Programa de Pós-Graduação em Geografia (Doutorado). Possui experiência em Recursos Hídricos, Geoprocessamento e Dinâmicas Territoriais.

Ane Carine Meurer

Possui Graduação em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Dom Bosco (1987), Mestrado em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (1997) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2003). Atualmente é professora da Universidade Federal de Santa Maria, atuando como Diretora do Centro de Educação da UFSM. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação e Movimentos Sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação, Educação do Campo, Projeto Político-Pedagógico e Formação de Professores.

Pesquisas em Geografia Agrária: Olhares e Reflexões

**Pesquisas realizadas no Programa de
Pós-Graduação em Geografia-PPGGEO/UFSM**

**Ivanio Folmer
Isabela Mello
Ane Carine Meurer
(Orgs.)**

Pesquisas em Geografia Agrária: Olhares e Reflexões

**Pesquisas realizadas no Programa de
Pós-Graduação em Geografia-PPGGEO/UFSM**

2ª edição – E-book



**São Leopoldo
2020**

© Dos autores – 2020

Editoração: Oikos

Capa: Juliana Nascimento

Revisão: Dos autores

Diagramação e arte-final: Jair de Oliveira Carlos

Conselho Editorial (Editora Oikos)

Antonio Sidekum (Ed.N.H.)

Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)

Danilo Streck (Unisinus)

Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ e GPEAD/FURB)

Eunice S. Nodari (UFSC)

Haroldo Reimer (UEG)

Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)

João Biehl (Princeton University)

Luiz Inácio Gaiger (Unisinus)

Marluza M. Harres (Unisinus)

Martin N. Dreher (IHSL)

Oneide Bobsin (Faculdades EST)

Raúl Fornet-Betancourt (Aachen/Alemanha)

Rosileny A. dos Santos Schwantes (Uninove)

Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.

Rua Paraná, 240 – B. Scharlau

93120-020 São Leopoldo/RS

Tel.: (51) 3568.2848

contato@oikoseditora.com.br

www.oikoseditora.com.br

P474 Pesquisas em Geografia Agrária: olhares e reflexões. Pesquisas realizadas no Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGGEO/UFSM. [E-book] / Organizadores: Ivanio Folmer, Isabela Mello e Ane Carine Meurer. – São Leopoldo: Oikos, 2020.

238 p.; il.; 16 x 23 cm.

ISBN 978-65-86578-37-9

1. Geografia agrícola. 2. Geografia rural. 3. Espaço rural – Reflexão. I. Folmer, Ivanio. II. Mello, Isabela. III. Meurer, Ane Carine.

CDU 911:631

Catálogo na Publicação:

Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

Sumário

Apresentação	7
<i>Ivanio Folmer</i>	
Prefacio y presentación	9
<i>Ana Domínguez</i>	
Ruralidade e territórios alterativos no litoral pacífico da Colômbia	13
<i>Jesica Wendy Beltrán Chasqui</i>	
<i>Cesar De David</i>	
Resistência da pecuária de leite bovino no município de Ituiutaba/MG: até quando?	31
<i>Thales Silveira Souto</i>	
<i>Meri Lourdes Bezzi</i>	
Contribuições da categoria território para a compreensão da Unidade de Conservação APA do Ibirapuitã	44
<i>Marilse Beatriz Losekann</i>	
<i>Carmen Rejane Flores</i>	
O arroz orgânico como estratégia de produção e reprodução social: o caso do Assentamento Filhos de Sepé, Viamão/RS	61
<i>Helena Maria Beling</i>	
<i>Carmen Rejane Flores</i>	
O arroz agroecológico cultivado nos territórios rurais dos assentamentos do município de São Gabriel – RS	77
<i>João Silvano Zanon</i>	
Vitivinicultura: produção e diversificação em Dom Pedrito, Rio Grande do Sul	90
<i>Kelly Perlin Cassol</i>	
<i>Carmen Rejane Flores</i>	
Educação Ambiental Crítica, Educação do Campo e Escola do Campo: territórios educativos em resistência	104
<i>Anna Christine Ferreira Kist</i>	
<i>Ane Carine Meurer</i>	

Agricultura Familiar no município de Nova Palma – RS – Brasil: um enfoque no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	116
<i>Dreisse Gabbi Fantineli</i>	
<i>Eduardo Schiavone Cardoso</i>	
O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e o processo de territorialização na “Terra dos Marechais” – São Gabriel/RS	129
<i>Mirieli da Silva Fontoura</i>	
<i>Ane Carine Meurer</i>	
A importância da reforma agrária e a conjuntura sociopolítica: o caso do Assentamento Sobrado, no município de Pinhal Grande/RS ..	139
<i>Bruno Traesel Schreiner</i>	
<i>Cesar De David</i>	
O processo de nucleação das Escolas do Campo: o caso da Escola Municipal Santo Antônio, Agudo-RS	156
<i>Marisa Dal Ongaro</i>	
<i>Gerson Jonas Schirmer</i>	
A Educação do Campo nos assentamentos Fazenda Annoni e Bela Vista	172
<i>Ivanio Folmer</i>	
<i>Ane Carine Meurer</i>	
<i>Isabela Mello</i>	
Transição agroecológica: o caso dos agricultores familiares camponeses em Agudo/RS	187
<i>Valquiria Conti</i>	
<i>Carmen Rejane Flores</i>	
Turismo e artesanato dos produtos tradicionais no território do Pampa: o contexto de Caçapava do Sul/RS	201
<i>Daiane Loreto de Vargas</i>	
A lavoura como destino: narrativas modernas sobre a paisagem e a vida pastoris do Pampa e a supressão de um patrimônio agrário	218
<i>Felipe Leindecker Montebianco</i>	
<i>Cesar De David</i>	
Sobre os autores e as autoras	233

Apresentação

Reconhecemos o espaço rural como espaço de vida, produção agrícola, reprodução, costumes, cultura, trabalho, alimento e direitos. Contudo, há uma política silenciosa e hegemônica, uma cultura, uma educação que não permite que esse campo diverso apareça e se empodere, que tenha acesso a financiamentos, a formação continuada do camponês entre outros aspectos. A visão unificadora força a produção de mercadorias, utilizando a terra como meio para a reprodução ampliada do capital e, em consequência, seu esvaziamento causado pelas políticas de desenvolvimento econômico do país. Desse modo, tornam-se emergentes os instrumentos que permitem uma reflexão acerca da realidade agrária presenciada em todo o campo do Brasil na qual, dialeticamente, está intrínseca a histórica ação dos movimentos socioterritoriais (MST) agindo em prol da alteração da realidade imposta, lutando pelo direito à vida, à terra e à educação do/no campo.

Entretanto, ainda que existam mobilizações sociais, somos impedidos de afirmar, a partir da realidade agrária, que os problemas no campo acabaram, muito pelo contrário, as conflitualidades existem, bem como as maciças agressões e descasos com a natureza e com os diversos sujeitos que o compõem: indígenas, ribeirinhos, quebradores de coco, quilombolas, caiçaras, camponeses, dentre outros povos tradicionais.

Desse modo, faz-se necessária a reflexão e a problematização dessas realidades, a fim de evidenciar-mos crítica e cientificamente sobre os problemas que enfrentamos e as mudanças que queremos. As pesquisas têm servido também como inspiração para novos estudos que interseccionam os diálogos e direcionam ao comprometimento da comunidade acadêmica com esses sujeitos e territórios.

Por assim pensarmos, surge essa obra denominada *Pesquisas em Geografia Agrária: Olhares e Reflexões*, construída com a participação de pesquisadoras e pesquisadores do curso de Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria onde eles se comprometeram, a partir de suas pesquisas, demonstrar resultados de estudos já efetuados ou em ainda em andamento, como teremos a oportunidade de ver nas discussões que seguem.

Convidamos os leitores a uma reflexão crítica sobre os modelos impostos e a todos nós compete o esclarecimento, a busca das contradições e o des-

nudamento das propostas fixas e conclusivas para privilegiarmos a diversidade que existe, mas que também se encontra ameaçada.

Conclamamos a todos, pois entendemos que não é obrigação apenas desses povos a autodefesa, tampouco da comunidade acadêmica, é, sobretudo, um ato político e colaborativo que deve integrar e mobilizar toda a sociedade.

Boas leituras e boas reflexões acerca dos espaços rurais.

Ivanio Folmer

Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal de Santa Maria

Prefacio y Presentación

Las grafías rurales en las últimas décadas han sido transformadas a lo largo y ancho de los territorios brasileros, en este libro se presentan 15 artículos procedentes de investigaciones realizadas en el marco del Programa de Pos graduación de Geografía de la Universidad Federal de Santa María (UFSM).

En la mayoría de los artículos se destaca la necesidad de utilizar las categorías de la Geografía Agraria contemporánea tales como ruralidades, territorios rurales, territorialización, transiciones agroecológicas, educación del campo, para poder analizar la nueva realidad y sus dinámicas en diferentes ámbitos del mundo rural. Tales categorías interpelan los análisis clásicos y tradicionales, que se venían presentando como descriptivos. Ante la nueva realidad y las dinámicas procedentes del accionar de los agronegocios es que se colocan en contraposición el mundo de vida y producción desde los territorios agrarios de la agricultura familiar, como territorios de resistencia. Frente a la tendencia de avance del paradigma del capitalismo agrario, los autores se posicionan desde una visión de la Geografía Crítica en el marco del paradigma de la cuestión agraria.

También es de destacar que en los artículos se presenta la necesidad de recurrir a análisis que integran aspectos históricos, socio-culturales, productivos, de uso y manejo de los bienes de la naturaleza, para poder evidenciar las dinámicas y las transformaciones territoriales en varios de los mundos rurales de Río Grande do Sul. Esta visión integral e integradora de las diversas dimensiones desde la perspectiva de la Geografía Agraria profundiza las reflexiones hasta ahora realizadas y genera un campo de acción más comprometido para avanzar hacia nuevas cuestiones en la agenda de las investigaciones desde la perspectiva geográfica. Varios de los artículos son investigaciones realizadas en territorios de Asentamientos del MST y como movimiento socio territorial se generan importantes resultados para avanzar en una agenda renovada académicamente, lo mismo sucede con varios artículos que presentan estudios relacionados con las Escuelas del Campo y la necesidad de reconocer y ampliar el territorio epistemológico campesino como forma de resistencia y emancipación.

En el 1º artículo, *Jesica Wendy Beltrán Chasqui y Cesar de David*, abordan la ruralidad y los territorios alternativos de la costa Pacífica de Colombia, desde dos perspectivas; una como um espacio rural incompleto para el avance del capital y el desarrollo, y la otra como espacio de resistencia de las comunidades negras que lo habitan.

En el 2° artículo *Thales Silveira Souto y Meri Lourdes Bezzi* analizan las dificultades que enfrentan los productores de ganado lechero en el Municipio de Ituiutaba/MG frente al avance de la agricultura y el escaso apoyo de políticas públicas.

En el 3° artículo, *Marilse Beatriz Losekann y Carmen Rejane Flores* incorporan la categoría territorio para el análisis de la Unidad de Conservación Federal de Uso Sustentable, el Área de Protección Ambiental do Ibirapuitã, inserta en el Bioma Pampa.

En el 4° artículo *Helena Maria Beling y Carmen Rejane Flores* presentan la investigación que permite comprender la organización y mantención del sistema de producción de arroz orgánico en el Asentamiento Filhos de Sepé, localizado en el municipio de Viamão/RS considerando aspectos socio-culturales, económicos y ambientales.

En el 5° artículo *João Silvano Zanon* analiza los factores que inciden en la producción del arroz agroecológico en los territorios rurales de los asentamientos del Municipio de Sao Gabriel- RS.

En el 6° artículo *Kelly Perlin Cassol y Carmen Rejane Flores* analizan los procesos productivos que llevan adelante vitivinicultores del Municipio de San Pedrito-RS, territorio tradicionalmente vinculado a la ganadería y a la agricultura de granos.

En el 7° artículo *Anna Christine Ferreira Kist y Ane Carine Meurer*, presentan una investigación en la que la Educación Ambiental Crítica, dialoga con la Educación del Campo en las Escuelas del Campo que participaran del proyecto de extensión Educación Ambiental – Escuelas Sustentables y Con Vida/UFSM.

En el 8° artículo *Dreisse Gabbi Fantineli y Eduardo Schiavone Cardoso*, analizan las influencias sociales y económicas del Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE) en el municipio de Nova Palma/ RS – Brasil, en el año 2016, demostrando la importancia de la existencia de políticas públicas y su incidencia en áreas con agricultura familiar.

En el 9° artículo *Mirieli da Silva Fontoura* presenta el análisis del proceso de territorialización de siete asentamiento campesinos del Movimiento de los Trabajadores sin Tierra (MST) en el Municipio de Sao Gabriel-RS.

En el 10° artículo *Bruno Traesel Schreiner y César de David* dan cuenta de la importancia de la reforma agraria, haciendo foco en el Asentamiento Sobrado, en el municipio Pinhal Grande-RS y el análisis de la coyuntura sociopolítica después del golpe de 2016 con las diversas consecuencias sobre los asentados y la necesidad de implantar nuevas políticas públicas.

En el 11° artículo *Marisa Dal Ongaro y Gerson Jonas Schirmer* evidencian la importancia de la nucleación de las escuelas del campo a partir del año 2000, focalizando en el caso de la escuela municipal Santo Antonio, Agudo-RS y desvendan el rol del educador trabajando conjuntamente con las comunidades para crear nuevos conocimientos en las escuelas del campo, en base a las nuevas organizaciones espaciales producidas.

En el 12° artículo *Ivanio Folmer, Ane Carine Meurer y Isabela Mello* analizan el Asentamiento Bela Vista- Jari- RS y el Asentamiento de Fazenda Annoni – Pontão- RS, con el objetivo de entenderlos en su proceso de territorialización a partir del posicionamiento epistemológico desde la Educación del Campo y el rol de ésta en el proceso de territorialización de las políticas del MST.

En el 13° artículo *Valquiria Conti y Carmen Rejane Flores* analizan el proceso y estrategias de transición hacia una agricultura agroecológica por parte de agricultores familiares en el municipio de Agudo-RS, así como los múltiples desafíos que deben enfrentar.

En el artículo 14°, *Daiane Loreto de Vargas* analiza la territorialidad del turismo y la artesanía, y no el contexto de Pampa, y tiene como objetivo comprender la dinámica de los elementos no municipales en Caçapava do Sul-RS.

En el 15° artículo *Felipe Leindecker Montebianco y Cesar de David* buscan observar el proceso actual de supresión del paisaje y la vida pastoral considerando el peso del imaginario de la modernidad correspondiente, según el cual la Pampa siempre parece estar esperando cumplir su destino de “El Dorado”, cuando los cultivos a gran escala traerían progreso y Desarrollo.

Espero que cada uno de los artículos genere en el lector inquietudes y pasiones hacia los diferentes mundos rurales que en esta obra se presentan.

Por último agradezco la confianza depositada por solicitarme la realización de este prefacio, lo que significó la lectura atenta de los artículos y ello tuvo como resultado que me han cautivado y me potencian a seguir reafirmando la importancia de la Geografía Rural Crítica para seguir apostando a un mundo más justo y solidario en el devenir histórico.

Prof. Dra. Ana Domínguez

Laboratorio de Desarrollo Sustentable y
Gestión Ambiental del Territorio (LDSGAT).

Instituto de Ecología y Ciencias Ambientales (IECA) – Geografía.
Facultad de Ciencias. Universidad de la República (UdelaR) – Uruguay

Ruralidade e territórios alternativos no litoral pacífico da Colômbia

*Jesica Wendy Beltrán Chasqui
Cesar De David*

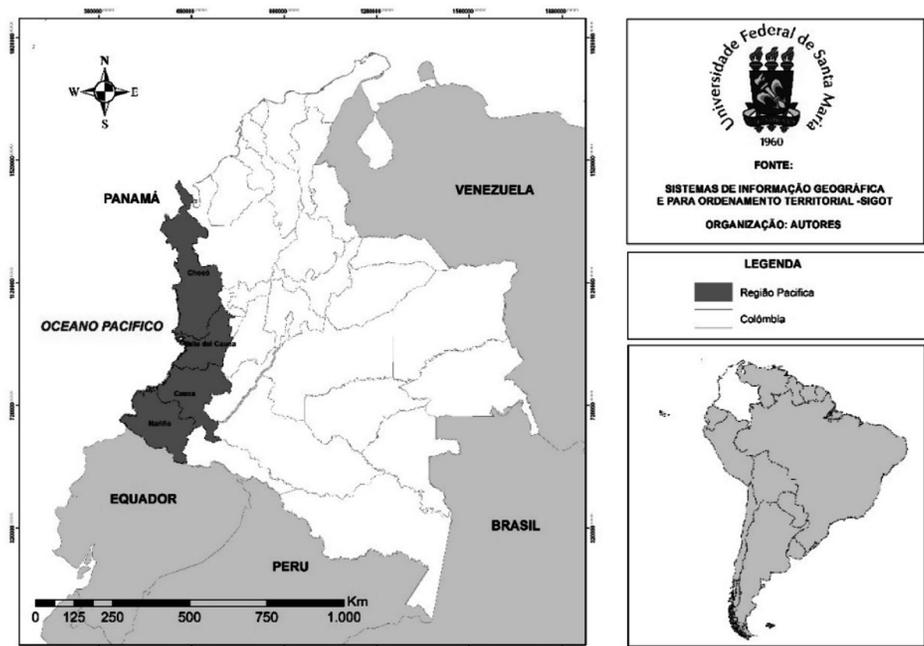
“Os autores agradecem o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior – CAPES, o apoio do Grupo de Pesquisa em Educação e Território – GPET, assim como ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFSM.”

1. Introdução: entender o rural da Colômbia

Abordar a questão agrária na Colômbia é um trabalho que requer estudo da história, da geografia e da política sobre o rural ao longo do tempo até a atualidade, o que demanda minucioso trabalho bibliográfico para explicar a dinâmica do campo colombiano na atualidade. A intenção é evidenciar aspectos que possibilitem entender a formação do espaço rural no Pacífico Colombiano por meio de dois enfoques principais: os fatos históricos mais relevantes, ou seja, as políticas mais significativas direcionadas à questão agrária na Colômbia e os conceitos teóricos que levam à compreensão da ruralidade no Pacífico, por meio do movimento de resistência representado pelas comunidades negras que o habitam, a partir do qual se tem levado a questionar os conceitos com os quais se tem definido a ruralidade no país, sendo estes considerados insuficientes para determinar a dinâmica do espaço rural do Pacífico.

O Pacífico é um território que se localiza ao sudoeste da Colômbia, também conhecido como Região Pacífica, o qual está conformado pelos departamentos do Chocó, Valle do Cauca, Cauca e Nariño (Figura 1). Esse território, que é mais rural que urbano, constitui-se, em sua maioria, por comunidades negras que convivem em territórios coletivos reconhecidos pela Lei 70 de 1993, que dá o caráter étnico-territorial e de afro-colombianos às pessoas negras que o habitam.

Figura 1: Localização Região Pacífica da Colômbia



Fonte: Autores

A Colômbia, como o Pacífico, possui uma grande riqueza biológica, a qual se pode apreciar, em sua geografia: “numerosos vales, bacias, páramos, altiplanos, terraços e pantanais, savanas, florestas e planícies” (FAJARDO, 2009, p. 116). Seus primeiros habitantes contribuíram durante séculos para a construção dessas paisagens. A domesticação e a seleção de plantas por parte das comunidades indígenas que ali habitavam antes da colonização espanhola fazem da Colômbia um dos países que mais têm contribuído para o inventário de plantas domesticadas (FAJARDO, 2009). Durante o período colonial, não só se teve a extinção de grande parte das comunidades indígenas que habitavam o país de forma dispersa, como a chegada dos espanhóis e logo com escravos negros, que foi, também, o marco para uma recomposição social que, como assinala Fajardo (2009), formou distintos núcleos de campesinato colombiano, conformado por índios, negros, mestiços e brancos, os quais estavam ligados às atividades agrícolas.

Ao final do século XVIII, no que se refere à dominação espanhola, camponeses e artesãos provocaram os primeiros protestos por meio dos quais contribuíram para a formação do projeto político da independência (FAJARDO,

2009, p. 117), o qual se concretizou no governo de Nova Granada (hoje Colômbia) após a falência da Gran Colômbia, projeto de país e sonho de Simon Bolívar, que existiu durante 1821-31 e depois se desintegrou, formando, assim, Venezuela, Equador e a Nova Granada. Durante a busca e concretização desse projeto de país, de formação da nação neogranadina e, mais tarde, da República da Colômbia, ocorreram várias expedições corográficas que tinham como objetivo dar conta da dimensão do país e de suas características geográficas, o que esteve sob o comando do italiano Agustin Codazzi (CHECCHIA, 2007), que se deparou com uma grande riqueza natural e grandes dificuldades de acesso e comunicação entre um núcleo de população e outro, pois a articulação dos espaços era fundamental para a concretização do projeto nacionalista e a circulação de mercadorias. Portanto, o cerne foi ligar os núcleos urbanos que se assentaram por todo o eixo norte-sul das três cordilheiras e na Costa Caribe (SERJE, 2011) com a construção de rodovias que as articulassem. Essa medida contribuiu para que um conjunto de zonas, entre as quais a região Pacífico, ficassem marginalizadas ante este ordenamento do território, razão pela qual muitas foram declaradas como terras baldias.

Dessa forma, esses tipos de comunidades camponesas que ficaram afastadas da articulação da nação foram relegados ao esquecimento, enquanto o mundo rural colombiano se consolidou em torno dos espaços de cordilheira. Portanto, é nesses espaços que se têm gerado as transformações na agricultura e o mundo rural, destacando que a história do mundo rural na Colômbia tem suas particularidades, e isso tem influenciado sua configuração atual.

2. Políticas e reformas agrárias na Colômbia

2.1. A violência

O ordenamento da agricultura na Colômbia tem características que se explicam nas condições naturais e geográficas, como também no desenvolvimento de cada região (FAJARDO, 2009), todas marcadas fortemente pela violência, como por exemplo o caso das guerras civis dos anos 1950, responsáveis pela expulsão de comunidades camponesas, fator que continua sendo o de maior expulsão de camponeses para as cidades na atualidade (FAJARDO, 2009). A época, conhecida como “La violência”, se encontra marcada pelo bipartidarismo político entre liberais e conservadores que buscavam implementar no campo colombiano doutrinas diferenciadas. Por um lado, o partido liberal “motivado pelo projeto de desenvolvimento comercial, eliminação do regime fiscal e tributário e substituição dos metais preciosos por produtos agrícolas na balança de exportação” e, por outro, o partido conservador “apegado

à continuidade das estruturas socioeconômicas, em especial a da terra, como garantia da ordem” (CHECCHIA, 2007, p. 91). Essa diferença de posições entre liberais e conservadores, mais que discordar em questões socioeconômicas, diferenciava-se quanto à questão religiosa (CHECCHIA, 2007), pois, enquanto um defendia o *status* da Igreja e sua relação com o Estado, o outro propunha um Estado laico. Isso teve como consequência um período de violência que envolvia a população civil. Um dos aspectos a destacar nesse período é o enraizamento da violência como uma característica do campo colombiano, pois desde essa época não se tem podido desligar as ações violentas no mundo rural, porque, como afirma Fajardo (2009):

Com a Violência, nosso eufemismo para com a guerra civil fechou o passo às reformas liberais, milhares de propriedades mudaram de mãos; centenas de milhares de camponeses perderam suas terras e tiveram que fugir para salvar suas vidas. Afirmou-se, dessa forma, uma característica histórica da sociedade colombiana: a natureza essencialmente violenta da expropriação e concentração da terra. Essa característica tem contribuído para sustentar um prolongado conflito armado, com suas sequelas de perda de vidas humanas, deslocamentos forçados, sequestros e extorsões, destruição de bens, restrições à produção e ao acesso aos mercados, entre outras consequências conhecidas. (21)

Assim, a configuração do campo colombiano vai se traçando na medida em que as ações violentas pela propriedade da terra continuam expropriando milhares de camponeses. Isso se manifesta nos 8.8 milhões de hectares de terra despojadas na Colômbia, mediante mecanismos como a venda forçada das propriedades, ações violentas ou por meio da falsificação de documentos públicos. Nesse contexto, as mulheres são as mais afetadas, pois elas são as viúvas da guerra, a quem cabe a tarefa de sustentar a família sem poder reclamar por suas terras (FAJARDO, 2009).

2.2. Reformas Agrárias?

Depois dos anos críticos da violência “a profunda deterioração social e a pressão do governo dos Estados Unidos para evitar as influências da revolução cubana, conduz a expedição da lei 135 de 1961” (FAJARDO, 2009, p. 82), com a qual se estabelece a Reforma Social Agrária.

Cabe destacar que antes da Lei 135, de 1961, nos anos 1930 já havia a intenção de racionalizar a distribuição da propriedade rural por meio da Lei 200, de 1936, a partir da qual se “conformaram as zonas de autodefesa camponesa que, mais tarde, foram arrasadas pelo mesmo Estado, com o argumento do perigo que significava essas supostas “repúblicas independentes”, ação que terminou estimulando a formação de guerrilhas camponesas” (FAJARDO,

2002, p. 78). Depois dessa falida Lei e já nos anos 1960, fez-se necessário implementar uma nova política de terras que pudesse enfrentar o latifúndio. Hernán Toro Agudelo (apud FAJARDO, 2009) tinha advertido que “menos do 3% dos proprietários, estimados em 23.456 personas, controlavam o 55% das terras, enquanto o 55% dos proprietários contavam com o 3.5% das terras ocupadas”, de maneira que era necessário implementar uma nova lei de terras para combater o latifúndio agravado após o período da violência, assim como a Reforma Social Agrária, refletida na Lei 135, de 1961, com a qual nasce o Instituto Colombiano da Reforma Agraria – INCORA. Por meio dessa instituição, adjudica-se 1,5 milhão de hectares, titulam-se 12,3 milhões de hectares de terras baldias, aplica-se a extinção de domínio de 4,5 milhões de hectares e assigna, à posse indígena, 22 milhões de hectares, para um total de 40,3 hectares (FAJARDO, 2002).

A isso, Fajardo (2002, 2009) expressa que a Reforma Agrária foi substituída por um programa de titulação de terras devolutas, por meio do ‘Pacto del Chicoral’, com o qual as elites colombianas evitaram uma real Reforma Agrária e a debilitou com a colonização de camponeses nas terras baldias do litoral Pacífico, do Amazonas, do Darien e do Piedemonte Araucano, zonas de difícil articulação com a economia nacional. Finalmente, os camponeses foram abandonados à própria sorte, e, sem outras alternativas, os cultivos de maconha e coca significaram a saída e o futuro dessas zonas, o que representa, na atualidade, um dos grandes problemas para o governo e o campo colombiano.

Por outro lado, com essa mesma Lei 135, de 1961, foram dadas as condições legais para iniciar o processo de modernização do campo, o qual se efetivou com a implementação do programa de Desenvolvimento Rural Integrado – DRI, o qual se baseava nos projetos das agências estatais da Índia e do México, que tendiam a superar os obstáculos para a modernização dos camponeses, através da introdução de intervenções genéticas e uso de agrotóxicos no campo (FAJARDO, 2009).

Já nos anos de 1970, implanta-se no campo colombiano a agricultura da Revolução Verde, a qual, por meio do programa DRI, oferecia créditos subsidiados e assistência técnica, que levou uma grande parcela de camponeses a substituir seus cultivos tradicionais por produtos orientados ao mercado (FAJARDO, 2009, p. 118). Durante as décadas de 1960 e 1970, a agricultura colombiana inseriu-se em uma tentativa de modernização do campo, a qual conduziu à implantação de um modelo de plantação extensiva como única forma de desenvolvimento rural. Segundo Machado (2002, apud SUÁREZ, 2004), o erro desse programa foi supor que se podia superar a situação dos

camponeses e pequenos produtores sem ter acesso a fatores produtivos, em especial à terra, pois sem uma verdadeira Reforma Agrária e com a implantação de um modelo no campo que requeria novas ferramentas e tecnologia, era evidente que o programa DRI só se dirigia a beneficiar os empresários com terra e com a capacidade de assumir o alto custo dos investimentos necessários ao novo padrão de produção, assim, mais uma vez, foi prejudicado o campesinato colombiano.

Com a Constituição de 1991, também foi estabelecida a Lei 160, de 1994, conhecida como a Lei de Mercados de Terras, que limitou a responsabilidade do Estado frente à repartição de terras, colocando-a nas mãos do setor privado: “A nova reforma agrária operaria por meio do mercado de terras, assistido mediante subsídios para a compra de prédios, não mediante a intervenção direta do governo na distribuição de terras” (FAJARDO, 2009, p. 23), senão com a privatização da distribuição destas, que teve como resultado o fato de que, na metade dos anos 1990, a concentração da terra se intensificou, ocorrendo uma gradual redução da produção agrícola (FAJARDO, 2002). Assim, as condições necessárias para promover a reforma agrária que apontasse soluções aos problemas de aquisição de terra e proporcionasse condições para a reprodução camponesa ainda está longe de se efetivar, pois são muitas as variáveis que impedem a verdadeira efetivação de uma reforma agrária na Colômbia, como a violência armada, as políticas e o modelo de desenvolvimento rural.

Vinte anos depois, volta à discussão o modelo de desenvolvimento rural na Colômbia, refletido na Lei de Vítimas e Restituição de Terras, a Lei 1.448, de 2011. Durante o governo de Juan Manuel Santos sentenciam-se “medidas de atenção, assistência e reparação integral às vítimas do conflito armado interno” (Ministerio del Interior y Justicia, 2011, p. 7), com as quais se objetiva uma reconciliação social, reparando as vítimas do conflito armado. Dessa forma, o governo mostrou a intenção para negociar a paz e devolver as terras aos camponeses, indígenas e afrodescendentes que foram despojadas, com a finalidade de chegar a acordos e alianças para alcançar o desenvolvimento (MACHADO, 2012), o que quer dizer que não se trata de repensar e reestruturar o modelo de desenvolvimento, senão de reforçá-lo. Assim, afirma Machado (2012): “o Estado não busca transformar o modelo de desenvolvimento, e sim consolidá-lo e outorgar-lhe estabilidade social e política. Em conclusão, se pode dizer que a Lei de restituição de terras não muda a estrutura da casa...é uma tentativa por ordená-la e que seja mais funcional” (31). Logo, percebe-se que um dos passos para que se efetive a reforma agrária é conseguir a paz, não só com as FARC (hoje partido político: Força Alternativa Revolucionaria do Comum – Farc), mas também com outros grupos insurgentes que operam no

país, como o Exército de Libertação Nacional (ELN), os grupos narco-paramilitares, que não se desmobilizaram, conhecidos, hoje, como Bandas Criminais Reorganizadas (BACRIM), que continuam cometendo todo tipo de violações aos direitos humanos (MARTÍNES, 2013).

Na atualidade, e depois dos acordos de paz com a FACR se aprovou a Reforma Rural Integral: rumo a um novo campo colombiano, o primeiro ponto nos acordos de paz, no qual o tema agrário se apresenta como ponto fundamental nas negociações; onde uns dos tópicos especiais a ser destacar é o enfoque territorial. No entanto, o acordo também traz elementos antigos como: a promoção do uso adequado da terra de acordo com sua vocação, estimular a formalização, restituição às vítimas e distribuição equitativa da mesma com a finalidade de desconcentrá-la. (Mesa de Conversaciones, 2017, p. 10), assim como a assistência técnica e subsídios para a produção.

Por outra parte a RRI aprimora elementos sociais como educação, inclusão social e de gênero, bem estar, “buen vivir”, no qual reconhece pela primeira vez o papel da mulher camponesa. Outro aspecto a destacar é o papel fundamental da economia camponesa, familiar e comunitária, sendo este importante na produção de alimentos, de forma que a RRI pretende priorizar a produção de alimentos e geração de ingressos (Mesa de Conversaciones, 2017). Neste ponto é possível evidenciar que se reconhece o papel fundamental da agricultura familiar na economia nacional sobretudo na produção de alimentos, mas não se reconhece as famílias camponesas desde a leitura de Chayanov (1974) na qual muitas famílias do campo têm como objetivo a satisfação das necessidades da família, que se dá de acordo com o balanço trabalho-consumo. Dessa maneira as famílias camponesas estariam indo na mesma perspectiva do modelo de agricultura familiar brasileira, na qual os camponeses trabalham numa lógica de mercado e não de subsistência, onde é necessário implantar elementos nomeados anteriormente, como terra, assistência técnica, subsídios, que leve à modernização do campo, neste sentido é possível afirmar que a inclusão social, bem-estar e a economia familiar e comunitária obedece às lógicas do capital agrário na medida em que as famílias camponesas, negras e indígenas que não priorizem gerar ingressos sobre a produção estariam sendo excluídas ou invisibilizadas no cenário agrário atual.

Ademais, esta “nova” visão do campo também nega as *colheitas invisíveis* (BARTRA, 2011), as quais estão representadas em nossos maiores bens, como biodiversidade, diversidade cultural, produtos artesanais, usos linguísticos, políticos, jurídicos, religiosos, arquitetônicos, musicais e culinários, práticas agrícolas ancestrais, bens não quantificáveis. Nessa perspectiva a RRI não nega o modelo de capitalismo agrário, mas sim tenta reforçá-lo, devido a que este

opera baixo a políticas estandardizadas que não dão conta das particularidades dos territórios na Colômbia como o Pacífico, de suas características físicas, cosmovisões, vivência e necessidades da população (RUIZ, 2016, p. 314), somando a um cenário rural violento, desigual e marginalizado.

3. Modelo agrário colombiano e o surgimento das comunidades negras

Em 1990, a Colômbia se lança a uma política de abertura econômica, a qual se traduz na abolição do protecionismo econômico no país. Isso se faz com a finalidade de impulsionar o processo de modernização no campo. Essa abertura implicou uma modificação nas políticas por esquemas seletivos de apoios diretos, com maior volume de recursos e ajudas para o setor agropecuário, o qual produz um aumento nas áreas dedicadas à pecuária, diminuindo as áreas de produção e exportação de origem agrícola e incrementado à importação de alimentos (FAJARDO, 2009). Ao mesmo tempo, evidenciou-se a incapacidade do Estado para resolver os problemas gerados em outros setores econômicos (como indústrias, comércio e serviços) para absorver a mão de obra sobrando, gerando o deslocamento de camponeses para a cidade, devido, em grande medida, à modernização do campo.

Por outra parte, a adaptabilidade das atividades econômicas às reformas institucionais tem criado sérios problemas no mercado, na medida em que este não foi atendido pelas novas políticas estabelecidas, como, por exemplo, a falta de intervenção nos mercados agropecuários, que não permitiu uma reorganização progressiva da oferta aos novos preços (PNUD, 2011). O novo modelo rural então estimulou uma maior participação do setor privado para definir os caminhos do setor agrário, dando subsídios diretos e negociando tratados de livre comércio, o qual teve como resultado a saída de muitos produtores do mercado, que não podiam competir com os preços do mercado internacional, consolidando a especialização produtiva dos cultivos permanentes (PNUD, 2011).

A abertura econômica traduzida como a política para impor o novo modelo agrícola fez com que os pequenos e médios produtores, e, em especial, os camponeses, tivessem que competir com a balança de preços, além das limitações para o acesso à terra e a tecnologias de elevada produtividade e carentes de subsídios. Isso resultou em perdas econômicas para os agricultores, incentivando a produção de cultivos ilícitos (FAJARDO, 2009). Estabeleceu-se uma economia de narcotráfico, a qual tem suas raízes no final da década de 1970, com os cultivos de maconha na Costa Atlântica, em particular em Guajira, a Sierra Nevada de Santa Marta e Urabá; depois, essa produção se estendeu a algumas localidades do departamento do Meta (FAJARDO, 2009).

Já nos anos de 1980 e 1990, ampliaram-se os cultivos de coca e papoula – “A informação mais recente atribui aproximadamente 130.000 hectares às plantações de coca, 10 a 12.000 às de amapola e 8 a 10.000 às de maconha” (FAJARDO, 2009, p. 113). A produção e a comercialização de psicotrópicos têm sido desenvolvidas em áreas de fronteira interna e externa, zonas marginais, cujo valor ecológico é elevado, caracterizadas pelo difícil acesso e pouco controle do Estado, além de serem zonas atraentes para a exploração de recursos estratégicos e para o estabelecimento de grandes projetos energéticos (FAJARDO, 2002). Em virtude dessas práticas, essas zonas se convertem em campos de batalhas diante da constante luta pelo espaço, recursos naturais e cultivos por parte de agentes externos: guerrilhas, paramilitares em aliança com o Estado, narcotraficantes e multinacionais. As formas como essas batalhas têm se produzido são as mais agressivas, e a população civil fica em meio à violência, tornando-se a principal vítima. Outra consequência dos conflitos é o grande deslocamento forçado, o que, na atualidade, tem alcançado níveis dramáticos, tornando a Colômbia, provavelmente, o país mais afetado pelo problema dos refugiados internos, estimados em mais de dois milhões de pessoas (ESCOBAR, 2004, p. 54).

Por outro lado, a produção de psicotrópicos por parte da população civil envolvida nesse cenário de guerra, de deslocamento forçado e sem controle do Estado – como é o caso do Pacífico Sul, da zona Andina e da região da Amazônia, que conforma o sul e sul-oriental do país – tem significado uma possibilidade de superar as condições de pobreza na qual se encontram os camponeses, indígenas e afrodescendentes que constituem as populações dessas regiões, já que os cultivos ilícitos proporcionam uma maior renda para muitas famílias, que têm deixado de cultivar alimentos para cultivar folhas de coca (*Erythroxylum coca*), papoula (*Papaver somniferum*) ou maconha (*Cannabis sativa*); em muitos dos casos, têm sido obrigadas a cultivar esses produtos ou a sair das terras que ocupam. Em oposição a tal panorama desalentador, o governo colombiano tem tomado medidas para combater o narcotráfico e eliminar os cultivos ilícitos, em aliança com o governo dos Estados Unidos. “Na Colômbia, a forte pressão das autoridades norte-americanas tem imposto a erradicação forçada a todo tipo de produtores, com ênfase na pequena e média produção, desde a fumaça com aeronaves” (FAJARDO, 2002, p. 130), o que tem ocasionado consequências negativas para os agricultores e danos ecológicos irreparáveis nessas regiões que se caracterizam por sua grande fragilidade, como são as florestas tropicais, o Piedemonte amazônico e os bosques andinos. As medidas tomadas pelo governo da Colômbia no combate ao narcotráfico e aos cultivos ilícitos, pelo contrário, agrava a situação, já que

como consequência da erradicação forçada (fumigações) se gera a ampliação desmesurada das áreas de cultivos ilícitos e, portanto, causando um dano maior às áreas com grande valor ambiental.

3.1. A despetrolização: o modelo agrário violento no Pacífico

Com o discurso da proteção ao meio ambiente, da diminuição dos níveis de poluição e da redução da dependência dos preços do petróleo, vem se implantando no país um modelo agrário baseado na geração de combustíveis de origem vegetal, o que tem impulsionado a produção do etanol, álcool carburante produzido a partir da cana-de-açúcar, e o biodiesel, a partir do óleo de palma (PNUD, 2011).

No Pacífico, a monocultura da palma africana é direcionada à produção de biocombustíveis, que requer grandes extensões de terra para ser produtiva e gerar rendimentos compensadores, mas as implicações sociais ocorridas em decorrência da introdução do cultivo de palma para a produção de óleo têm se caracterizado pelo uso da violência e o despojo das terras para efetivar esse novo meio de semear terror no campo.

Dentro desta perspectiva, os deslocamentos massivos se têm encontrado relacionados com a ampliação de plantações [...] assim como também com o controle de espaços para explorações mineiras, de hidrocarbonetos, e construção de grandes projetos de infraestrutura de rodovias e energética (FAJARDO, 2009, p. 178).

A relação que o Estado mantém com o Pacífico então, é através de uma economia extrativista, que explora os recursos naturais e a implantação de um modelo agrário orientado à monocultura de palma, o qual tem gerado desde os anos 80 até hoje deslocamentos forçados massivos por parte de guerrilhas e paramilitares (ESCOBAR, 2004), em aliança com empresários que procuram explorar o óleo de palma, ampliar os limites das plantações e incrementar sua produção para os mercados mundiais através do deslocamento forçado da população negra (ESCOBAR, 2004), ademais dos conflitos que estas populações devem enfrentar pela plantação e produção de psicotrópicos, o que tem configurado o Pacífico como território onde confluem e se superpõem interesses do capital, de guerrilhas, narcotraficantes e comunidades negras.

Assim, revelam Huberto Cárdenas e Álvaro Marín em sua obra *La Biodiversidad es la cabalgadura de la muerte* (2006), na qual apresentam os interesses econômicos das grandes multinacionais que, com a ajuda do Estado colombiano e de grupos paramilitares, têm desterrado mais de 400 mil de camponeses e deixado milhares de mortos e, disfarçadas no discurso ambientalista, têm perseguido indígenas e negros por estarem localizados em zonas ambientalmente estratégicas.

O discurso ambientalista, traduzido no desenvolvimento sustentável, vem transformando a floresta tropical do Pacífico em florestas de coníferas (CÁRDENAS; MARÍN, 2006) ou desertos verdes da palma africana. Essa lógica de desenvolvimento e modernização da produção vem acompanhada de um discurso de reordenamento territorial, que também é um duplo discurso, pois segundo Cárdenas e Marin (2006), o discurso ambientalista, que vem acompanhado do desenvolvimento humano, da biodiversidade e da proteção às etnias e diversidade cultural são discursos que expõem a diversidade biológica e cultural como um descobrimento da cultura europeia e como uma nova conquista: “diversidade que é uma condição dos povos latino-americanos se põe em discussão pelos europeus e norte-americanos como discurso político e como ferramenta de intervenção estrangeira” (CÁRDENAS; MARIN, 2006, p. 109). Isso implica outra forma de globalização, outra forma de chegar ao desenvolvimento em Sul-América.

O conflito pela terra acompanhado de violência e deslocamentos forçados ao longo de mais de 50 anos e a exploração desmedida dos recursos naturais dos últimos anos, não só demonstra uma configuração territorial esquecida pelo Estado, senão um conflito de interesses vindo de diferentes atores sociais. Isso propicia o surgimento dos movimentos sociais das comunidades negras, que legitimam a luta pelo território, e que indicam com insistência que a biodiversidade do Pacífico se deve também a certas lógicas e práticas culturais dos grupos étnicos que habita-lo (RESTREPO, 2013), lógica cultural tradicional marcada por um herança africana, que contém uma complexidades de conhecimentos, técnicas e inovações próprias, que lhes têm permitido a exploração e conservação racional dos recursos biológicos e naturais desta biorregião (RESTREPO, 2013). São argumentos que fortaleceram os núcleos de resistência, que não só luta pela preservação de seus ambientes naturais, senão também pelo uso e caracterização da floresta úmida tropical como elemento essencial de reafirmação de sua cultura e identidade.

Deesta forma, as comunidades negras e suas lutas constantes pela terra desde os anos 70, 80 e 90 têm tido como resultado a proclamação da Lei 70 de 1993, também conhecida como Lei de *negritudes*, que lhes permitiu a adjudicação de quase o 80% do território do Pacífico baixo, com conselhos comunitários, entidades etno-territoriais autônomas, que são uma forma de luta e resistência ante um modelo rural excludente.

4. Rural incompleto ou territórios alternativos?

Neste cenário de políticas e reformas agrárias falidas, de modelos do campo extrativistas e de monocultura que trazem consigo violência no cam-

po, espaços rurais como o Pacífico têm sido incorporados na lógica do mercado por meio da introdução de um sistema extensivo de plantação de óleo de palma, de criadeiras industriais de camarões, exploração madeireira e de minerais como ouro, que contrastam com espaços de plantações e produção de psicotrópicos e de tráfico de armas, transformando esta região. num lugar de conflitos.

Desde esta perspectiva o Pacífico se configura num rural incompleto, que constitui os espaços rurais ainda não completamente integrados ao sistema capitalista como um todo, desde a perspectiva de um modelo de economia neoliberal, e que o PNUD (2011) tem definido para a Colômbia da seguinte forma:

Evidencia-se no fato de que podem encontrar sociedades rurais bem diferenciadas: algumas conservam grande parte das características tradicionais (o patriarcado, por exemplo), outras estão em processo de transição para sociedades modernas, e outras, definitivamente, entraram na modernização (PNUD, 2011, p. 30).

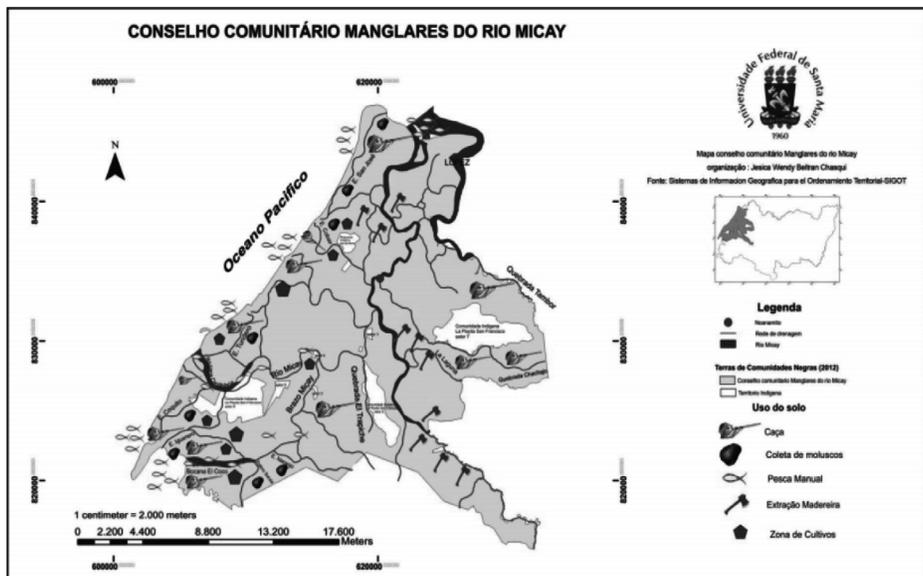
O rural também é considerado a partir da perspectiva de integração com o mercado. Assim o mostra o Informe Nacional de Desenvolvimento Humano (PNUD) de 2011, ao propor os índices de ruralidade, que mostram a inserção aos espaços de mercado pela distância e rede de rodovias. Assim, as zonas que têm índices de ruralidade baixos são as que têm muito pouca articulação com o mercado e as zonas urbanas, como é o caso do Pacífico. Dessa maneira, o rural continua a ser definido a partir de critérios econômicos, mensurado por meio de sua inserção ao mercado.

Esta visão tradicional da ruralidade desconhece as complexidades do próprio território colombiano, sendo insuficiente para alcançar uma compreensão da ruralidade do Pacífico, pois esse rural segue as mesmas lógicas do planejamento, do capital e do mercado, próprias do saber ocidental, que definem o espaço rural a partir de seus elementos objetivos, ignorando que a subjetividade também cria e recria o rural.

Em contraponto, propõe-se uma visão desses rurais incompletos como espaços de resistência que se refletem em locais que possuem ecossistemas frágeis e de grande valor ambiental com presença de movimentos de resistência de trabalhadores sem terra ou agricultores que mantêm uma produção sustentável baseada nos princípios da agroecologia. No Pacífico, esses espaços de resistência, ou rurais incompletos, se visualizam nas terras dos afro-colombianos denominados conselhos comunitários, que consistem na divisão político-administrativa que as comunidades negras têm adotado para ordenar seu território. São instâncias de administração e manejo dos territórios coletivos que o Estado tem outorgado às comunidades negras, o qual tem exigido por parte

delas uma reflexão e apropriação social e cultural dessa ordenação sobre os territórios negros (ARIZA *et al.*, 1999). Caracteriza-se por ter como eixo de ordenamento territorial o rio, o que Restrepo (2004) chama de *rio centrismo*; é dizer ao igual que as moradias que se estabelecem ao longo das ribeiras dos rios, o ordenamento dos territórios negros tem como eixo o rio (ver Figura 2) pois é a partir dele que se configura a vida social, cultural, econômica, se recria o imaginário, mitos, lendas, assim como também é o eixo de vinculação da identidade, pois um afrodescendente não se identifica com o município, o vereda ao qual pertence, senão ao rio em que em suas ribeiras vive.

Figura 2: Uso de solo no conselho comunitário Manglares do rio Micay



Fonte: Autores

Por outra parte, a apropriação social e cultural que partiu da invenção da identidade negra, que remete a suas origens africanas e à escravidão, que se liga ao fato de ter convivido por mais de 500 anos na floresta úmida tropical, em meio a espaços aquáticos como o tem nominado Oslander (2008). É representado especialmente nos rios e clima, a partir do qual os afrodescendentes tecem suas relações sociais, culturais e econômicas, que as define não só como gente negra senão como em comunidades que possuem um conhecimento tradicional sobre a floresta em que habitam; isso também legitima a luta pelo território.

Neste processo de reconhecimento da identidade negra, os afrodescendentes do Pacífico inicialmente orientaram suas lutas pela terra como espaço de apropriação eficaz, mas logo isto se tornou insuficiente, já que a luta não só era pela terra e seu acesso a ela, senão por reivindicações políticas, sociais e culturais. Desta forma o termo território-região de grupos étnicos é considerada como uma construção política para a defesa de seus interesses no Pacífico; pois se o território representava o projeto de vida da comunidade, o território – região – articula o projeto de vida e o projeto político dos movimentos sociais (ESCOBAR, 2010, p. 71). Isto sujeito aos discursos de líderes sociais e estruturas organizativas (RESTREPO, 2016), que se enfrentam com contínuas tentativas do capital para se estabelecer neste território.

Estes caminhos alternativos permitem a permanência, a reafirmação de sua identidade étnica e reprodução de sua cultura nos espaços rurais, “que se distingue da lógica do Estado e do desenvolvimento, onde o controle sobre as terras está vinculado ao exercício de uma cultura própria, livre da dominação dos atores do Estado e o capital” (OSLENDER, 2010, p. 110), o que tem possibilitado práticas de agricultura em espaços de floresta. Serje (2011) explica que esse tipo de agricultura de floresta (baseando-se no modo de cultivo na Amazônia) se orienta pela reciprocidade, de forma que a configuração da floresta

procura o aproveitamento da luz solar perpendicular da zona equatorial [...] e sua estrutura é vertical, ao redor de agrupamentos pontuais muitas vezes organizadas em espiral, criando vários estratos ou níveis e misturando por tanto, uma grande diversidade de espécies” (p. 101).

Da mesma forma, no Pacífico, os modos de cultivos, de caça, de coleta e de pesca respondem a lógicas diferenciadas de conhecimento sobre a floresta úmida tropical e de uma relação homem-natureza ou natureza-cultura.

Essa lógica, então, está por fora do conhecimento das ciências rurais e agrárias e, portanto, apresenta outro tipo de conotação, não agrária/rural, na qual é concebida como floresta virgem, como espaço de reserva e proteção ou como um lugar de recursos ambientais a serem explorados. Ao contrário desse discurso, a floresta para as comunidades negras “é mais do que um conjunto de árvores, é um ser vivo, dotado de materialidade e espiritualidade” (OSORIO, 2018, p. 85), o qual é significado, simbolizado, e portanto humanizado. A configuração desses espaços de floresta representam na atualidade locais de resistência ou, se preferirmos territórios alternativos que têm possibilitado o surgimento de sociedades que lutam para sobreviver no Pacífico, produto das novas configurações do mundo moderno.

5. Considerações finais

A costa pacífica habitualmente descrita por sua diversidade biológica, por sua importância ambiental, por seu nível de conservação e por estar habitada por comunidades negras e indígenas, também é caracterizada pela pobreza e violência, o que a configura como uma região singular. Sua história e sua geografia têm explicado sua conformação territorial, seu isolamento e sua invisibilidade em relação à sua pouca ou nula articulação com o Estado-Nação, o qual, e ao mesmo tempo, possibilitou a conservação de uma rica cultura ancestral e a preservação de seus saberes e tradições a respeito do espaço da floresta úmida tropical. Suas formas particulares de uso da terra, ordenamento territorial próprio, bem como seu conhecimento sobre a dinâmica natural da floresta, têm permitido que as pessoas negras vivam, trabalhem e mantenham-se nesse espaço no decorrer do tempo.

Na busca por compreender a ruralidade no Pacífico, foram apresentadas as ferramentas históricas e teóricas que, em primeira medida, contextualizaram esse território na história agrária colombiana, descrita a partir de suas características de violência, exploração, despojo, deslocamento forçado, abandono e invisibilidade de alguns territórios que não fizeram parte do projeto nacional no decorrer de seis décadas de guerra pela terra e pelo narcotráfico. O Pacífico, nesse contexto agrário, tem sido protagonista nas últimas décadas, pois os abusos aos direitos humanos, aos quais a população civil está exposta constantemente, se devem, em grande medida, ao potencial de riqueza natural que apresenta, sendo esse o objetivo do capital, que, com ajuda de grupos à margem da lei e do próprio governo, tem semeado o terror por todo o litoral pacífico.

Aliás, essa forma de ruralidade que se tem estudado através de sua história, de sua conformação territorial, também pode ser interpretada a partir da cultura das pessoas que habitam esse território, a partir da identidade, do simbolismo e das formas de ordenar o território negro, bem como da resistência, como aponta Porto Gonçalves (2003), ao afirmar que existem outras formas de conhecimento além do conhecimento científico, o qual está inscrito na vida (bios) e não opera por dicotomias, como o pensamento moderno europeu, o que significa que existem outras formas de perceber, pensar, ordenar e atuar no mundo que nos rodeia.

Referências

ARIZA, V. E.; CHAVARRO, P. M.; VARGAS, P. **Paisajes vividos, paisajes observados: la percepción territorial en la zonificación ecológica del pacífico colombiano**. Bogotá: Editora Gente Nueva, 1999.

CHASQUI, J. W. B.; DE DAVID, C. • Ruralidade e territórios alterativos no litoral pacífico da Colômbia

ALMARIO, O. Dinámica y consecuencias del conflicto armada colombiano en el Pacífico: limpieza étnica y desterritorialización de afrocolombianos e indígenas y multiculturalismo de Estado e indolencia nacional. In: RESTREPO, E.; ROJAS, A. (Eds.). **Conflicto e (in) visibilidad: Retos en los estudios de la gente negra en Colombia**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2004. p. 74-120.

BARTRA, A. **Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

BOURDIEU, P. **O Poder simbólico**. Tradução de: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

CARNEIRO, M. J. "Rural" como categoria de pensamento. In: **Revista do Centro de Estudos Rurais-RURIS**, v. 2, n. 1, mar. 2008.

CÁRDENAS, H.; MARÍN, Á. **La biodiversidad es la cabalgadura de la muerte**. Bogotá: Travesía Ediciones, 2006.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ed. Nueva Visión, 1974.

CHECCHIA, C. **Terra e Capitalismo: a questão agrária na Colômbia 1848-1853**. São Paulo: Alameda, 2007.

ESCOBAR, A. Desplazamientos, desarrollo y modernidad en el Pacífico colombiano. In: RESTREPO, E.; ROJAS, A. (Eds.). **Conflicto e (in) visibilidad: Retos en los estudios de la gente negra en Colombia**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2004. p. 53-72.

ESCOBAR, A. **Territorios de diferencia: Lugar, movimientos, vida, redes**. Primera edición en español: Envión Editores, octubre de 2010. Traducción: Eduardo Restrepo, Popayán: Samava Impresiones, 2010.

FAJARDO, M. D. **Territorios de la agricultura colombiana**. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2009.

FAJARDO, M. D. **Para sembrar la paz, hay que aflojar la tierra**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2002.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

MARTÍNES, P. **Ley de víctimas y restitución de tierras en Colombia en contexto: un análisis de las contradicciones entre el modelo agrario y la reparación a las víctimas**. Berlin: Forschungs-und Dokumentationszentrum Chile-Lateinamerika (FDCL), Transnational Institute (TNI), 2013. Disponible em: <<http://www.tni.org/sites/www.tni.org/files/download/martinez-ley-de-victimas-web.pdf>>.

MACHADO, A. El problema de la tierra en Colombia y desarrollo humano en el sector rural (Relatoria). In: **Sectores Sociales Populares para la Paz en Colombia**. La cuestión agraria en Colombia: tierra, desarrollo y paz. Bogotá, D.C.: Planeta paz, 2012.

p. 27-31. Disponível em: <http://www.hss.de/fileadmin/americalatina/Colombia/downloads/cuestion_agraria.pdf>.

Mesa de Conversaciones. **Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera**. Coordinador editorial: Oficina del Alto Comisionado para La Paz, Bogota 2017.

Ministerio del Interior y Justicia, Republica de Colombia. **Ley de Víctimas y Restitución de Tierras**, 2011. Disponível em: <<http://www.unidadvictimas.gov.co/normatividad/LEY+DE+VICTIMAS.pdf>>. Acesso em: jan. 2015.

OCAMPO, P. M.; CHENUT, C. P.; FÉRGUSON, L. M.; MARTÍNEZ, C. M. **EL río: ritmo y fuente de la vida**. De las riberas del Atrato a la construcción de lugares de encuentro en Bogota: Caso afrocolombiano desplazados reubicados en la UPZ Tibabuyes, Suba, Bogota, D.C. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, Departamento Administrativo de Ciencia, Tecnología e Innovación (COLCIENCIAS), 2013.

OSLENDER, U. Geografías de terror y desplazamiento forzado en el Pacífico colombiano: conceptualizando el problema y buscando respuestas. In: RESTREPO, E.; ROJAS, A. (Eds.). **Conflicto e (in) visibilidad: Retos en los estudios de la gente negra en Colombia**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2004. p. 35-52.

OSLENDER, U. **Comunidades negras y espacio en el Pacífico colombiano: hacia un giro geográfico en el estudio de los movimientos sociales**. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia ICANH, 2008.

OSLENDER, U. **La búsqueda de un contra-espacio: ¿hacia territorialidades alternativas o cooptación por el poder dominante?** Geopolítica(s): revista de estudios sobre espacio y poder, v. 1, n. 1, p. 95-114, 2010.

OSORIO, C. **Representaciones y epistemes locales sobre la naturaleza en el Pacífico sur de Colombia**. Popayán: Universidad del Cauca, 2018.

PORTO, G. C. W. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, Ana Esther; SADER, Emir (comps.). **La guerra infinita Hegemonía y terror mundial**. Buenos Aires: CLACSO, p. 217-256, 2002. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cecena/porto.pdf>>.

PNUD. Colombia rural. Razones para la esperanza. **Informe Nacional de Desarrollo Humano**. 2011. Bogotá: INDH PNUD.

PRIMERA, G. **Territorio y territorialidad: el caso de las comunidades negras en Colombia a en investigaciones en construcción**. Bogotá: Unibiblos, 2005.

RESTREPO E.; ROJAS, A. **Conflicto e invisibilidad: retos en los estudios de la gente negra en Colombia**. Popayán: Universidad del Cauca, 2004.

RESTREPO, E. **Etnización de la negritud: La invención de las comunidades negras como grupo étnico en Colombia**. Popayán: Universidad del Cauca, 2013.

RESTREPO, E. Espacialidades afrodescendientes en el Pacífico Colombiano. In: ROJAS, A.; PIRES, A. L.; GOMES, F. (Orgs.). **Territorios de la gente negra, procesos**,

CHASQUI, J. W. B.; DE DAVID, C. • Ruralidade e territórios alterativos no litoral pacífico da Colômbia

transformações e adaptações: ensaios sobre Colômbia e Brasil. Cruz das Almas, Bahia: Editora da UFRB, 2016.

RUIZ, C. **El estado del campo colombiano para la Reforma Rural Integral.** El caso de Antioquia, Estudios Políticos (Universidad de Antioquia), 50, p. 303-325. DOI: 10.17533/udea.espo.n50a16. 2016.

SERJE, M. **El Revés de la Nación.** Territorios Salvajes, Fronteras y Tierras de nadie. Bogotá: Universidad de los Andes, 2011.

Resistência da pecuária de leite bovino no município de Ituiutaba/MG: até quando?

Thales Silveira Souto
Meri Lourdes Bezzi

1. Introdução

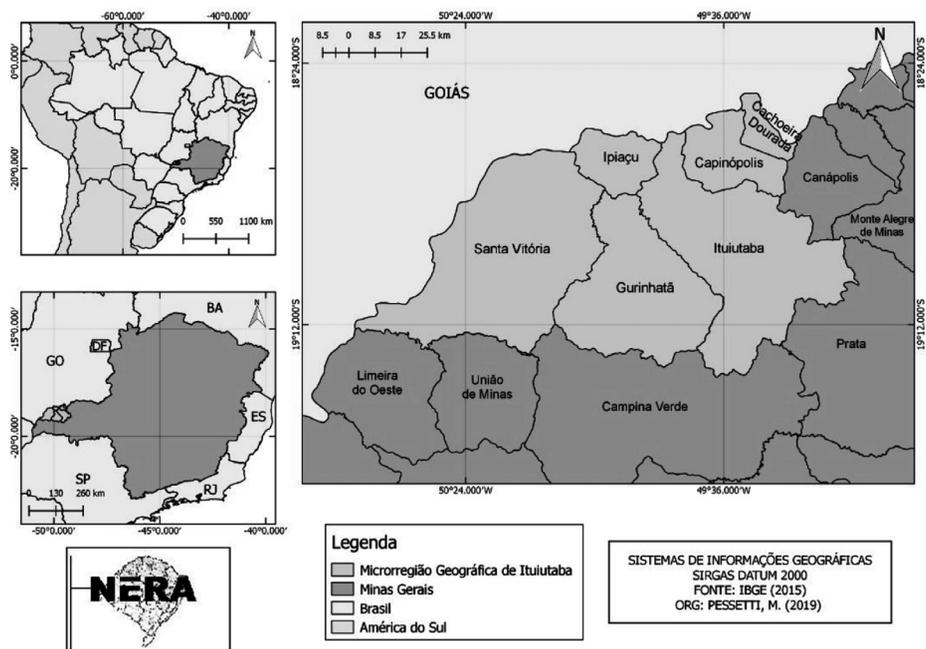
As produções agrícola e pecuária são substanciais na dinâmica vinculada às relações econômicas, sociais, políticas e culturais, potencializando a transformação espacial de grande parte dos municípios brasileiros. Em âmbito nacional, destaca-se a importância para a manutenção da balança comercial, assim como, para a geração de divisas, emprego e renda, contribuindo para alicerçar o setor industrial no país.

Salienta-se que a evolução da atividade agropecuária ocorreu com maior ênfase no Brasil a partir do incremento de políticas e ações tanto de origem nacional quanto internacional, após metade do século XX. Neste panorama, ressalta-se o interesse do capital estrangeiro, vinculado às corporações produtoras de insumos, grãos, maquinários e da presença das agroindústrias.

Embora a pecuária leiteira não tenha obtido um desenvolvimento vultoso em relação ao setor agrícola, vale ressaltar que, a partir do processo de melhorias nas técnicas, houve resultados favoráveis. Isso só foi possível devido ao melhoramento genético do gado, suplementação alimentar e utilização de tecnologias para maior produtividade do leite, como a ordenha mecanizada. Além disso, houve também o emprego do tanquinho para refrigerar o leite *in natura*, testes de qualidade do produto, entre outras ações.

O município de Ituiutaba, que é o escopo investigativo, desde sua gênese, teve como alicerce o setor primário, o qual se relaciona a extração mineral, vegetal e animal e à produção agrícola e pecuária. Estas atividades foram primordiais para a sua organização socioespacial (Figura 1).

Mapa 1: Localização de Ituiutaba – MG na Microrregião Geográfica de Ituiutaba (MRG – 017)



Ituiutaba possui uma importante bacia leiteira, consequência da existência de três transformadoras desta matéria prima, que são: a Fazendeira (capital de origem local), que iniciou a coleta do leite em 1938, a Nestlé (multinacional) que é a principal unidade industrial leiteira, implantada em 1974 e a processadora de leite Canto de Minas, que iniciou suas atividades em 1994 (capital de origem local). Além dessas indústrias, há coleta do leite para atender a demanda das demais agroindústrias dos municípios limítrofes, que são: Alimentos Triângulo – Doce Mineiro (Canápolis, MG), COOPRATA – Cooperativa dos Produtores do Município de Prata (Prata, MG), CALU – Cooperativa Agropecuária Limitada de Uberlândia (Uberlândia, MG), Catupiry (Santa Vitória, MG), entre outras.

A justificativa da realização deste estudo é calcada no intuito de compreender as dinâmicas resultantes do desenvolvimento do setor produtivo leiteiro, frente às novas dinâmicas impostas pelo capital. Neste sentido, o objetivo desse capítulo é apresentar os entraves da pecuária de leite bovino do município de Ituiutaba/MG frente ao cenário de expansão da agricultura.

Para analisar a trama da produção agropecuária, nessa unidade territorial, organizou-se a metodologia em etapas. Na primeira fase, fez-se a revisão

bibliográfica; na segunda se coletou os dados secundários, sobretudo no banco de dados agropecuários disponíveis no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e, na terceira etapa se analisou os dados e as informações primárias e secundárias coletadas e produzidas, fundamentais para compreender a importância da produção de leite no processo de organização socioespacial, como também, os impactos resultantes das restritas políticas públicas para o setor e as dificuldades para o pecuarista local.

Esse capítulo está organizado em uma abordagem teórica a respeito da pecuária leiteira e os reflexos do desenvolvimento desta atividade no interior do estado de Minas Gerais, especificamente, na unidade territorial de Ituiutaba. Para apresentar e levar à reflexão das dinâmicas vinculadas a este setor produtivo, elencamos os seguintes temas: As transformações no setor pecuário leiteiro e a reorganização socioespacial da atividade e; As mudanças agregadas ao setor leiteiro e os reflexos para o desenvolvimento desta atividade em Ituiutaba/MG.

2. As transformações no setor pecuário leiteiro e a reorganização socioespacial da atividade

Ao verificar a produção de leite bovino no painel mundial, ressalta-se que a produção brasileira está sob forte concorrência nos quesitos quantidade, qualidade, produtividade e custos de produção. Enfatiza-se que no ano de 2018, os maiores produtores do mundo foram: Estados Unidos da América (98.690.477 toneladas), Índia (89.833.590 t.), Brasil (33.839.864 t.) e China (31.165.090 t.) (FAOSTAT, 2018).

Neste panorama, algumas questões podem ser levantadas ao tratar da relevância deste setor no Brasil, como: qual a importância desta atividade frente as demais produções agropecuárias; quais são as perspectivas e os entraves para o incremento da pecuária leiteira no país; qual é a realidade vivenciada dos produtores menos capitalizados, os quais possuem importância na esfera produtiva, social e econômica local.

Todavia, por mais que existam problemas, deve-se fazer um breve apanhado histórico desse setor produtivo. Sendo assim, ao lembrar o histórico desta atividade, ressalta-se que a pecuária bovina é desenvolvida no Brasil desde o período colonial. Teixeira e Hespanhol (2014) salientam que é demonstrado a importância deste setor no país, pois desde o século XVI está ocorrendo a expansão da área em hectares (ha) para a criação de gado tanto para o corte quanto para o leite, além disso, esta atividade obteve importância no cenário econômico nacional.

Historicamente a região Sul e Sudeste possuem grandes áreas (ha) para a criação dos ruminantes e cultivo de pastagem, como também, um expressivo rebanho bovino. Teixeira e Hespanhol (2014) enfatizam ainda que nas últimas décadas está ocorrendo uma expansão significativa do rebanho de bovinos na região Centro-Oeste e Norte do país.

No que tange o desenvolvimento da pecuária bovina de leite, Teixeira e Hespanhol (2014, p. 31) enfatizam o momento que foi evidenciado o crescimento desta atividade, “A pecuária destinada à produção de leite apresentou considerável aumento a partir dos últimos anos do século XX [...] havendo maior concentração na região Sudeste, apesar de ter ocorrido significativa expansão para o Centro-Oeste”.

Ressalta-se que a concretização da pecuária bovina de leite viabilizou a transformação espacial de grande parte do país. Todavia, deve-se compreender o cenário produtivo desta atividade em nível nacional, averiguando a importância no volume produzido por região do país.

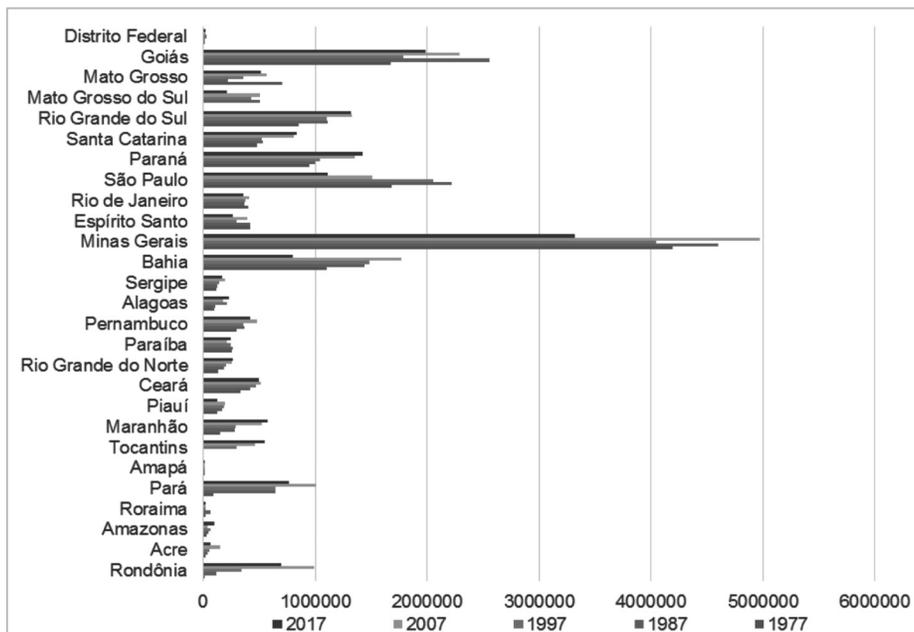
Desde o ano de 1977 está ocorrendo o crescimento da quantidade produzida de leite nas 05 regiões brasileiras. Contudo, enfatiza-se que houve crescimento acentuado nas regiões Norte, Sul e Centro-Oeste. No período de 1977 a 2017, ressalta-se que a região Norte obteve um crescimento na produção de leite de 3.703%, a região Sul cresceu 462%, já a região Centro-Oeste expandiu 323%, a região Nordeste aumentou 208% e a região Sudeste obteve o aumento na produção de leite neste período de 121%.

Na perspectiva da expansão da quantidade produzida de leite na região Norte e Centro-Oeste, como também, a manutenção do crescimento na região Sul, Sudeste e Nordeste, deve-se verificar o panorama referente a quantidade de vacas ordenhadas. Os dados do IBGE (2018) mostram que as regiões que obtiveram crescimento acentuado do número de vacas ordenhadas, no período de 1977 a 2017 foi a região Norte (53%), seguida pela região Sul (37%) e Centro-Oeste (6%). Entretanto, enfatiza-se que mesmo diante do panorama de expansão do número de vacas ordenhadas das regiões supramencionadas neste período, vale destacar que a região Nordeste e a região Sudeste, obtiveram redução do número de vacas ordenhadas, 8% e 23% respectivamente.

O volume da produção de leite do Brasil é alicerçado pela região Sul e Sudeste, as quais possuem uma expressiva produção. Este apontamento relaciona-se a uma série de fatores, como, maior tempo de desenvolvimento desta produção, significativa quantidade de fábricas que processam essa matéria prima, mudanças nos processos produtivos, ocasionando maior produtividade, além disso, deve-se enfatizar a questão histórica cultural, demonstrando a evolução deste setor produtivo nestas regiões.

Embora a região Sul no ano de 2017 tenha expandido a quantidade produzida de leite, vale destacar que o estado de Minas Gerais (localizado na região Sudeste) é o principal produtor leiteiro do país (IBGE, 2018). Ainda nesta relação, aborda-se que esta unidade federativa possui a maior quantidade de vacas ordenhadas do Brasil (Gráfico 01).

Gráfico 01: Vacas ordenhadas (Mil Cabeças) por estado do Brasil nos anos de 1977, 1987, 1997, 2007 e 2017



Fonte: Sistema IBGE de Recuperação automática (2018).
Org.: SOUTO, T. S. (2018).

Mesmo que na região Sudeste a quantidade de vacas ordenhadas tenha diminuído no ano de 2017 em relação ao período analisado, salienta-se que dentre todas as unidades federativas, Minas Gerais obteve o maior número de vacas ordenhadas (3.403.572 cabeças) no ano de 2017 (Gráfico 01). Todavia, destaca-se que a quantidade de vacas ordenhadas no estado diminuiu no período apresentado. Os principais motivos para a redução do número de vacas ordenhadas são intrínsecos a expansão do uso do solo para as culturas agrícolas, como soja e cana-de-açúcar.

Os dados do IBGE mostram uma significativa redução do número de vacas ordenhadas nas regiões historicamente mais representativas deste setor,

Sul e Sudeste. Aponta-se ainda que a maior concentração produtiva da pecuária de leite na região Sul e Sudeste é devido a existência de um expressivo número de empresas instaladas nestas regiões, as quais coletam, pasteurizam e transformam o leite bovino em dezenas de produtos e distribuem em grande parte do território nacional.

Embora a produção de leite bovino esteja expandindo nas 05 regiões brasileiras enfatiza-se que está ocorrendo uma redução do número de vacas ordenhadas na principal bacia leiteira do Brasil, que é a região Sudeste. Em contrapartida, as regiões Norte, Nordeste, Sul e Centro-Oeste nos anos selecionados, aumentaram o rebanho de vacas ordenhadas. Destarte, é fundamental frisar que ao passo que está ocorrendo a ampliação do número de vacas ordenhadas, também ocorre um aumento significativo da quantidade produzida de leite no Norte, Nordeste, Sul e Centro-Oeste.

Ao interpretar particularmente a produção de leite nos estados brasileiros nos anos de 1977, 1987, 1997, 2007 e 2017, verifica-se que as unidades federativas de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Goiás, Rondônia, Pará e Pernambuco, obtiveram resultados significativos na quantidade de leite produzido ao comparar com as demais unidades federativas.

Ao analisar o volume produzido frente a quantidade de vacas ordenhadas, verifica-se que deve ser levado em consideração a produtividade. Todavia, salienta-se que a produção de leite no território nacional é realizada por um estrato de produtores que perpassam por níveis técnicos como também de poder aquisitivo e de investimento desigual. Sendo assim, a realidade vivenciada na pecuária brasileira é diversa, por este motivo, necessita de uma atenção especial tanto do poder público quanto do setor privado.

3. As mudanças agregadas ao setor leiteiro e os reflexos para o desenvolvimento desta atividade em Ituiutaba/MG

Apesar dos excelentes resultados técnicos, com o crescimento exponencial de algumas produções e, da produtividade, enfatiza-se que ainda existem problemas estruturais e de nível particular a cada atividade e/ou região que é desenvolvida a produção. Confirma-se que os sucessos concebidos pela transformação voraz da agricultura foram expressivos a uma parcela reduzida das produções agrícolas e pecuárias.

Todavia, o setor agropecuário foi dotado de grandes resultados positivos e amplamente vantajosos para os grupos transnacionais e os grandes proprietários de terra. Tais resultados “positivos” decorrem da expansão de algumas atividades, como por exemplo, no setor agrícola, ressalta-se o cultivo de

soja e de cana-de-açúcar, na pecuária, aponta-se o crescimento da pecuária de corte bovino e suíno, na silvicultura, destaca-se a expansão do cultivo de eucalipto e seringueiras, os quais foram viabilizados pela modernização da agricultura. Nesse aspecto, Chavas (2001, p. 265) relata,

Over the centuries, the production process has evolved from simple forms of food gathering (e.g., hunting and fishing) to complex biotechnologies (e.g., genetic engineering). Hunting and fishing activities remain important sources of food in some parts of the world, and extensive production systems (e.g., pastoralism) still play significant roles in food production where population density is low and/or land productivity is low. However, intensive forms of production are now commonly found around the world. These intensive forms have typically been associated with high population densities, productive land, and rapid technological progress.

Chavas (2001, p. 265) apresenta que as formas intensivas de produção, na atualidade, são comumente desenvolvidas por meio do rápido progresso técnico, destacando as biotecnologias complexas, a Engenharia Genética, as quais foram articuladas para satisfazer as necessidades dos países com altas densidades populacionais, aliado a existência de terras produtivas.

Neste apontamento, enfatiza-se a realidade vivenciada pelo pecuarista de leite bovino, Alvarenga (1998, p. 149) destaca,

No horizonte econômico do país, onde pipocam tantos flashes, utilizando lâmpadas nacionais e estrangeiras, há um homem em perplexidade chapliniana, diante dos dados, cifras e promessas. Quietamente, na penumbra, vez por outra acusado de alguma coisa que não entende bem: é o produtor de leite.

Deste modo, evidencia que o produtor rural, em especial, o produtor de leite, vive um ciclo que é articulado para atender a demanda e os interesses do capital. O produtor não adaptando-se, independentemente das condições técnicas e, principalmente financeiras, é alijado da cadeia produtiva.

A reorganização produtiva resultante da demanda das agroindústrias favoreceu a articulação do setor agropecuário e, por conseguinte, mudanças estruturais na produção, resultando impactos sociais. Schneider (2010, p. 102) corrobora com essa passagem enfatizando que,

As mudanças demográficas e econômico-produtivas tiveram enorme repercussão sobre a diversidade social no meio rural brasileiro desde a década de 1970. De um lado, formou-se um grupo de produtores modernizados, com acesso a tecnologias, altamente mecanizados e inseridos nas cadeias de produção de grãos (notadamente, soja, milho e trigo), carnes (aves e suínos), cana-de-açúcar, silvicultura, entre outros. De outro, consolidou-se e ampliou-se o grupo formado e integrado por uma miríade de produtores e residentes no meio rural que foram alijados desse processo, permanecendo na condição de pobreza e na precariedade.

A expansão do uso de novos métodos produtivos e o incremento tecnológico para o desenvolvimento da agropecuária é uma realidade devido os movimentos que os grupos detentores do capital realizaram nas últimas décadas. A consequência deste processo é o crescimento produtivo.

Contudo, algumas atividades, como, por exemplo, a pecuária de leite bovino ficou à margem do sucesso dinamizado pela modernização da agricultura. Vilela; Bressan e Cunha (2001, p. 9) ressaltam, que “Qualquer que seja o índice de eficiência que se olhe, o setor de lácteos aparece à frente de uma lista de exceções no processo de modernização das atividades agroindustriais”.

Desta forma, demonstra-se que as políticas públicas para favorecer o desenvolvimento da pecuária leiteira no Brasil foram comedidas se comparado às do setor agrícola. Além disso, não foram eficazes para conduzir o incremento desta atividade para competir com as maiores nações produtoras.

Por outro lado, a articulação do complexo agroindustrial, tanto de origem internacional quanto nacional, aliado as cooperativas, promoveu a dinamização da pecuária de leite bovino no cenário produtivo brasileiro. O resultado das ações idealizadas pelo setor privado culminou de certa forma, no incremento produtivo (SOUTO, 2016).

O setor leiteiro está vivenciando desde os anos de 1990 algumas alterações. A este respeito, Souza (2013, p. 9) enfatiza que, “As grandes transformações que estão ocorrendo na industrialização e produção de leite no Brasil, colocam o país no centro da dinâmica de um dos setores mais importantes na produção de alimentos no mundo”.

Ao associar o panorama produtivo de leite bovino que vivemos hoje, deve-se levar em consideração as transformações ocasionadas em todo o setor agropecuário. A modernização das atividades realizadas no campo, juntamente com a expansão dos complexos agroindustriais, aliado ao interesse do capital externo, como no caso das multinacionais implantadas no país, os quais ditam as regras. Neste sentido, entender o sistema agroindustrial do leite e a sua importância para a dinamização espacial se torna primordial.

O cenário produtivo de leite no estado de Minas Gerais e principalmente na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba é de crescimento na quantidade produzida de leite. Todavia, observa-se que a expansão do volume produzido desta matéria prima é congruente a inserção de técnicas e utilização de tecnologias, os quais foram fundamentais para o panorama verificado.

O Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba também tem vivido as mudanças viabilizadas pelo progresso técnico-científico, potencializando a produtividade. Todavia, evidencia-se que há heterogeneidade quanto a realidade produtiva.

va da pecuária de leite bovino entre as Microrregiões Geográficas que pertencem ao Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Sendo assim, analisar a importância dessa atividade e, sobretudo, compreender os principais entraves e a capacidade de uma expansão produtiva que promova um desenvolvimento de fato têm sido um desafio.

A reorganização espacial promovida pela reprodução das práticas capitalistas gerou profundas transformações nos diversos campos destacando desde o setor primário ao terciário. Em relação a produção agropecuária do recorte espacial analisado, destaca-se que intensas mudanças foram decorrentes.

A produção de leite bovino é uma atividade que é desenvolvida desde o início do processo de organização espacial da Microrregião de Ituiutaba. Contudo, vale salientar que importantes mudanças ocorreram e, por conseguinte, fundamentaram as transformações no panorama produtivo leiteiro, como também, no setor agropecuário como um todo.

Com a modernização da agricultura, seguido do interesse do capital internacional, ocorreu a expansão de algumas culturas, como do milho, da soja e da cana-de-açúcar, frente a redução da área plantada de outros cultivos fundamentais para o atendimento da demanda local e, até mesmo, regional por alimentos, como arroz, feijão, batata, entre outros. (CASTANHO; SOUTO, 2014). Desta forma, significativos impactos ocorreram na Microrregião Geográfica de Ituiutaba.

Salienta-se que no recorte espacial investigado, além das mudanças viabilizadas pelo aumento da produção de soja e cana-de-açúcar, a implantação da processadora de leite em pó Nestlé no município de Ituiutaba no ano de 1974, também se configura como um importante dinamizador produtivo, econômico e social para esta microrregião.

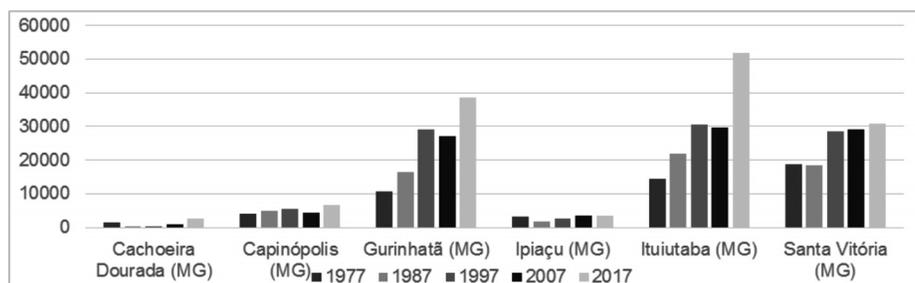
Na atualidade, justifica-se a importância da produção de leite bovino na MRG-017 devido a existência de três laticínios implantados no município de Ituiutaba, que são a Fazendeira, a Nestlé e a Canto de Minas e no município de Santa Vitória existe uma unidade processadora de leite bovino e uma unidade receptora de leite *in natura*, que são respectivamente a Laticínio Catupiry e a Laticínios Bela Vista – Piracanjuba. Destaca-se ainda que ocorre a coleta de leite dos produtores desta MRG por outras plantas industriais dos municípios da região, tais como Agroverde, CALU, COOPRATA, Doce Triângulo Mineiro, Itambé, Letíssimo, contribuindo para o panorama da produção de leite deste recorte espacial.

Para entender o cenário produtivo leiteiro deve-se levar em consideração os aportes que foram inseridos em todo o processo produtivo. Sendo assim, o uso do conhecimento científico, juntamente com o aprimoramento das

técnicas e a implementação de equipamentos com maior complexidade de elaboração no processo produtivo promoveu evoluções neste setor.

Todavia, deve-se enfatizar que a produção de leite nesta Microrregião não é a única atividade realizada no espaço rural. Deste modo, destaca-se que em alguns municípios esta atividade possui considerável quantidade produzida na escala temporal de análise e em outros municípios esta produção não detém destaque significativo (Gráfico 02).

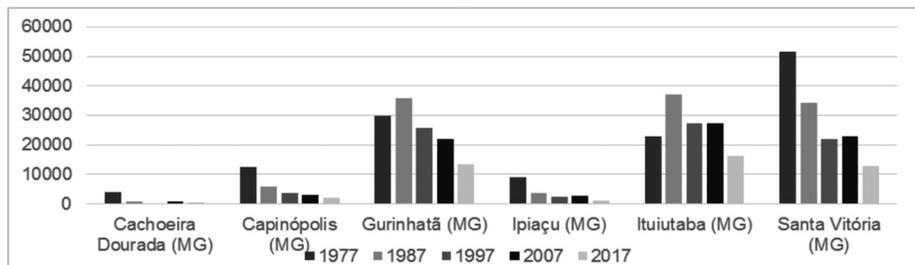
Gráfico 02: Produção de origem animal – Leite bovino (Mil litros) nos municípios da MRG de Ituiutaba nos anos de 1977, 1987, 1997, 2007 e 2017



Fonte: Sistema IBGE de Recuperação automática – Pesquisa Pecuária Municipal (2018). Org.: SOUTO, T. S. (2018).

A produção de leite nessas unidades territoriais tiveram diferentes cenários. Há maior intensidade em Gurinhatã, Ituiutaba e Santa Vitória, pois existem laticínios instalados em Ituiutaba e Santa Vitória, e devido a proximidade de Gurinhatã com os municípios de Ituiutaba e Santa Vitória facilita a coleta do leite dos produtores deste, além disso, nesses municípios ocorre o maior número de vacas ordenhadas (Gráfico 03).

Gráfico 03: Vacas ordenhadas (Cabeças) nos municípios da MRG de Ituiutaba nos anos de 1977, 1987, 1997, 2007 e 2017



Fonte: Sistema IBGE de Recuperação automática – Pesquisa Pecuária Municipal (2018). Org.: SOUTO, T. S. (2018).

O cenário com menor produção de leite dos municípios de Cachoeira Dourada, Capinópolis e Ipiacu refere-se ao menor número de vacas ordenhadas, como também, a aptidão dos produtores destas unidades territoriais para a pecuária de corte e para a produção agrícola. De acordo com os dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) do IBGE (2017), o município de Cachoeira Dourada teve o total de 4.191 (ha) plantado de milho e 8.200 (ha) plantado de soja. O município de Capinópolis teve o total de 1.650 (ha) plantados de cana-de-açúcar, 16.550 (ha) plantados de milho e 32.315 (ha) plantados de soja. Já na unidade territorial de Ipiacu, foi plantado 4.580 (ha) de cana-de-açúcar, 4.008 (ha) de milho e 8.625 (ha) de soja.

Frente a modernização do setor agropecuário, que culminou na expansão da cana-de-açúcar, milho e soja nas unidades territoriais da MRG-017, as quais passaram a ser cultivadas nas áreas onde predominava a pastagem natural e plantada. Vale ressaltar que a inserção de tecnologias foi fundamental para a expansão de determinadas culturas. Neste panorama, a produção de leite não fica de fora, pois houve uma redução do número de vacas ordenhadas e, também, da área destinada a pastagem natural e plantada. Em contrapartida, houve um crescimento da quantidade produzida de leite, uma vez que no setor pecuário leiteiro também houve a inserção de tecnologias.

Embora os dados coletados no site do IBGE (Pesquisa Pecuária Municipal – 1977 a 2017) mostrem o crescimento da produção de leite nos municípios que compõem a MRG-017, ressalta-se que tal fato é evidenciado pelo crescimento da produtividade, a qual pode ser considerada devido as melhorias nas técnicas e demais métodos produtivos, como os relacionados a utilização da ordenha mecanizada, manejo do pasto, suplementação alimentar das vacas, melhoramento genético do rebanho, entre outros.

Analisando o cenário produtivo agropecuário do município foco investigativo, faz-se essencial apresentar a dinâmica vinculada à área destinada para a lavoura permanente e temporária, bem como a área utilizada para a pastagem plantada. Destarte, aliado ao incremento da produção agrícola, aponta-se a atuação da pecuária no cenário produtivo, econômico e de desenvolvimento dessa unidade territorial.

Considerações finais

Por meio da atenção dada pelo poder público em relação, principalmente, à atuação do capital que, por vezes, é de origem estrangeira, ocorre o crescimento da atividade agrícola, expandindo assim para áreas antes destinadas a outros cultivos (arroz, pastagem, sorgo, milho, entre outros) que em determi-

nados períodos foram essenciais para a consolidação econômica e transformação da paisagem rural e urbana de Ituiutaba.

É sabido que as ações públicas e privadas para o incremento produtivo da agricultura, historicamente, foram direcionadas para o setor agrícola. Sendo assim, os produtores, possuem maior subsídio, crédito e apoio público e privado, proporcionando a sua implementação/expansão e manutenção, deixando a margem as outras atividades.

Contudo, observou-se que mesmo diante do atual cenário agropecuário, o qual se alicerça no cultivo da cana de açúcar e da soja, na prática da pecuária bovina de corte, a produção leiteira segue mantendo a produção e, até mesmo, aumentando-a no período analisado, destacando o aumento da produtividade alicerçado pelos grandes produtores rurais, os quais possuem melhores condições financeiras para investir na propriedade rural. Em contrapartida, existem os produtores que seguem produzindo com escassos auxílios e créditos, por sua vez, estão resistindo nessa atividade, porém, até quando?

Portanto, a partir do desenvolvimento desse setor, vinculado principalmente à produção de alguns grãos e gramíneas (milho, soja, cana de açúcar, pastagem plantada, entre outros cultivos) e, também, da pecuária tanto de corte quanto de leite (atendendo as agroindústrias leiteiras de Ituiutaba e dos demais laticínios implantados nos municípios), verifica-se as transformações socioespaciais resultantes. Todavia, observa-se a falta de apoio, sobretudo para os produtores que estão financeiramente fragilizados no cenário produtivo agropecuário atual.

Referências

- ALVARENGA, O. M. **Agricultura brasileira: realidade e mitos**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- CASTANHO, R. B.; SOUTO, T. S. As transformações socioespaciais produzidas a partir da atividade agropecuária no município de Ituiutaba-MG. In: CASTANHO, R. B.; CANDEIRO, C. R. A. (Org.). **Ensaio Geográficos (2)**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.
- CHAVAS, J. P. **Structural change in agricultural production: economics, technology and policy**. Handbook of Agricultural Economics, 2001. Disponível em: <https://aae.wisc.edu/aae641/Ref/Chavas_Structural_Change_2001.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF UNITED STATES – FAO. **Rearing cattle produces more greenhouse gases than driving cars**, UN report warns, n. 29, nov., 2006. Disponível em: <<http://www.un.org/apps/news/story.asp?newsID=20772&CR1=warning>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

_____. **FAOSTAT**. Livestock Primary. 2018. Disponível em: <<http://www.fao.org/faostat/en/#data/QL>>. Acesso em: 21 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. 1959, 475 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/ituiutaba.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

_____. SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA – SIDRA. **Produção Agrícola Municipal de 1977, 1987, 1997, 2007, 2017**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=1&i=P&e=l&c=1612>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

_____. SIDRA. **Pesquisa Pecuária Municipal**. 2017. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ppm/default.asp>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação – agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **RURIS – Revista do Centro de Estudos Rurais – UNICAMP**, v. 4, n. 1, p. 85-131. 2010. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/issue/view/49/showToc>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

SOUTO, T. S. **Agroindústria leiteira no município de Ituiutaba – MG: Organização/reorganização socioespacial no período de 1960 a 2013**. 2016. 143 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2016.

SOUZA, J. J. de. Notas sobre a indústria de laticínios no Brasil e seu processo de formação perante a economia mundial. **CaderNAU**. v. 6, n. 1, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/cnau/article/view/4768/2969>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

TEIXEIRA, J. C.; HESPANHOL, A. N. A trajetória da pecuária bovina brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 36, p. 26-38, jan./jul., 2014. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/download/2672/2791>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

VILELA, D.; BRESSAN, M.; CUNHA, A. S. **Cadeia de lácteos no Brasil: restrições ao seu desenvolvimento**. Brasília: MCT/CNPq; Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2001. 284 p.

Contribuições da categoria território para a compreensão da Unidade de Conservação APA do Ibirapuitã

*Marilse Beatriz Losekann
Carmen Rejane Flores*

1. Introdução

Questões que envolvem o meio ambiente, as ações impactantes produzidas pela sociedade e a necessidade de conservação tornaram-se alguns dos grandes desafios da atualidade, portanto se criam políticas com o interesse de tornar sustentável a relação entre ser humano e natureza, como o caso da Unidade de Conservação (UC) Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã. Como afirma Diegues (2000, p. 1) “a diversidade biológica não é simplesmente um conceito pertencente ao mundo natural. É também uma construção cultural e social”. As espécies são objetos de conhecimento, de domesticação e uso, fonte de inspiração para mitos e rituais das sociedades tradicionais e, finalmente, mercadoria nas sociedades modernas. A criação das Unidades de Conservação no mundo atual vem se constituindo numa das principais formas de intervenção pública, visando reduzir as perdas da biodiversidade face à degradação ambiental.

Nos estudos realizados sobre Unidades de Conservação ainda predomina o foco nos aspectos naturais, assim como, o forte caráter preservacionista da legislação ambiental que desconhece as evidências científicas sobre o relacionamento, as formas de manejo, da população nativa com o ambiente (DIEGUES, 2000). As territorialidades das populações que vivem nas APAs, e que caracterizam as práticas de diferentes grupos sociais, foram construídas em um meio ambiente específico, por isso sua forma particular de utilizar os recursos naturais, o seu modo de fazer e viver em comunidade e a sua identidade cultural (BENATTI, 1999), deve ser levado em conta nas políticas ambientais.

Portanto, entender as UC enquanto território, em especial as de uso sustentável como as Áreas de Proteção Ambiental, possibilita o entendimento das suas territorialidades nas dimensões econômica, política, cultural e natural (SAQUET, 2015). Assim, objetivou-se apresentar as contribuições da categoria território, embasadas nos estudos de Marcos Aurélio Saquet, Claude Raffestin e Marcelo Lopes de Souza, para a compreensão do território APA

do Ibirapuitã e conseqüentemente suas territorialidades e identidade dos sujeitos que ali vivem.

2. Procedimentos metodológicos

A produção do conhecimento geográfico passa a ser oriundo da diversidade de métodos e técnicas de pesquisa transportadas, muitas vezes, de outras áreas do conhecimento (PESSOA, 2012). Assim, entende-se que, sob a perspectiva da pesquisa qualitativa é possível desvendar e compreender o território da APA do Ibirapuitã e suas respectivas territorialidades.

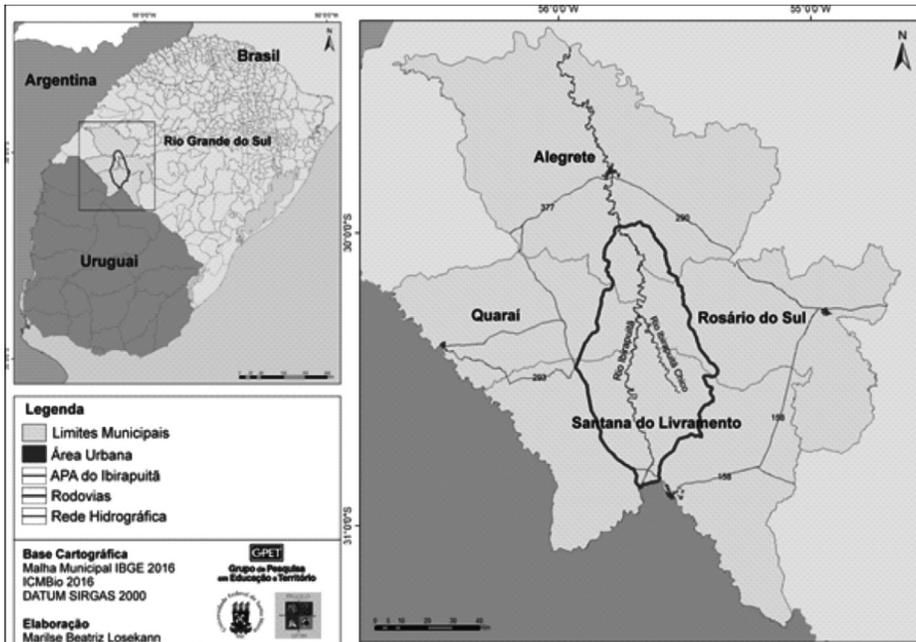
Portanto, a presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa do tipo exploratória, e por se tratar de uma pesquisa qualitativa em geografia, o território enquanto categoria de análise do espaço geográfico apresenta um espectro de amplas possibilidades de discussões. A abordagem territorial pode contribuir para a “superação de aspectos das dicotomias natureza/sociedade e ideia/matéria e subsidiar a elaboração de propostas de desenvolvimento, valorizando as relações sociais entre os sujeitos, destes com os outros lugares, (i)materialmente” (SAQUET, 2007, p. 177).

Para a obtenção de informações e dados para a pesquisa foram utilizados procedimentos, técnicas e instrumentos como: a pesquisa bibliográfica e documental, o trabalho de campo, observação, entrevistas, diário de campo e registros fotográficos (GIL, 2010; MARCONI; LAKATOS, 2010). Para a construção do presente texto, o qual integra a pesquisa para elaboração de tese, a pesquisa bibliográfica ocupa centralidade através das produções acerca do conceito de território desenvolvidas pelos autores Marcos Aurélio Saquet, Claude Raffestin e Marcelo Lopes Souza.

3. Área de proteção ambiental do Ibirapuitã

A APA do Ibirapuitã se configura como uma Unidade de Conservação Federal de Uso Sustentável dentro da categoria Área de Proteção Ambiental (SNUC, 2000). A APA do Ibirapuitã foi criada em 20 de maio de 1992, através do Decreto Federal nº 529. Ela está localizada na região sudoeste do Estado do Rio Grande do Sul (coordenadas aproximadas 55°29'W a 55°53'W e 29°05'S a 30°51'S), e seu território abrange a porção superior da Bacia Hidrográfica do Rio Ibirapuitã e está distribuído pelos municípios de Alegrete/RS (15%), Rosário do Sul/RS (16%), Quaraí/RS (12%) e Santana do Livramento/RS (57%) como pode ser observado na Figura 1, totalizando uma área de 316.882,75 hectares.

Figura 1: Localização da Área de Estudo



Fonte: IBGE (2016); ICMBio (2016).
Elaboração: Autor (2018).

A área de estudo é constituída, predominantemente, por espaços rurais, que englobam territórios familiares e patronais e tem a pecuária extensiva como principal atividade, que inclusive é uma das práticas responsáveis pela conservação da biodiversidade do Bioma Pampa e, uma das justificativas para a criação da APA na área delimitada. Por isso, justifica-se a necessidade de considerar a ação social na conservação da sociobiodiversidade do Bioma Pampa, visto que foi a coexistência entre a sociedade e natureza que garantiu a conformação e manutenção das características deste Bioma e, por isso, se institucionalizou uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável (UC's).

No Brasil, o Pampa configura-se como um Bioma restrito ao estado do Rio Grande do Sul, onde ocupa uma área de 176.496 km², a qual corresponde a 63% do território estadual e a 2,07% do território brasileiro. Apenas em 2007 foi reconhecido oficialmente como bioma pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e, também, pelo MMA – Ministério do Meio Ambiente. As paisagens naturais do Pampa são variadas, de serras a planícies, de morros rupestres a coxilhas. O bioma exibe um imenso patrimônio cultural associado à biodiversidade. As paisagens naturais do Pampa se caracterizam pelo predo-

mínio dos campos nativos, mas há também a presença de matas ciliares, matas de encosta, matas de pau-ferro, formações arbustivas, butiazais, banhados, afloramentos rochosos, etc. (MMA, 2015).

Conforme o Decreto N°529, de 20 de maio de 1992, são os seguintes objetivos que motivaram a criação da APA do Ibiratuipã: garantir a preservação dos remanescentes de mata aluvial e dos recursos hídricos; melhorar a qualidade de vida das populações através da orientação e disciplina das atividades econômicas locais; fomentar o turismo ecológico, a educação ambiental e a pesquisa científica; preservar a cultura e a tradição do gaúcho da fronteira; proteger espécies ameaçadas de extinção em nível regional.

A partir da consolidação da Lei n° 9985/2000, que institui o SNUC, estabeleceram-se novos conceitos de gestão para as APAs. Dentre os quais, a forma integrada de gestão, na qual cada Unidade de Conservação (UC) disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e, quando for o caso, das populações tradicionais ou de outras populações residentes na unidade. A função desses conselhos é construir um espaço de discussão e negociação dos problemas ambientais das unidades de conservação, garantindo a participação social na sua gestão (SNUC, 2000).

Para Saquet (2015a) um dos elementos primordiais do território é a organização política de gestão e autonomia, sendo necessário produzir uma processualidade dialógica de gestão participativa e reflexiva do território-lugar.

Em cada território, em virtude das territorialidades, a auto-organização dos sujeitos (DEMATTEIS, 1993, 1994 e 1995) é um elemento que as políticas públicas de desenvolvimento devem considerar, valorizar e potencializar. Há dotações naturais e sociais (E-P-C) de cada território que estão em constante conexão, estimulando a gestão como processo de coordenação participativa com certa autonomia em favor do desenvolvimento a partir de políticas públicas e em redes de cooperações (SAQUET, 2015a, p. 133).

As ferramentas de gestão que podem ser utilizadas pela APA do Ibirapuitã são: CONAPA (Conselho Consultivo da APA); Plano de Gestão da APA; Plano de Manejo da APA; Zoneamento Ecológico Econômico da APA (ZEE) (SNUC, 2000). No entanto, a APA não possui Plano de Manejo e, tampouco, Zoneamento Ecológico-Econômico. Quanto ao Plano de Gestão, este foi criado em 1999, “apresentando informações e dados desatualizados” (EG1). O EG1 informou também, que além desses, pode-se considerar o licenciamento ambiental como um dos instrumentos mais utilizados na APA do Ibirapuitã. No entanto, o CONAPA Ibirapuitã se apresenta como o instrumento de gestão mais dialógico e participativo.

O CONAPA Ibirapuitã, o Conselho Gestor da APA, onde as diversas vozes que integram a APA podem ser ouvidas, é criado em outubro de 2001, através da Portaria N° 177/2001 – IBAMA, e o atual Conselho Gestor é composto por representantes de 13 Instituições não governamentais mais 12 governamentais, totalizando 25 conselheiros. Um dos grandes desafios para a gestão da APA é a falta de recursos humanos, visto que possui apenas um analista ambiental.

Dentre os territórios que compõem a APA do Ibirapuitã, ainda há o predomínio das “estâncias e rincões”, sendo o primeiro espaço de reprodução social dos territórios patronais cujas territorialidades se definem a partir da atividade pecuária. Já os “rincões do Pampa” que surgem do processo histórico e desigual de ocupação e apropriação do Pampa Gaúcho, se configuram, majoritariamente, como espaço de reprodução do território da agricultura familiar. Dentro da diversidade que essa categoria abarca, os sujeitos da APA são definidos como pecuaristas familiares, categoria que vem sendo reconhecida por instituições de pesquisa, extensão e universidades e, também a identidade desses sujeitos. O processo de formação e ocupação da campanha gaúcha, calcado na relação coevolutiva entre homem-gado-pampa, tem também na escravidão um de seus pilares fundamentais. A presença do negro no trabalho das lidas campeiras nas estâncias da campanha gaúcha vem ganhando visibilidade na medida em que territórios remanescentes de quilombos vêm sendo reconhecidos, como o Quilombo da Chirca.

4. Território e territorialidade: suas contribuições para a compreensão da APA do Ibirapuitã

As discussões acerca do território enquanto categoria de análise do espaço geográfico remontam ao século XIX, com o alemão Friedrich Ratzel. Contudo, o objetivo aqui não é fazer um resgate histórico-cronológico do conceito nem de sua complexa polissemia, e sim, a partir das leituras realizadas, trazer os embasamentos teóricos que se aproximam mais da realidade do território estudado. Assim, as maiores contribuições provêm das discussões realizadas por Marco Aurélio Saquet, nas suas diversas obras e publicações, além de Claude Raffestin e Marcelo Lopes de Souza.

Os estudos de Saquet (2015), que por meio de autores e obras de países como Itália, França, Suíça, EUA, Brasil e Inglaterra, identificam e caracterizam quatro tendências e/ou perspectivas de abordagem de território e de territorialidade humana, que se sucedem no tempo histórico e coexistem em alguns momentos e períodos:

- a) uma, predominantemente econômica, elaborada com base no materialismo histórico e dialético, na qual se entende a territorialidade como relações de produção acompanhadas por forças produtivas, isto é, como relações de subordinação e exploração. O território é resultado e determinante da produção, da circulação e do consumo, ou seja, da acumulação de capital;
- b) outra, materialista e pautada na dimensão geopolítica, na qual a territorialidade está diretamente vinculada à atuação do estado-nação e à soberania, portanto, às noções de domínio e controle. Há uma combinação área-fronteira-movimento a partir de relações econômicas, políticas e culturais;
- c) a terceira, fenomenológica, dando ênfase às dinâmicas política e cultural (simbólico-identitária), em que a territorialidade corresponde às relações sociais centradas em percepções, sentimentos, memórias, identidades e representações;
- d) ganha força a partir dos anos 1990, é construída a partir das discussões sobre a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento local: a territorialidade significa relações políticas de governança sem deixar de envolver processos econômicos, culturais e diferentes formas de apropriação e uso do ambiente (SAQUET, 2015, p. 29-30).

A partir dessas elucidações pode-se dizer que a presente pesquisa se insere na quarta perspectiva de abordagem do território – sustentabilidade ambiental e desenvolvimento local. Pois, visa compreender as territorialidades da UC APA do Ibirapuitã por meio das relações políticas de governança, ou seja, a delimitação e institucionalização deste território pelo Estado, bem como seu processo de gestão transescalar (federal, municipal, local), que transcende as fronteiras político-administrativa municipais, sem deixar de levar em conta, concomitantemente, os processos econômicos, culturais e diferentes formas de apropriação e uso do ambiente.

Visando contribuir com subsídios teórico-metodológicos para estudos geográficos do território e da territorialidade humana, Saquet (2008) reitera que são necessários estudos que reconheçam, simultaneamente, características fundamentais do processo de apropriação, dominação e produção do território assim como as relações de poder, as identidades simbólico-culturais (traços comuns), as contradições, as desigualdades (ritmos lentos e rápidos), as diferenças, as mudanças (descontinuidades), as permanências (continuidades), as redes de circulação, de comunicação e a natureza interior e exterior ao homem como ser genérico (biológica e socialmente).

Afirma ainda, que numa concepção relacional, crítica, plural e transescalar, o conceito de território é compreendido como “produto social, lugar de vida e de relações sociais” (SAQUET, 2015, p. 55). Estas determinam econômica, política e culturalmente as características do território.

A partir dessas premissas, esse autor vem tentando construir uma abordagem histórica, relacional e multidimensional-híbrida do território e da terri-

torialidade, e afirma que “o caráter material e imaterial do território e da territorialidade requer, evidentemente, uma abordagem que reconheça a unidade entre essas dimensões ou entre as dimensões da economia-política-cultural-natureza (E-P-C-N)” (SAQUET, 2008, p. 74).

Saquet (2015a) busca compreender os territórios e as territorialidades destacando a heterogeneidade e os traços identitários de certos grupos sociais, considerando-se a processualidade histórica e relacional. Ao encontro dessa perspectiva, entende-se que a APA do Ibirapuitã é composta por “territórios concomitantes e sobrepostos que se caracterizam pelo controle e pelo domínio, pela apropriação e pela referência, pela circulação e pela comunicação, ou seja, por estratégias sociais que envolvem as relações de poder, materiais e imateriais, historicamente constituídas” (SAQUET, 2015a, p. 85). Este território é, ao mesmo tempo, controlado a nível nacional, através do ICMBio com sua normas e legislações Federais, que muitas vezes atua de forma integrada com órgãos estaduais como a FEPAM (Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler), como na autorização de licença ambiental para atividades dentro da APA; a nível municipal, que é o principal responsável pela circulação e integração de redes materiais como as estradas e serviços de saúde e educação, além das territorialidades locais e cotidianas, historicamente constituídas, das populações que ali vivem, pois “tanto a territorialidade como o território, ambos são efetuados nos níveis do indivíduo, da casa, do bairro, do estado, do país e em nível internacional” (SAQUET, 2015a, p. 86). Esta teia complexa envolve relações de poder dos e sobre os territórios sobrepostos, como afirma Saquet (2015a):

Há territórios e territorialidades sobrepostos e em redes. Há redes nos territórios e territórios em redes bem como movimento do território e das redes. Os territórios e as territorialidades humanas são múltiplos, históricos e relacionais. Há, em cada território, tempos históricos e tempos coexistentes (ritmos) presentes, em unidade, a mesma unidade da relação espaço-tempo e da relação ideia-matéria. Pela nossa concepção, há rompimento das delimitações e áreas; sobreposições; uma miríade de atores e redes sociais; movimento do e no território; movimento entre os territórios; transtemporalidade e transescalaridade; unidade entre sociedade e natureza. Unidade que se traduz, sucintamente, na vida, na atuação e na territorialização dos homens (SAQUET, 2015a, p. 86).

Neste complexo processo que cria e recria os territórios, os homens têm centralidade na formação de cada território, cristalizando relações de influência, afetivas, simbólicas, conflitos, identidades etc. (SAQUET, 2015a). São considerados históricos e relacionais tanto os processos identitários como os conflituosos e transformativos e, ao mesmo tempo, materiais e imateriais, numa

clara relação de multidimensionalidade de nossas vidas cotidianas, tanto biológica como socialmente. Assim, são estabelecidas relações econômicas, políticas e culturais todos os dias, minuto a minuto, entre nós e com nossa natureza exterior (inorgânica), o que pode ser traduzido pelas diferenças, identidades e desigualdades, ou seja, pelas territorialidades cotidianas: todos os processos espaço-temporais e territoriais inerentes a nossa vida na sociedade e na natureza (SAQUET, 2015a). Essas dimensões do território são constituídas e se expressam através das territorialidades, que para Saquet (2015a), significam:

Sucintamente, a territorialidade (humana) significa relações de poder, econômicas, políticas e culturais; diferenças, identidades e representações; apropriações, domínios, demarcações e controles; interações e redes; degradação e preservação ambiental; práticas espaço-temporais e organização política, que envolvem, evidentemente as apropriações, as técnicas e tecnológicas, a preservação, o manejo, os pertencimentos etc.. Relações, apropriações e práticas construídas e redefinidas ao longo do tempo, a partir da síntese unitária, existente entre nossa sociabilidade-animalidade-espiritualidade cotidiana ou, se quisermos utilizar a denominação de Agamben (2002), entre o animal-de-dentro e o animal-de-fora (SAQUET, 2015a, p. 33).

Assim, é possível apreender que a territorialidade corresponde ao poder exercido e extrapola as relações políticas envolvendo as relações econômicas e culturais, indivíduos e grupos, redes e lugares de controle, mesmo que seja temporário, do e no espaço geográfico com suas edificações e relações, a territorialidade é cada vez mais fluída, alargada, desterritorializada e globalizada numa sociedade plural.

Já Claude Raffestin tece uma análise de base mais econômica e política do território, no entanto também reconhece a complementaridade entre as dimensões da economia, política e cultura. Para esse autor, o espaço é a base para a formulação do território, ou seja, o espaço existe antes do território, ele é a “matéria-prima” para a construção deste último.

Essa apropriação de que Raffestin se refere, é marcada por relações de poder, enquanto aspecto fundamental para a compreensão do território, sendo exercido por pessoas ou grupos, sem o qual não se define o território. O poder, assim, é relacional, pois está intrínseco em todas as relações sociais.

Para Saquet essa compreensão de Raffestin do espaço como substrato é limitada, uma vez que “o espaço não é apenas palco, receptor de ações, substrato [...] ele tem um valor de uso e um valor de troca, distintos significados e é elemento constituinte do território, pois eles são indissociáveis” (SAQUET, 2010, p. 77).

Quanto às contribuições de Raffestin para a compreensão do território aqui estudado, destacam-se as relacionadas ao sistema territorial, composto

por tessituras e nós que resultam das redes de circulação e comunicação que contem os signos da vida cotidiana. Como afirma Raffestin (1993, p. 150), “toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma ‘produção territorial’ que faz intervir tessituras, nós e redes”. Pela necessidade inerente de organizar suas ações, os indivíduos ou os grupos sociais ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos pré-definidos aliados à dinâmica do modo de produção em determinado período histórico vigente. A interação entre os diferentes locais pode ser política, econômica e cultural, e resulta de um intenso e “recíproco” relacionamento entre todos os elos da estrutura que compreendem e sustentam a dinâmica econômica e política (e suas subjetividades) em toda sua complexidade. Esse fator que justifica a formação dos sistemas de malhas, de nós e redes exprime no espaço e constituem de algum modo, as bases de sustentação do(s) território(s).

A necessidade de pensar e entender o território como um sistema de redes também é ratificado por Saquet (2003),

Cada território, assim, deve ser pensado em rede, articulado a outros territórios, em interação, em complementaridade, pois o território brasileiro resulta da interação de temporalidades e de uma pluralidade de territórios, cada qual com especificidades políticas, econômicas e culturais (SAQUET, 2003, p. 222).

Portanto, como observado por Saquet (2006), não se pode esquecer a multidimensionalidade da abordagem de Raffestin em relação ao que este autor denominou sistema territorial, como fruto do resultado de relações de poder do Estado, de empresas, organizações e de indivíduos, isto é, de relações diárias, ligadas à dinâmica política, econômica e cultural, que constituem malhas (conjunto de pontos e ligações/conexões entre diferentes agentes sociais), nós (pontos de encontro de relações sociais) e redes (ligações entre dois ou mais agentes sociais).

A territorialidade é compreendida por Raffestin como relacional e dinâmica, mudando no tempo e no espaço, conforme as características de cada sociedade. Assim, os grupos constroem e desconstróem territórios, se definem através deles, no tempo e no espaço, criam seus laços de identidade, que tem na apropriação de territórios os marcos de orientação de suas práticas e ações (RAFFESTIN, 1993).

Além de construídas pelas relações de poder, as territorialidades também se concretizam nas relações biossociais e econômicas, políticas e culturais; correspondem ao espaço-tempo vivido, ao mesmo tempo em que significam organização e mobilização política com vistas à conquista de autonomia

(SAQUET, 2015), como ocorre nas associações de moradores da APA do Ibirapuitã (Associação dos Moradores do 28; Associação do Produtores de Ovinos do Rincão do Batista e Comunidade Quilombola Rincão da Chirca).

A concepção de Marcelo Lopes de Souza (2015), em relação a materialidade e imaterialidade do território, é de que confundir o território com o substrato espacial material (as formas espaciais, os objetos geográficos tangíveis – edificações, campos de cultivo, feições “naturais” etc.) equivale a “coisificar” o território, fazendo com que não se perceba que, na qualidade de projeção espacial de relações de poder, os recortes territoriais, as fronteiras e os limites podem todos mudar, sem que necessariamente o substrato material que serve de suporte e referência material para as práticas espaciais mudem.

Acerca da análise do território, Souza (2013) afirma que a dimensão política não é o único elemento a ser considerado, pois existem outras facetas da vida social, que interferem diretamente ou indiretamente sobre esta categoria espacial, como é caso da cultura e da economia. Ao encontro dessa premissa, o autor afirma que:

Mais uma vez: o que “define” o território é, em primeiríssimo lugar, o poder. Ou, em outras palavras, o que determina o “perfil” do conceito é a dimensão política das relações sociais [...]. Isso não quer dizer, [...] que a cultura (o simbolismo, as teias de significados, as identidades...) ou a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens) não sejam relevantes ou não estejam contemplados [...] (SOUZA, 2013, p. 88).

Afirma ainda que, embora o território seja um espaço definido e delimitado por relações de poder, não implicam apenas no poder exercido pelo uso de coerção violenta, mas também do entendimento mútuo e legitimidade por parte de quem o exerce e sobre o qual é exercido. Destaca ainda que, esse poder não necessariamente precisa ser exercido pelo Estado, como Ratzel afirmava, mas por qualquer grupo que tenha condições efetivas para isso (SOUZA, 2013). A exemplo das associações de moradores da APA e da comunidade quilombola, bem como do próprio Conselho Gestor da UC, nos quais se manifestam variadas relações de poder intra e entre eles.

Com relação ao poder, Souza (2015) diz que ele implica a capacidade de estabelecer normas e de fazê-las cumprir, sob pena de sanções morais ou materiais. Mas essa capacidade não precisa ser exercida apenas por uma instância de poder que encarne uma separação estrutural entre “dominantes e dominados, entre dirigentes e dirigidos, sendo a expressão de uma divisão de classes e de uma assimetria estrutural de poder entre grupos sociais – como é o caso do aparelho do Estado” (SOUZA, 2015, p. 64). Transpomos esse entendimento para APA, que por meio do Conselho Gestor propicia que o poder possa ser

exercido por várias instâncias, como o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade), as prefeituras, as instituições representativas das entidades e associações.

Com uma concepção relacional, históricas e crítica não marxista, Jean Gottmann apresenta uma abordagem territorial que transita entre Geografia Política e Geografia Cultural. Para este autor, “a formação de certo território resulta das relações sociais vinculadas à iconografia e à circulação” (GOTTMANN, 1952 apud SAQUET, 2015). Com a ajuda de Saquet (2015a), foi possível uma melhor compreensão desses conceitos e, conseqüentemente, sua materialização no território da APA. Ele entende que um elemento fundamental na formação dos territórios é a identidade, e Jean Gottmann, foi um dos pioneiros, na Geografia, a conceber a iconografia-identidade de maneira crítica e relacional.

Para ele, a iconografia corresponde à possibilidade de resistência e segurança; a circulação, à oportunidade de trabalho, à fluidez e ao movimento dos homens e das mercadorias na reprodução do capital. É uma concepção renovada e audaciosa para sua época, híbrida, crítica e não marxista, considerando elementos materiais e psicológicos (GOTTMANN, 1947 e 1952 apud SAQUET, 2015a, p. 87).

Portanto, a iconografia pode conter uma combinação de elementos culturais, econômicos e políticos, unidade constituída historicamente. Para Jean Gottmann, “a circulação favorece a abertura dos espaços, já as iconografias são definidas como símbolos religiosos e políticos que fazem parte da vida dos grupos sociais, aos quais eles recorrem quando se sentem ameaçados” (SAQUET, 2015, p. 88). Tanto a circulação como as iconografias ocorrem no nível supranacional e em regiões internas aos Estados ou impérios ou cidades fortificadas. A circulação é inerente à mudança social por meio de um sistema de símbolos que dão certa unidade. A circulação, através de estradas, determina a organização do espaço, definindo redes que interligam diferentes territórios. A circulação, as estradas e as redes, dessa maneira, juntamente com as iconografias estão na base da formação do território. “A circulação garante a fluidez e a unidade em certo território; a iconografia, a coesão e a possibilidade de resistência e de estabilidade política” (SAQUET, 2015, p. 88).

5. Identidade dos sujeitos da APA do Ibirapuitã

O termo identidade, assim como a noção de território, possui inúmeras significações, especialmente na Antropologia, Sociologia, Psicologia, Ciências Sociais, que são as principais ciências que exploram este conceito, mas também na Geografia. Ao se estabelecem territorialmente os indivíduos acabam

criando e recriando vínculos de identidade a partir de elementos simbólicos que facilitam sua reprodução social e biológica. Entretanto, a delimitação de territorialidades distintas em um mesmo território pode influenciar na geração de formas de resistência perante a imposição de identidades dominantes, refletindo na coexistência de identidades e conflitualidades territoriais (SAQUET; COLASANTE, 2015). Ainda para os referidos autores, a territorialidade humana também está vinculada à formação das identidades territoriais tendo em vista que as relações sociais manifestam-se em dado território permitindo que haja identificação (i)material dos indivíduos não somente com o local onde vivem, mas também entre o seu grupo social.

Segundo Haesbaert (1999), estas identidades construídas a partir do território, tanto simbólico, quanto concreto deverão ser compreendidas como identidades territoriais, a exemplo das identidades dos pecuaristas do pampa, familiares e patronais, e da comunidade quilombola Rincão da Chirca. Nessa mesma perspectiva, Medeiros (2009, p. 217) destaca que, “O território é um espaço de identidade ou pode se dizer que é um espaço de identificação”.

Tais identidades fortalecidas pelos territórios manifestam-se das mais diversas formas, podendo configurar-se em identidades locais, regionais ou nacionais (HAESBAERT, 2006). Para Haesbaert (1999), uma das características principais da identidade territorial, é que recorre à dimensão histórica, do imaginário das pessoas, tendo como referência o território. Tal realidade é perceptível nas comunidades quilombolas, posto que as memórias coletivas e o imaginário popular dos grupos estão atreladas diretamente ao território. Portanto, pode-se afirmar que a memória também é um elo importante na apropriação e manutenção de um grupo de determinado território e na sua construção identitária.

De acordo com Haesbaert (1999), atualmente há um processo de resgate da identidade, devido a uma crise de valores, vivenciada no mundo atual. Tal fato se realiza por um processo de resistência a homogeneização da cultura e exclusão das minorias, provocado pelo capitalismo e pelo processo de globalização (HAESBAERT, 1999). Este coloca ainda que para variados autores, a sociedade atual vivencia, em função da fluidez das relações, um desapego da base concreta do território, nos chamados processos de desterritorialização. Entretanto, vale salientar que mesmo nesses casos, nos quais a dimensão simbólica se sobrepõe ao concreto do território, os grupos sociais podem ainda criar uma identidade territorial (HAESBAERT, 1999). Todavia, segundo Haesbaert (1999), essas identidades de forma geral, nos tempos de globalização, acabam por sofrer transformações, podendo apresentar-se como:

- identidades globais, marcadas pelos aspectos da globalização, e homogeneização cultural (HAESBAERT, 1999). Isto é, identidades que em função da globalização, perderam suas características particulares e, passaram a ser muito similares a outras, refletindo no comportamento dos sujeitos, nos produtos e serviços que utilizam, nos seus hábitos alimentares, entre outros aspectos.
- identidades pluriculturais, uma fusão do global/universal e local/particular (HAESBAERT, 1999). São as identidades que tem interferência do global, sem perder sua essência particular.
- identidades de resistência, são aquelas marcadas por um profundo reforço de antigas memórias da coletividade (HAESBAERT, 1999). São as identidades que resistem ao processo de homogeneização fruto da globalização, mantendo-se tal qual foi concebida ou muito próxima a isso.

Nessa perspectiva, as identidades dos pecuaristas, pecuaristas familiares e comunidade quilombola que vivem na APA do Ibirapuitã, são entendidas como identidades de resistência, visto que ainda mantêm muitas das características construídas historicamente. E também, identidades pluriculturais em função de modificações ocorridas atualmente nessas comunidades e, de sua inserção, por exemplo, no uso de tecnologias, acompanhando a dinâmica mundial.

Dentre os sujeitos entrevistados podem-se distinguir identidades referentes aos territórios da pecuária patronal, pecuária familiar e quilombolas. Em primeiro lugar, faz-se uma discussão acerca das características que são comuns a essas identidades para posteriormente apresentar as especificidades de cada uma. Percebe-se que dentro os traços comuns estão às características ligadas a identidade regional do gaúcho, cujos códigos culturais ainda estão muito presentes no cotidiano dos sujeitos que vivem na APA. CHELOTTI (2009, p. 228) ao estudar a identidade de camponeses da campanha gaúcha, reconhece que “o processo de globalização não foi capaz de destruir certas características socioespaciais, principalmente, aquelas relacionadas aos aspectos culturais (materiais ou imateriais), e por isso, elementos identificadores de identidades coletivas permanecem”. É o que identificamos acerca da identidade dos pecuaristas e quilombolas que vivem na APA.

Pode-se afirmar que a apropriação e construção do território geram identidades e heterogeneidades e que, estas, concomitantemente, geram os territórios, como ocorreu na APA do Ibirapuitã. Embora essas identidades ainda mantêm fortes características histórico-culturais, elas estão em constante reconstrução, e atualmente, os agentes da globalização estão modificando as

relações sociais, embora o binômio dominação-subordinação ainda se mantenha extremamente aplicável nas classes sociais (SAQUET, 2015b).

Assim, ao que se refere a identificação dos sujeitos enquanto Pecuarista (Patronal), os sujeitos entrevistados se autodenominam como pecuaristas e/ou estancieiro. No entanto, foi possível identificar dois segmentos, os pecuaristas patronais tradicionais e os pecuaristas patronais empresariais. A identidade desse grupo é a que mais se aproxima do imaginário social construído ao longo da história do gaúcho do Pampa, atrelado à estância enquanto sinônimo de latifúndio pastoril, grande quantidade de terras e poder estabelecido enquanto elite regional, cujo poder se manifesta na ocupação de cargos políticos, como por exemplo, o EPP4 que já foi vereador.

Quanto aos Pecuaristas familiares, embora todos os entrevistados que se enquadram nesta categoria apresentem as territorialidades que os definem, nem todos se autorreconhecem como. O grupo que se identifica com o termo e se autodenomina pecuarista familiar está ligado às Associações (Rincão doa 28 e Batista), enquanto que os demais se denominam apenas “pecuaristas”. Ou seja, essa identidade é construída coletivamente e politicamente na medida em que os sujeitos passam a se organizar em grupos e, assim perceber suas especificidades atreladas as suas territorialidades familiares.

Os Quilombolas Pecuaristas Familiares passam a ter maior visibilidade e representatividade, e o próprio autorreconhecimento, após reconhecimento pelo Estado. Passam a integrar a Associação dos Produtores do Rincão Batista, CONAPA, e outros, e ter acesso a políticas públicas e programas. Acrescenta-se o “pecuarista familiar” visto que as territorialidades cotidianas tanto na relação com o natural, econômica, política e cultural se assemelham a dos pecuaristas familiares, contudo mantêm particularidades de um povo quilombola, diferenciando-se, principalmente pelo uso coletivo do espaço em que vivem e pelos seus signos culturais que remontam ao passado do povo negro do Pampa Gaúcho.

Saquet (2015b) também argumenta que a constituição de novas territorialidades não implica a supressão das antigas territorialidades, pelo contrário. As descontinuidades históricas e multiescalares acarretam mudanças e permanências, em um movimento processual e relacional, no qual os movimentos não deixam de existir, mas ganham novas significações.

É este processo que ocorre na APA do Ibirapuitã, com a criação da UC, os termos sustentabilidade, meio ambiente, pecuária sustentável, passam a fazer parte do discurso dos sujeitos, embora já estivessem presentes em suas práticas territoriais, eles passam a ter um autorreconhecimento acerca da importância das suas práticas e forma de vida para a conservação da natureza, do pampa gaúcho.

A partir da incorporação das questões ambientais relativas a uma UC, e da consequente criação de um Conselho Gestor da APA, os indivíduos são estimulados a se organizarem em associações ou outra forma de organização representativa, que acabam resignificando também suas práticas produtivas, sociais e culturais em favor de um desenvolvimento local sustentável.

6. Considerações finais

Os pressupostos teóricos acerca do território permitiram compreender que a APA do Ibirapuitã se configura como um território articulado por sistemas de malhas, de nós e redes, tanto materiais quanto imateriais, formado a partir das relações sociais que se materializam nas territorialidades das dimensões econômicas, políticas, culturais e destas com a natureza. Os sistemas territoriais que compõem este território, embora transformados e adaptados a um mundo cada vez mais globalizado, ainda apresentam forte ligação com a formação do espaço agrário do Pampa Gaúcho, o qual originou as estâncias e os rincões, com suas territorialidades específicas e ao mesmo tempo calcadas na complementaridade, no *continuum*, entre estes territórios.

A atividade econômica pastoril sobre campo nativo do pampa, que historicamente se formou por um processo de coexistência com a natureza, ainda prevalece como principal pilar da economia, assim como na dimensão cultural ainda predominam os signos territoriais que conferem a identidade a esse povo. Foi possível identificar e entender a identidade dos sujeitos que vivem nesta UC, sendo elas: pecuarista, pecuarista familiar e quilombola pecuarista familiar.

Assim, compreender as Unidades de Conservação enquanto território é reconhecer a complexidade que envolve a relação do homem com a natureza, é compreender que o homem é parte integrante da natureza, pois como afirma Diegues (2000, p. 1) “a diversidade biológica não é simplesmente um conceito pertencente ao mundo natural, é também uma construção cultural e social”.

As diferentes formas de apropriação e uso dos bens naturais pelos diversos grupos sociais que vivem na APA do Ibirapuitã geram divergências e/ou convergências materializadas nas suas territorialidades cotidianas e relações de poder, organização e mobilização política com vistas à conquista de autonomia, como ocorre nas associações de moradores desta APA (Associação dos Moradores do 28; Associação dos Produtores de Ovino do Rincão do Batista e Comunidade Quilombola Rincão da Chirca), e por isso a categoria de análise geográfica *território* torna-se apropriada para os estudos em Unidades de Conservação.

Referências

- BENATTI, José Heder. Unidades de Conservação e as Populações Tradicionais – uma análise jurídica da realidade brasileira. In: **novos cadernos**. Naea, v. 2, n. 2, 1999. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/111>>.
- BRASIL. **Decreto – Lei n. 529, de 20 de maio de 1992**. Declara como Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã, no Estado do Rio Grande do Sul, a região que delimita e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0529.htm>. Acesso em: 08 abr. 2014.
- BRASIL. **Lei Federal n. 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9985.htm>>. Acesso em: maio 2014.
- CESAR, Guilhermino. **Origens da economia gaúcha (o boi e o poder)**. Porto Alegre: IEL Instituto Estadual do livro RS, 2005. 220 p.
- CHELOTTI, Marcelo. C. **A instância metamorfoseou-se: (re)configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-2007)**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.
- DIEGUES, Antonio Carlos (Autor). **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec: NUPAUB: USP, 2001.
- DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2. ed. São Paulo: NUPAUB-USP: Hucitec: Annablume, 2000.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni. (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1999. Cap. 07, p. 169 a 189.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 396 p.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed., 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.
- MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 217-227.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE DO BRASIL. **“PAMPA”**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biomas/pampa>>. Acesso em: 20 nov. 2015.
- PESSÔA, Vera L. S. Geografia e pesquisa qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. **Revista GEOUERJ**, v. 1, n. 23. 2012. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/3682>>.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília Franca. São Paulo: Ática, 1993. 270 p.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e Territorialidades** – teorias, processos e conflitos. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. p. 13-32.

SAQUET, Marcos Aurélio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55-76, jan./jun. 2007.

_____. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S.; SAQUET, Marcos A. (Org.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p. 121-148.

_____. Proposições para estudos territoriais. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 71-85, jun. 2006.

_____. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

_____. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2015a. 192 p.

_____. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015b. p. 69-90.

SAQUET, Marcos Aurélio; COLASANTE, Tatiana. A identidade territorial dos gaúchos no norte do Paraná a partir dos CTGs: discussões preliminares. In: MEDEIROS, Rosa M. V.; LINDNER, Michele (Org.). **Expressões da Cultura no Território**. Porto Alegre: Evangraf, 2015. 342 p.

SOUZA, M. L. Território e (des) territorialização. In: SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. cap. 4, p. 77-110.

SOUZA, Marcelo Lopes. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 53-69.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de *et al.* (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015. p. 77-116.

O arroz orgânico como estratégia de produção e reprodução social: o caso do Assentamento Filhos de Sepé, Viamão/RS

*Helena Maria Beling
Carmen Rejane Flores*

1. Introdução

A presente pesquisa trata de um estudo sobre a produção do arroz orgânico no assentamento Filhos de Sepé, localizado no município de Viamão/RS. Sendo esta uma produção alternativa, com base nos princípios da Agroecologia, que se opõe ao modelo de produção convencional do arroz.

O cultivo do arroz ocupa uma área significativa no Rio Grande do Sul, sendo responsável por boa parte da produção orizícola do país. Destaca-se que, o arroz é produzido, predominantemente, no modelo de produção convencional, desenvolvido em lavouras irrigadas, com uso intensivo de maquinário e agrotóxicos durante todo o processo produtivo.

Referente ao processo de modernização da agricultura, que aconteceu através da Revolução Verde, Graziano da Silva (1982) aponta que foi patrocinada pelo Estado sendo conservadora e dolorosa, pois beneficiou produtores e áreas, acarretando em contradições sociais geradas pela ação do capital. Os grandes produtores que desenvolvem sua produção nos moldes convencionais possuem grande força e poder no setor agropecuário e são, em grande maioria, as culturas de exportação e de interesses das agroindústrias. De tal modo, na medida em que o capital foi ganhando força e se expandindo no espaço, gerou alterações no uso dos territórios, principalmente, no que se refere à introdução de novas culturas, técnicas e tecnologias.

Os agricultores familiares enfrentam dificuldades para se adaptar ao modelo da modernização agrícola, que se traduz na afirmação de que “[...] o processo de modernização se fez acompanhar de unidades de produção cada vez maiores, com uma conseqüente deterioração da distribuição da renda no setor agrícola” (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 29). Pois, os custos de produção são muito elevados e não estão ao alcance de grande parte dos agricultores familiares.

Assim, parte dos agricultores, já sem terras, buscam melhores condições de vida nas cidades, aonde não encontram trabalho, ao contrário, o que encontram é improváveis fontes de renda, com dificuldades de ingressar no mercado de trabalho formal, e assim, obter renda. Alguns desses agricultores retornam ao campo, graças às lutas pela terra conquistadas pelos movimentos sociais, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Neste contexto, os agricultores sem terra, passam a ser assentados, ganhando um lote, e assim, passam a receber condições potenciais para desenvolver sua produção e reprodução, tanto social quanto econômica. Com a reforma agrária, a agricultura e o agricultor familiar ou assentado ganharam espaço na produção de alimentos. Porém, para que isso aconteça, são necessários investimentos, através de políticas públicas e programas.

A essência defendida pelo MST é a produção baseada nos princípios da Agroecologia. Filho e Medeiros (2014, p. 76) apontam que a produção agroecológica, não é apenas produção de alimentos sem agrotóxicos, pois ela provoca várias transformações, sendo que estas dizem respeito, especialmente “[...] nas relações sociais de produção, uma vez que exige uma participação ativa do agricultor e uma radical mudança na relação com o ambiente”.

No contexto de transformações que incluem a reforma agrária e a organização da produção baseada nos princípios da Agroecologia esta investigação pretende responder o seguinte problema: como os agricultores do Assentamento Filhos de Sepé, localizado no município de Viamão/RS, se organizam na produção agroecológica do arroz?

Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo compreender a organização e a manutenção do sistema de produção do arroz orgânico no Assentamento Filhos de Sepé, Viamão/RS. Levando em conta os aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais.

A presente análise possui relevância para os estudos da Geografia, pois ajuda a compreender as estratégias de produção e de reprodução social dos agricultores em questão, frente a uma série de transformações e problemas que ocorreram no decorrer do tempo e do espaço. Configurando-se como uma abordagem geográfica que abarca, sobretudo, as questões sociais, ambientais e econômicas deste sistema de produção e dos atores sociais envolvidos.

Os assentamentos têm sido espaço de diferentes experiências para a produção e reprodução de unidades de produção familiar. Sendo importantes os estudos que retratam os diversos contextos e realidades que os assentamentos se encontram, destacando a importância da presente pesquisa que, retrata o

caso da produção do arroz orgânico no assentamento Filhos de Sepé, sendo esta, uma produção alternativa, com base nos princípios da Agroecologia, que se opõe ao modelo de produção convencional do arroz.

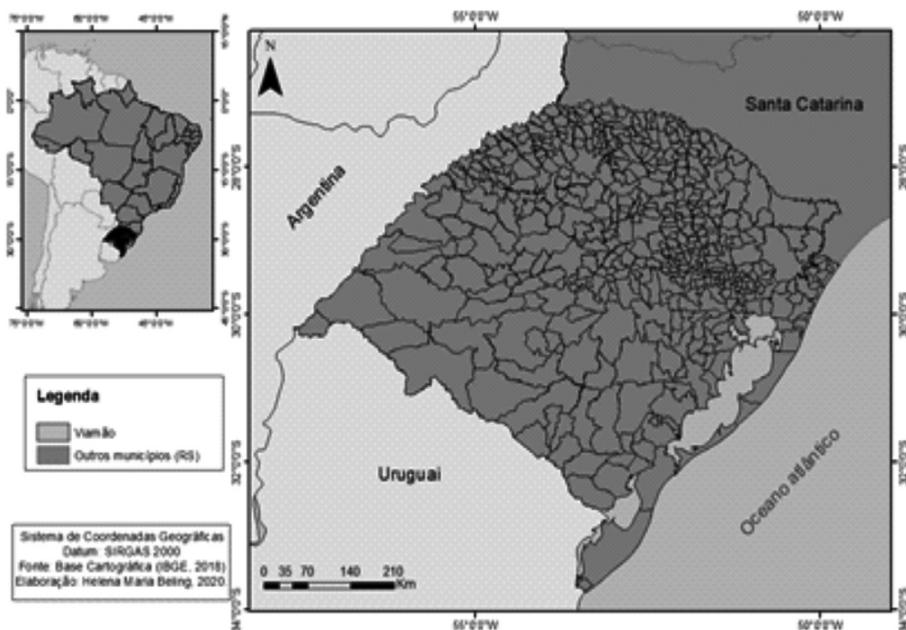
Acreditamos ser importante tornar visível essa realidade, tanto para a sociedade em geral quanto para os estudos agrários. Pois, o tema e a área de recorte da presente pesquisa tratam dos novos arranjos promovidos pela organização produtiva, envolvendo estratégias de produção e de reprodução social.

Ademais, após apresentar o tema estudado, bem como, o problema da pesquisa, o objetivo do trabalho e a justificativa, apresentaremos a caracterização da área de estudo e os procedimentos metodológicos. Contudo, para atender ao objetivo proposto, o trabalho está organizado em três tópicos, sendo que: em um primeiro momento, o trabalho aborda a questão agrária, considerando a modernização da agricultura brasileira, as transformações no espaço rural, a luta pela terra e a reforma agrária; em seguida, é abordado a Agroecologia e o desenvolvimento sustentável; o terceiro tópico refere-se à produção orgânica, trazendo, especificamente, o caso da produção do arroz orgânico no assentamento Filhos de Sepé, apresentando o caso da certificação orgânica; por fim, abordamos algumas considerações finais referentes ao tema e a área de estudo.

2. Caracterização da área de estudo

Na Figura 1 podemos observar o município de Viamão, localizado na Região Metropolitana de Porto Alegre, sendo um município conurbado com a capital. Faz limite com os municípios de: Alvorada, Gravataí, Glorinha, Santo Antônio da Patrulha, Capivari do Sul, Laguna dos Patos, Lagoa do Casamento, Porto Alegre e o Lago Guaíba. Possui população de 239.384 habitantes e população estimada para o ano de 2019 de 255.224 pessoas. Viamão tem área territorial de 1.497,017 km² e densidade demográfica de 159,91 hab/km² (IBGE, 2010).

Figura 01: Mapa de localização do município de Viamão/RS



Fonte: Malha municipal (IBGE, 2018).
Elaboração: BELING, H. M. (2020)

Não é permitido o uso de agrotóxicos no assentamento, devido ao fato dele estar, totalmente, localizado na Área de Proteção Ambiental (APA) do Banhado Grande. Na APA, atualmente, há presença de áreas urbanas e atividades agropastoris, com predomínio do cultivo do arroz (SEMA, 2010). Em uma APA há possibilidade de convivência do ser humano com o meio natural, bem como, as demais formas de vida, até mesmo podendo existir em seu território ocupação humana, com áreas urbanas e cultivos agrícolas (CABRAL; SOUZA, 2005).

Com a criação da APA, gerou intensas discussões para implantação do assentamento, pois, várias medidas foram necessárias para garantir a produção e reprodução social e, ao mesmo tempo, atender as exigências ambientais. Para isso, houve uma série de discussões com os órgãos competentes (DIEL, 2011).

No mesmo ano de criação da APA, no dia 14 de dezembro de 1998, é implantado o assentamento Filhos de Sepé, que está localizado no Distrito de Águas Claras. Possui área territorial de aproximadamente 9.478 hectares. Sendo que, destes 2.500 hectares são referentes ao Refúgio da Vida Silvestre Banhado

dos Pachecos, 3.500 hectares são de área de várzea, 500 hectares de lamina d'água da Barragem Água Claras, e os 3.000 hectares restantes de lotes secos, que estão em altitude mais elevada (COPTEC; ATES, 2013).

O assentamento é composto por quatro setores de moradia, sendo os setores A, B, C e D, cada um com uma agrovila. No assentamento vivem 376 famílias (AAFISE, 2015), que são oriundas de vários municípios do estado gaúcho, algumas de Santa Catarina, e também trabalhadores da fazenda desapropriada. A história dessas famílias mostra grande diversidade de experiências de trabalho realizadas anteriormente a serem assentados, sendo agricultores familiares proprietário, arrendatários e meeiros. Os mesmos trabalhavam, em grande maioria, nos cultivos de tabaco, pecuária, arroz convencional, hortaliças e vários estavam desempregados do meio urbano (DIÁRIO DE CAMPO, 2016).

Para a organização do espaço do assentamento, que possui características geográficas, sociais e culturas diferentes das de vivência e convivências das famílias, foram necessárias várias adaptações. Como, por exemplo, a forma de produzir em área que abrange terras de banhado, propícias para a produção do arroz irrigado, além da luta por direitos de infraestrutura básica, como: moradia, água, energia elétrica, estradas, saúde (DIÁRIO DE CAMPO, 2016).

O Filhos de Sepé está localizado na Bacia Hidrográfica do Rio Gravaí, situada na Região Hidrográfica do Rio Guaíba. Pelo fato de estar integrado a APA do Banhado Grande, o assentamento conta com abundância nos recursos hídricos, ao mesmo tempo, as exigências ambientais são intensas, bem como, necessárias (DIÁRIO DE CAMPO, 2016).

No ano de 2002 foi instituída, sob a responsabilidade de Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), a Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos localizada, totalmente, no assentamento (DIEL, 2011). A área do Refúgio é de 2.560 hectares, criado por Decreto Estadual nº 41.559/2002 (SEMA, 2010).

Em 2005 ocorreu à fundação da Associação de Moradores do Assentamento Filhos de Sepé (AAFISE). Foram legitimados representantes dos quatro setores para compor grupos de produção, escolhidos e divididos de acordo com os tipos de produção, “[...] animais, grãos, mel, peixe e reflorestamento, infraestrutura e de autossustento” (DIEL, 2011, p. 62).

Além da produção do arroz orgânico, também há quantidade significativa de produção de gado de corte e de leite, realizadas, em maior parte, pelos moradores do setor B, onde não há produção de arroz. Além da produção significativa de hortaliças, frutas, ovos, pequenos animais, além do cultivo diversificado para autoconsumo (DIÁRIO DE CAMPO, 2016).

3. Procedimentos metodológicos

Para atingir os objetivos propostos utilizamos a abordagem e a análise qualitativa. Pois, possibilita a interpretação e análise de ação social, levando em conta as práticas e valores dos atores sociais em questão, com análise do fenômeno e dos sujeitos envolvidos.

Primeiramente, foi realizada a construção do referencial teórico da pesquisa. Foram consultados materiais bibliográficos referentes ao tema e área de estudo. Enfatizando sempre, a importância dos assentamentos de reforma agrária e da agricultura orgânica, trazendo a realidade do Assentamento Filhos de Sepé, localizado no município de Viamão/RS.

Em seguida, realizamos a coleta de dados por meio de trabalhos de campo, com os assentados e técnicos do assentamento Filhos de Sepé envolvidos com a produção do arroz orgânico. Com o trabalho de campo foi possível perceber *in loco* a problemática em questão. Levando em conta as características culturais, sociais, econômicas e fisiográficas. Nesta etapa foram realizadas a aplicação do roteiro de entrevista, as conversas informais e as observações.

Realizamos dois trabalhos de campo no ano de 2016: o primeiro aconteceu entre 15 e 19 de fevereiro, período de início da colheita do arroz orgânico; o segundo aconteceu de 17 à 21 de outubro, momento de finalização do preparo do solo e início da sementeira das lavouras. As fases diferentes da produção do arroz orgânico possibilitaram a observação da dinâmica do funcionamento da produção do arroz orgânico.

A obtenção dos dados de fonte primária, foi organizada por meio de roteiros de entrevistas semiestruturadas, sendo montados dois formulários: um destinou-se aos assentados produtores de arroz orgânico e o outro para os técnicos envolvidos com esta produção. Estes formulários abordaram questões como: conhecimento empírico e técnico; organização do assentamento; questões sociais, culturais, econômicas e ambientais; organização social e produtiva; conversão; certificação orgânica; resistências, potencialidades e fragilidades.

O assentamento possui expressiva área com arroz orgânico, na safra de 2015/2016 foi de 1.600 hectares, envolvendo 157 famílias, com produção organizada em 25 Grupos de Produção, onde cada grupo possui um coordenador. Para aplicar as entrevistas foram selecionados alguns coordenadores, indicados pelos técnicos da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos LTDA (COPTec), tendo em vista sua liderança no sistema produtivo, conhecimento e experiência na produção orgânica do arroz (DIÁRIO DE CAMPO, 2016).

Foram entrevistados 16 assentados, destes 15 são Coordenadores de Grupo de Produção e um assentado que não trabalha mais com a produção do

arroz orgânico, mas, esteve presente desde o princípio de sua criação; e os dois técnicos da COPTec envolvidos com a produção do arroz. As conversas foram gravadas com consentimento dos depoentes. Para o uso das falas utilizamos a letra *T* para se referir aos técnicos envolvidos com a produção e a letra *A* para os assentados coordenadores dos grupos de produção do arroz orgânico, seguido do número da entrevista (DIÁRIO DE CAMPO, 2016).

Também utilizamos as anotações no diário de campo. Por fim, realizamos o cruzamento dos dados e das informações, possibilitando análise específica da área e do tema de estudo.

4. A questão agrária

Com a modernização da agricultura brasileira, a partir 1950, surge o modelo tecnológico proposto da Revolução Verde. A qual introduziu no campo novas práticas agrícolas, que permitem aumento significativo na produção devido ao uso de tecnologias durante o processo produtivo e no gerenciamento das produções, ocasionando intensas mudanças no campo.

A agricultura desenvolvida antes de 1950 era caracterizada pela existência da chamada agricultura tradicional. Onde, “[...] era intenso o uso da força de trabalho familiar para a produção e obtenção de produtos de origem animal e vegetal basicamente para suprir as necessidades de abastecimento da própria família”. Para o desenvolvimento, as experiências eram transmitidas de geração para geração, aonde os saberes tradicionais tinha grande valor, “[...] seus produtos basicamente possuíam uma origem “ecológica” cultivada em cada unidade de produção familiar pelos seus próprios membros” (CHELOTTI, 2009, p. 125). Com a transição da agricultura tradicional para a convencional, as relações sociais do campo brasileiro foram transformadas de forma profunda.

Wizniewsky (2015, p. 82) aponta que a modernização agrícola ganhou destaque em 1970, quando “[...] abre espaço para a territorialização do capital, que a partir das empresas multinacionais, com seus pacotes tecnológicos, monopolizam o território, resultando na criação de múltiplos territórios. Modernizar, nessa lógica, é o mesmo que desenvolver”. Chelotti (2009, p. 126) complementa ao afirmar que o Estado começou a atuar impulsionando “o surto modernizador”. Ocorrendo mudanças drásticas na base técnica da produção agrícola, sobretudo, com os produtos que o mercado começa a exigir, como os grãos destinados a exportação.

As políticas de crédito facilitado, direcionadas para o espaço rural, da década de 1970, colaboraram para o predomínio do latifúndio e a subordinação do trabalhador a estrutura fundiária dominante. Sendo palco de um au-

mento expressivo das áreas de monocultivos, alta concentração de terras, com expropriação de trabalhadores e agravando a situação da agricultura familiar (WIZNIEWSKY, 2015).

Assim, os produtores rurais com maior renda, apresentavam poder para comprar maquinários modernos e sofisticados, insumos que facilitem a produção e a aquisição de mais terras, aumentando seus índices de produção agropecuária, com redução do tempo de produção e da mão de obra utilizada, gerando assim mais lucros. Configurando-se assim, com forte impacto no campo brasileiro. Acontecendo a exclusão da maioria dos produtores rurais, sobretudo, os que trabalhavam com mão-de-obra familiar.

Os impactos da modernização da agricultura afetam as relações dos agricultores e entre os agricultores, bem como, sua organização e produção. Toledo (2002) ressalta que a pequena produção agropecuária, que é, geralmente, de caráter familiar e, às vezes, famílias agrupadas em comunidades rurais, tem como resultado uma maior produção econômica e ecológica do que as médias e grandes unidades de produção.

4.1 A luta pela terra e a reforma agrária

No contexto das contradições e injustiças no campo, os movimentos sociais de luta pela terra passaram a exigir políticas voltadas a reduzir a desigualdade da estrutura fundiária. Assim, foram elaboradas legislações específicas para o campo, por exemplo, o Estatuto do Trabalhador Rural em 1963 e o Estatuto da Terra em 1964. Contudo, a estrutura agrária brasileira não condiz com o Estatuto da Terra, que garante o direito à Reforma Agrária para a função social da terra.

Os excluídos do espaço rural começaram a pressionar, através dos movimentos sociais de luta pela terra, iniciando o debate sobre reforma agrária. A luta pela terra, que iniciou em 1950, teve como destaque movimentos sociais de organização nacional e internacional.

Sauer (2010, p. 38) enfatiza que os movimentos sociais não lutam somente pelo acesso a terra, mas também, para dar as condições dos assentados se desenvolverem nas terras conquistadas. A luta pela terra é um processo social, político e econômico, que abrange uma série de transformações no campo, “[...] redistribuindo a propriedade da terra e o poder, redirecionando e democratizando a participação da população rural no conjunto da sociedade brasileira”. Nesse sentido, a luta social para a realização da reforma agrária tem como base “[...] instrumentos que gerem emprego e renda, criando melhores condições de vida no meio rural”.

Os assentamentos “[...] surgiram como uma nova alternativa, forma um conjunto de pequenos territórios, em espaços contínuos e/ou descontínuos, mas vistos como partes integrantes de um sistema maior”. E assim, passam a constituir projetos de desenvolvimento local, dinamizando e transformando o espaço dos municípios aonde são instalados (MEDEIROS; FIORENTIN, 2015, p. 148).

Além disso, a reforma agrária veio como medida para assentar as famílias que não possuíam terra, para assim, garantir a produção e sua reprodução social. Ao falar nas questões positivas geradas pela reforma agrária no Brasil, Cleps Junior (2013, p. 104) cita como exemplo “[...] a diversificação da produção agrícola, a expansão do mercado de trabalho e o fortalecimento político dos agricultores”. No momento que esses agricultores recebem uma parcela de terra, começam a ter acesso a outros benefícios, como é o caso dos créditos para instalação de infraestrutura básica.

No Brasil o número de famílias assentadas é de 972.289, distribuídas em 9.374 assentamentos, ocupando uma área de 87.978.041,18 hectares. O Rio Grande do Sul possui 345 assentamentos, com 12.413 famílias assentadas abrangendo uma área de 294.194,27 hectares. Demonstrando a número significativo de famílias assentadas, as quais a partir de um pedaço de terra conseguem iniciar sua produção e, assim, garantir a sua reprodução social (INCRA, 2017). Entretanto, a reforma agrária não transformou a estrutura fundiária do Brasil, ela somente se limitou em realizar desapropriações pontuais. Que tiveram o intuito de transformar terras improdutivas ou pouco produtivas em meios de produção e reprodução dos sujeitos sem terra.

Cabe salientar que, a produção baseada nos princípios da Agroecologia é a essência defendida pela MST (MST, 2014). Assim, os agricultores assentados constroem novas relações entre família, trabalho e a terra. O Assentamento Filhos de Sepé é uma importante referência no processo de produção agroecológica em assentamentos de reforma agrária.

5. Agroecologia: um caminho para alcançar o desenvolvimento sustentável

Gliessman (2008) aponta que para alcançar a sustentabilidade são indispensáveis práticas agrícolas alternativas baseadas nos processos ecológicos, caminhando assim, na direção das mudanças socioeconômicas, para promover a sustentabilidade em todos os setores do sistema alimentar. Caporal e Costabeber (2004) afirmam que para alcançar o desenvolvimento sustentável, é preciso construção de agriculturas sustentáveis. Impulsionando assim, uma

mudança substancial no espaço rural e na agricultura, na perspectiva de, afirmar a sustentabilidade social, ambiental e econômica dos territórios rurais.

A produção com base na Agroecologia surge como estratégia para alcançar o desenvolvimento sustentável no espaço rural. Caporal e Costabeber (2004, p. 06) apontam que a Agroecologia tem se mostrado positiva, remetendo a “[...] estilos de agricultura menos agressivos ao meio ambiente, que promovam a inclusão social e proporcionam melhores condições econômicas aos agricultores”.

Ao definir a Agroecologia, Gliessman (2008, p. 56) garante que esta ciência proporciona o conhecimento e a metodologia para desenvolver uma agricultura que é “ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável”. Ela desenvolve os novos paradigmas da agricultura, pois relaciona a produção de conhecimento com sua aplicação, valorizando o conhecimento empírico e local dos agricultores, fazendo a troca de conhecimentos e experiências, aplicando assim, para alcançar o objetivo comum que é a sustentabilidade.

A preocupação com a produção orgânica é presente, forte e organizada no assentamento Filhos de Sepé. Desde a efetivação do assentamento muitas mudanças aconteceram e vão desde a decisão até o início da conversão para a Agroecologia. Enfatizamos que, a decisão pela conversão agroecológica foi de alguns agricultores assentados e também por pressão externa, devido à área de o assentamento estar localizado em uma APA, onde não é permitido uso de agrotóxicos e uma série de medidas ambientais foi necessária (DIÁRIO DE CAMPO, 2016).

Ao falar do processo que deu início a produção orgânica do assentamento, o entrevistado A-06 (2016), conta que o início da produção orgânica foi com um grupo, que já estava com mais estabilidade produtiva e econômica, e assim foram, aos poucos, tendo os primeiros avanços na produção, que se deu com muita organização. Um dos grandes apoios foi quando teve um incêndio bem significativo na área do Refúgio, e assim, intensificaram-se os cuidados com as questões ambientais no assentamento, principalmente, dos órgãos ambientais responsáveis.

Não foi fácil estabilizar as condições básicas para o desenvolvimento do assentamento e a organização da produção. Haja vista que, faltou auxílios e subsídios do Governo para que os agricultores atingissem a produção e a reprodução social. Um dos grandes empecilhos foi a demora em demarcar os lotes, finalizado na área de várzea, no ano de 2007 (A-06, 2016).

Conforme o entrevistado A-04 (2016): “No início teve muitos que não acreditavam, eu era um dos que não acreditava também, que a gente não con-

seguir produzir, mas depois fomos aprendendo e fazendo essa produção”. O depoente A-10 (2016) destaca que, o acesso aos créditos e recursos entre 2000/2002, facilitam e impulsionaram o desenvolvimento da produção do arroz orgânico e de todo o assentamento. Pois, deu condições para o trabalho e assim, desenvolver a produção, o que fez com que o Filhos de Sepé, se tornasse essa “[...] potência na produção do arroz orgânico, e ele também é exemplo de organização”.

A construção de conhecimento agroecológico no assentamento Filhos de Sepé, em alguns casos, se deu por vontade própria, e em outros casos, pelo fato de o assentamento estar localizado em uma APA e serem obrigados a produzir no sistema orgânico. É uma construção constante, sendo de extrema importância os cursos, reuniões, assistência técnica, seminários, estudos, informações de várias origens, trocas de experiências (DIÁRIO DE CAMPO, 2016).

O assentado A-13 (2016) cita que: “É, a gente vestiu a camisa né, pela questão ambiental e até pelo próprio custo”. O depoente A-08, (2016), assinala que: “Todo o tempo tu tá aprendendo né, por que tem coisa que esse ano tu não apreendeu bem, ano que vem tu vai fazer, não consegue controlar uma coisa, ano que vem tu tenta melhor, sempre melhorando né”. O entrevistado A-09 (2016), enfatiza a trocas de experiências com outros agricultores, onde buscava-se o conhecimento do fora do assentamento.

O entrevistado A-07 (2016), afirma que “O assentamento começou a se desenvolver através do orgânico”, pois, antes as despesas eram muito elevadas, e assim, a produção do arroz no modelo convencional não era viável.

6. A produção orgânica no Assentamento Filhos de Sepé: o arroz orgânico

Na safra 2000/2001 surgiram as primeiras experiências de cultivos de arroz orgânico no assentamento Filho de Sepé. Desde lá os assentados e os técnicos trabalham em prol de melhorias. Este sistema de produção caracteriza-se com base na organização produtiva do trabalho familiar e a organização em grupos de produção. Essa organização gera um trabalho onde as trocas de experiências e ajudas mútuas são de extrema relevância, priorizando a forma coletiva na terra conquistada (DIÁRIO DE CAMPO, 2016).

Desde as primeiras experiências com a produção do arroz orgânico a área plantada e o número de famílias envolvidas aumentaram. Atualmente é a principal atividade agrícola promotora de renda do Filhos de Sepé, sendo denominado o “carro chefe” do assentamento (DIÁRIO DE CAMPO, 2016). O depoente A-06 (2016) destaca que, falar que é do assentamento de Viamão é

um orgulho, pois, os desafios foram sendo vencidos e conquistando o espaço de produção.

O técnico A-01 (2016), ao falar da constituição e organização dos grupos de produção do arroz orgânico, aponta que a maioria das famílias que não são coordenadores dos grupos de produção não se envolve com a produção do arroz orgânico, pois, envolvidos diretamente com a produção do arroz orgânico são os coordenadores dos grupos de produção. A constituição dos grupos de produção tem, basicamente, dois critérios: proximidade entre os lotes de produção e a amizade/afinidade entre as famílias que compõe o grupo. Alguns grupos de produção estão organizados com as mesmas famílias desde o início (DIÁRIO DE CAMPO, 2016).

Todos os assentados produzem alimentos para a autoconsumo da família. Sendo que, em totalidade, foram citados a horta, pomar e mandioca. Além de: gado de corte, gado de leite, melancia, galinhas/ovos, porcos, feijão, abóbora, batata doce. O entrevistado A-2 (2016) ao falar da alimentação em sua casa, expõe que: “A alimentação é em grande parte orgânica, só se compra o que não se produz”.

De acordo com o entrevistado A-06 (2016), além da produção do arroz, a área do assentamento é propícia para desenvolver outras atividades agrícolas, como é o caso do aipim e da batata doce, nesse sentido, ele afirma a necessidade de diversificar a produção. Ele também aponta a importância da produção diversificada para o autoconsumo, “[...] o agricultor que não tem seu porquinho, sua vaca, suas galinhas, ele não é agricultor né, ele é o que, ele é um morador em cima da terra, mas não, menos agricultor”.

A média do tamanho dos lotes na área de várzea é de 15 hectares. A distância entre o lote de moradia e área de produção é bem variável entre os produtores de arroz orgânico, sendo que, variam, em média, de 4 a 18 quilômetros. A distância entre o lote de moradia e a área de produção é apontada como um problema para alguns produtores, sendo que, o deslocamento em distâncias longas elevando os custos de produção (DIÁRIO DE CAMPO, 2016).

A produção do arroz orgânico do assentamento Filhos de Sepé, em maior parte, vai para a Cooperativa dos Trabalhadores Assentados de Região de Porto Alegre Ltda. (COTAP), e em menor quantidade vai para a Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão (COPERAV). Algumas áreas de produção de arroz orgânico são destinadas para semente, visto que, a produção para essa finalidade precisa atender a uma série de exigências.

Salientamos que, COPERAV, localizada no assentamento, possui duas agroindústrias de processamento de alimentos, uma agroindústria é de panificação (pães e bolachas) e outra é de beneficiamento de vegetais (DIÁRIO DE CAMPO, 2016).

Ao falar da aceitação dos produtos orgânicos no mercado consumidor, os entrevistados afirmam que está aumentando. Também, cabe destacar que, a proximidade do assentamento com o centro de Viamão/RS e de Porto Alegre/RS garantiu as famílias maior qualidade e acesso à saúde (DIÁRIO DE CAMPO, 2016). O entrevistado A-01 (2016), fala que o trabalho é árduo e intenso, mas que é realizado sendo agricultor desenvolvendo a produção na lavoura é gratificante e estimulador.

6.1 Certificação orgânica no assentamento Filhos de Sepé

Neste assentamento, o cultivo de arroz e parte da produção de frutas e hortaliças, são certificados como produtos orgânicos. Para que o arroz orgânico seja certificado, é preciso que todos os agricultores sigam os mesmos padrões durante todo o processo de produção, estabelecidos previamente na legislação dos produtos orgânicos, bem como, as exigências do mecanismo adotado para a certificação orgânica (DIÁRIO DE CAMPO, 2016).

No assentamento Filhos de Sepé, a certificação do arroz orgânico é realizada em base em normas nacionais e internacionais. Ocorre por meio de dois mecanismos: certificação por auditoria, realizada pela empresa privada IMO (Instituto de Mercado Ecológico), e a outra por meio de certificação participativa, realizada através do Sistema Participativo de Garantia (SPG).

A certificação é de extrema importância para o arroz orgânico, pois, garante a venda, facilita o comércio e agrega valor no produto (DIÁRIO DE CAMPO, 2016). O assentamento não tem dificuldades com a certificação, pois todo o assentamento produz no sistema orgânico, o que facilita muito os processos (A-03; A-14, 2016).

7. Considerações finais

O Assentamento Filhos de Sepé tem sistema produtivo desenvolvido baseado nos princípios da Agroecologia. Com o desenvolvimento desta pesquisa, foi possível conhecer e compreender melhor o arroz orgânico como estratégia de produção e de reprodução social.

Com a modernização da agricultura brasileira, surge o modelo tecnológico proposto da Revolução Verde, que ocasionou intensas e profundas transformações no espaço rural. Os impactos acarretados afetaram diretamente as relações dos agricultores e das agriculturas desenvolvidas nas unidades de produção, bem como, sua organização e produção. Provocando problemas para a pequena unidade de produção e a produção familiar.

Desse modo, a organização dos movimentos sociais de luta pela terra, que passaram a exigir políticas voltadas a corrigir a desigualdade da estrutura fundiária, contribuíram para equilibrar o contexto das injustiças e diferenças sociais presentes no espaço agrário. Sendo que, com a reforma agrária busca-se amenizar a desigualdade e injustiça da estrutura fundiária. Os assentados passam a ter condições para desenvolver sua produção e reprodução, tanto no âmbito social quanto econômico, ganhando espaço na produção de alimentos, e assim, alcançando seu desenvolvimento.

O assentamento em questão é referência de produção orgânica e exemplo da organização produtiva. A produção do arroz orgânico é estabelecida com forte relação entre a terra, o trabalho e o meio ambiente. Sendo um espaço de produção e reprodução de vidas, com inúmeras trocas de experiências, saberes e ajudas recíprocas.

A pesquisa facilitou e contextualizou a compreensão da persistência na luta pela terra e a reforma agrária, bem como, a necessidade de que o processo seja efetivo e de qualidade. É necessário que abarque todo o contexto e o processo da implantação do assentamento e dos assentados.

O trabalho é árduo, mas os assentados demonstram felicidade e satisfação em serem agricultores e produzirem de forma orgânica. É preciso mais políticas públicas e programas voltados para o desenvolvimento das produções dos agricultores familiares, possibilitando assim, maior produção e qualidade.

Agradecimentos

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa a nível de mestrado;

Agradecemos aos assentados e técnicos da COPTEC do assentamento Filhos de Sepé pela disponibilidade de tempo para a aplicação das entrevistas e conversas.

Referências

AAFISE, Associação dos Moradores do Assentamento Filhos de Sepé. **Relatório Técnico da Gestão dos Recursos Hídricos do Distrito de Irrigação Águas Claras – Viamão/RS**. Jun. 2015.

CABRAL, N. R. A. J.; SOUZA, M. P. de. **Área de Proteção Ambiental: planejamento e gestão de paisagens protegidas**. 2. ed. São Carlos: RiMa, 2005. 158 p.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CHELOTTI, M. C. **A estância metamorfoseou-se: (re) configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na campanha gaúcha (1990-2007)**. 2009. 305 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geografia.) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

CLEPS JUNIOR, J. Expressões da re-territorialização da reforma agrária no Brasil do século XXI: novas territorialidades e novos agentes sociais. In: Medeiros, R. M. V.; FALCADE, I. (Orgs.). **Expressões da Re-Territorialização do Campo Brasileiro**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2013. p. 91-116.

COPTEC, Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda.; ATEs, Assessoria Técnica Social e Ambiental. **Gestão Comunitária de Recursos Hídricos na Produção Agroecológica de Arroz no Assentamento Filhos de Sepé, Viamão/RS**. 2013 (cópia xerográfica).

DIEL, R. **Gerenciamento de Recursos Hídricos: um estudo de caso no Assentamento Filhos de Sepé, Viamão (RS)**. 2011. 87 p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2011.

FILHO, C. C. B.; MEDEIROS, R. M. V. A agricultura como estratégia para uma nova ruralidade: o caso da experiência do arroz orgânico na região metropolitana de Porto Alegre/RS. In: MEDEIROS, R. M. V. M.; LINDNER, M. (Org.). **Assentamentos rurais, território, produção: novas alternativas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: NEAG/UFRGS, 2014. p. 73-83.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Assentamentos. Painel dos Assentados. **Incra nos Estados** – Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária. 2017. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **CIDADES@**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/viamao/panorama>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

MEDEIROS, R. M. V.; FIORENTIN, M. Desenvolvimento rural transformações sócio-espaciais e assentamento no Rio Grande do Sul. In: DE DAVID, C.; WIZNIEWSKY, C. R. F. (Orgs.). **Agricultura e transformações socioespaciais: olhares geográficos e a pesquisa de campo**. Porto Alegre: Evangraf/Jadeditora, 2015. p. 145-157.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O MST. **Nossa História**. 2014. Disponível em: <<https://mst.org.br/nossa-historia/>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

SAUER, S. **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SEMA, Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Unidades de Conservação. Estaduais. **Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande**. 2010. Disponível em: <https://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_menu=174>. Acesso em: 29 nov. 2016.

BELING, H. M.; FLORES, C. R. • O arroz orgânico como estratégia de produção e reprodução social: o caso do Assentamento Filhos de Sepé, Viamão/RS

SEMA, Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Unidades de Conservação. Estaduais. **Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos**. 2010. Disponível em: <<https://www.sema.rs.gov.br/%3E>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

TOLEDO, V. M. Agroecología, sustentabilidad y reforma agraria: la superioridad de la pequeña producción familiar. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, , p. 27-36, abr./jun. 2002.

WIZNIEWSKY, C. R. F. Reflexões acerca do desenvolvimento, agroecologia e educação. In: DE DAVID, C.; WIZNIEWSKY, C. R. F. (Orgs.). **Agricultura e transformações socioespaciais: olhares geográficos e a pesquisa de campo**. Porto Alegre: Evangraf/Jadeditora, 2015. p. 80-91.

O arroz agroecológico cultivado nos territórios rurais dos assentamentos do município de São Gabriel – RS

João Silvano Zanon

1. Introdução

O cultivo de arroz agroecológico ocupa uma área significativa, e com o passar do tempo, vem aumentando de forma expressiva nos assentamentos de São Gabriel – RS. No entanto, a produção de arroz no Rio Grande do Sul se caracteriza pelo predomínio de lavouras cultivadas no modelo convencional, irrigadas, com uso intensivo de máquinas e insumos industrializados, geralmente aplicados por meio de aviões.

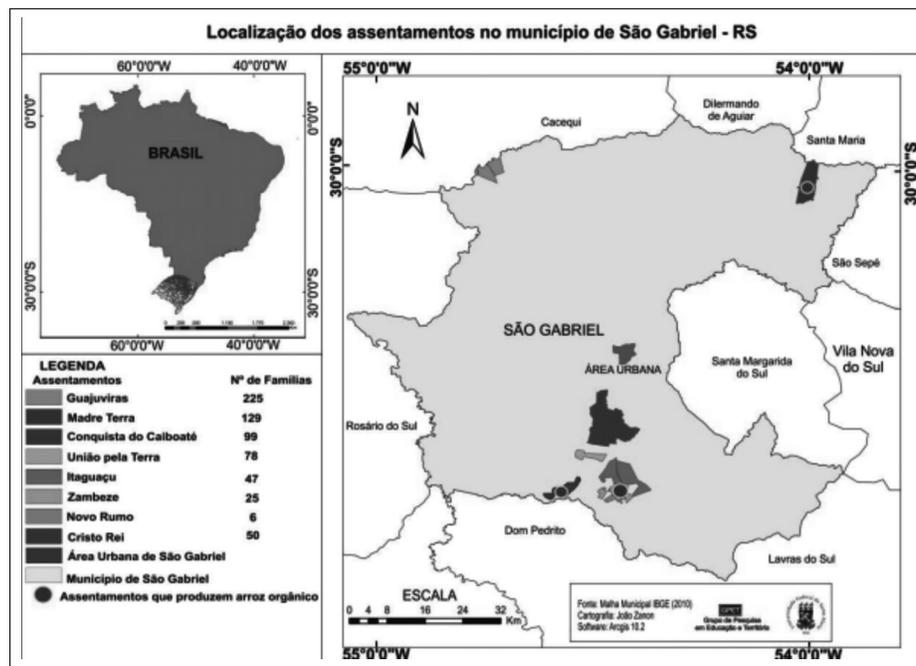
Desse modo, a orizicultura convencional é uma atividade econômica que gera cada vez menos empregos, produzindo crescentes impactos socioeconômicos e ambientais, sendo que foram intensificados com a Revolução Verde, com a crescente modernização agrícola na Campanha Gaúcha do Rio Grande do Sul, aonde está localizada a área de estudo.

Esse estudo é oriundo de resultados obtidos na dissertação de Mestrado desenvolvida entre os anos de 2013 a 2015, intitulada: Desafios da produção do arroz agroecológico nos assentamentos do município de São Gabriel – RS, orientada pela professora Dra. Carmen Rejane Flores, a qual foi defendida no ano de 2015.

Dividimos esse trabalho em quatro partes, além da presente Introdução e das Considerações Finais. Primeiro, destacamos a importância de um referencial teórico sólido acerca do processo de reforma agrária e os conflitos inerentes ao espaço geográfico em questão no município de São Gabriel – RS, focando na possibilidade de abordar a reforma agrária de maneira mais abrangente. Na sequência, apresentamos elementos que compõem a reforma agrária, indo na contramão da modernização agrícola brasileira. Na terceira parte, demonstramos diferentes interpretações sobre a reforma agrária e a nova territorialidade que se cria no espaço agrário do município de São Gabriel – RS, na quarta parte trazemos nossa abordagem, destacando que, apesar de todas as dificuldades, os agricultores buscam autonomia produtiva no lote, mantendo-se no espaço dos assentamentos de reforma agrária no município.

A referida área de estudo (Figura 1), localiza-se na região da Campanha Gaúcha, na parte sudoeste do estado do Rio Grande do Sul. São Gabriel possui uma área territorial de 5.023, 821 Km² e uma população de aproximadamente 60.105 mil habitantes (IBGE, 2019).

Figura 1: Mapa de localização da área de estudo



Org.: ZANON, J. S. 2020

2. Referencial teórico

Partindo do processo de reforma agrária e os conflitos inerentes ao espaço geográfico em questão no município de São Gabriel – RS, percebemos a importância de políticas na construção e desenvolvimento de uma organização produtiva que esteja vinculada a realidade e as potencialidades do lugar, uma vez que leva os assentados a desenvolverem atividades produtivas com vista a um maior desenvolvimento, e que assim, garanta sua permanência no lote.

Os assentamentos de São Gabriel localizam-se na campanha gaúcha e muitos lotes dentro dos assentamentos possuem áreas propícias a produção de arroz, ou seja, áreas de várzea, onde a implantação deste produto de base agro-

ecológica é desenvolvida, engendrando assim a transformações territoriais dentro dos assentamentos em questão, tendo em vista que a produção ecológica contraria interesses de distintos agentes que lucram com a dependência dos agricultores com a modernização agrícola, pelo uso dos pacotes tecnológicos e das redes convencionais de comercialização.

Levando em conta a diversidade de fatores que compõe os territórios dos assentamentos no município, constata-se que a implantação de assentamentos no município de São Gabriel gerou uma série de transformações na orizicultura. Isso porque o processo de assentamento gera o parcelamento das áreas anteriormente cultivadas de forma contínua, fazendo com que o controle dos órgãos públicos fundiários e ambientais nas áreas dos territórios de reforma agrária dificulta o arrendamento e a exploração predatória dos recursos naturais.

Segundo Menezes (2009), a modernização na agricultura impôs um enorme dano ambiental pela exploração inadequada dos recursos naturais, a erosão do solo, a perda de fertilidade e sedimentação dos rios e com o uso indiscriminado de fertilizantes, inseticidas e herbicidas.

Segundo Silva; Casalinho (2011), a apresentação dos dados relacionados à estrutura fundiária brasileira, levantados pelo Censo Agropecuário de 2006, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE: o processo de concentração da terra no Brasil não só se manteve como se intensificou no período observado entre os últimos censos agropecuários.

Além disso, a Revolução Verde aumentou as desigualdades no meio rural, pois beneficiou apenas os produtores de maior renda, que tinham poder aquisitivo para comprar maquinários cada vez mais modernos e sofisticados, insumos que facilitem na produção, além da aquisição de mais terras, produzindo mais em menos tempo, reduzindo a mão de obra, o que acarretará em maiores lucros; em contrapartida, os produtores de baixa renda, com menor capacidade de acompanhar as tecnologias de produção oferecidas pelo mercado, reduzirão sua área de produção, fator que aumenta ainda mais as desigualdades sociais no campo.

Ressalta-se ainda em Fernandes (2006) que, no campo, os territórios do campesinato e do agronegócio são organizados de formas distintas, a partir de diferentes classes e relações sociais, resultando em uma paisagem homogênea com agronegócio e o território camponês caracterizando uma paisagem heterogênea.

Observa-se então que, pós-formação dos assentamentos tem-se uma mudança na paisagem e no território aliado na constante busca das famílias por melhores condições de vida e permanência das mesmas em seus lotes.

2.1 Modernização agrícola e a reflexão acerca da agroecologia

Com a formação dos assentamentos no município de São Gabriel/RS verifica-se um aumento de produção de base agroecológica voltada principalmente para o consumo interno, bem como para a venda de excedentes, a partir do desenvolvimento das práticas agroecológicas de produção, os agricultores passam a preservar sua cultura local, conservando os recursos naturais e preservando a biodiversidade local, além de manter-se no campo garantindo o sustento de suas famílias.

Neste sentido, Aloísio (2004), afirma que para alcançar a sustentabilidade na agricultura, as dimensões da questão ecológica devem estar presentes, pois a problemática em prol da sociedade sustentável vai além do processo produtivo, levando em conta os saberes sociais, políticos, econômicos, culturais e éticos. Surge então, a agroecologia como uma renovação dos sistemas agrícolas insustentáveis, com o objetivo de proporcionar mudanças socioculturais que resulta em uma agricultura realmente sustentável.

Ainda, a monocultura mecanizada voltada para a exportação se utiliza de grande uso de insumos externos, como, por exemplo, os agrotóxicos, sementes híbridas e transgênicas, tais sistemas agrícolas são insustentáveis, pois demandam grandes quantidades de terras, de insumos externos, além de poluírem o meio ambiente.

Neste sentido, se faz necessário à busca por novos paradigmas que levem em conta a eficiência das práticas agrícolas tradicionais ou o desenvolvimento de formas agrícolas agroecológicas para além de desenvolver de forma sustentável o campo, colaborem para uma melhor distribuição de renda, que busquem a segurança alimentar e que valorizem os saberes do agricultor.

Conforme Leff (2002, p. 37).

Na terra onde se desenterrou a natureza e a cultura; neste território colonizado pelo mercado e pela tecnologia, a agroecologia rememora os tempos em que o solo era suporte da vida e dos sentidos da existência, onde a terra era torrão e o cultivo era cultura; onde cada parcela tinha a singularidade que não só lhe outorgava uma localização geográfica e suas condições geofísicas e ecológicas, senão onde se assentavam identidades, onde os saberes se convertiam em habilidades e práticas para lavrar a terra e colher seus frutos.

Diante disto, a agroecologia busca a construção de outra realidade agrícola, construída pelos sujeitos sociais do campo, contrário ao processo de globalização capitalista centrada no lucro e na exploração, na busca de reverter o processo de exclusão dos agricultores desfavorecidos. São os saberes e práticas agrícolas diárias que fazem com que os pequenos produtores rurais sobrevi-

vam no campo, reproduzindo-se, respeitando os fatores culturais, sociais, econômicos e ambientais.

Conforme Leff (2002, p. 45):

Os princípios da Agroecologia e o manejo integrado de recursos suscitam a possibilidade de construir uma economia mais equilibrada, justa e produtiva, fundada na diversidade biológica da natureza e na riqueza cultural dos povos da América Latina. As possibilidades que abre a Agroecologia para converter os recursos agrícolas e florestais em bases para o desenvolvimento e bem-estar das comunidades rurais aparecem, também, como um meio para a proteção efetiva da natureza, da biodiversidade e do equilíbrio ecológico do planeta.

Conforme Leff (2002) nota-se então, a exigência da necessidade de promover formas de associações e investimentos que transfiram uma maior capacidade técnica e um maior potencial produtivo às próprias comunidades, fortalecendo os sistemas agrícolas agroecológicos sustentáveis, através de processos de gestão que melhorem as condições de vida da população, que assegurem a sustentabilidade em longo prazo, dos processos produtivos e que aumentem, ao mesmo tempo, os excedentes comercializáveis.

De acordo com Caporal; Costabeber (2002), uma agricultura verdadeiramente de base ecológica não pode se restringir apenas a preocupação ambiental, sendo fundamental incorporar outras dimensões, como a social, a econômica, a cultural, a política e a ética. Segundo esses autores (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p. 81):

Enquanto a corrente agroecológica defende uma agricultura de base ecológica que se justifique pelos seus méritos intrínsecos ao incorporar sempre a ideia de justiça social e proteção ambiental, independentemente do rótulo comercial do produto que gera ou do nicho de mercado que venha a conquistar, outras propõem uma “agricultura ecologizada”, que se orienta exclusivamente pelo mercado e pela expectativa de um prêmio econômico que possa ser alcançado num determinado período histórico, o que não garante sua sustentabilidade no médio e longo prazos.

A partir do desenvolvimento da produção do arroz nos moldes agroecológicos desenvolvido pelos assentados, os agricultores passam a preservar sua cultura local, preservando os recursos naturais e a biodiversidade local, além de permanecerem no campo, garantindo o autoconsumo e a reprodução social.

2.2 O conceito de território e a nova territorialidade no espaço agrário do município de São Gabriel – RS

Para compreender melhor o espaço agrário em questão e os conflitos oriundos da formação dos assentamentos na área de estudo, destaca-se que é

característica peculiar do município de São Gabriel “a força do latifúndio”, e segundo os dirigentes do MST, a conquista dos assentamentos na região de São Gabriel, se deu inicialmente com a luta, que teve início pela desapropriação da fazenda Southall, e teve continuidade nos tencionamentos resultantes da ocupação com os conflitos e a formação dos demais assentamentos em São Gabriel.

Avançando no processo das lutas sociais e da reforma agrária no município e no Rio Grande do Sul (FERNANDES, 1998, p. 22), enfatiza:

A ideia de assentamento está diretamente relacionada à de pequena produção. Lugar e relação social se processam enquanto fonte de poder e resistência; ‘integrados’ ou excluídos, os trabalhadores constroem, sempre, novas estratégias que garantam a manutenção de sua existência. Nesse sentido, a terra é também o espaço da luta, pois é onde se realizam os processos sociais. É nesse contexto que os espaços dos assentamentos e as diferentes dimensões das relações aí desenvolvidas pelos sujeitos emergentes nos interessam como processo socioespacial, em e onde se expressam as dimensões dos interesses da classe: como o acesso à terra, a organização do espaço econômico, cultural e político, pela reinserção no processo produtivo, participando da sociedade como cidadãos [...]

Em entrevista com membro da direção regional do MST, o mesmo destaca que o movimento em prol da reforma agrária no Rio Grande do Sul surgiu no final dos anos 1970, e se consolidou nos anos de 1980, conquistando vários assentamentos no estado. O município de São Gabriel é um dos últimos espaços de excelência do latifúndio, é a resistência do latifúndio, onde os embates terminaram escrevendo páginas de violência e violação.

A partir da formação dos assentamentos no município de São Gabriel, o espaço, até então homogêneo, quase em sua totalidade pela presença do latifúndio, adquiriu caráter heterogêneo, que segundo (DAVID, 2008 p. 16):

A identificação do espaço rural como *locus* exclusivo da produção agrícola cede lugar a um espaço heterogêneo, configurado pela diversidade produtiva e de modos de vida. No momento em que o espaço rural assume novos papéis, questionam-se as funções capazes de promover seu desenvolvimento. Entretanto a ênfase na agricultura ainda permanece central nas políticas de desenvolvimento rural. Nesse sentido, essas políticas necessitam abarcar não só as questões referentes a produção agrícola propriamente dita, mas também as demais atividades praticadas no espaço rural.

Os assentamentos formados a partir da luta contra o latifúndio produziram no espaço várias transformações, oriundas das novas territorializações produzidas pelo MST no espaço geográfico do município de São Gabriel. Aliado ao processo de territorialização verifica-se também transformações espaciais que a produção do arroz gera neste território, formando novos territórios e novas territorialidades.

A partir desta discussão, situando a temática em questão, para compreender o processo de espacialização e territorialização do MST, devemos analisar o processo de desterritorialização das relações sociais instituídas pelo latifúndio e pelo agronegócio, e que, nesta dinâmica, vem realizando transformações na produção do espaço em questão.

Com relação às modificações inerentes das relações sociais sobre o espaço e às novas territorializações, produzidas com a criação dos assentamentos em São Gabriel, compreende-se o território sob diferentes perspectivas, pois, segundo Haesbaert (2007, p. 235).

[...]também existem definições mais integradoras, como a que defendemos aqui, e que vêem o território – ou os processos de territorialização – como fruto da interação entre relações sociais e controle do/pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação).

Ainda de acordo com Raffestin (1993, p. 143), “é essencial reconhecer que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático”.

Pois, para Raffestin (1993, p. 134), “Evidentemente, o território se apoia no espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder”.

Então, o processo de reforma agrária, produzindo novos territórios, lutas e conflitos se fazem presentes, devido às tentativas sistemáticas de manutenção da grande propriedade, na maior parte das vezes improdutiva ou pouco produtiva. Esses latifúndios em grande medida, além de pouco produtivos, apresentavam vultuosas dívidas pelo não pagamento dos impostos sobre a propriedade territorial rural (ITR), o que levou a muitos latifúndios no estado serem destinados a reforma agrária.

A desapropriação para a reforma agrária de tais latifúndios e a opção pelo plantio de arroz agroecológico nos assentamentos de São Gabriel é fruto de uma experiência exitosa realizada pela COOPAN (Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita), localizada no município de Nova Santa Rita, onde os assentados estão transformando seus sistemas produtivos e trabalhando com formas de agricultura familiar sustentável, desenvolvendo um novo padrão de desenvolvimento e, ao mesmo tempo resgatando a cidadania dos camponeses.

Através de tais relações Sauer (1998, p. 17), cita que:

Os trabalhadores rurais persistirão na luta por novos padrões de desenvolvimento, no qual a reforma agrária continua sendo uma medida essencial para promover o desenvolvimento da agricultura e o resgate da cidadania para

milhares de camponeses, que, expulsos da terra, se tornaram excluídos do processo produtivo e dos centros de decisão. A reforma agrária e a formação dos assentamentos rurais constituem instrumentos estratégicos para o fortalecimento, a expansão e a consolidação do modelo familiar de agricultura.

Cada assentamento desenvolve seus sistemas produtivos levando em conta suas peculiaridades, visualizadas na forma que as famílias configuram seu espaço, organizando e reorganizando o espaço dentro do assentamento. Na tabela 1 abaixo visualizamos os principais sistemas produtivos desenvolvidos pelos assentados do município de São Gabriel.

Tabela 1: Sistemas produtivos cultivados nos assentamentos de São Gabriel

Contextualização dos principais cultivos agrícolas no núcleo operacional de São Gabriel		
Sistemas Produtivos	Principais Categorias	Representatividade (%)
Cultivos Agrícolas	Arroz	11
	Milho	29
	Hortas	29
	Pomares	15
	Abóbora	10
	Mandioca	14
	Batata Doce	12
	Feijão	08
	Soja	18

Fonte: Adaptado de MDA, Incra, 2013. Org.: ZANON, J. S.

A partir da análise da tabela, percebemos que o espaço agrário anteriormente ocupado pelas monoculturas, principalmente da soja e do arroz no modelo convencional, com a implantação dos assentamentos de reforma agrária, passam a ter uma nova configuração, ou seja, são ocupados por uma diversidade de cultivos agrícolas, com destaque para frutas, hortaliças, feijão, batata-doce, mandioca, pecuária leiteira e arroz orgânico. As famílias transformam as características físicas do espaço, modificando a paisagem, inserindo no espaço local, novas formas de produção, sistemas produtivos diferentes do convencional, sendo esse, pensado a partir do coletivo, dando dessa forma, carac-

terísticas produtivas próprias para cada assentamento. Então, a luta pela terra e a reforma agrária, garantiu a instalação de assentamentos, gerando modificações na paisagem, no território, na qualidade de vida das famílias e nas formas de produção.

Os assentados que desenvolvem a produção do arroz agroecológico nos assentamentos de São Gabriel, partiram de uma produção com base convencional e, aos poucos, estão fazendo uma transição para formas agrícolas sustentáveis. Com o passar do tempo, os assentados passaram a modificar suas formas produtivas e aos poucos estão transformando seus sistemas agrícolas de base convencional para uma base agroecológica.

A produção do arroz de base agroecológica, desenvolvida nas pequenas unidades de exploração faz com que os assentados busquem sistemas e técnicas produtivas para que realmente se produza um produto saudável e de qualidade, desenvolvidos para satisfazer as novas demandas de consumidores que priorizam a compra de alimentos saudáveis, além de a produção agroecológica levar em conta as questões sociais, econômicas e ambientais, fazendo com que se alcance o desenvolvimento rural dentro dos assentamentos, pois conforme cita (DAVID, 2008, p. 18),

[...] o desenvolvimento rural pode, assim, constituir-se num processo dinamizador e catalisador das oportunidades existentes no território. Os assentados criam novas demandas, atraindo investimentos públicos e privados. As novas atividades desenvolvidas e o aporte de população exigem investimentos em infraestrutura que favoreçam as populações locais, inclusive as não-assentadas. Os assentamentos rurais, e, portanto, a agricultura familiar vai desenvolvendo uma nova territorialidade assinalada pela revalorização do espaço rural.

É possível compreender como os diferentes agentes constroem diferentes territórios e a agricultura familiar se desenvolve nos assentamentos e a partir da produção do arroz de base agroecológica, os assentados passam a produzir uma nova territorialidade e conseqüentemente, revalorizando seu espaço rural.

Ainda, segundo Raffestin (1993, p. 158),

De acordo com a nossa perspectiva, a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os autores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo

algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele.

Seguindo no mesmo raciocínio, Raffestin (1993, p. 160), diz que “a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade – espaço – tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema”.

Então, os agricultores passam a buscar uma autonomia produtiva no lote com o se manter no espaço dos assentamentos, na produção de base agroecológica desenvolvida pelos agricultores familiares assentados, os custos de produção são menores do que na produção convencional e, além de garantir que o produtor obtenha maior lucro para prosseguir com o processo produtivo, observa-se menores extensões de terra e uma melhor eficiência produtiva.

Somado ao fato de que a rizicultura convencional traz impactos ambientais, como forma de reverter este problema, a implantação e expansão da produção do arroz agroecológico garante a preservação do meio ambiente, além de trazer grandes impactos positivos na sociedade e na economia. A produção do arroz orgânico foi aos poucos sendo desenvolvida, pois na sua introdução, tal atividade era pequena, tanto em área plantada como no número de famílias envolvidas, porém, com o tempo esse quadro vem apresentando mudanças no que se refere à ocupação, ao número de famílias e áreas cultivadas.

Neste sentido, ao participarem dos processos que envolvem a organização produtiva orgânica, as famílias assentadas rompem, não apenas com um padrão de produção agrícola dependente de insumos externos, mas constroem novas relações socioespaciais, engendrando significativas transformações territoriais e ambientais nos assentamentos.

A produção do arroz orgânico em questão, orientada pelos princípios agroecológicos, transforma radicalmente o papel das famílias assentadas envolvidas, que deixam de consumir os pacotes tecnológicos disponíveis no mercado, passando a gerar inovações, atuando como observadoras e pesquisadoras na lavoura, o que propicia o desenvolvimento de uma nova relação com o ambiente.

3. Considerações finais

Apesar da produção do arroz orgânico de base agroecológica nos assentamentos do município em questão ainda ser recente, com o decorrer das safras está havendo um significativo aumento da área plantada e também do número de famílias envolvidas neste sistema produtivo. Durante o recorte temporal utilizado para a pesquisa em questão, que vai do ano de 2011 até o ano

de 2014, o arroz agroecológico era produzido em três assentamentos do Município de São Gabriel (Madre Terra, Cristo Rei e Zambeze). No ano de 2014, último ano da análise dos dados, os assentamentos do município produziram uma área total cultivada em torno de 473 hectares, envolvendo 100 famílias camponesas assentadas, conforme a tabela 2 abaixo:

Tabela 2: Evolução do cultivo do arroz orgânico nos assentamentos de São Gabriel (2011-2014)

Evolução do plantio do arroz orgânico no assentamento Madre Terra - São Gabriel - RS			
Evolução da cadeia produtiva - Anos	Área total em Hectares	Número de famílias envolvidas na produção	Grupos de produção
2011	60	40	6
2012	150	45	6
2013	150	46	6
2014	273	52	6
Evolução do plantio do arroz orgânico no assentamento Cristo Rei - São Gabriel - RS			
Evolução da cadeia produtiva - Anos	Área total em Hectares	Número de famílias envolvidas na produção	Grupos de produção
2011	67	11	2
2012	100	42	6
2013	130	42	2
2014	140	45	2
Cultivo do arroz orgânico no assentamento Zambeze - São Gabriel - RS			
Evolução da cadeia produtiva - Anos	Área total em Hectares	Número de famílias envolvidas na produção	Grupos de produção
2014	60	5	2

Fonte: Entrevistas semiestruturadas, 2014.

Org.: ZANON, J. S.

A principal vantagem de produzir de forma orgânica é ter um produto de maior qualidade, fazendo com que os produtores de arroz agroecológico consigam garantir a venda do grão com maior valor agregado, bem como aumentar a sua renda para permanecer na atividade produtiva.

Atualmente, além do cultivo no arroz orgânico, os assentados trabalham com a olericultura, produzindo hortaliças, principalmente para comercialização em feiras livres e para o próprio consumo. A safra 2019/2020 de arroz orgânico nos assentamentos de São Gabriel contou com mais de 100 famílias envolvidas no processo produtivo. O principal fator da elevada produtividade

da safra de 2019/2020 foi a quantidade de chuva que caiu na medida certa, com expectativa de que a produtividade tenha o registro de 4% de aumento em relação à safra passada. O preço deste ano também deixa os produtores mais animados. A saca do arroz está sendo vendida em média por R\$ 46.

A produção de arroz agroecológico transformou a produção do arroz nos moldes convencionais nos assentamentos, garantindo um alimento saudável, pois não utiliza insumos químicos durante o processo produtivo e, com a redução dos insumos externos de alto custo, se passa a produzir com menos gastos na lavoura, aliado a uma significativa produtividade com retorno econômico positivo. Prova-se então que, ao contrário do que grande parte da população pensa, o arroz orgânico pode ser produzido em pequenas áreas de terra e não somente em médias e grandes propriedades.

A produção do arroz agroecológico pode potencializar o desenvolvimento local e regional, garantindo geração de empregos, renda, reduzindo os impactos sociais e ambientais negativos à sociedade.

Referências

- ALENCAR, M. T. de; MENEZES, A. V. C. de. Ação do Estado na produção do espaço rural: Transformações territoriais. In: **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v. 3, n. 5, p. 113-133, fev. 2009. Disponível em: <<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/>>. Acesso em: 24 fev. 2013.
- CHELOTTI, M. C. **A estância metamorfoseou-se: (re)configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-2007)**. 2009. 288 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 3, n. 3, p. 70-85, jul./set. 2002b.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e desenvolvimento Rural Sustentável**: perspectivas para uma Nova Extensão Rural. Porto Alegre, v. 1, n. 1, jan./mar. 2002.
- CASALINHO, H. D.; SILVA, P. M. da. Desenvolvimento e Reforma Agrária na região sul do RS: Os impactos dos assentamentos no Cotidiano das famílias. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 5, n. 10, p. 115-134, jul./dez. de 2011. Disponível em: <<http://revista.ufrb.br/index.php/actageo/article/view/412/537>>. Acesso em: 16 jul. 2013.
- DAVID, C. de. Agricultura familiar em assentamentos rurais: contribuições à dinâmica regional do sul do estado do Rio Grande do Sul. In: MARAFON, G. J.; PESSÔA, V. L. S. (Org.). **Agricultura, desenvolvimento e transformações socioespaciais**: reflexões interinstitucionais e constituição de grupos de pesquisa no rural e no urbano. Uberlândia/MG: Assis Editora, 2008. p. 15-38.

DEMO, P. **Metodologia do Conhecimento Científico**. São Paulo: Atlas, 2008.

EMBRAPA. **Embrapa Agrobiologia: Sistemas de Produção**, 2. 2. ed. ISSN 1806-2830. Versão Eletrônica. Dez. 2006. Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Cafe/CafeOrganico_2ed/fundamentos.htm>. Acesso em: 07 jul. 2013.

FERNANDES, B. M. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária**. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Presidente Prudente: UNESP, 1998.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A. Campesinato e agronegócio de laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, B. M. (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 45-70.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

IBGE: **Temas: Cidades @**, 2013. On-line. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=431830&search=rio-grande-do-sul|sao-gabriel>>. Acesso em: 09 jul. 2013.

LEFF, E. Agroecologia e Saber Ambiental. Trad. FRANCISCO ROBERTO CAPORAL. In: **Revista Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 3, n. 1, Porto Alegre: Emater, jul./set. 2002.

MEDEIROS, R. M. V. de; ROBL, D. M.; MORAES, F. D. **A luta pela terra no Rio Grande do Sul: Novos Territórios X Espaços tradicionais**. 2010. Disponível em: <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/09/gt18-Rosa-Maria-Vieira-Medeiros.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

MEDEIROS, R. M. V. de; SOSA JUNIOR, D. de O. El proceso de territorialización de los productores asentados en la campaña gaúcha. In: Yanga Villagomez (Org.). CEI-SAL. Bruxelas: 2009, v. 1.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RUSCHEINSKY, A. **Sustentabilidade: uma paixão em movimento**. Porto Alegre: Sulina, 2004. 181p.

SANTOS, A. L. M. dos. **O emergir de um novo território camponês: conquistas e transformações nos domínios do latifúndio – O caso de São Gabriel – RS**. 2012. 200 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

SAUER, S. **Reforma agrária e geração de emprego e renda no meio rural**. São Paulo: ABET, 1998.

Vitivinicultura: produção e diversificação em Dom Pedrito, Rio Grande do Sul

Kelly Perlin Cassol
Carmen Rejane Flores

1. Introdução

No estado do Rio Grande do Sul, a vitivinicultura, proporcionou a organização dos colonos italianos, que começaram a chegar na década de 1870, na região popularmente conhecida como Serra Gaúcha. Essa região, por muito tempo, foi referência na produção vitivinícola do país. No entanto, atualmente, dado os avanços e conquistas do setor vitivinícola no Rio Grande do Sul, pode-se citar uma nova expressão produtiva na área da vitivinicultura, trata-se da Campanha Gaúcha, região situada na parte oeste do estado, fazendo divisa com a Argentina e o Uruguai. A Campanha Gaúcha tem merecido destaque no estado, pois vem demonstrando excelentes potenciais produtivos, no que se refere a qualidade das uvas finas e das condições ambientais propícias a essa atividade agrícola.

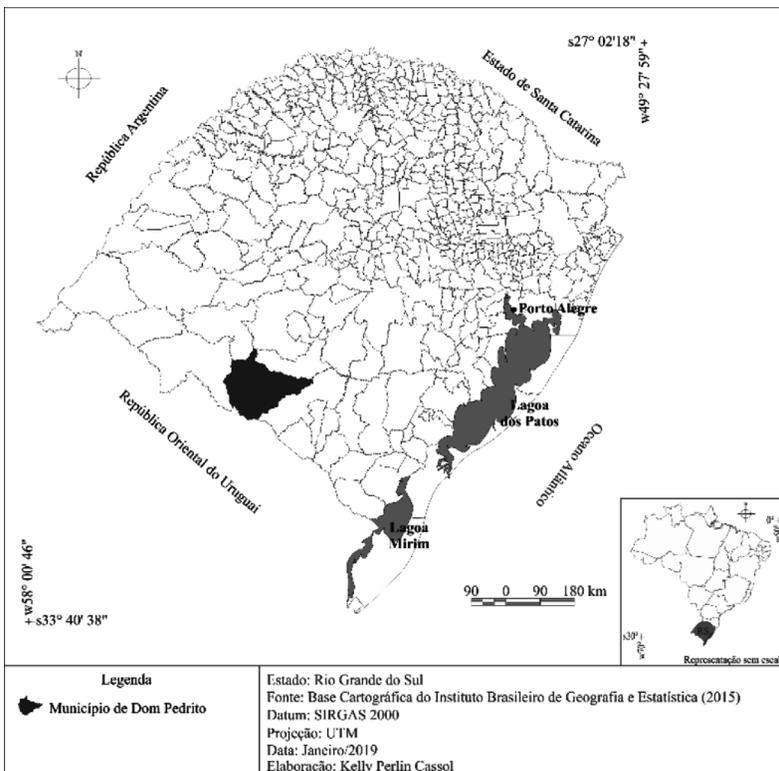
Nesse sentido, cabe ressaltar, que as primeiras tentativas de produzir vinhos na região da Campanha Gaúcha, aconteceram na década de 1970, com a publicação de estudos edafoclimáticos, que resultaram em políticas de incentivo a fruticultura. Mais tarde, na década de 1990, a Campanha Gaúcha recebeu aportes de recursos financeiros nacionais e internacionais, oriundos de empresas já consolidadas na Serra Gaúcha, onde podemos citar a Miolo Wine Group e a Vinícola Salton.

A vitivinicultura na Campanha Gaúcha, foi motivada, principalmente, pelas suas condições naturais de solo e clima. Além disso, conforme o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2017), de 1970 a 1990, a região ofertava terras a preços mais baixos do que as demais regiões do estado do Rio Grande do Sul. Atualmente, de acordo com Flores (2011), a vitivinicultura na Campanha Gaúcha, vive uma fase de expansão. Segundo a autora, a expansão territorial da produção, foi iniciada nos anos 2000, e é marcada pela participação de produtores da região, que foram motivados principalmente pelos preços pagos pelas uvas finas com destacada qualidade.

Nesse contexto, de expansão produtiva da vitivinicultura é que está o município de Dom Pedrito, lócus desta pesquisa, que busca investigar como

os vitivinicultores deste município, organizaram e estruturaram o seu sistema produtivo. Dom Pedrito está localizado na Campanha Gaúcha, no estado Rio Grande do Sul, como pode se observar na Figura 1. Este município tem uma tradição histórica e econômica fortemente associada a grande propriedade, destinada principalmente à produção pecuária, bovinos, ovinos e equinos, e à produção de grãos, especialmente o arroz, e mais recentemente, a soja. No entanto, atualmente, o município de Dom Pedrito, vem se destacando também na produção de uvas e vinhos finos.

Figura 1: Mapa de localização do município de Dom Pedrito/RS



Entre os fatores naturais pelos quais este município vem se destacando na produção de uvas e vinhos finos está o fato de o mesmo estar localizado na faixa que compreende o Paralelo 31°S, onde também estão algumas das principais regiões vinícolas do mundo, em países como África do Sul, Argentina, Austrália, Chile e Uruguai. O Paralelo 31° S, encontra condições de solo e clima ideais para a produção de frutas, principalmente de uvas destinadas à produção de vinhos finos.

O clima classificado como temperado subtropical, nesta faixa que compreende o Paralelo 31°S, favorece o cultivo das videiras e a produção de vinhos de qualidade. As condições climáticas desta região são consideradas excelentes para a produção vitivinícola, de acordo com alguns estudiosos da área (MARTINS; SAMPAIO, 2011). Estas condições, de solo e clima, especialmente, fazem com que a vitivinicultura seja um novo elemento, que vem diversificar a produção do município de Dom Pedrito, até então, ligada à pecuária e produção de grãos, esse último, ainda com importante expansão, nesta década, como é o caso da soja (FEE, 2016).

Deste modo, a vitivinicultura ganha destaque e se percebem tipos de produtores e empresas que, com interesses e ações distintas, se territorializam e diversificam a produção local. Diante disso, e tendo em vista que o município de Dom Pedrito, foi o primeiro a ser indicado com grande potencial vitivinícola ainda década de 1970 (informação verbal concedida pelo agrônomo do escritório municipal da Emater de Dom Pedrito), pretende-se analisar como se deu a evolução vitivinícola no município, desde a sua implantação até os dias atuais.

Assim, para atender ao objetivo proposto e avançar nas discussões optou-se, por uma investigação de gênero teórico-empírico, ancorando-se na descrição-explicação, com uma abordagem qualitativa. E, a partir das fontes de informação da pesquisa bibliográfica e do trabalho de campo buscou-se informações sobre as configurações da vitivinicultura no município de Dom Pedrito. Por fim, destaca-se que os vitivinicultores entrevistados são identificados por códigos, a saber, V1, V2, V3, V4, V5, V6, V7, V8 e V9, onde somente V9 autorizou a divulgação do seu nome comercial. Estes vitivinicultores também foram divididos em dois grupos de acordo com o seu modo de produzir. Além dos vitivinicultores foram entrevistados representantes de instituições públicas, como a EMATER, a Secretaria Municipal de Agricultura e a coordenação do curso de Bacharelado em Enologia da UNIPAMPA Campus Dom Pedrito.

2. O início da produção vitivinícola de Dom Pedrito

A formação histórica de Dom Pedrito está vinculada ao povoamento das áreas de campo mais ao sul do Brasil onde a pecuária se desenvolveu de forma extensiva (FONTOURA, 2000). Já as atividades agrícolas, de produção de grãos, começaram a ser mais amplamente desenvolvidas e difundidas pela Campanha Gaúcha e em Dom Pedrito, somente na década de 1970. O pecuarista que atualmente se destaca em Dom Pedrito, é mesmo que produz arroz ou soja, ou até mesmo os dois (BARRETO, 2011).

Ainda na década de 1970, as terras da Campanha Gaúcha também despertam a atenção de empresários nacionais e internacionais do setor vitivinícola, com a instalação das primeiras vinícolas em Sant'Ana do Livramento. Em Dom Pedrito, na segunda metade da década de 1970 e nos anos de 1980 também inicia-se o plantio dos primeiros parreirais voltados para a produção de vinho em escala comercial. É nesse período, que a atividade vitivinícola se inicia no território pedritense, primeiramente a partir de incentivos governamentais à fruticultura com base em estudos de zoneamento agroclimático, e posteriormente devido ao preço oferecido à uva pelas indústrias e o baixo custo para a aquisição de terras no município.

De acordo com entrevista realizada com o engenheiro agrônomo responsável pelo escritório municipal da Emater Dom Pedrito, os municípios de Bagé, Dom Pedrito e Sant'Ana do Livramento foram os primeiros a serem pesquisados para a produção de uvas e futura instalação da Almadén. De acordo com o mesmo, Dom Pedrito, havia sido escolhido, após estudos agroclimáticos para a implantação dos vinhedos e da indústria da Almadén. No entanto, quando essa foi em busca de comprar terras em Dom Pedrito, não encontrou negociações favoráveis ao seu estabelecimento, migrando para Sant'Ana do Livramento e lá instalando-se.

Ao se instalar em Sant'Ana do Livramento, a Almadén implantou seus vinhedos, e também estabeleceu contrato de compra de uva in natura com alguns produtores da região. Em Dom Pedrito, inicialmente foram três produtores. A partir disso, e dos incentivos governamentais para a fruticultura na Região Sul do Rio Grande do Sul, o interesse pelo cultivo de uva e fabricação de vinho foi crescendo no município e assim, atualmente, já se pode fazer uma análise mais precisa sobre a vitivinicultura no município.

Diante disso, é possível também observar, através do que destaca Dematteis (2008), que a territorialidade dos processos que vem ocorrendo em Dom Pedrito, valoriza as condições e os recursos potenciais deste território, constituindo-se em o que o autor chama de territorialidade ativa, com organização política e planejamento, onde pode existir a criação de novos territórios. Nesse contexto, tem-se a diversificação da produção, que de acordo com Silva (2009), remete, ao mesmo tempo a atividades agrícolas variadas e pecuárias desenvolvidas na mesma propriedade.

Rathmann *et al.* (2008), destacam ainda que a inserção da vitivinicultura na Campanha Gaúcha não elimina das culturas anteriores. O mesmo ocorre em Dom Pedrito, a vitivinicultura se apresenta como uma alternativa adicional de geração de renda. Desse modo, os produtores não ficam prisioneiros de uma cultura única, o que permite que em momentos de crise de determinada

cultura se reduza o impacto desta e das sazonalidades inerentes às produções agropecuárias. A diversificação da produção torna-se importante, pois mesmo que não ofereça condições de enriquecimento, pode ser fundamental para evitar o empobrecimento no campo (NIEDERLE; WESZ JUNIOR, 2009).

Desta forma, observa-se em Dom Pedrito, o nascimento e o crescimento do cultivo da uva e da produção de vinho aliadas a produção pecuária e de grãos. Os atuais produtores, aliados ou não a empresas do setor, desempenham importante papel tanto na diversificação da produção em suas propriedades, como também contribuem para os mercados locais com produtos artesanais, como vinho e suco produzidos artesanalmente, agregando renda a sua atividade.

Por fim, destaca-se que o território vitivinícola de Dom Pedrito é o resultado de um conjunto de interações entre o local, os indivíduos e as instituições que possibilitam o desenvolvimento desta nova atividade agroindustrial. Este território vitivinícola vem aos poucos se constituindo no estado do Rio Grande do Sul, valorizando as potencialidades locais formando uma nova estrutura produtiva. Neste sentido é possível destacar que o “território é onde os humanos produzem, trocam, competem e cooperam” (ORTEGA; JEZIORNY, 2011, p. 114).

3. A organização da produção vitivinícola no município de Dom Pedrito

Inicialmente, com a intenção de identificar os vitivinicultores do município de Dom Pedrito, procurou-se o escritório municipal da Emater, a Secretaria Municipal da Agricultura e a coordenação do curso de Bacharelado em Enologia da UNIPAMPA, Campus Dom Pedrito. O contato com essas instituições permitiu-nos identificar nove produtores de uva e vinho do município, além de obter uma ligeira ideia de como se configura a produção e o que Dom Pedrito naturalmente oferece para o desenvolvimento da vitivinicultura.

Ao partir para pesquisa de campo, com a aplicação das entrevistas, pode-se constatar que dos nove (9) vitivinicultores, oito (8) deles tinham, há muito tempo, o sonho de cultivar seus parreirais, como forma de manter a cultura de seus antepassados. Todos eles descendentes de imigrantes italianos, que se estabeleceram na região central do Rio Grande do Sul, conhecida como Quarta Colônia de Imigração Italiana e também na região da Serra Gaúcha, nordeste do estado. Estes vitivinicultores, hoje pertencentes ao município de Dom Pedrito também são provenientes destas regiões.

Destacam-se nas falas dos agricultores, os sonhos de cultivar vinhedos de forma tradicional, reproduzindo o modelo que seus antepassados utilizavam. Observa-se que quatro vitivinicultores seguem esta tradição, cultivo de

vinhedos e fabricação de suco e vinho artesanais nas suas residências. A produção é para o consumo familiar, mas os excedentes são comercializados diretamente com os consumidores que procuram estes produtos nas propriedades. Destaca-se também que dois destes vitivinicultores comercializam seu suco e vinho artesanal na Feira Livre do Produtor de Dom Pedrito, que ocorre semanalmente na praça central da cidade, as sextas-feiras pela manhã.

No entanto, dos oito vitivinicultores de Dom Pedrito que destacaram o desejo de produzir uva e vinho de forma tradicional, cinco deles tomaram caminhos diferentes dentro da produção vitivinícola, produzindo uva para a venda e também produzindo e comercializando vinho de forma artesanal e/ou industrial. Apenas uma vitivinicultora entrevistada destacou que não tinha familiaridade com o cultivo da uva e do vinho e iniciou o cultivo de uva com a finalidade de diversificar a produção da propriedade. Diante do exposto, verificando-se diferentes interesses na produção de uva e vinho dividiu-se os vitivinicultores em dois grupos, os artesanais e os empresariais.

3.1 Grupo 1 – vitivinicultores artesanais

Este grupo é formado pelos vitivinicultores identificados por V1 – V2 – V3 e V4, onde três deles são aposentados e trabalham somente com a esposa, ou seja, o trabalho é familiar, envolvendo apenas o casal, pois os filhos estão inseridos em outras atividades. Além disso, todos estes vitivinicultores tem forte ligação e dependência com a atividade agrícola, especialmente a vitivinicultura, e seus vinhos e sucos são elaborados de forma artesanal, com conhecimentos familiares que perpassam gerações.

Estes vitivinicultores cultivam seus vinhedos em áreas que variam de 1,0 à 9,5 ha. Destaca-se que apenas V1 cultiva somente uvas americanas e com elas produz vinho artesanal, suco artesanal e vinagre. Os demais vitivinicultores do grupo, além de produzir uvas americanas, produzem também uvas finas e com esta produção elaboram vinhos e sucos artesanais, além de comercializar uva *in natura* na época da colheita.

O suco de uva, de acordo com o Decreto do Vinho, é o fermentado não alcoólico derivado da uva. Para a fabricação do suco de uva artesanal em Dom Pedrito, são utilizadas uvas do tipo americanas ou também chamadas de comuns. A Embrapa (2018) define como uvas americanas todas as cultivares de uva do gênero *vitis labrusca*, que são as cultivares mais utilizadas para consumo *in natura* e produção de sucos. Entre os tipos de uvas mais utilizados para a fabricação do suco de uva, em Dom Pedrito, estão as uvas americanas, Bordô, Concord, Isabel e Niágara Branca e Niágara Rosada. O vinagre também é produzido a partir das uvas do tipo americanas, e é produzido apenas para o

consumo da família. As uvas finas ou também chamadas de uvas europeias são do gênero *vitis vinifera*, e são as utilizadas principalmente para fabricação de vinhos finos e espumantes, podendo também ser utilizadas para fabricação de vinho artesanal (EMBRAPA, 2018). Em Dom Pedrito são aproximadamente 18 cultivares de uvas finas.

Os vinhos artesanais são produzidos com uvas americanas pelo vitiviniculor V1, o qual também produz com o mesmo tipo de uva o suco artesanal e o vinagre. O vitiviniculor V4 produz vinho artesanal com uvas finas, e suco artesanal com uvas americanas. Os vitivinicultores V2 e V3 produzem vinho artesanal com uvas finas, e as suas produções de uvas americanas são para consumo *in natura* da família e eventual venda na propriedade.

Os vitivinicultores V1, V2, V3 e V4 produzem seus sucos e vinhos artesanais nas suas residências, geralmente estes, reservam um espaço das suas casas para esta finalidade. Apenas os vitivinicultores V1 e V4 comercializam o seu suco e o seu vinho artesanal nas suas propriedades e também na Feira Livre do Produtor que ocorre semanalmente nas sextas-feiras pela manhã, na praça central da cidade. As produções artesanais realizadas nas residências dos vitivinicultores podem ser observadas na Figura 2 e a comercialização da produção na feira, pode ser observada na Figura 3.

Figura 2: Produção artesanal de suco e vinho



Fonte: Registrada pela autora

Figura 3: Comercialização na Feira Livre do Produtor



Fonte: Registrada pela autora

De acordo com os vitivinicultores V1 e V4, a Feira Livre do Produtor de Dom Pedrito foi uma conquista que nasceu da parceria de um pequeno grupo de agricultores, e de pessoas que produzem em pequena escala produtos caseiros, com a Secretaria Municipal da Agricultura. Assim, destaca-se que a feira não compreende somente agricultores, mas também outras pessoas que produzem pães, bolos e doces caseiros e que residem na zona urbana do município. A comercialização dos produtos derivados da uva e também a comercialização da uva *in natura* em época de colheita, que vai dos meses de janeiro à março, aproximadamente, na Feira Livre do Produtor de Dom Pedrito é, para os vitivinicultores entrevistados um espaço que valoriza o produtor e gera uma fidelização direta com o consumidor.

Apesar de existir um espaço de comercialização destinado aos produtores locais no município de Dom Pedrito, observa-se que V1 e V4 já percebem a diminuição da comercialização de vinhos artesanais. Para eles, esse fato se deve à crescente indústria de vinhos finos no município e na região da Campanha Gaúcha. No entanto, no que se refere a comercialização do suco, os vitivinicultores ressaltam que a procura aumentou significativamente, principalmente a partir de 2015, ano em que foram divulgadas algumas pesquisas apontando os benefícios do suco de uva para a saúde.

Entre as pesquisas ressaltam-se as pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro do Vinho – IBRAVIN, pelo Centro Universitário Metodista de Porto Alegre no Rio Grande do Sul, pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), pelo Instituto do Coração, entre outras instituições. Além disso, muitos benefícios ressaltados nas pesquisas foram apresentados no programa Globo Repórter, exibido pela Rede Globo nas sextas-feiras à noite, este fato, segundo os vitivinicultores, fez com que, logo após a reportagem muitos consumidores os procurassem para comprar seus sucos.

A esposa de V4, responsável pela venda dos produtos na Feira Livre do Produtor, destaca que os consumidores iam até casa deles e levavam grandes quantidades de suco. Ela também destaca que em parceria com a UNIPAM-PA, Campus Dom Pedrito, foram realizados testes com o suco produzido na propriedade, o que atestou a sua sanidade, e assim, ela destaca, “este é mais um ponto positivo para nós, que produzimos suco artesanal de uva, ter um produto saudável, com benefícios à saúde, isso agrada o consumidor e faz ele voltar a comprar o nosso produto” (Informação verbal – esposa de V4).

As esposas do vitivinicultores V1 e V4 são as responsáveis por levar os produtos derivados da uva para a feira, semanalmente. De acordo com elas, esse trabalho compete à mulher, fazer o suco artesanal e levá-lo para a feira, enquanto os homens, auxiliam mais na produção dos vinhos artesanais e trabalham diretamente nos vinhedos. Para elas, é muito positivo participar da feira, “é um dia da semana que você passa ali, mostrando seu produto, falando sobre ele, comercializando e também convivendo com as demais pessoas”, destaca a esposa de V1.

Neste sentido, Silvestre, Calixto e Ribeiro (2005), destacam que as atrações nas feiras, centram-se principalmente no atendimento diferenciado, onde produtor e consumidor estão face a face, negociando preços e conversando sobre os produtos. Além disso, “as feiras também se constituem em uma importante estratégia de reprodução social”, especialmente para a agricultura familiar (SILVESTRE; CALIXTO; RIBEIRO, 2005, p. 4). Assim, pode-se inferir que a comercialização da uva, do suco e do vinho artesanal na Feira Livre do Produtor de Dom Pedrito, cria laços sociais entre feirantes e fregueses, construindo uma vinculação com maior interatividade e também construindo relações de confiança (BACHELARD, 1988; SCARABELOT; SCHNEIDER, 2012).

Os vitivinicultores V2 e V3, produzem vinhos artesanais com uvas finas, enquanto que as uvas americanas são para o consumo in natura, para a fabricação de suco artesanal e geleia de uva. Estes vitivinicultores não tem por hábito a comercialização dos seus produtos, de acordo com os mesmos, a produção é, geralmente, só para o consumo da família.

O vitivicultor V4, que produz uvas americanas e uvas finas, também comercializa sua produção de uvas finas, diretamente com a Vinícola Salton, com a qual estabelece um contrato anual de venda da produção, desde o ano de 2010. Atualmente a Vinícola Salton, tem um centro de recebimento e processamento de uva em Sant’Ana do Livramento, município vizinho, fato que diminui a distância de transporte da uva, e garante a sua qualidade. Para os vitivicultores V4 e V5, sendo V5 pertencente ao Grupo 2, descrito a seguir, esta fidelização com a Vinícola Salton, é muito positiva, pois a vinícola oferece assistência técnica e garante a compra de toda a produção de uvas finas.

3.2 Grupo 2 – Vitivicultores empresariais

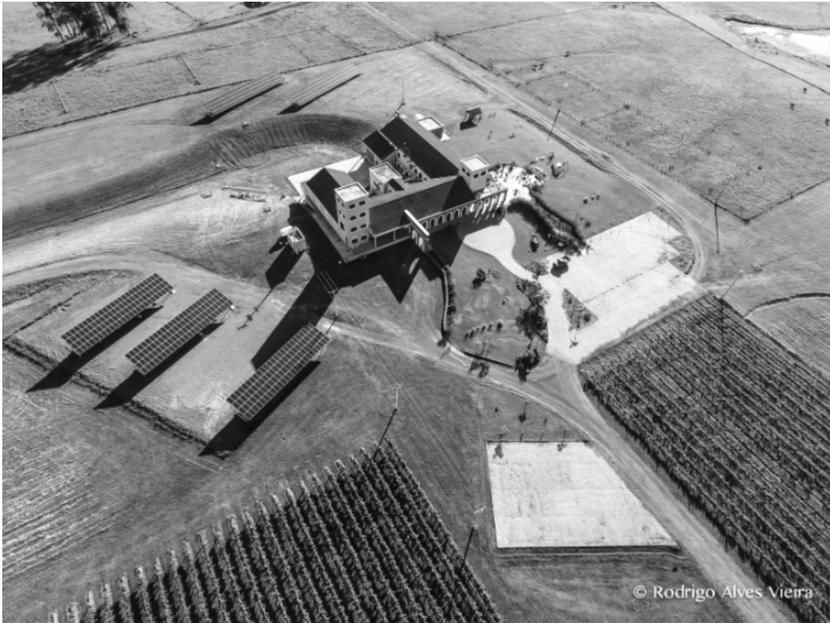
Neste grupo estão os vitivicultores V5 – V6 – V7 – V8 e V9, que produzem uvas finas e vinhos finos. São eles que se destacam com os maiores vinhedos, que vão de 12 à 22 hectares. Estes vitivicultores diferenciam-se dos demais destacados até o momento, não só devido ao tamanho dos vinhedos, mas também pela sua produção e pela finalidade desta produção. Destaca-se também, que este grupo de vitivicultores é bastante heterogêneo, onde cada um apresenta particularidades na sua produção.

No entanto, de modo geral, este grupo, tem a vitivicultura como uma atividade secundária, uma vez que desenvolvem outras funções, as quais garantem o sustento da propriedade e os investimentos para a produção de vinhos finos. Os vitivicultores deste grupo são produtores agropecuários, ou seja, a matriz produtiva das suas propriedades está na pecuária de corte e na lavoura de grãos – arroz e soja.

O vitivicultor V5 produz apenas uvas finas para comercialização direta com a vinícola Salton. Já o vitivicultor V6 vinifica sua produção em parceria com a vinícola Peruzzo, no município vizinho de Bagé, mas até o momento não inseriu seu produto no mercado, devido ao baixo número de garrafas produzidas. De acordo com vitivicultor, V6, a produção até o momento é para atender ao consumo da família e para presentear amigos.

Os vitivicultores V7, V8, V9 produzem juntos, o montante de aproximadamente 142 mil litros de vinho por ano. Os vinhos produzidos pelos vitivicultores, V7, V8, V9, tem sido destaque no Brasil e também em outros países, recebendo diversos prêmios e medalhas em concursos da área vinícola. Destaca-se também que V9, conta com um complexo enoturístico, localizado a 14 km do centro cidade de Dom Pedrito, inaugurado em 2013, é a Guatambu Estância do Vinho, como pode ser observado na Figura 4.

Figura 4: Vista aérea da Guatambu Estância do Vinho



Fonte: Rodrigo Alves Vieira

Os vitivinicultores V7 e V8 não possuem local próprio para vinificação em Dom Pedrito, realizando este processo no município de Sant’Ana do Livramento e Flores da Cunha, respectivamente. Os vitivinicultores identificados como V7 e V8 também comercializam o excedente de uvas da sua produção com as vinícolas da região da Campanha Gaúcha.

O sistema de comercialização dos vinhos produzidos por estes vitivinicultores, V7, V8 e V9, segue o sistema *on trade*, o que significa que estes vinhos não são vendidos em supermercados ou em lojas de varejo geral. Os vinhos desses vitivinicultores, somente são representados e vendidos pelo próprio vitivinicultor na vinícola, no caso de V9, ou em loja física específica de vinhos, bares, restaurantes, casas noturnas, cafés, clubes e hotéis, diretamente para o consumidor. Destaca-se aqui que V7, também realiza a venda de seus vinhos diretamente ao consumidor, em um espaço específico dentro de sua loja de produtos agropecuários.

Assim, destaca-se que o cultivo de vinhedos e a produção de uvas e vinhos de qualidade vêm se destacando no município e sua representatividade econômica já é destaque nas propriedades. Como por exemplo, para V9, que destaca que a uva e o vinho representam 26% da receita da propriedade. Já

para V7 a uva e o vinho representam “40% dos ganhos da propriedade” (Informação verbal – V7).

Considerando os percentuais destacados acima, pode-se inferir que a vitivinicultura empresarial de Dom Pedrito já encontra respostas econômicas positivas tanto para os vitivinicultores, que apresentam índices positivos nas suas receitas, quanto para o município, que recebe os devidos impostos sobre a venda da produção. Além disso, destaca-se, também a geração de empregos na vitivinicultura empresarial. São os empregos fixos para o trabalho diário nos vinhedos, e também os temporários, na época da colheita.

Por fim, tendo em vista as características naturais, favoráveis ao cultivo de uvas e vinhos finos, pode-se inferir que os vitivinicultores e o município de Dom Pedrito podem vislumbrar um crescimento econômico do setor nos anos seguintes. Além disso, destaca-se que a vitivinicultura cria novas dinâmicas para o território, e este se transforma, a medida em que o espaço físico e as relações socioeconômicas e culturais se mesclam.

4. Considerações finais

A pesquisa demonstrou que o surgimento da atividade vitivinícola em Dom Pedrito, esteve em um primeiro momento, ligada as condições edafoclimáticas favoráveis. No entanto, em conjunto com as condições edafoclimáticas, destaca-se a busca pela diversificação da economia local e o empreendedorismo dos atuais vitivinicultores. Aliado a estes fatores cita-se também o desejo de parte dos vitivinicultores, de cultivar vinhedos e fabricar seu vinho, como faziam seus antepassados familiares.

Destaca-se que em Dom Pedrito, a maioria dos vitivinicultores, optou pela produção de uvas europeias, *vitis viníferas*, para a produção de vinhos finos. Em menor número, destaca-se também aqueles vitivinicultores que produzem uvas americanas e híbridas, *vitis labruscas*, para venda in natura, produção de suco e vinho artesanal. A produção de uvas europeias, voltada para a produção de vinhos finos é comercializada principalmente no mercado interno, com vendas diretas ao consumidor em restaurantes, casas especializadas em vinhos ou diretamente na vinícola. Já a uva in natura, o suco de uva e o vinho artesanal são comercializados na Feira Livre do Produtor, semanalmente na praça central de Dom Pedrito e também nas propriedades dos vitivinicultores.

Para o grupo 1, vitivinicultores artesanais, o trabalho no vinhedo, a fabricação do suco e do vinho de forma artesanal remete a vida dos seus antepassados e além disso, permite a reprodução social do grupo, com a diversificação da produção e conquista de outras fontes de rendimento. Já para o gru-

po 2, vitivinicultores empresariais, a produção das uvas e vinhos finos, representa, além da diversificação da propriedade, uma dinamização da economia local, visto que Dom Pedrito encontra-se em uma das regiões com os piores índices de desenvolvimento econômico do estado do Rio Grande do Sul. O município faz parte da chamada “metade sul” do estado, que se caracteriza com uma indústria pouco dinâmica e um setor agropecuário pouco diversificado, de acordo Mattei e Triches (2009).

A qualidade das uvas, do suco e dos vinhos produzidos neste município, são confirmadas através de análises enoquímicas em laboratórios da Embrapa Uva e Vinho e do curso de enologia da UNIPAMPA, parceiros institucionais dos vitivinicultores. Além disso, essa qualidade expressa nos vinhos de Dom Pedrito, já é reconhecida em concursos nacionais e internacionais, fato que reforça o potencial vitivinícola do município.

A formação do território vitivinícola em Dom Pedrito envolve muitas questões, entre elas, podemos citar a geração de empregos e renda para as pessoas envolvidas diretamente no cultivo dos vinhedos, na produção e na comercialização dos vinhos. E, indiretamente, movimenta a economia de empresas de outros setores, como por exemplo as empresas fornecedoras de insumos, serviços e tecnologias destinados à indústria do vinho. Além disso, pode-se citar a arrecadação fiscal, que contribui economicamente para o município.

Por fim, tendo em vista as características encontradas na vitivinicultura de Dom Pedrito e das suas condições edafoclimáticas favoráveis, pode-se apontar para um possível crescimento desta atividade no município. Da mesma forma, pode-se sugerir que o enoturismo pode ser melhor explorado no município e assim também poderá contribuir na oferta de empregos e renda. Igualmente o enoturismo pode oferecer experiências que envolvam conhecimentos culturais e gastronômicos juntamente com o vinho, permitindo aos turistas a apreciação de um produto distinto, e a promoção do desenvolvimento econômico do local.

Referências

BARRETO, V. A. V. **Dom Pedrito, cidade e campo**: a modernização agrícola e a cidade local. 181 P. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

DEMATTEIS, G. Sistema Local Territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 33-46.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. **Uva para processamento**. 2018. Disponível em <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/uva_para_processamento/arvore/CONT000g5f8cou802wx5ok0bb4szwyx060i6.html>. Acesso em: 10 jan. 2019.

FLORES, S. S. **Desenvolvimento territorial sustentável a partir dos territórios do vinho**: o caso dos “Vinhos da Campanha”. 152 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FONTOURA, L. F. M. **Macanudo Taurino**: uma espécie em extinção? Um estudo sobre o processo de modernização na pecuária da Campanha gaúcha. 317 p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **Painel do Agronegócio no Rio Grande do Sul – 2016**. Porto Alegre: FEE, 2016. Disponível em: <<https://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/201702/10012701-painel-do-agronegocio-do-rio-grande-do-sul-2016.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Relatório de análise do mercado de terras no Rio Grande do Sul – RAMT/RS**. Porto Alegre: INCRA, 2017. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/relatorios-analise-mercados-terras/sr-11-rio-grande-do-sul/ramt_sr11.pdf>. Acesso em: 10 maio 2010.

MARTINS, W. M.; SAMPAIO, N. V. Paralelo 31° Sul. **Anais do salão internacional de ensino pesquisa e extensão**, Bagé, v. 3, n. 2, 2011.

MATTEI, L.; TRICHES, V. Análise da Competitividade da Cadeia Vitivinícola do Rio Grande do Sul através do Ambiente Institucional. **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 27, n. 52, p. 161-183, set. 2009.

NIEDERLE, P. A.; WESZ JUNIOR, V. J. A agroindústria familiar na região Missões: construção de autonomia e diversificação dos meios de vida. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 3, p. 75-102, set./dez. 2009.

ORTEGA, A. C.; JEZIORNY, D. L. **Vinho e território**: a experiência do Vale dos Vinhedos. Campinas: Alínea, 2011.

RATHMANN, R. *et al.* Diversificação produtiva e as possibilidades de desenvolvimento: um estudo da fruticultura na região da Campanha no RS. **RER**, Piracicaba/SP, v. 46, n. 02, p. 325-354, abr./jun. 2008.

SCARABELOT, M.; SCHNEIDER, S. As cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local: Um estudo de caso do município de Nova Veneza, SC. **Revista Faz Ciência**, v. 15 (20), p. 101-130, 2012.

SILVA, R. A. G. **Administração rural**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2009.

SILVESTRE, L. H. A.; CALIXTO, J. S.; RIBEIRO, E. M. Mercados locais e políticas públicas para a agricultura familiar: um estudo de caso no município de Minas Novas, MG. In: **43º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, Ribeirão Preto, 2005.

Educação Ambiental Crítica, Educação do Campo e Escola do Campo: territórios educativos em resistência

*Anna Christine Ferreira Kist
Ane Carine Meurer*

1. Introdução

Pensar a Educação Ambiental na Escola do Campo é proporcionar o diálogo entre a sua perspectiva Crítica e a Educação do Campo, Assim, promovendo a construção de uma educação ambiental de forma integrada, articulada, permanente e contínua que atenda as necessidades do homem do campo.

Este artigo busca apresentar a Tese “TERRITÓRIOS EM RESISTÊNCIA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA EM ESCOLAS DO CAMPO – UMA ANÁLISE A PARTIR DO CURSO DE EXTENSÃO ESCOLAS SUSTENTÁVEIS E COM-VIDA/UFSM”, trazendo um recorte de algumas reflexões, considerações e proposições da mesma. O objetivo geral da pesquisa foi compreender de que forma a Educação Ambiental Crítica, dialoga com a Educação do Campo nas escolas do campo que participaram do projeto de Extensão Educação Ambiental – Escolas Sustentáveis e Com-Vida/UFSM.

Como objetivos específicos: a) Problematizar os conceitos de educação ambiental crítica, educação do campo e escola do campo. b) Analisar a atuação da Secad/Secadi nos eixos da educação ambiental e educação do campo nos Governos Lula e Dilma e as repercussões da sua extinção no atual governo. c) Verificar se o projeto de extensão de Educação Ambiental Escolas Sustentáveis e Com-Vida/UFSM promoveu mudanças nas práticas docentes das escolas pesquisadas. d). Identificar e discutir a concepção que orienta as práticas docentes nestas escolas. e) Averiguar se a Educação Ambiental Crítica e a Educação do Campo estão presentes nestas escolas e de que forma se articulam através de uma práxis pedagógica.

Problematizou-se os conceitos de Educação Ambiental Crítica, Educação do Campo e Escola do Campo espaços de vida, de luta, de esperança, de resistência. Abordou-se a temática da “Diversidade”, a partir de uma perspectiva histórica principalmente no que tange a Educação Ambiental desde o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Realizou-se uma análise da atuação da Secad/Secadi nos Governos do Presidente Lula e Dilma até o

governo do Presidente Bolsonaro nas temáticas da Educação Ambiental e Educação do Campo. Desenvolveu-se uma análise dos 20 anos da educação ambiental como política pública e os possíveis erros cometidos ao longo deste processo. Em um dos capítulos aborda-se o “Curso de Extensão Escolas Sustentáveis e Com-Vida/UFSM”.

A caracterização da área de estudo compõe na pesquisa: o Município, Comunidade, Escola e suas relações. Desenvolve-se também um debate sobre a Educação, Educação Ambiental Crítica, a Educação do Campo e o Trabalho Docente, a partir dos discursos dos professores, suas percepções, visões.

Foram abordadas práticas educativas e pedagógicas desenvolvidas que permitissem a articulação na perspectiva crítica da educação ambiental com a educação do campo nas escolas pesquisadas, estabelecendo-se eixos articuladores entre as mesmas.. Ao final da pesquisa apresentam-se as considerações finais e as proposições do estudo.

A pesquisa teve como base o método Dialético, numa abordagem qualitativa utilizando-se como metodologia de investigação, o estudo de caso. Fizeram parte da pesquisa 3 Escolas do Campo da Rede Estadual de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul: (i) Escola Estadual de Ensino Fundamental São Domingos Sávio – localizada no município de Faxinal do Soturno, (ii) Escola Estadual de Ensino Fundamental Carlos Gomes e (iii) Escola Estadual de Ensino Fundamental 15 de Março (Assentamento Nova Ramada). localizadas no Município de Júlio de Castilhos.

Desta forma, foi no campo de uma educação como ferramenta de transformação da sociedade que esta pesquisa se inseriu, adentrando nos territórios educativos na Educação Ambiental Crítica e na Educação do Campo. Territórios constituídos por educadores e educadoras que fazem do seu fazer pedagógico, de sua práxis um ato de resistência a uma educação massificadora que invisibiliza as minorias e os sujeitos do campo.

2. A questão ambiental

O processo de degradação ambiental nas propriedades rurais tem aumentado a cada dia, principalmente com a intensificação do cultivo das monoculturas e aumento das áreas de exploração pelo agronegócio. Para o enfrentamento da crise ambiental, das desigualdades sociais e os conflitos presentes no campo, é preciso pensar a partir da perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável. Sendo a Educação Ambiental na sua perspectiva crítica um importante instrumento neste processo, tanto a Educação Ambiental Crítica quanto a Educação do Campo são modalidades educativas provenientes

de movimentos sociais que representam importantes campos de lutas para o exercício da cidadania.

Devido ao quadro de conflitos e insustentabilidade ambiental que se apresentava atualmente na agricultura aumentou-se a busca por práticas sustentáveis para a produção agrícola. A produção agroecológica tem sido uma das alternativas para o homem do campo, segundo Leff (2002, p. 53) a agroecologia proporciona alternativas sustentáveis às práticas predatórias que o modelo de desenvolvimento capitalista impôs violentamente a terra, obrigando a dar seus frutos numa exploração ilimitada em busca de produtividade e lucro. A agroecologia proporciona o resgate dos saberes, dos modos de vida, da cultura local, de uma agricultura justa socialmente, viável economicamente e ecologicamente sustentável.

A crise ambiental vivenciada na atualidade tem proporcionado um debate cada vez maior sobre os padrões de consumo da nossa sociedade, é importante destacar que a crise ambiental tem suas raízes no modelo de desenvolvimento técnico científico herdado pela modernidade, através da racionalidade, que separa o homem da natureza. Neste sentido, para o desenvolvimento do fazer pedagógico a partir da perspectiva da Educação Ambiental Crítica/Emancipatória é necessário compreender a crise ambiental, através do pensamento complexo. Assim, buscando o entendimento da complexidade das relações e inter-relações que se estabelecem entre sociedade/natureza.

No contexto da crise ambiental que nossa sociedade vive, permeado por uma série de problemas e conflitos ambientais, que se interligam não somente na relação do homem com a natureza, mas, nas diversas questões de ordem política, econômica, nos valores, princípios, na cultura, nos modos de produção, na diversidade, entre outros que compõem nossa sociedade. Para Leff (2001, p. 8) “A crise ambiental é uma crise da razão, do pensamento, do conhecimento”.

É fundamental o entendimento da questão ambiental, através de uma leitura crítica da realidade, nas suas diferentes dimensões, rompendo com o pensamento racional, tecnicista e reducionista herdado pela modernidade, buscando compreender a complexidade ambiental, para construção de um saber ambiental que permita o entendimento e o embate às questões que se apresentam na contemporaneidade.

Segundo as ideias Leff (2001 p. 112) “a questão ambiental emerge como uma crise de civilização”. Este modelo de desenvolvimento capitalista acarreta sobremaneira impactos ao meio ambiente, promovendo a degradação, a poluição e a exclusão social, tanto nas áreas urbanas como nas rurais. Na busca do pensamento complexo, a educação é uma peça chave buscando o

desenvolvimento de sujeitos críticos que compreendam sua realidade e atuem como agentes de mudanças.

Para Leff (2001, p. 21) “a construção do saber ambiental implica uma desconstrução do conhecimento disciplinar, simplificador, unitário”.

A educação ambiental emerge e se funda em um novo saber que ultrapassa o conhecimento objetivo das ciências. A racionalidade da modernidade pretende por à prova a realidade, colocando-a fora do mundo que percebemos com os sentidos e de um saber gerado na forja do mundo da vida (LEFF 2001, p. 18).

A Educação Ambiental Crítica é uma ferramenta importante na sociedade, na busca da sustentabilidade, de uma nova maneira de ver e ser no mundo, promovendo o entendimento das questões socioambientais, através do pensamento complexo, proporcionando o embate à crise civilizatória enfrentada na atualidade. Desta forma, busca-se uma Educação desenvolvida de forma complexa e interdisciplinar, produzindo um novo saber, voltado ao desenvolvimento de um ser social que seja capaz ao exercício da cidadania, a problematização da realidade, ao diálogo, a emancipação e a transformação da sociedade.

A Lei 9.795/99 de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) no Brasil, estabelece que,

Art. 1º Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

É importante questionarmos: *Que tipo de qualidade de vida a PNEA está falando?* É uma questão que necessita ser pensada e refletida, visto ser um conceito vago que traz em si diferentes concepções que dependem de inúmeros fatores ligadas à cultura, padrões sociais, concepções de vida, percepções de mundo, de cada indivíduo ou grupo social.

O território de pesquisa em Educação Ambiental é caracterizado por várias identidades, correntes, tipologias, formas de ver e perceber o mundo, apresentando uma cartografia de desafios teóricos e epistemológicos. (SATO; CARVALHO, 2005). Os diferentes campos de disputa da Educação Ambiental de um lado reafirmam o pensamento racional e conservacionista reproduzindo práticas ambientais que não geram transformação, do outro lado, o desenvolvimento de práticas transformadoras e emancipatórias, associando a teoria, a reflexão e a ação/reflexão. Esta fragmentação teórica e metodológica influencia, nos diferentes modos dos professores compreenderem e desenvolverem suas práticas em Educação Ambiental (KIST, 2010).

3. Educação Ambiental no contexto da perspectiva crítica

Ao entrarmos no campo da Educação Ambiental Crítica é importante destacarmos as abordagens teórico-metodológicas que fundamentam e orientam as práticas educativas ambientais nesta perspectiva, compreendendo suas bases. Nesta perspectiva às bases teórico-metodológicas possuem fundamentos na Teoria Crítica, vinculada a Escola de Frankfurt, criada com o objetivo de contribuir para compreensão crítica e global da sociedade contemporânea.

Ferraro Junior (2005, p. 326-327), destaca as proposições da Teoria Crítica utilizadas na Educação Ambiental; Nas ideias do autor, a Teoria Crítica contribui em diversas abordagens da Educação Ambiental Crítica que contemplam o fazer pedagógico: i) a crítica à sociedade, a ciência, a argumentação e ao ser humano; ii) a busca da superação das relações de dominação, alienação e expropriação estabelecidas na sociedade; iii) a práxis pedagógica como princípio educativo (teoria e prática associadas), iv) relação entre ciência e valores sempre presentes; v) busca desfragmentar o pensamento racionalista que separa a sociedade-natureza; vi) princípio das relações e da totalidade, as partes e o todo estão relacionadas e em constante movimento, nada é compreensível de forma isolada, é preciso compreender a totalidade para compreender as partes e as partes para compreender o todo.

Loureiro (2009, p. 85), nos diz que “assim, a educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória emerge da Pedagogia Crítica, que tem seu ponto de partida na teoria crítica de interpretação da realidade social”. Para o autor o pensamento Marxista é o que proporciona maior compreensão da realidade concreta, através do seu referencial teórico, permitindo através dele reflexões e discussões que nos levam a compreensão da realidade na sua totalidade. Ainda segundo Loureiro (2009) os representantes principais no Brasil que fundamentam a Educação Ambiental Crítica é Paulo Freire, através da Educação Libertadora e Demerval Saviani através da Pedagogia histórico Crítica.

Diante das diversidades das concepções teóricas – metodológicas da Educação Ambiental. é fundamental o desenvolvimento da formação inicial e continuada de professores, voltada ao conhecimento da Educação Ambiental na perspectiva Crítica.

As diferentes questões que envolvem esta modalidade educativa buscam o desenvolvimento de uma educação transformadora e emancipatória, a partir da Teoria Crítica, com pressupostos no questionamento da sociedade e as suas relações, numa práxis pedagógica, com caráter dialógico, democrático, crítico e político. Busca-se o respeito a cultura local, as diferenças existentes entre os diversos grupos sociais, com vistas à construção de novos valores e

princípios que auxiliem na transformação de uma nova sociedade e da superação das injustas relações de dominação e exploração.

O educador necessita ter uma percepção da Educação Ambiental na sua totalidade e saber articular a abordagem ambiental nos diversos fazeres pedagógicos. Desfragmentar a prática pedagógica da Educação Ambiental que na sua maioria é desenvolvida nas escolas através de projetos fragmentados e em datas específicas com abordagens ligadas à natureza.

4. Educação do Campo e Escola do Campo

O conceito de Educação do Campo nasce na década de 90, com o objetivo de contrapor a educação rural. Ela nasce no desejo dos povos do campo de uma educação “voltada para o homem do campo”, a partir da luta dos movimentos sociais, do Movimento dos Trabalhadores Sem terra/MST.

Para Caldart (2009, p. 38),

A Educação do campo se coloca em luta pelo acesso dos trabalhadores ao conhecimento produzido na sociedade e ao mesmo tempo problematiza, faz a crítica ao modo de conhecimento dominante e à hierarquização epistemológica própria desta sociedade que deslegitima os protagonistas originários da Educação do campo como produtores de conhecimento e que resiste a construir referências próprias para a solução de problemas de uma outra lógica de produção e de trabalho que não seja a do trabalho produtivo para o capital.

Na consciência da educação como prática da liberdade e da transformação, a Educação do campo, nasce como uma modalidade educativa, gestada e desenvolvida nos acampamentos do MST, a partir de uma práxis transformadora e libertadora que desenvolve no homem do campo, o reconhecimento da sua identidade, do seu direito à terra e a uma educação não massificadora.

Para Caldart (2008, p. 71),

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos sem-terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de reforma agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de Educação, suas comunidades, seu território, sua identidade.

De acordo com a Resolução Nº 2, de 28 de abril de 2008, que dispõe sobre “diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo”, Tais diretrizes dizem respeito, naturalmente, a todas as populações rurais, garantindo o direito ao ensino oferecido pelo sistema escolar, desde a etapa da educação básica, “a educação infantil”, que possui como finalidade o desenvolvi-

mento integral da criança, até o Ensino Médio e a Educação Profissional Técnica de nível médio. Trata-se sem dúvida de um direito para as populações rurais e um dever do Estado o acesso e permanência a educação nestas diferentes modalidades, de forma gradativa e diversificada.

Para entender a Educação do Campo, é necessário compreender na sua totalidade, no seu processo histórico, não apenas no campo das ideias, mas as contradições e tensões que estão inseridas na realidade do homem do campo. (CALDART, 2009). Conforme Caldart (2009, p. 38) “não são as contradições do território restrito da pedagogia, mas da luta de classes, particularmente de como se desenvolve hoje no campo brasileiro, em todas as dimensões de sua realidade”.

Deste modo, como explica Fernandes (2004, p. 263),

Território, por sua vez, e para fins de posicionamento acadêmico, significa espaço social em suas diversas dimensões: culturais, políticas, econômicas, históricas, ou seja, as relações sociais em sua complexidade, espacialidade e temporalidade. Inclusive no plano das ideias, da construção de conhecimentos e suas diferentes leituras das realidades, do sentido e do significado, das divergências e convergências, do diálogo e do conflito. Esse é seu sentido relacional, subjetivo, abstrato, representável e indeterminado.

Fernandes (2004) afirma a importância do território como conceito chave na Educação do Campo, nesta abordagem territorial compreende o território como espaço político produzido pelas relações sociais.

Assim, para Fernandes,

O campo da Educação do Campo é analisado a partir do conceito de território, aqui definido como espaço político por excelência, campo de ação e de poder, onde se realizam determinadas relações sociais. O conceito de território é fundamental para compreender os enfrentamentos entre a agricultura camponesa e o agronegócio, já que ambos projetam distintos territórios (FERNANDES; MOLINA, 2004, p. 32).

Segundo Fernandes e Molina (2004), para responder sobre o viés da Educação do Campo é necessário que o território seja compreendido além do espaço geográfico, ou seja, um espaço controlado por determinada instituição, ou relação social, também representando os processos de transformação pelo poder das teorias. Neste sentido, formando diferentes territórios, como exemplo: o território do agronegócio e o território camponês.

Para compreender a Educação do Campo e a perspectiva Crítica da Educação Ambiental, faz-se necessário analisar a partir do território como categoria de análise, onde se estabelecem as relações sociais, os conflitos, as contradições estando em constante transformação.

Nesse sentido Molina (2006, p. 29) nos diz que “Pensar o campo como

território significa compreendê-lo como espaço de vida, ou como um tipo de espaço geográfico onde se realizam todas as dimensões da existência humana”.

Para Loureiro (2008, p. 17),

A territorialidade, enquanto síntese integradora entre o natural e o humano, localizada histórica e espacialmente, é fundamental para a ação educativa, pois permite a compreensão e a transformação de relações sociais que são exercidas a partir de um determinado modo de produção e organização estabelecido em um espaço definido.

Diante deste contexto é importante refletirmos: *Que projeto de sociedade queremos construir? Que sujeitos queremos construir para esta sociedade? Quais valores devemos construir? Qual a qualidade da água, de alimentos, solos, sementes? Que tipo de democracia, de direitos humanos? O que é preciso transformar? Qual educação assumimos como forma de luta e resistência? Que Educadores necessitamos formar para transformar?*

Sendo assim, devemos reconhecer a importância dos processos formativos tanto em relação à formação dos diferentes profissionais das licenciaturas, quanto em relação aos das licenciaturas em Educação do Campo. Neste processo é importante ressaltarmos a necessidade dos cursos de formação continuada de professores, visto que as universidades não preparam para a realidade da sala de aula e dos diversos desafios que a escola pública apresenta.

Cabe lembrar, que muitos professores são deslocados da área urbana para trabalhar nas escolas do campo, dentro de uma realidade diferente, com princípios, objetivos, abordagens, metodologias, tempos e culturas diferentes do meio urbano. Assim, é necessário refletir não somente em relação à formação, mas também sobre as políticas de formação desses educadores. São questões devem ser pensadas na sua complexidade para que o movimento da Educação do Campo e da Educação Ambiental Crítica contribua para a formação de educadores capazes de desenvolver uma práxis democrática, dialógica e emancipatória.

Molina (2014 p. 12) nos diz que,

Se, de uma maneira geral, espera-se que a escola seja capaz de promover a socialização das novas gerações e transmitir os conhecimentos historicamente acumulados, espera-se também, no Movimento da Educação do Campo, que ela seja capaz de tornar-se uma aliada dos camponeses em luta para permanecer no seu território, existindo como tais, enquanto camponeses. O movimento da Educação do Campo compreende que a Escola do Campo deva ser uma aliada dos sujeitos sociais em luta para poderem continuar existindo enquanto camponeses e para continuar garantindo a reprodução material de suas vidas a partir do trabalho na terra. Para tanto, é imprescindível que a formação dos educadores que estão sendo preparados para atuar nestas escolas considere, antes de tudo, que a existência e a permanência

(tanto destas escolas, quanto destes sujeitos) passam, necessariamente, pelos caminhos que se trilharão a partir dos desdobramentos da luta de classes, do resultado das forças em disputa na construção dos distintos projetos de campo na sociedade brasileira.

Tanto a Educação do Campo quanto a Educação Ambiental Crítica possuem como objetivo a formação de educadores que atuem com base numa educação contra hegemônica, que sejam capazes de atuar nos processos educativos escolares e comunitários. Possuindo a capacidade de trabalhar a partir dos problemas locais, mas com uma visão de totalidade, de complexidade, com base numa práxis democrática, dialógica, participativa e emancipatória.

Esses desafios na esfera cultural e educacional perpassam uma série de questões, pode-se citar as condições necessárias ao acesso a uma educação que permita consciência e manutenção dos direitos indispensáveis à vida no campo baseada nos princípios da dignidade, da justiça, e dos direitos humanos. As possibilidades de construção do conhecimento através de processos educativos complexos que permitam compreender a totalidade e as relações desenvolvidas em nossa sociedade necessitam de uma educação continuada, que contemple desde a família, o trabalho e a escola (OLIVEIRA; SANTOS, 2008).

Neste sentido compreende-se a necessidade em refletir sobre o perfil do educador ambiental do campo, as concepções que a escola do campo esta vinculada. Compreende-se que a Educação Ambiental Crítica e a Educação do Campo se inter-relacionam, reorganizam-se, se articulam, se recriam simultaneamente na escola, porque o território camponês possui relações com estas temáticas, são territórios de resistência, de luta, de esperanças, de vida.

5. Considerações finais

O projeto de Extensão Educação Ambiental – Escolas Sustentáveis e Com-Vida/UFSM contribuiu para ressignificação das práticas pedagógicas dos professores, podendo ser constatado através dos relatos, discursos, práticas pedagógicas desenvolvidas com os alunos, atividades realizadas com a comunidade e entorno, como também através dos projetos realizados pelos professores da escola.

Ao Problematizar os conceitos de educação ambiental crítica, educação do campo e escola do campo verifica-se que a Educação Ambiental Crítica dialoga com a Educação do campo, a partir dos pressupostos da Teoria Crítica, com importantes contribuições da Teoria Marxista. Como base na Educação Popular principalmente a partir dos referenciais Freirianos.

Sobre a atuação da Secad/Secadi nos eixos da educação ambiental e educação do campo nos Governos Lula e Dilma e as repercussões da sua ex-

tinção no atual governo, podemos analisar que a mesma teve uma importância muito grande com importantes avanços na área e sua extinção representa um grande retrocesso nas políticas públicas, no setor educacional e instala um momento histórico de grande desarticulação e desmonte dos direitos constituídos por lei historicamente construídos pelos movimentos sociais.

Pode-se verificar que o projeto de extensão de Educação Ambiental Escolas Sustentáveis e Com-Vida/UFSM promoveu mudanças nas práticas docentes das escolas pesquisadas, contribuindo no desenvolvimento de uma práxis.

Identificou-se que a concepção que orienta as práticas docentes nestas escolas são fundamentadas na concepção da Educação Crítica, territórios educativos com inúmeras contradições, mas configurando-se em uma Escola do Campo, que realiza um trabalho pedagógico crítico, de resistência ao desmonte da educação, ao fechamento das escolas, a educação tecnicista, bancária, que contrapõe o sistema educacional vigente buscando a identidade, a valorização e visibilidade dos sujeitos do campo.

Averiguou-se através da pesquisa que a Educação Ambiental Crítica e a Educação do Campo estão presentes nestas escolas e se articulam através da práxis: A partir dos seguintes critérios de articulação: Valorização da Cultura Local /Saberes Tradicionais, Abordagem Crítica da Educação, Abordagem dos Problemas locais da Comunidade, Valorização do homem do Campo, Incentivo a Coletividade, Relação Escola/Comunidade, Práticas desenvolvidas em relação ao trabalho no campo/Práticas de Educação Ambiental Crítica, Soberania alimentar/segurança alimentar e Princípios da Agroecologia

Nesse sentido, entende-se que: Que Educador do Campo busque a compreensão das diferentes concepções de Educação Ambiental e das diferentes dimensões do conceito de sustentabilidade, dos diferentes discursos que trazem em si. Sendo necessário, a reflexão crítica sobre a perspectiva do trabalho educativo.

É necessário à compreensão de que a Educação Ambiental Crítica busca formar sujeitos históricos, conscientes dos seus direitos, do lugar que ocupa na relação sociedade-natureza, a Educação Ambiental e a Educação do Campo buscam uma Educação na Concepção Crítica proporcionando uma educação transformadora e emancipatória.

Houve uma articulação da Educação Ambiental Crítica e da Educação do Campo nas 3 escolas do Campo pesquisadas através da PRÁXIS, há resistência e se configuram em territórios educativos destas concepções de Educação. Muito embora seja preciso ser ampliada, aprimorada e estruturada de acordo com a realidade de cada escola uma. É preciso avançar na luta, na esperança, na resistência, na práxis, nestes processos educativos transforma-

dores e emancipatórios no sentido da articulação, da estruturação para na formação de Educadores Ambientais do Campo nos seus processos formativos e na formação continuada dos educadores das escolas do campo.

É preciso avançar e promover a ruptura da fragmentação do conhecimento e das relações sociedade-natureza que predomina nas escolas e nos fazeres pedagógicos dos educadores. Propõem-se:

Que o campo da Educação Ambiental Crítica busque uma articulação, uma aproximação com movimento da educação do campo, com os movimentos sociais de base, comunidades tradicionais, povos ribeirinhos, com o trabalhador, as minorias que se apresentam nesta sociedade sendo exploradas, dominadas e expropriadas.

Que os trabalhos desenvolvidos em Educação Ambiental rompam a fragmentação entre a teoria à prática, entre a natureza e a gestão, integrando o homem nestas relações, permitindo compreender as relações entre sociedade e natureza, contribuindo numa nova percepção do mundo, ampliando a percepção sobre as relações mútuas que ocorrem sobre si mesmo, o outro e o mundo e para construção de uma sociedade justa, democrática e igualitária.

Inserção da Educação Ambiental Crítica nos cursos de licenciatura da Educação do Campo e formação permanente continuada para os educadores e educadoras da Escola do Campo articulada ao projeto da escola do Campo.

É importante a construção de um ambiente de discussão permanente, seja, seminários, jornadas, mesas ou encontros reunindo pensadores, a fim de discutir, analisar, articular e propor caminhos, buscando a formação de estratégias de resistência a Educação Ambiental e a Educação do Campo e ao desmonte da Educação Pública e o fechamento das Escolas do Campo na busca de uma sociedade democrática com justiça social e ambiental.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Resolução nº 2, Brasília, 15 de julho de 2012.

_____. Decreto n. 7.352, de 4 de novembro de 2010. **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRO-NERA**. Brasília, 2010. Acesso em: 10. jun. 2017.

BUCZENKO, G. L. **Educação ambiental e educação do campo: caminhos em comum**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018. 235 p.

CALDART, R. S. *et al.* Sobre a educação do campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). **Educação do campo: campo – políticas públicas – educação**. Brasília, DF: INCRA – MDA, 2008. p. 67-86.

_____. Educação do Campo: notas para análise de um percurso. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, mar./jun. 2009.

CARVALHO, I. C. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 5. ed. São Paulo: Global; Gaia, 1998.

FERRARO JUNIOR, L. A. (Org). **Encontros e caminhos: formação de educadores(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, 2005.

FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C. O campo da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, Sônia M. S. A. (Orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. **I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo**, Brasília, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KIST, A.C.F. **Concepções e práticas de Educação Ambiental: uma análise a partir das matrizes teóricas e epistemológicas presentes em escolas estaduais de ensino fundamental de Santa Maria-RS**. (Dissertação de Mestrado). Santa Maria: UFSM, 2010. 136p.

LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 2. ed. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Orgs.). Educação _____. Pensamento crítico, tradição marxista e a questão ambiental: ampliando os debates. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B. (Org.). **A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação**. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

_____. **Educação ambiental e gestão participativa em Unidades de Conservação / Carlos Frederico B. Loureiro... [et al.]**. 3. ed., revisada e atualizada. Rio de Janeiro: Ibama/NEA/Rio de Janeiro, 2008.

_____. *et al.* Contribuição da teoria marxista para a educação ambiental crítica. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 29, n. 77, p. 81-97, jan./abr. 2009.

MOLINA, M. C. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MOLINA, (Org.). **Licenciaturas em Educação do Campo e o ensino de ciências Naturais: desafios à promoção do trabalho docente interdisciplinar** Brasília: MDA, 2014.

SATO, M; CARVALHO, I. C. M. (Org.). **Educação ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

Agricultura Familiar no município de Nova Palma – RS – Brasil: um enfoque no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

*Dreisse Gabbi Fantineli
Eduardo Schiavone Cardoso*

1. Introdução

Dentre as diversas áreas que a Geografia estuda, está a questão do campo e suas complexidades. Para mostrar a necessidade de se estudar mais essa questão complexa do rural, Oliveira (2001) traz uma contribuição com relação ao estudo do campo pela ciência geográfica, afirmando que felizmente a produção geográfica começa a ser submetida a uma intensa crítica, empenhada com a transformação do mundo. É necessário produzir uma geografia sobre o campo, onde seja possível o seu entendimento, e principalmente que essa geografia sirva de ferramenta para a transformação tanto do campo como da cidade.

A agricultura além de ser o setor base para a produção de alimentos da população, também é essencial para o desenvolvimento econômico de uma nação. Conforme afirma Diniz (1984, p. 19) “apesar do grande desenvolvimento industrial e da expansão urbana, a agricultura representa papel fundamental no mundo de hoje”. Ou seja, mesmo o nível de industrialização de um determinado país ser elevado, a agricultura não perde importância.

A agricultura com sua tamanha importância e complexidade, vem sendo estudada por várias áreas do conhecimento, e na ciência geográfica vem ganhando destaque através dos estudos agrários. Assim, queremos entender alguns pontos dessa Geografia Agrária, focando na agricultura familiar, um segmento que até pouco tempo atrás, não tinha conseguido o seu reconhecimento e sua consolidação para conseguir a atenção do poder público, o que tem sido mudado devido ao seu grande potencial para o desenvolvimento do país em vários sentidos.

A agricultura familiar por muito tempo deixou de ser vista devido ao fato dos olhares estarem voltados para a produção para a exportação, ou seja, para os médios e grandes produtores. Foi com a criação do PRONAF (Progra-

ma Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) em 1996, que as políticas públicas voltadas para esse segmento começaram a crescer.

A agricultura familiar tem grande importância para o país devido a várias questões, uma delas é a de produzir grande parte dos alimentos que abastecem o mercado interno. Também possui um papel importante no desenvolvimento sustentável. “A discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar vem ganhando força impulsionada através de debates embasados no desenvolvimento sustentável e também na geração de emprego e renda e na segurança alimentar” (GOMES, 2004, p. 2).

A produção familiar tem grande potencial para a geração de renda, para manter o homem no campo, produzir alimentos com qualidade e também, produzir de uma forma visando à sustentabilidade. Santos (2001 apud SANTOS, TONEZER, RAMBO, 2009, p. 8), reitera que “a agricultura familiar ainda é a forma preponderante de produção agrícola em várias áreas do país, e também é condição fundamental para que haja uma sobrevivência para a economia da grande maioria dos municípios brasileiros”.

Mas para que seja possível os agricultores familiares conseguirem desempenhar seu potencial para um desenvolvimento é necessário existir políticas públicas que deem suporte e auxiliem os mesmos na busca de um desenvolvimento voltado para a sustentabilidade, ou seja, que leve em conta os aspectos sociais, ambientais e econômicos.

Entre os programas para a agricultura familiar, está o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) que a partir de 2009 fica estabelecido que no mínimo 30% dos produtos para a merenda escolar devem ser adquiridos da agricultura familiar. Esse programa possui vários objetivos, dentre os quais podemos destacar, ajudar no fortalecimento da agricultura familiar e garantir a segurança alimentar das crianças e jovens beneficiados com a merenda.

Poucos estudos se destinam a verificar as inserções das políticas públicas federais, como o PNAE, e detectar os resultados locais, para os habitantes do município, no sentido de melhorar a qualidade da merenda escolar e permitir trabalho e renda para a agricultura familiar local.

A problemática da pesquisa é entender porque é importante e necessário estudar o PNAE e sua relação com a agricultura familiar no município de Nova Palma?

Assim, o objetivo geral desta pesquisa é analisar as influências sociais e econômicas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Nova Palma – RS no ano de 2016.

Para a realização da pesquisa, primeiramente foi feita uma caracterização geográfica do município de Nova Palma – RS, evidenciando os aspectos

naturais, históricos e culturais, dando ênfase na economia do município. Para a realização desta etapa foram consultados materiais disponíveis no site da prefeitura do município e do IBGE. A construção da revisão de literatura centrou-se em 3 temas essenciais, sendo a segurança alimentar, a agricultura familiar e as políticas públicas (destacando o PNAE).

A segunda etapa foi o trabalho de campo, para conseguir alguns dados importantes sobre a produção dos agricultores familiares, junto a EMATER do município. A partir daí, foi construído o instrumento de coleta de dados na forma de entrevistas, sendo que o tipo de entrevista que mais se encaixou nesta pesquisa foi à entrevista semi-estruturada. Juntamente com as entrevistas foi feita uma observação livre, para ser possível uma maior discussão com os resultados.

Foram entrevistados os agricultores familiares participantes do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) do município de Nova Palma/RS, no ano de 2016, que no caso, são em número de sete (7), (sendo que são 4 produtores de Nova Palma/RS, 2 de Faxinal do Soturno/RS e 1 de São João do Polêsine/RS) a extensionista da Emater do município, a nutricionista da prefeitura e uma merendeira de uma das escolas beneficiadas com os alimentos. A seguir o perfil dos agricultores entrevistados:

– Nova Palma

Produtor 1: Agroindústria (4 famílias de quilombolas) – fornecem pães e bolachas.

Produtor 2: fornece alface, tempero verde, beterraba, repolho, moranga cabotiá e laranja.

Produtor 3: fornece milho e ervilha.

Produtor 4: fornece mandioca, batata doce, cebola e alho.

– Faxinal do Soturno

Produtor 5: Agroindústria (2 famílias – cunhadas) – fornecem agnolini e massa.

Produtor 6: Agroindústria – fornece geleia.

– São João do Polêsine

Produtor 7: fornece bananas.

Como é possível verificar, os produtores não são todos de Nova Palma, este fato é em razão de que quando não se encontra produtos necessários para a merenda no próprio município, existe a possibilidade de comprar os alimentos de agricultores dos municípios vizinhos, como no caso, Faxinal do Soturno e São João do Polêsine, pois conforme o MDA (2013, p. 4) “[...] compra de produtos diversificados, orgânicos ou agroecológicos, e que se-

jam produzidos no próprio município onde está localizada a escola, ou na mesma região [...]”.

A pesquisa utilizou o método dialético, pois este método permite estudar as contradições, que é um dos aspectos a ser pesquisado no trabalho. Marconi e Lakatos (2009, p. 106) falam que o método dialético é o “que penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade”. Por isso a escolha desse método, pois é o que mais se adequa para conseguir alcançar os objetivos da pesquisa.

Este estudo é caracterizado como qualitativo, pois de acordo com Moraes, Viero e Souza (2008, p. 15), “este tipo de pesquisa, a qualitativa, permite descrever qualidades dos fenômenos ou objetos de estudo, [...]”.

Na etapa final foi feito a análise dos resultados e o debate com o referencial teórico, para ser possível atingir os objetivos propostos, e por fim, a finalização da pesquisa.

2. Caracterização da área de estudo

A Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul está localizada na região central do Estado, entre os municípios de Santa Maria e Cachoeira do Sul, e foi criada com o objetivo de receber as primeiras 70 famílias de imigrantes italianos ao núcleo colonial de Silveira Martins. Em seguida, com a vinda de mais famílias, foram sendo definidos os lotes e os novos núcleos criados, sendo que alguns locais já eram habitados por colonizadores poloneses e alemães (ITAQUI, 2002).

A região da Quarta Colônia é formada por nove municípios, sendo: Nova Palma, Faxinal do Soturno, Dona Francisca, São João do Polêsine, Pinhal Grande, Ivorá, Silveira Martins, Agudo e Restinga Sêca, sendo estes dois últimos integrados mais tarde na região.

A pesquisa foi realizada no município de Nova Palma. O município possui uma população aproximada de 6.588 habitantes (IBGE), tendo uma economia baseada na agropecuária, nas indústrias de pequeno porte e na significativa presença da CAMNPAL (Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda) (PREFEITURA MUNICIPAL, S/D). Na agricultura prevalece “o cultivo de feijão, fumo e milho” (ITAQUI, 2002, p. 36). Sobre a economia do município, Manfio (2014) complementa falando que, Nova Palma tem em sua maioria pequenas propriedades de agricultura familiar e de policultura, tendo novas dinâmicas tanto no espaço urbano como no rural, devido ao desempenho da CAMNPAL.

O município possui vários atrativos naturais e culturais, dentre eles está o Balneário Municipal e a Rota das Esculturas que é um conjunto de 12 obras esculpidas pelo artista Rogério Bertoldo (PREFEITURA MUNICIPAL, S/D). A Rota das Esculturas pertence ao município de Júlio de Castilhos/ RS, porém, fica mais próximo de Nova Palma, por isso muitos até acreditam e falam que pertence a este município.

3. Segurança Alimentar e Agricultura Familiar

A questão da segurança alimentar nos últimos anos vem sendo cada vez mais discutida. Para Belik (2003) desde os tempos coloniais no Brasil, já existia por parte dos governantes uma preocupação com a alimentação das pessoas. E essa preocupação se transforma nas políticas públicas a partir do século XX, com a manifestação dos movimentos sociais contra a carestia.

É a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que esse conceito ganha força, e, em especial, a partir da constituição da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945. Após a Segunda Guerra, a segurança alimentar foi hegemonicamente tratada como uma questão de insuficiente disponibilidade de alimentos, para isso, foi instituída iniciativas de promoção de assistência alimentar, que eram feitas em especial, a partir dos excedentes de produção dos países ricos. Já no início dos anos 70 a crise mundial de produção de alimentos levou a Conferência Mundial de Alimentação no ano de 1974, a verificar que era necessário existir uma política de armazenamento estratégico e de oferta de alimentos, associada também a um aumento na produção de alimentos para a garantia da segurança alimentar (BURITY; FRANCESCHINI; VALENTE, 2010).

É possível verificar que a cada período, existia mudanças sobre a questão da segurança alimentar e produção de alimentos, pois conforme Burity, Franceschini e Valente (2010), no fim dos anos 80 e início dos 90, a conceituação de segurança alimentar incorporou também, a noção de acesso a alimentos seguros, ou seja, não contaminados biológica ou quimicamente. Essa visão se consolidou em Roma, no ano de 1992, com a Conferência Internacional de Nutrição, realizada pela FAO e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), agregando também, o aspecto nutricional e sanitário ao conceito, que passa a ser denominado Segurança Alimentar e Nutricional.

A segurança alimentar pode estar relacionada a vários fatores como a produção de alimentos sem o uso de agrotóxicos, ou seja, com relação à qualidade dos alimentos, a questão do acesso aos alimentos, também, com relação à quantidade de nutrientes fornecidos pelos alimentos, entre outros.

Complementando essa questão da segurança alimentar, Gazolla e Schneider (2007) afirmam que a definição do que seja a segurança alimentar abrangeria não somente a questão do acesso das pessoas (agricultores) aos alimentos, mas também, constituiriam dimensões do conceito com relação à qualidade nutricional e seu fornecimento de acordo com as necessidades das pessoas. Também é importante a definição de segurança alimentar com relação aos hábitos alimentares, devendo ir ao encontro com a “cultura” alimentar de uma determinada população.

É possível perceber que o conceito de segurança alimentar é amplo e complexo, mas fica claro também, que acima de tudo, se baseia na ideia de garantir alimentos de qualidade e quantidades nutricionais adequadas para suprir as necessidades básicas, e permitir o acesso aos mesmos. E para que possa ser possível garantir isso para a população, é necessário ligar a segurança alimentar com políticas públicas.

Portanto, o poder público possui a responsabilidade de criar políticas públicas que tenham por objetivo garantir a segurança alimentar da população, seja no acesso e na qualidade dos alimentos.

4. Políticas Públicas e a Agricultura Familiar no Brasil

Os agricultores familiares conseguiram se consolidar através da criação do PRONAF em 1996. É importante colocar a contribuição de Mattei (2015) que fala que é necessário destacar que o movimento sindical, pelas suas organizações e lutas nos últimos anos, exerceu um papel categórico na implantação desse Programa, beneficiando também a luta por outra bandeira antiga dos trabalhadores rurais que é o acesso pelos agricultores familiares aos inúmeros serviços oferecidos pelo sistema financeiro nacional.

É possível afirmar que a consolidação do agricultor familiar, está diretamente relacionado às lutas dos mesmos, pois conforme Picolotto (2011) outro fator que influenciou mudanças dentro do sindicalismo dos trabalhadores rurais na década de 90, foi o relevante papel político que teve os pequenos produtores (depois chamados de agricultores familiares). Era um movimento que vinha desde a região Sul e também, algumas partes do Norte, tendo uma forte presença dos pequenos proprietários que estavam conseguindo alcançar espaços dentro da estrutura sindical desde a década de 80.

As políticas públicas voltadas para a agricultura familiar começaram a surgir de uns anos para cá, pois essas eram voltadas para a grande produção. Pode-se dizer que foi com o surgimento do PRONAF, em 1996, que os agricultores familiares começaram a ter acesso a crédito rural, etc. De acordo com Medeiros (2001, p. 103) “os anos 90 se encerram no Brasil com o crescimento

da visibilidade política de dois segmentos sociais no meio rural: os sem terra e os agricultores familiares”.

Pode-se dizer que antigamente eram somente os grandes proprietários de terras que tinham benefícios governamentais a seu favor, pois Picolotto (2011) fala que a agricultura familiar na história brasileira, quando refletida do ponto de vista da importância socioeconômica que possui, foi relegada pelo Estado e também por outros setores dominantes a uma condição secundária aos interesses da grande exploração agropecuária. Sendo que ao longo do tempo, essa exportação dos produtos agrícolas de interesse internacional foi considerada como a única capaz de garantir divisas para o país.

Com o tempo os pequenos agricultores foram conseguindo seu espaço, e nos dias de hoje, é possível dizer que existem um número razoável de políticas voltadas para o segmento da agricultura familiar, porém, ainda não são suficientes, para suprir as necessidades de muitas unidades familiares em diferentes regiões do país. Gehlen (2004) fala que o modelo familiar, com uma boa estrutura, com adequadas políticas, e eficiente tanto econômico quanto socialmente, sendo sensível às questões ambientais, por isso, é possível afirmar que é um sistema sustentável ou durável.

Sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), foi a partir de 2009 que o poder público inseriu os agricultores familiares no Programa da merenda escolar, como forma de fortalecer esse segmento. A lei que estabeleceu que parte da merenda escolar deve ser adquirido da agricultura familiar, foi a Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, que diz:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, às comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009).

Para Triches e Scheneider (2010) essa lei foi um marco com relação às políticas públicas, pois primeiramente ampara a agricultura familiar, pois torna obrigatória utilizar pelo menos 30% do valor remetido às entidades executoras pelo FNDE para aquisição de gêneros alimentícios dos agricultores familiares, e segundo, “porque é uma inovação no que diz respeito à legislação das aquisições públicas brasileiras” (TRICHES; SCHENEIDER, 2010, p. 938).

Dados do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com relação à produção dos agricultores familiares mostram a contribuição destes na produção de alimentos para abastecer o mercado interno, destacan-

do a necessidade de apoiar este modelo produtivo, através das políticas agrárias e agrícolas, valorizando também, a produção dos agricultores familiares. Com relação ao recente caráter da legislação, análises da compra de alimentos para a merenda escolar são relevantes, levando em conta a necessidade de fortalecer a agricultura familiar, de estimular a utilização de alimentos regionais, ou seja, respeitar os hábitos alimentares locais e também, aumentar o consumo de alimentos *in natura* pelos estudantes, como definido nas diretrizes do PNAE (SARAIVA et. al., 2013).

No ano de 2016, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi extinto, gerando o retrocesso na criação e desenvolvimento de políticas públicas para os agricultores, principalmente para os agricultores familiares, que geralmente são os mais afetados.

5. O PNAE, a geração de renda e a valorização dos agricultores familiares

A inserção da agricultura familiar no fornecimento de alimentos para a merenda escolar de Nova Palma começou em 2009, através da Lei 11. 947. São 7 produtores no total que fornecem os seus produtos para a merenda escolar no município, sendo 3 produtores e 1 agroindústria de Nova Palma mesmo, 2 agroindústrias de Faxinal do Soturno e 1 produtor de São João do Polêsine. É possível afirmar que dentre os inúmeros benefícios que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) trouxe para os agricultores familiares, um dos principais foi à venda garantida e assim, a geração de renda. Sobre os programas públicos alimentares, Triches e Schneider (2010) afirmam que por um lado existe a integração de políticas relacionadas à saúde da comunidade escolar, e por outro, a criação de mercado para os agricultores familiares.

Nesse sentido, todos os produtores entrevistados foram unânimes em dizer que a melhor vantagem é ter a venda garantida dos produtos. Quando perguntado sobre o valor pago, todos falaram que é um bom valor, e 3 produtores até falaram que o valor pago pelo PNAE é maior do que quando vendem na feira ou para o mercado. Sendo importante mencionar o relato da produtora 6, que ainda citou outra vantagem de participar do Programa, falando que “além da venda garantida, o Programa abriu portas, ajudando também na divulgação dos meus produtos”.

A nutricionista da prefeitura e a extensionista da Emater do município que acompanham os produtores também relatam essa vantagem da venda garantida e assim, uma renda extra. Para a nutricionista as principais vantagens

do PNAE para os produtores são “a venda garantida dos produtos, a lucratividade e o estímulo para continuar produzindo”. É possível afirmar que essas vantagens relatadas pelos próprios produtores, pela extensionista e pela nutricionista, vão de acordo com o FNDE (2013, p. 4) onde consta que “para o agricultor familiar, representa um canal importante de comercialização e geração de renda com regularidade, contribuindo para a inclusão produtiva, a geração de emprego no meio rural [...]”.

E além de todas essas questões já mencionadas sobre as vantagens do Programa, a extensionista falou num tema muito importante, relatando que “o PNAE contribui para a valorização do idoso, do jovem e dos grupos de vulnerabilidade social, como no caso aqui do município a agroindústria formada pelos quilombolas”. E ela ainda segue falando que “através da agroindústria ocorreu à inclusão social desse grupo de produtores, gerando a renda para a sobrevivência das famílias”. Sobre a valorização do idoso, foi possível observar no trabalho de campo, entre os produtores participantes do Programa, um casal de idosos, onde a esposa ajuda na produção.

Quando perguntado sobre o que gostariam de mudar no programa, foi unânime nas respostas a questão da municipalização, ou seja, que voltasse a ser como nos outros anos, onde o município era responsável por comprar os alimentos para as escolas municipais e estaduais, pois em 2016 devido à falta de repasse do governo do Estado, o município ficou responsável pela compra da merenda apenas para as escolas municipais, que são 3 escolas e 1 creche.

Na pergunta sobre a desvantagem do PNAE, a nutricionista mencionou a questão da agroindústria, “a questão da legalização das agroindústrias deveria ser menos burocrática, pois muitos produtores têm condições de produzir bons produtos, porém, como não tem a agroindústria legalizada, não podemos comprar os produtos deles. E muitas vezes eles até queriam ser regularizados, mas devido à parte burocrática, e até mesmo à falta de incentivos, não conseguem”. Já a extensionista também falou da parte burocrática, mas com relação à documentação, “acho que a questão da certidão negativa de débito poderia ter um prazo maior, pois os produtores a cada 3 meses tem que ir na prefeitura retirar essa certidão, que serve para comprovar que não estão devendo nada para a prefeitura, sendo que o valor de cada certidão é de R\$ 17,00”.

Sobre a questão dos orgânicos, quando perguntado se eles produziam orgânicos (tirando a agroindústria de bolachas e pães), todos disseram que tentam ao máximo, que só usam alguma coisa de produto químico quando realmente é necessário, e que mesmo assim, procuram utilizar produtos que não sejam tão fortes. Na agroindústria de geleia, a mesma questão, pois a produtora falou que dependendo da época, utiliza algumas frutas da própria pro-

priedade, e que evita ao máximo fazer uso de produtos químicos. Foi possível verificar que todos tem a preocupação de produzir da forma mais saudável possível, pois pensam nas crianças e jovens que irão consumir os alimentos, e até mesmo o próprio produtor e a sua família.

É possível verificar que a agricultura familiar possui um grande potencial para a promoção de uma alimentação mais saudável no ambiente escolar, pois quando perguntado para a nutricionista sobre a qualidade dos alimentos, essa relatou que é visível a diferença entre os produtos entregues pelos produtores se comparados com os do mercado. Ela falou que é feita uma seleção antes dos produtos serem entregues nas escolas, mas que os próprios produtores são bem criteriosos com relação à qualidade dos produtos entregues.

Sobre a segurança alimentar, a extensionista da Emater falou que é trabalhada essa questão com os produtores, onde mostram a importância de não utilizar agrotóxicos, das alternativas que são ensinadas e trabalhadas com os produtores para substituir os produtos químicos, de priorizar sempre a qualidade dos alimentos em vez da quantidade, o incentivo também por novos produtos no caso das agroindústrias, através de oficinas. Essa questão da qualidade dos alimentos e segurança alimentar está claro também na lei que estabeleceu a compra dos alimentos da agricultura familiar, pois de acordo com Sambuichi et. al. (2014, p. 97), “o Artigo 12 da Lei nº 11.947/2009 deixa clara a preocupação alimentar e nutricional, incluindo o respeito à cultura e a tradição alimentar local”.

Também foi importante a contribuição da merendeira, quando perguntada se algum alimento depois da inserção da agricultura familiar no Programa foi resgatado, e de acordo com ela “a batata doce, a mandioca e a moranga cabotiá, eram produtos que dificilmente vinham para nós”, e ela ainda relata que “é possível verificar que os três alimentos são bem aceitos pelos alunos”. Quando perguntado sobre o resgate de algum alimento para a nutricionista, esta falou que “o milho em espiga, a mandioca e a batata doce, por serem produtos que não eram comprados em pregão, e que por conta de serem culturas que quase todos os produtores familiares produzem, se fez valer para estar incluído na alimentação escolar”. Ela ainda relata que “a massa caseira congelada que é comprada é algo que não se tinha antes da agricultura familiar”. Com isso, percebe-se que a agricultura familiar também contribui no resgate de alimentos importantes e nutritivos aos alunos, podendo ser relacionado até mesmo com a cultura alimentar local.

Com os alunos das escolas, a nutricionista relatou que são feitas oficinas sobre educação alimentar, mostrando as vantagens de uma alimentação saudável, de como aproveitar os alimentos, entre outros.

Foi possível verificar o aumento na qualidade da alimentação fornecida aos alunos, desde a inclusão dos agricultores familiares no programa, pois de acordo com a merendeira, “antes a grande parte dos produtos eram industrializados, como os enlatados (almôndegas, sopão), vinha tudo com muito sal, conservantes, diferente de agora, que os alimentos são mais naturais, chegam mais frescos”. Nessa questão tanto a nutricionista como a extensionista também relataram sobre a melhora nos alimentos, diminuindo o consumo de produtos enlatados, com conservantes, por produtos mais frescos, saudáveis.

6. Considerações finais

O Programa Nacional de Alimentação (PNAE) desde 2009 determina que no mínimo 30% da merenda seja oriundo da agricultura familiar, e veio para contribuir na valorização e fortalecimento dos agricultores familiares. Com o PNAE os produtores têm uma venda garantida de seus produtos, e assim, uma renda extra na propriedade. Também, é possível ligar o Programa como um incentivo para o jovem continuar no campo, e para o idoso, uma forma de valorização do seu trabalho.

Além de o Programa ocasionar consequências positivas para os agricultores e para os escolares, o PNAE possui uma importante função, pois contribui de maneira significativa no consumo de alimentos mais saudáveis, com procedência, de qualidade, em detrimento de produtos industrializados, enlatados, como era há alguns anos atrás. Outra questão observada foi com relação ao resgate de alimentos que eram cultivados no município, mas que não eram fornecidos nas escolas antes da inserção da agricultura familiar no PNAE.

Foi possível verificar que no município de Nova Palma o PNAE consegue atingir os seus objetivos, pois na visão de todos os entrevistados que tem contato com o Programa, ficou constatada a geração de trabalho, de renda, a qualidade dos alimentos fornecidos para as escolas.

Sendo assim, a pesquisa conseguiu atingir os seus objetivos propostos, mostrando os benefícios existentes tanto no lado social como econômico do Programa no município em questão, sendo possível verificar que o PNAE no município de Nova Palma contribui na valorização da agricultura familiar e, garante alimentos com mais qualidade para os alunos nas escolas beneficiadas.

Referências

BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 12, n. 1, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**, de 16 de julho de 2009. Disponível em: <www.fnnde.gov.br/programa/alimentacao-escolar>. Acesso em: maio 2015.

BURITY, V.; FRANCESCHINI, T.; VALENTE, F. Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o Direito à Alimentação Adequada (DHAA). In: BURITY, V. *et al.* (Orgs.). **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2010.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Segurança Alimentar e Agricultura Sustentável: uma perspectiva agroecológica. **Ciência e Ambiente**, 2003.

DINIZ, J. A. F. **Geografia da Agricultura**. São Paulo: DIFEL, 1984.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Cartilha do Programa Nacional de Alimentação Escolar** – Aquisição de produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar. 2013. Disponível em: <www.fnnde.gov.br>. Acesso em: abr. 2016.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Estud. soc. agric**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, 2007.

GEHLEN, I. Políticas Públicas e Desenvolvimento Social Rural. **São Paulo em Perspectiva**, 18(2), 2004.

GOMES, I. Sustentabilidade social e ambiental na agricultura familiar. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, v. 5, n. 1, 2004.

INSTITUTO DE BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: abr. 2015.

ITAQUI, J. **Quarta Colônia: Inventários Técnicos**. Santa Maria: Condesus Quarta Colônia, 2002.

MANFIO, V. A Dinâmica da CAMNPAL na Pequena Cidade de Nova Palma – RS: A (Re) Estruturação Urbana e o Desenvolvimento Local. **Bol. Geogr.**, Maringá, v. 32, n. 2, 2014.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Altas, 2009.

MATTEI, L. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): Concepção, Abrangência e Limites Observados**. 2015.

MEDEIROS, L. S. “Sem Terra”, “Assentados”, “Agricultores Familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRACCA, N. (Coord.). **Una nueva ruralidade em América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001.

MDA – **Ministério do Desenvolvimento Agrário**, 2013. Disponível em: <www.mda.gov.br>. Acesso em: abr. 2016.

MORAES, C.; VIERO, J.; SOUZA, S. E. **Metodologia da Pesquisa**. Santa Maria: Imprensa Universitária, 2008.

MOREIRA, M. R. S. Um olhar sobre a agricultura familiar, a saúde humana e o ambiente. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 65, n. 3, 2013.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

PEIXINHO, A. M. L. **Um resgate histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2011.

PICOLOTTO, E. L. Processos de afirmação dos agricultores familiares como sujeitos de direitos. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Orgs.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

PREFEITURA Municipal de Nova Palma, S/D. Disponível em: <novapalma.rs.gov.br>. Acesso em: mar. 2015.

SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* Compras Públicas Sustentáveis e Agricultura Familiar: a experiência do Programa de Aquisição de alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: SAMBUICHI, R. H. R. *et. al.* (Orgs.). **Políticas Agroambientais e Sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas**. Brasília: Ipea, 2014.

SANTOS, F.; TONEZER, C.; RAMBO, A. G. Agroecologia e Agricultura Familiar: um caminho para a soberania alimentar? In: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009, Porto Alegre. **Anais**.

SARAIVA, E. B. *et. al.* Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência e Saúde Coletiva**, 18(4), 2013.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 19, n. 4, 2010.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e o processo de territorialização na “Terra dos Marechais” – São Gabriel/RS

*Mirieli da Silva Fontoura
Ane Carine Meurer*

1. Introdução

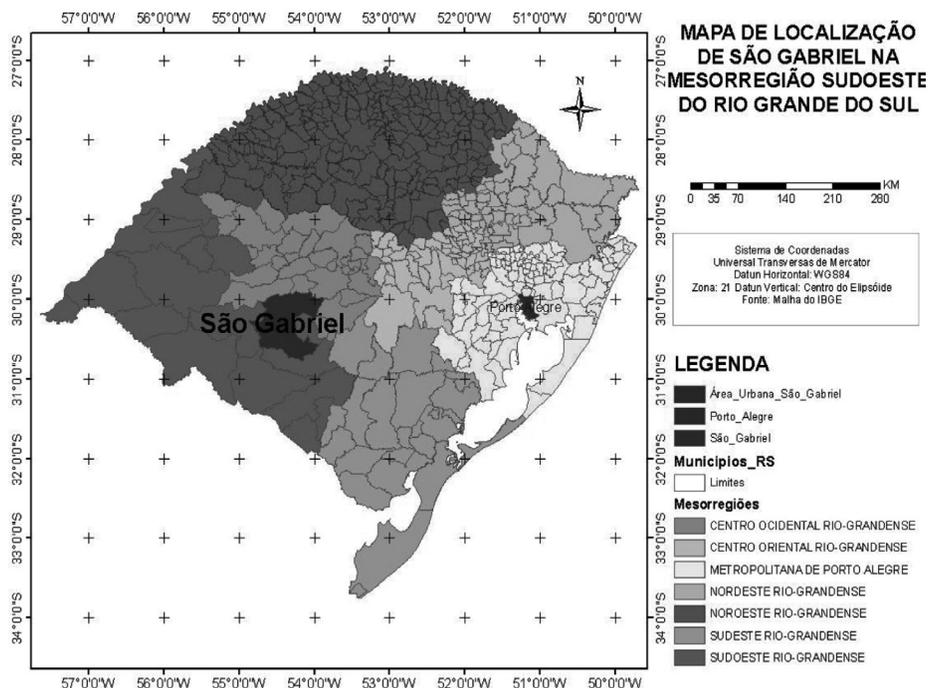
Este artigo é resultado das pesquisas desenvolvidas para a realização da minha dissertação de mestrado, esta elaborada no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a qual foi defendida no ano de 2014. Desta forma, o presente texto apresenta como temática a luta delineada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), tendo como objetivo geral destacar a inserção do MST no contexto territorial do Município de São Gabriel.

Este estudo justifica-se, em primeira instância, devido suas bases teóricas, além de sua substancialidade empírica construída por meio de pesquisas de campo concretizadas no município envolvido entre os seguintes períodos: 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, tanto a partir de atividades de extensão por meio do Projeto de Formação Continuada para Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (PROEXT 2009/FIEX 2011), como também pelas atividades da presente pesquisadora no desenvolvimento da dissertação de mestrado.

Desta forma, é necessário mencionar que o município estudado está localizado na região da Campanha Gaúcha do estado do Rio Grande do Sul (Figura 1). Tendo em vista as definições apresentadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), São Gabriel integra a Mesorregião Sudoeste Rio-grandense (IBGE, 2008) e a Microrregião da Campanha Central (IBGE, 2008). No contexto atual, este município apresenta como abrangência territorial, aproximadamente 5.023,821 Km² (caracterizando-se como o quinto município do estado em área territorial). Além disso, dispõe de um total de 60.508 mil habitantes, representando uma população concentrada na área urbana de 53.860 (89%) e 6.648 na área rural (11%) (IBGE, 2010).¹

¹ FONTOURA, 2013.

Figura 1: Mapa de localização de São Gabriel na Mesorregião Sudoeste do Rio Grande do Sul



Fonte: SANTOS, A. L. M. (2011)

Portanto, vale destacar que o MST enfrentou a força do latifúndio do município de São Gabriel/RS e entre os anos de 2008 a 2011, territorializou o espaço rural com a organização de sete assentamentos camponeses, os quais abrangem cerca de 12.625 mil hectares, abrigando em torno de 600 famílias, que realizaram o sonho da conquista de um pedaço de chão para desenvolverem os processos existências e as relações de trabalho.

2. O movimento dos trabalhadores sem terra e sua luta pela terra no município São Gabriel/RS

Na perspectiva do contexto social delineado no período de 2003, teve início a luta pela terra e contra o latifúndio no município de São Gabriel, no qual o movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) protagonizaram o enfrentamento para a desapropriação da Fazenda Southall, localizada na área rural da região em estudo.

Em meio a este panorama, o MST articulou a Marcha *Sepé Tiarajú*, cujo nome está vinculado a uma homenagem ao índio guarany Sepé Tiarajú (nomenclatura designada a um Distrito da unidade em destaque), sujeito histórico que morreu lutando com a finalidade de resguardar as terras de seu povo, cujo território atualmente faz parte das demarcações do arranjo de São Gabriel/RS.

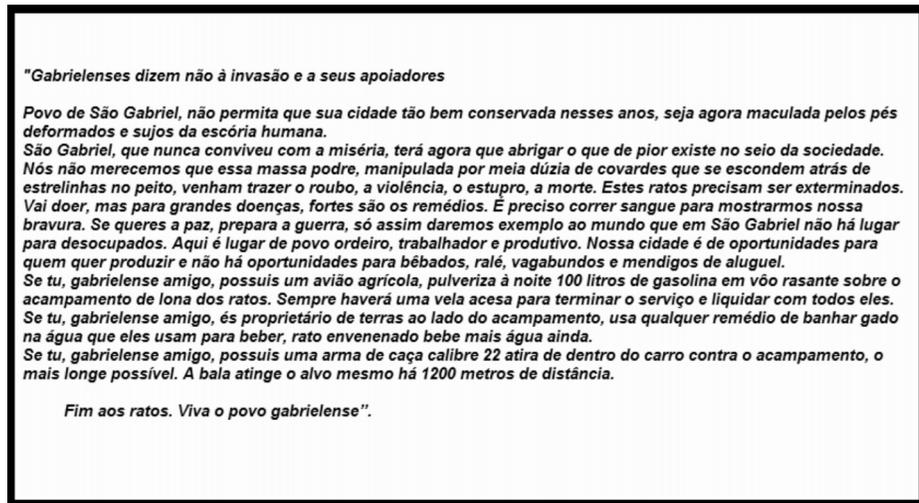
O principal objetivo desta marcha era chegar às terras de São Gabriel, para “dialogar com a população e demonstrar a sociedade, aos governantes e para o poder judiciário, a necessidade de reforma agrária “*aberração*” do latifúndio” (SANTOS, 2012, p. 81), pois nesta unidade territorial percebe-se a existência de espaços que não correspondiam à função social da terra, entendida como princípio fundamental do direito agrário. Nessa relação, Sodero (1968) destaca que a terra constituiu um meio de produção para uso coletivo e deve se encontrar a serviço dos sujeitos sociais, no sentido de contribuir à sobrevivência de todos, e não como mercadoria inacessível as classes populares.

De acordo com Santos (2012), esta articulação do MST, iniciou na região de Pantano Grande, “reunindo acampamentos do MST de Arroio dos Ratos, Pantano Grande, Capão do Leão, Santana do Livramento e Júlio de Castilho, que totalizavam aproximadamente oitocentas famílias” (p. 81), uniram-se diante da realidade encontrada para questionar e reivindicar por direitos abusados na legislação brasileira.

Fato que propiciou o início do processo de conflito, pois após a tomada de consciência da classe dominante, no que se refere à marcha, empresários, entidades e proprietários rurais se organizaram elaborando uma contra-marcha em oposição à inserção do MST no município e, principalmente foi instituído reivindicações para que o processo de desapropriação da Fazenda Southall não se consolidasse judicialmente.

Ainda, sobre a marcha Sepé Tiaraju, Santos (2012) destaca a seguinte compreensão: à medida que os integrantes do MST aproximavam-se de São Gabriel, as tensões e conflitos aumentavam significativamente. Sendo assim, os latifundiários e seus apoiadores realizaram um bloqueio na ponte do verde, esta que faz divisa entre os municípios de Santa Maria e São Sepé. E, em meio a esse processo de ações de diferentes escalas, o município de São Gabriel entrou com uma ação judicial para a interrupção da marcha e, conseqüentemente para impedir a inserção dos manifestos do movimento dentro do município. Como resposta a luta pela terra, a classe proprietária confeccionou panfletos redigidos contra o MST, este foi distribuído amplamente à população gabrielense (Figura 2).

Figura 2: Panfleto distribuído para a população de São Gabriel/RS



Fonte: <<http://www.apublica.org/2012/08/anos-na-briga-por-reforma-agraria-em-sao-gabriel/>>.

Org.: FONTOURA, M. S. (2013)

Vale observar nesse fragmento textual, que a proporção das agressões expressas contra os integrantes do Movimento é intensa. Igualmente um dos objetivos desta divulgação (Figura 2) era instigar a população de São Gabriel para defender suas fronteiras.

Ao seguir a linha de análise colocada por Foucault (2005), entende-se que esta atitude foi marcada por uma intensa violência simbólica, ao expressar a força do poder dominante sobre os corpos e a alma dos sujeitos envolvidos no processo de resistência contra a condição subalterna, na qual se situam e tecem suas identidades. Cujas consequências foram a imposição de um sentimento de horror do povo local contra os sem terra, no qual as cenas mostraram na cidade um espetáculo público constituído por um ambiente de hostilidade dos proprietários e seus seguidores. Porém, os sem terra, não lograram medo e instituíram no ano de 2008, um grande acampamento que efetivou a luta pela reforma agrária no município.

Vale ainda observar sobre o assunto, algumas estratégias lexicais utilizadas no panfleto para denegrir a imagem dos sem terra, com as menções de que eles: “são o pior que existe no seio da sociedade”, [...] uma “massa podre”, “miserável e suja”, [...] comparados a “ratos”, compreendidos, neste contexto, pelos donos da terra, como seres danosos a ordem social.

Este pequeno panfleto, carregado de preconceitos, insultos e desrespeito a condição humana, consiste em um exemplo da violência exercida sobre o MST, onde a classe dominante busca por meio de uma mobilização arbitrária, instituir a marginalização dos acampados, bem como a luta pela democratização do acesso a terra.

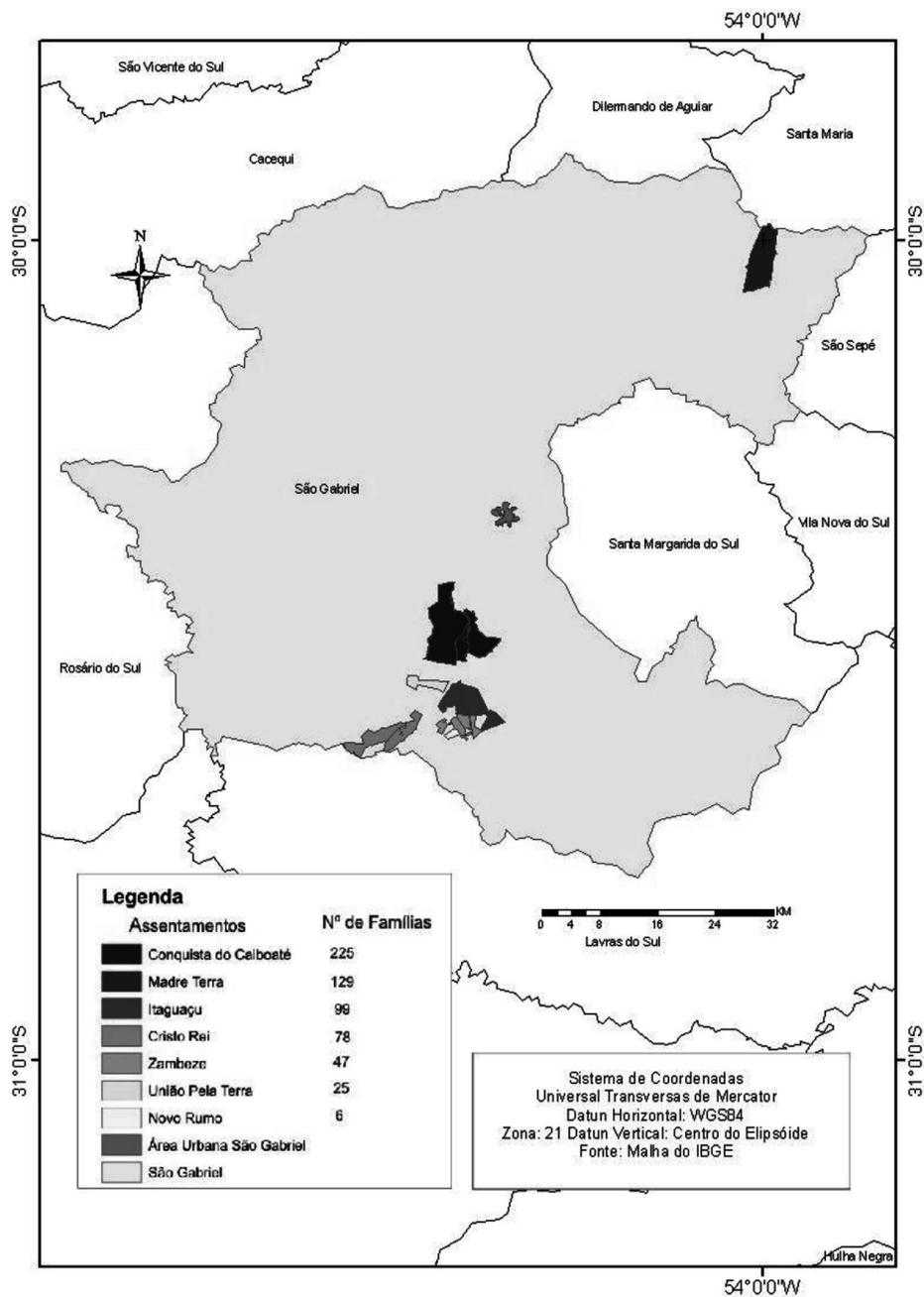
Porém, em meio a este cenário de conflitos, em 2006 a marcha Sepé Tiaraju é reorganizada e, o MST, a partir da luta e da necessidade de efetivação da reforma agrária no RS, assumiu uma postura de resistência, e enfrentou a força do latifúndio em São Gabriel ao entrar no município e levantar (construir) acampamento, com posterior concretização em assentamentos (Figura 3). Atualmente, este movimento social, segundo Santos (2012),

[...] conquistou sete assentamentos rurais em São Gabriel, no período de 2008 a 2011, que totalizam uma área de aproximadamente 12.625 mil hectares de terra, por meio dos quais cerca de 600 famílias lograram possuir um pedaço de terra, para estabelecer suas dinâmicas de reprodução social (SANTOS, 2012, p. 89).

Entretanto, atualmente os assentados estão realizando mobilizações e protestos no espaço urbano de São Gabriel/RS, para reivindicar melhorias estruturas nos assentamentos. De acordo com o Jornal da Cidade, no dia 11 de abril de 2013, os integrantes do MST organizaram um grande protesto em frente ao Ministério Público e foram recebidos pelo promotor de justiça Fernando Andrade Alves.

Os Militantes, assentados pela reforma agrária na localidade de Catuçaba Madre Terra, distribuíram panfletos para a população Gabrielense, apontando as principais dificuldades de residir nos lotes de terra. As famílias declararam que foram assentadas em 2009 na antiga fazenda Santa Rita, no distrito de Catuçaba a uma distância de 80 quilômetros do centro da cidade, e ainda, não possuem energia elétrica, água potável, saneamento básico, estradas, saúde e escola para seus filhos.

Figura 3: Mapa de localização dos assentamentos do MST no município de São Gabriel/RS



Fonte: SANTOS, A. L. M. (2011)

Em consequência, ainda no último trimestre do ano de 2013, as crianças e adolescentes ainda estavam caminhando cerca de sete quilômetros para chegar ao transporte escolar, sendo assim, os Sem Terras argumentaram que defendem o retorno das Escolas Itinerantes junto aos acampamentos e assentamentos do MST. Em vista desta mobilização, o promotor destacou que visitará os assentamentos para observar a realidade do local, e posteriormente tomará as medidas legais adequadas.

No dia 3 de Julho de 2013, o MST organizou um novo manifesto no município de São Gabriel. Desta vez contou com a participação dos professores e funcionários da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas, pois nos períodos chuvosos de inverno, o acesso à Escola era interrompido pela precariedade das estradas (Figura 4 e 5), o que ocasionou por muitas vezes, o cancelamento das aulas nos dias de chuva.

Figura 4: RS 630 (Ligação entre São Gabriel a Dom Pedrito – em período pós-chuva)



Fonte: Arquivo pessoal do Prefeito Municipal de São Gabriel – RS
Org.: FONTOURA, M. S. (2013)

Figura 5: Trânsito interrompido RS 630 (período pós-chuva)



Fonte: Arquivo pessoal do Prefeito Municipal de São Gabriel – RS
Org.: FONTOURA, M. S. (2013)

Em visto do exposto, a partir de uma parceria firmada entre Estado e Município, a prefeitura de São Gabriel divulgou no dia 14 de julho de 2013, a construção de três módulos escolares nas áreas de assentamento, destinadas às regiões do Batovi, Suspiro e Pavão. Esses módulos configuram-se como opções educacionais temporárias (caráter provisório e experimental), a fim de atender de forma adequada o público estudantil que residem em áreas de assentamento e demais regiões e, que se encontram ainda, com problemas estruturais no que tange ao acesso de estradas.

Em consonância com essa necessidade, foi construído três unidades de ensino constituídas por duas salas de aula, banheiros, sala administrativa e cozinha dentro dos assentamentos Madre Terra, Cristo Rei e, ainda uma unidade com três salas de aula e demais dependências no assentamento Itaguaçu.

A proposta, conforme o prefeito Roque Montagner, é oferecer espaço físico de qualidade e encurtar as distâncias percorridas pelos alunos (facilitando a ida para a escola). Além disso, o investimento vai descomprimir as escolas existentes “que estavam inchadas com número excessivo de alunos” (PREFEITURA MUNICIPAL, 2013).

Assim, muitos alunos que frequentavam as atividades pedagógicas na E.E.E.F Ataliba Rodrigues das Chagas e caminham aproximadamente 7 km para o deslocamento de sua residência até o ponto de embarque do transporte escolar, passaram a frequentar as aulas em módulos educacionais fixados mais próximos aos assentamentos em que residem. Ainda vale mencionar, de acordo com a Prefeitura Municipal que, essa parceria entre estado e município foi organizada por meio da assinatura, do estado do Rio Grande do Sul, município de São Gabriel, INCRA e Ministério Público, na qual foi destinada a responsabilidade de cada órgão.

Nesse sentido, a Prefeitura Municipal ficou responsável pelo transporte escolar e com a parte estrutural dos assentamentos que passaram a abrigar essas escolas provisórias, como por exemplo, terraplanagem e material de infraestrutura. Já o Estado possuiu o dever de equipar São Gabriel com os materiais necessários, enquanto o município fornece a mão de obra. Em relação ao INCRA, este também deverá subsidiar e contribuir no processo de recuperação das estradas de acesso aos assentamentos e para o Ministério Público foi incumbido o dever de fiscalizar a execução do acordo assinado.

3. Considerações finais

Por fim, vale sinalizar que tais dados apresentados aqui referem-se a dissertação de mestrado intitulada: *As interfaces do Acolhimento dos Estudantes Egressos da Escola Itinerante do MST: Desafios da Escola Estadual Ataliba Rodrigues das Chagas – São Gabriel/RS* e tais relatos apresentados no transcurso do texto representam a historicidade da luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra para conquistarem um pedaço de chão e, além do enfrentamento territorial, este coletivo social protagonizou inúmeros processos de conflitualidade para garantir o direito educacional de crianças e adolescentes que passaram a residir nos assentamentos junto as suas famílias.

Portanto, percebeu-se que o movimento tendo a compreensão da necessidade de educação de qualidade no território camponês, buscou espaços dialógicos junto à escola e comunidade, para que os estudantes não vivenciassem a ruptura educacional após a inserção neste novo cenário pedagógico (Rede Estadual de Ensino). Assim, a partir dos espaços de luta e resistências para melhores condições de vida nas áreas de assentamento no município envolvido, o MST mostrou a importância de construir uma proposta educacional de cunho coletivo e direcionada à cidadania e valorização, no cenário escolar, das experiências históricas e cotidianas destes estudantes, os quais desde muito cedo adentraram à luta pela terra e pela educação com seus pais.

Referências

- BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 4 jan. 2013.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- FONTOURA, Mirieli da Silva. **As interfaces do acolhimento dos estudantes egressos da escola itinerante do MST: desafios da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas – São Gabriel/RS**. 129 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.
- SANTOS, Anderson Luiz Machado dos. **O emergir de um novo território camponês: conquistas e transformações nos domínios do latifúndio – O caso de São Gabriel/RS**. Dissertação (Mestrado em Geografia e Geociências). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.
- SODERO, Fernando Pereira. **Direito agrário e reforma agrária**. São Paulo: Legislação Brasileira Ltda., 1968.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL. **História**. Disponível em: <<http://www.saogabriel.rs.gov.br/2013/conheca/historia.html>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

A importância da reforma agrária e a conjuntura sociopolítica: o caso do Assentamento Sobrado, no município de Pinhal Grande/RS

*Bruno Traesel Schreiner
Cesar De David*

1. Introdução

A Questão Agrária Brasileira carrega resquícios históricos de conflitos e descasos na aplicação de políticas públicas a quem mais necessita de terra para sobreviver e produzir alimentos. Povos indígenas, quilombolas, camponeses sem-terra e mulheres são as principais populações que tiveram o acesso à terra historicamente negado, em prol das políticas que beneficiam o grande capital (FERNANDES, 2004).

Boff (2016) coloca que somos herdeiros de quatro sombras que nos marcam, as quais são responsáveis pela violência no campo: o passado colonial, que implicou em invadir terras, submeter povos, obriga-los a assumir a cultura do invasor/colonizador, gerando-se um sentimento de dependência e exagerado valor ao que vem de fora; o genocídio indígena; a escravidão; e a Lei de Terras de nº 601 de 18 de setembro de 1850 que excluiu os pobres, afrodescendentes e indígenas do acesso à terra, já que a partir de então a terra somente poderia ser adquirida por meio de compra. Se instituiu a propriedade privada em nosso país, no mesmo momento em que se inicia o processo de abolição da escravatura, e no fim, colocou estes mesmos povos “ao arbítrio do grande latifúndio, submetidos a trabalhos sem garantias sociais” (BOFF, 2016, p. 28).

A realidade no início do século XX continuou perversa às populações já menos favorecidas, as ligas camponesas buscaram construir outros projetos de desenvolvimento agrário, entre eles a reforma agrária, mas acabaram sucumbidas por golpes políticos e militares, além, da mecanização do campo. Assim, chegamos ao século XXI, com predomínio dos setores do Agronegócio, têm suas origens no processo conhecido como “Revolução verde”. Este processo alterou as técnicas no campo, passaram-se a ser utilizadas máquinas para produção, agrotóxicos e posteriormente sementes transgênicas (ELESBÃO, 2007).

Como a modernização do campo brasileiro manteve a estrutura fundiária concentrada, e inclusive ampliou as desigualdades socioeconômicas, muitos/as autores/as, caracterizam esse processo, como “modernização conservadora”, condicionando aos/as pequenos/as produtores/as “dificuldade para permanecer no mercado cada vez mais competitivo e, por isso, a exclusão social tende a continuar”, descrevem David e Corrêa (2002, p. 18).

A Reforma Agrária, é a política adotada por diversos países para romper as desigualdades sociais, em especial no que diz respeito ao direito de acesso à terra. No Brasil, está estabelecido pelo artigo 184º, da Constituição de 1988, o dever do Estado brasileiro, realizar a Reforma Agrária em “imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social” (BRASIL, 2010, p. 141). Tal direito foi resultado das crescentes lutas por terra que se evidenciaram neste período. Junto da modernização do campo brasileiro, surgiram os principais movimentos sociais do campo, que atuam e conhecemos hoje. Sendo o Movimento dos/as Trabalhadores/as Rurais Sem-terra (MST), o de maior destaque, e é a partir da articulação deste, que surge o assentamento de estudo neste trabalho, o Assentamento Sobrado, fundado em 1994.

Neste trabalho realizar-se-á primeiramente uma análise geral da Questão Agrária Brasileira, posteriormente analisaremos o caso do Assentamento Sobrado, do município de Pinhal Grande, Rio Grande do Sul (RS). Único assentamento de Reforma Agrária da região conhecida como Quarta Colônia de Imigração Italiana, do RS, fruto das lutas por terras no município de Júlio de Castilhos, principalmente.

A presente pesquisa utiliza do materialismo histórico dialético, para compreender os processos atuais, bem como a realidade agrária brasileira, repleta de conflitos sociais. Com a dialética é possível a compreensão dos fatos a partir das constantes transformações (SPOSITO, 2004). “Se existem “pró e contra”, “sim e não”, é porque as realidades apresentam não somente aspectos múltiplos, mas facetas mutáveis e contraditórias” (LEFEBVRE, 1999, p. 28). A análise suficientemente aprofundada atinge os elementos contraditórios, cita-se os exemplos: positivo e negativo; proletariado e burguesia; o ser e o nada; sem terras e latifundiários.

Realizou-se uma análise qualitativa, com aplicação de entrevistas semi-estruturadas junto a famílias assentadas, e residentes na Agrovila do Assentamento Sobrado. Gobbi e Pessoa (2009), colocam que a pesquisa qualitativa auxilia na aproximação da teórica com a realidade, visualizando o trabalho de campo como fundamental para a compreensão empírica. Marafon (2009) coloca a necessidade de analisarmos a área de estudo a partir da compreensão de fenômenos externos e globais. “São importantes aspectos para se ter o enten-

dimento da dinâmica espacial/regional e da expressão da territorialidade local e/ou global em uma análise” (MARAFON, 2009, p. 389).

Observa-se que o presente trabalho é fruto das pesquisas realizadas durante o período de mestrado em geografia (2018 – 2020), no Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGGEO, da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, a qual, não podemos deixar de agradecer. Busca-se interagir com os assuntos relacionados à Reforma Agrária, Questão Agrária Brasileira, e principalmente os estudos de Geografia Agrária.

2. Questão agrária e a reforma agrária no Brasil

As desigualdades na divisão de terras no Brasil têm origem, no processo de colonização exploratória de nosso território. Bassi (2018) coloca que a conjuntura histórica e geopolítica colonial legou à América Latina a pior distribuição de terras em todo mundo, sendo 51,19% das terras concentrada na mão de 1% dos donos de terras, segundo dados da Oxfam Brasil (2019). “Se formassem um país, os latifúndios brasileiros seriam o 12º maior território do planeta, com 2,3 milhões de km², área maior que a Arábia Saudita” (BASSI, 2018, p. 14).

Boff (2016), coloca alguns elementos imprescindíveis para analisarmos o contexto agrário brasileiro atual, historicamente o território brasileiro foi destinado e utilizado à produção de *commodities* em larga escala, a qual mantém a economia nacional até hoje. Podemos dizer que passamos por diversos ciclos produtivos, antes e depois da colonização exploratória que dizimou povos indígenas e africanos, expandindo o território do Império Português, com produção de cana-de-açúcar principalmente. Após as primeiras leis de terras, surge a república brasileira (1889), uma falsa democratização do acesso à terra é criada, e diversos conflitos sociais no campo marcam esse período (principal exemplo: a Revolta de Canudos). O início do século XX, é marcado pelo ciclo da extração de borracha, largas produções de cana-de-açúcar e café, entrando em decadência com a “Crise de 29”. Foi a partir da década de 1940 que o processo de industrialização do país cresce, com mais indústrias, mais incentivo para a população do campo migrar para a cidade, em busca de melhores empregos e seguindo o discurso de “melhoria de vida”. Junto a isso, tem influência o processo conhecido por “Revolução Verde”, o qual atingiu níveis globais de modernização das relações no campo, ocorrido no Brasil principalmente no período ditatorial de 1964 – 1989. É a partir de 1985, no período conhecido como “Nova República”, período da “Transição Democrática” que é aprovado o I Plano Nacional de Reforma Agrária, no mesmo ano nasce o

MST no município de Cascavel, no Paraná (OLIVEIRA, 2007). Com a constituição de 1988, alguns direitos também são assegurados, entre eles, o dever de o Estado executar a Reforma Agrária (BRASIL, 2010).

Até meados de 1965, os principais movimentos sociais no campo, eram as Ligas Camponesas, as quais foram sucumbidas pelo regime militar, como coloca Pomar (2009). “[...] o regime militar decidiu resolver a questão agrária, impondo ao Congresso Nacional, ainda em 1964, a aprovação do Estatuto da Terra, e criando programas governamentais para incentivar e financiar a modernização dos latifúndios [...]” (Ibidem, p. 108). Fomentando o desenvolvimento industrial, deslocando massas de trabalhadores a estes setores.

Todo este histórico de como se deu o desenvolvimento agrário no Brasil, acentuou diversas desigualdades sociais, refletindo na realidade do campo: problemas estruturais, sociais e ambientais (ANDRIOLI, 2007). Fernandes (2015), coloca que a questão agrária do século XX é diferente da questão agrária do século XXI, mas os elementos estruturais não mudaram. A concentração fundiária e relações de produção se mantiveram, porém, existem novos elementos conjunturais, como o aumento da produção de alimentos, impactando a reforma agrária, que segue até os dias atuais à passos lentos. As mudanças de conjuntura política e econômica são impossibilitadas pela manutenção da estrutura do sistema capitalista.

Wanderley (1995, p. 38), coloca que no Brasil a grande propriedade é dominante em toda a nossa história, sendo reconhecida socialmente a partir do estímulo social que recebeu, principalmente a partir das políticas agrícolas, procurando modernizar o campo. Esse processo colocou a agricultura familiar e os camponeses em um “setor bloqueado”, por dificultar o desenvolvimento destes/as atores/as sociais.

O Brasil por todo o histórico que teve de invasão e dominação do território, enfrentou uma das mais drásticas mudanças sociais, tendo uma urbanização muito acelerada, diferente de muitos países. Esse processo de urbanização, na forma como se deu, em especial a partir da década de 1960, colocou os sem-terra nas favelas e criou um cinturão de pobreza e miséria muito grande nas metrópoles brasileiras (BOFF, 2016).

Wanderley (2000, p. 36), caracteriza as transformações recentes no meio rural brasileiro: “pela primeira vez na história, a agricultura familiar foi oficialmente reconhecida como um ator social”. Foi no auge da urbanização brasileira que surgiram as primeiras políticas públicas que visavam garantir a permanência de pequenos/as produtores/as no campo, já que as cidades já não dinamizavam toda essa população. É criado o PRONAF (Programa de

Fortalecimento da Agricultura Familiar), em 1996, que passou a fornecer subsídios na forma de créditos, para que as famílias rurais conseguissem se manter no campo, com os financiamentos. Esse programa acabou fomentando a mecanização no campo, além do aumento de lucros aos Bancos.

A agricultura familiar encontra-se caracterizada na lei 11.326 de 2006, com modificações em 2009 e 2011, e uma proposta de 2019. Nesta pesquisa, utilizaremos principalmente este conceito de categoria, por ser a forma como os/as próprios/as sujeitos/as entrevistados/as se intitulam: Agricultor/a Familiar. A lei coloca, entre outras coisas as seguintes características: “utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento” (BRASIL, 2010).

Wanderley (2000), coloca ainda que junto deste processo, cresce a demanda pela terra e emergência de assentamentos rurais, de reforma agrária. Em especial, os movimentos do campo buscam a revalorização do meio rural como lugar de trabalho e vida.

Esta “ruralidade” da agricultura familiar, que povoa o campo e anima sua vida social, se opõe, ao mesmo tempo, à relação absentéista, despovoadora e predatória do espaço rural, praticada pela agricultura latifundiária, à visão “urbano-centrada” dominante na sociedade e à percepção do meio rural sem agricultores (WANDERLEY, 2000, p. 36).

O neoliberalismo atingiu o ápice de seu desenvolvimento no final do século XX e início do século XXI, inúmeras privatizações e concessões foram efetivadas no Brasil neste período. A reforma agrária avançou durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), principalmente pela efervescência dos movimentos sociais do campo (MST, CPT, MPA, Via Campesina, entre outros), que aglutinavam em especial agricultores/as familiares, camponeses/as e colonos. No ano de 2003, chegou à presidência da república Luís Inácio Lula da Silva (Lula), o primeiro presidente do país oriundo da classe operária, sendo um marco importante de nossa história recente. Lula presidiu o país até 2010, quando passou a faixa para a primeira mulher a se tornar presidenta do país, Dilma Rousseff (também do Partido dos Trabalhadores – PT). Implantou-se neste período de governos petistas, algumas políticas reformistas de Estado e no âmbito geral uma linha de governo conciliatória. No campo houve avanço considerável de políticas voltadas à pequena produção, porém, em âmbito geral, quem mais ganhou neste período foi o setor empresarial do agronegócio, as exportações de commodities atingiram recordes históricos e consolidaram a economia nacional.

A reforma agrária durante os governos petistas atingiu quase as mesmas dimensões dos governos neoliberais de Fernando Henrique Cardoso, pelo

menos nos primeiros anos. Diferenciou-se de um governo a outro, principalmente a consolidação de políticas públicas para a agricultura familiar, nos governos de Lula, consolidaram-se em especial: o PRONAF; o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que passou a comprar alimentos provenientes da agricultura familiar; o Programa de Aquisição de alimentos – PAA (estabelecido em 2003), este, não teve grande abrangência mas foi importante, já que concedia alimentos à pessoas em situação de baixa renda; e também o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER.

Compreendemos Políticas Públicas como resultado da correlação de forças entre representantes (instituições e organizações sociais), ou seja, os movimentos sociais, são a força motriz da elaboração de políticas públicas, como coloca Fernandes (2015). Dessa forma, é possível compreendermos porque a reforma agrária cresceu principalmente entre 1995 e 2005. Sobre o conceito em si, de Reforma Agrária, Boff (2016) desenvolve alguns princípios.

A reforma agrária vai além da distribuição de terras. Ela implica um programa de fortalecimento da agricultura familiar, orgânica e ecológica e dos assentamentos de reforma agrária; uma política de promoção de uma nova matriz científica e tecnológica; educação para o meio rural; uma política pública de crédito rural; associativismo e cooperativismo; rede de proteção social; soberania e segurança alimentar e especialmente desenvolver o bio-regionalismo aproveitando os bens e serviços de cada região, a fim de se garantir a sustentabilidade das populações aí residentes; por fim, a cultura e o lazer que conferem plenitude à vida (BOFF, 2016, p. 31).

Diferente do que muitas pessoas acreditam, a Reforma Agrária, não tem uma importância apenas social, mas também econômica, com geração de trabalho e produção de alimentos, como coloca Pomar (2009). Podemos exemplificar isso, com os diferentes exemplos de reformas agrárias, realizadas sob a ótica liberal em diversos países europeus, cada um com suas singularidades de revoltas, mas realizando o princípio básico dessa ação, a redistribuição das terras concentradas nas mãos de poucas pessoas, como nos coloca Oliveira (2007). Porém, a burguesia e as organizações neoliberais brasileiras, deslegitimam essas compreensões e até por vezes desconhecem essa realidade, e passam a criar com todos seus instrumentos de controle social, uma falsa impressão do que realmente é a Reforma Agrária. “Para essa classe dominante da sociedade brasileira, assim como para os remanescentes da classe dos latifundiários, reforma agrária é um palavrão ideológico sem sentido” (POMAR, 2009, p. 122).

Exemplificando essa realidade temos o golpe político, machista e parlamentar de 2016, contra a presidenta Dilma Rousseff, arquitetado pela chamada “Bancada Ruralista”, do congresso nacional. Essa bancada, também conhecida como Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), possui a maior parte dos representantes dos estados de maior poder econômico do Brasil, e na votação do impeachment, dos 367 votos favoráveis, 182 (50%), são de parlamentares alinhados com os setores do agronegócio (CASTILHO, 2018).

O que impressiona é que a FPA derrubou o governo que mais alavancou os lucros dos setores agropecuários das últimas décadas, mas por quê? Simplesmente pela manutenção e ampliação de seus privilégios. Para Mítidiero Jr. e Feliciano (2018), o golpe de 2016 é resultado da cristalização de uma estratégia desesperada do capital em crise de retomar o processo de acumulação, alicerçado principalmente pela expansão do agronegócio, mas também da mineração, exploração da água, ar, etc.

Chegamos em 2020, com um cenário ainda pior, com um governo equiparado ao fascismo, de Jair Messias Bolsonaro, a Reforma Agrária, não só é ignorada novamente, como abandonada e criminalizada. Porém, continua na ordem do dia a discussão sobre sua importância. Fernandes (2018), coloca que a sociedade que não realizar reforma agrária continuará em débito com os problemas demográficos e democráticos.

3. O Assentamento Sobrado e sua importância local e regional

“Mas apesar de tudo isso
O latifúndio é feito um inço
Que precisa acabar
Romper as cercas da ignorância
Que produz a intolerância
Terra é de quem plantar”

Canção da Terra – Pedro Munhoz

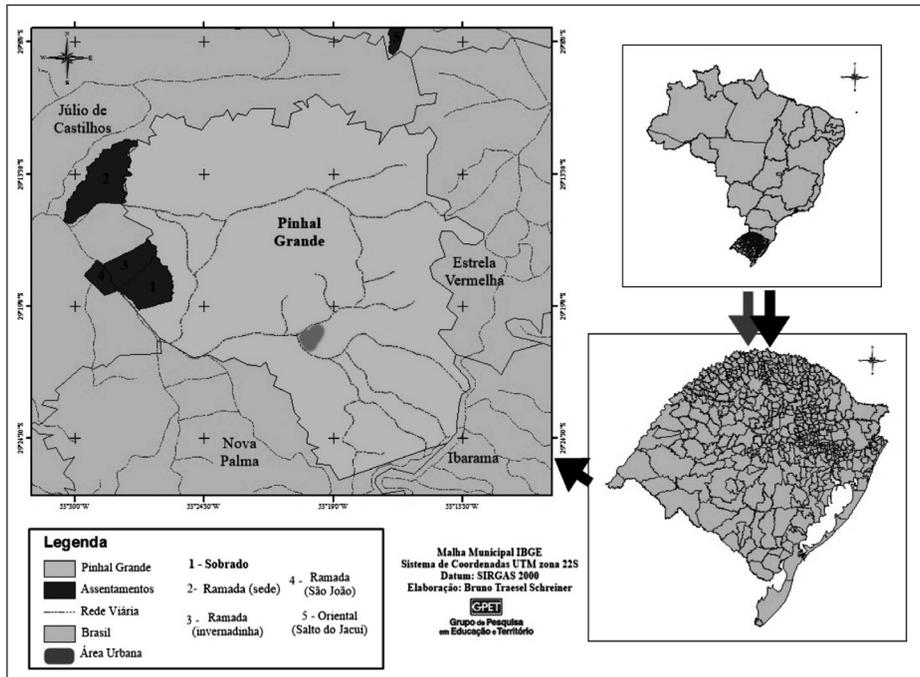
Figura 01: Entrada da Agrovila do Assentamento Sobrado



Fonte: Trabalho de campo, 2020

O Assentamento Sobrado, localiza-se no município de Pinhal Grande, o qual, faz parte da região conhecida como Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, no centro do estado, como podemos observar na Figura 02. Trata-se de um assentamento com uma Agrovila, com as residências agrupadas e distribuídas em lotes de 50 metros x 100 metros cada, planejado para facilitar a instalação de água e luz, além da segurança, já que os primeiros anos foram abaixo de lonas e barracões. Fora da Agrovila, cada família possui um lote de 22 hectares, grande parte sobrevive da produção de leite e consórcio com soja. Há na Agrovila também, uma escola de ensino fundamental e um ginásio, que está sendo reconstruído após ser destruído por temporal.

Figura 02: Mapa de localização do Assentamento Sobrado



Fonte: IBGE.

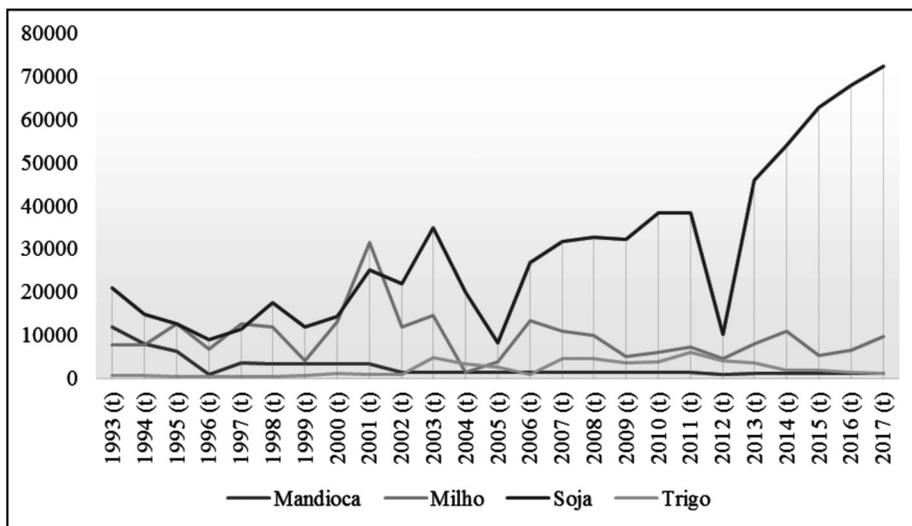
Org.: Bruno Traesel Schreiner

Pinhal Grande, diferente dos outros municípios da região da Quarta Colônia, nasce com características latifundiárias em sua estrutura fundiária, herdadas de Júlio de Castilhos, município ao qual fazia parte até 1992, quando conseguiu sua emancipação. Resultado de muita luta pela terra, podemos observar que há outros assentamentos próximos, inclusive um que faz divisa com o Sobrado, o Assentamento Ramada, instituído em 1989, que se subdivide em três comunidades: Ramada Sede, Invernadinha e São João (Júlio de Castilhos) (BUTH, 2005). Há outro assentamento um pouco mais distante no município de Salto do Jacuí, o Assentamento Oriental.

Pinhal Grande possui 4.472 habitantes, uma área territorial de 478,110 km², faz parte da unidade geomorfológica Planalto Meridional Brasileiro, com presença de zona de transição do rebordo para o topo do planalto (IBGE, 2018). Como colocam Dallanôra e Bezzi (2018), as características agropecuárias do município também se devem ao relevo. Foi no Planalto Meridional Brasileiro, que a mecanização voltada a produção em larga escala se instalou primeiro no estado, já na década de 1970, possuindo como “carro chefe” a

soja. Podemos observar o crescimento desta cultura nas últimas décadas, no Gráfico 01.

Gráfico 01: Quantidade produzida das principais culturas temporárias de Pinhal Grande – RS (1991-2017)



Fonte: Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (2019).
Org.: Bruno Traesel Schreiner

Como podemos observar no Gráfico 01, há um crescimento da quantidade produzida de soja no município, a partir de 2006, chegando a mais de 72 mil toneladas colhidas em 2017. Fato que dialoga com a realidade brasileira de crescimento desta *commodity*, em especial neste início de século XXI. A expressiva produção de soja expressa-se na economia local, com um PIB Per Capita municipal de R\$ 108.054,10 (IBGE, 2018).

Dallanôra e Bezzi (2018) nos apresentam que 38,49% dos estabelecimentos agropecuários do município são de 20 a 50 hectares, em uma área de 23,45% do território de Pinhal Grande. Enquanto, por outro lado 0,35% dos estabelecimentos de 500 a 1000 hectares, possuem 18,44% de toda área do município. Ou seja, uma estrutura fundiária desigual, onde a agricultura familiar é resistência.

Diferente de algumas famílias do Assentamento Ramada, que conseguiram manter uma produção diversificada e orgânica em alguns casos, no Assentamento Sobrado a soja é realidade em todas os lotes, apenas uma família possui a produção de leite como a única fonte econômica, as demais

conciliam a produção de soja com leite e gado de corte. Planta-se a soja no período da primavera/verão, e rotação com pastagem no período de outono/inverno.

No município há três cooperativas que atuam na difusão da produção de soja, são elas: a CAMNPAL (Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma); a COTRIJUC (Cooperativa Agropecuária Júlio de Castilhos) e a FULBRA (venda de insumos, sementes e assistência técnica). Além das empresas de créditos rurais, como o Sicredi. Essas cooperativas competem para ampliar suas redes de negócios, oferecendo aos associados, assistência técnica e desconto nos produtos e insumos. No assentamento Sobrado, a maioria das famílias comercializa a soja com a CAMNPAL, que possui mais silos de armazenamento e oferece assistência técnica de graça para quem comercializa com estes. O destino dessa soja, são: os portos de Rio Grande, para exportação; e o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel – PNPB.

Com relação direta com Júlio de Castilhos, os primeiros anos dos assentamentos, serviram para a assimilação da sociedade em geral. Um dos entrevistados, líder da Agrovila Sobrado nos primeiros anos, conta que os assentamentos transformaram Júlio de Castilhos, a qual era uma cidade “medieval”, nas palavras do agricultor, e após a fundação do Assentamento Ramada, começou a entrar investimentos e estes/as pequenos/as agricultores/as assentados/as começaram a fazer circular recursos localmente, auxiliando no desenvolvimento da cidade. Por outro lado, por medo, os grandes latifundiários começaram a produzir mais também. “A reforma agrária foi uma alavanca para desenvolver o município” (Assentado na Agrovila do Sobrado).

Embora visualize-se a abrangência da soja no assentamento, o “carro-chefe” das famílias assentadas ainda é o leite, fato que se deve principalmente ao tamanho dos estabelecimentos, já que, a soja para gerar lucros satisfatórios, necessita grandes porções de terra. “A soja tem um retorno muito melhor que o milho, por exemplo, que aí na rotação planta-se ela e ainda temos um retorno em cima disso, não é aquele lucro, mas tem-se o retorno certo” (Assentado na Agrovila do Sobrado). O investimento na soja tem aumentado principalmente depois de 2012 no assentamento, antes, não utilizavam tantos fertilizantes e insumos, nesse processo, conta o mesmo produtor, que valoriza a importância da soja para rotação de culturas.

Observa-se que na produção de leite aplica-se mão-de-obra diária, com remuneração mensal, já a soja, com mão-de-obra executável no período de cultivo (6 meses) e renda anual. Sobre a comparação das duas produções um dos entrevistados coloca que hoje, economicamente, os dois tem compensado quase que na mesma forma, se tiver uma área de no mínimo 30 hectares a

cultivar. Isso porque o preço do milho (alimentação das vacas) tem crescido, e não compensado em relação ao litro de leite.

É consenso geral entre os/as entrevistados/as que a dificuldade de produção de soja se encontra principalmente nos insumos, que segundo eles seguem aumentando, além, da quantidade aplicada que sempre tem crescido, em decorrência da resistência criada por insetos e plantas, o preço desses produtos ampliou-se muito. Conforme os entrevistados, nos primeiros anos, produziam em torno de 20 sacas por hectare, e hoje já alcançam 70 sacas por hectare.

Sobre perspectivas para o futuro e principais preocupações das famílias, os/as entrevistados/as destacaram: as condições do tempo atmosférico e a conjuntura política. A região sofreu na safra de 2019 – 2020 uma estiagem muito grande e as produções caíram em até metade. Sobre a conjuntura política é destacado por um entrevistado, que a soja é muito definida pelo mercado externo, relatando estar atento ao que acontece com a China e a relação com o Brasil, para saber quais perspectivas. “A gente torce para que eles se entendam e chova bastante”, relata o produtor.

Conforme a realidade colocada da lógica produtiva brasileira, não diferente, nas produções de soja no assentamento, são utilizados insumos químicos e sementes transgênicas, já que isso depende muito da oferta por parte do mercado (cooperativas). Porém, as problemáticas se colocam nas aplicações de pulverização aérea, realizadas nas grandes propriedades ao norte do assentamento. Foram relatados problemas no Assentamento Sobrado e no assentamento Ramada, onde as famílias tiveram que construir estufas para manter a hortifruticultura orgânica.

Nas entrevistas, foram relatados problemas principalmente relacionados ao período de floração das árvores, onde as pulverizações indiscriminadas acabam com as flores e contaminam abelhas. Nas hortas, os problemas principais são com os cultivos de tomates e cebolas.

Bombardi (2017) coloca que a pulverização aérea gera um efeito denominado “deriva”, o qual se refere à quantidade de agrotóxicos que não atingem o chamado “cultivo-alvo”. Conforme a autora, “em função da potencial contaminação ambiental e da vulnerabilidade à que a população fica exposta nos casos de pulverização aérea, esta prática é proibida na União Europeia desde 2009” (Ibidem, p. 50).

“O pessoal não cuida da natureza, não presta atenção no tempo nem na floração das plantas, é falta de consciência, porque se cuidassem ao menos isso já melhoraria”. Relata uma agricultora da Agrovila. E com relação a problemas de saúde relacionados ao uso de agrotóxicos a agricultora foi ainda mais crítica.

E na saúde quantas vezes sentimos dores de cabeça, ânsia de vomito, pessoas passarem mal, ter que ir para o hospital, pelo cheiro dos venenos, uma vez descí para levar as vacas, e descí de curiosa para ver o avião, que é bonito de ver né, eu tive que voltar correndo para casa o cheiro muito forte, porque não dava para aguentar, e o vizinho fazendo silagem teve que vir embora também, e outro morador aqui perto teve todo parreiral de uva destruído, foi mais atingido ainda, os venenos não são fácil (Agricultora da Agrovila Sobrado).

A utilização de agrotóxicos e sementes transgênicas, representa uma contradição com os ideais de Reforma Agrária Popular e Agroecológica, porém a pressão externa e as ofertas do mercado são condicionantes a esta lógica. “Não adianta querer produzir alguma coisa sem agrotóxico se do lado o vizinho tem, e hoje é assim, se não mudarem o sistema e as decisões continuarem a vir de cima, nós aqui não temos o que fazer. Se hoje as mesmas empresas que produzem veneno, produzem remédio, aí tem alguma coisa”, é relatado em outra entrevista.

É relatado que as pequenas produções só se mantem na base da luta, porque as políticas públicas estão cada vez mais distantes da realidade da produção familiar e colocadas prioritariamente para os setores do agronegócio de médios e grandes produtores. O mesmo entrevistado, coloca que para educar um filho hoje em dia, a melhor opção é o campo, a cidade e toda lógica vivenciada cria crianças presas, e para o futuro é preocupante.

Por que o governo não mexeu na aposentadoria dos agricultores? Claro, teve toda uma mobilização, mas nós somos um grão de areia, os agricultores familiares perto do contexto da previdência, para eles não pesa muito, e para garantir o pequeno agricultor eles vão ter que mudar essa lógica, ter uma política de juros diferenciado, cada vez mais estão dificultando o acesso. Deveriam investir na agricultura familiar porque é a agricultura familiar que produz tudo. E a soja, é quase como petróleo, tem países que dependem da soja, que não produzem, e o Brasil hoje exporta, assim como vários, para mim a soja chegou no seu limite, tem os Estados Unidos que são o grande inimigo direto, e com a política deles de exportar pra China quebrou um pouco com nós, porque compete intencionalmente [...]. Não sei até onde vai a soja, porque tem a questão ambiental, porque para eles plantarem mais soja vão ter que mexer em lugares como a Amazônia, que estão fazendo, o que é um tiro no pé o que estão fazendo, para mim a soja está com os dias contados (Agricultor na Agrovila Sobrado).

Em termos de organização, no assentamento há uma associação que representa os/as agricultores/as, por vezes tentaram criar uma cooperativa, mas a ideia não foi colocada em prática. É relatado que sempre tentaram colocar o debate da importância da organização coletiva, bem como, o associativismo, mas tem crescido o desinteresse por organização de maneira geral, tam-

bém influência da conjuntura política atual. O objetivo atual da associação é comprar uma colheitadeira e um caminhão tanque objetivando o transporte do leite. Com o trabalho coletivo em uma cooperativa e venda conjunta da produção é possível conseguir um melhor preço para os produtos, pela venda em quantidades maiores.

A conjuntura atual é bem diferente de 4 a 5 anos atrás, bem complicado, o movimento mesmo perdeu aquela vontade, hoje não se tem aquela coisa concreta, luta-se por terra, mas aí você consegue a terra, de certa forma as pessoas pensam em trabalhar nesse chão, se acomodam, mas o projeto é bem mais que só a terra, é dinâmico e amplo. E as pessoas chegam ali e param, daí é difícil para nós organizarmos uma mobilização e conseguir juntar gente, as pessoas botam desculpa de cuidar das vacas, cuidar da lavoura, se limitou bastante (Agricultor na Agrovila Sobrado).

Com relação a agroecologia foram relatados alguns projetos, um com apoio da EMATER, com realização de cursos que orientem a preservação do meio ambiente. É destacado neste assunto a importância da escola do assentamento: “Se nós conseguirmos trabalhar as crianças, elas com certeza amanhã vão mudar um pouco o contexto da coisa, na nossa escola se trabalha bastante sobre agroecologia e valorização da água” (Agricultor na Agrovila Sobrado). O mesmo agricultor, acredita que hoje para viver no campo é necessário muito estudo, conhecimento sobre variadas culturas, ideias inovadoras, devendo se tornar um bom gestor da propriedade, gerenciar, conhecer e trabalhar com o mercado.

4. Considerações finais

A partir da análise aqui realizada podemos perceber elementos estruturais que subsidiam a necessidade da Reforma Agrária, bem como, sua importância socioeconômica, com potencial de desenvolvimento municipal e regional. Porém, foram perceptíveis também, elementos políticos conjunturais que travam a sua construção efetiva. A realidade aqui analisada, obviamente é diferente de muitos lugares, porém a consolidação da produção da soja em território nacional, reflete os problemas ambientais em diversos lugares como aqui analisado.

Muitos assentamentos brasileiros conseguiram construir outras lógicas produtivas, diferentes das hegemônicas, porém, é ainda maior a parcela de assentamentos, que assim como no Assentamento Sobrado, estão presos à lógica capitalista, e reféns das ofertas de venda do mercado. É com a aplicação de políticas públicas às populações mais vulneráveis que poderíamos vislumbrar novas realidades, a expansão de políticas públicas alternativas no campo poderia refletir soluções quanto aos problemas ambientais, e garantia de pro-

dução de alimentos de qualidade, estes provenientes na maioria da agricultura familiar. Além de garantir ampliação da mão-de-obra no campo, e buscar equipar desigualdades sociais históricas.

Fernandes (2018) já destacava que a reforma agrária é um importante ponto de partida para pensarmos as transformações democráticas, democráticas e urbanas, e solucionarmos inclusive problemas relativos ao meio urbano e referentes a nossa soberania alimentar. É necessária uma Reforma Agrária popular e agroecológica, incentivos e garantias às pequenas produções, à agricultura familiar, para que possam manter os diversos cultivos, afim também de preservarmos a biodiversidade e não tornarmos o Brasil um grande deserto. E para que isso aconteça, é necessária uma consciência geral da sociedade, e é este nosso principal objetivo com este trabalho, buscar expor as constantes contradições, e a partir da dialética compreendê-las a fim de pensarmos novos projetos de desenvolvimento sustentável e de vida.

Referências

- ANDRIOLI, A. I. **Soja orgânica versus soja transgênica**. Tradução de Birgit Fenzl. Chapecó: UFFS, 2007. 364 p.
- BASSI, B. S. Latifúndio: Quem são os donos da terra no Brasil?. In: FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL e FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO (Brasil). **Atlas do Agronegócio: Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Atlas Manufaktur, 2018. p. 10-11.
- BOMBARDI, L. M. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e suas conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH – USP, 2017. 296 p.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 44. ed. São Paulo: Sarai-va, 2010. p. 432.
- BOFF, L. **Conflitos no campo, suas causas e possíveis saídas**. Conflitos no Campo Brasil 2016, Goiânia, p. 26-73, abr. 2016. Anual.
- BUTH, F. **As estratégias de reprodução no Assentamento Ramada em Julio de Castilhos, RS**. 160 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- CASTILHO, A. L. Brasil – O Agro é Lobby: A Bancada Ruralista no Congresso. In: FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL e FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO (Brasil). **Atlas do Agronegócio: Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Atlas Manufaktur, 2018. p. 40-41.
- DALLANÔRA, I. B.; BEZZI, M. L. As Transformações ocorridas no espaço agrário do município de Pinhal Grande/RS – 1993-2017: os reflexos na agricultura familiar. **Revista Geografar**, Curitiba, v. 13, n. 2, p. 356-379, dez. 2018.

SCHREINER, B. T.; DE DAVID, C. • A importância da reforma agrária e a conjuntura sociopolítica: o caso do Assentamento Sobrado, no município de Pinhal Grande/RS

DAVID, C. D.; CORRÊA, W. K. A política agrária e as transformações na agricultura brasileira – de 1960 aos dias atuais. **Geosul**, Florianópolis, p. 23-43, 2002.

ELESBÃO, I. O Espaço Rural Brasileiro em Transformação. **Finisterra**, XLII (84), p. 47-65, 30 nov. 2007.

FEE. RIO GRANDE DO SUL. **FEE Dados**: Fundação de Economia e Estatística. 2017. Disponível em: <<http://feedados.fee.tche.br/feedados/>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. 1. Presidente Prudente, p. 1-57, abr. 2004.

_____. Políticas Públicas e questão agrária: bases para o desenvolvimento territorial camponês. In: RAMOS FILHO, Eraldo da Silva *et al.* **Estado, Políticas Públicas e território**. São Paulo: Outras Expressões, 2015. Cap. 1. p. 17-39.

FERNANDES, F. **O que é revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 130 p.

GOBBI, W. A. de O.; PESSÔA, V. L. S. Pesquisa Qualitativa em Geografia: Reflexões sobre o trabalho de campo. In: RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Geografia e pesquisa qualitativa nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. p. 485-507.

IBGE (Brasil). **Cidades e Estados**: Pinhal Grande. 2010, 2016, 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/pinhalgrande.html?>>. Acesso em: 05 maio 2019.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1999.

MARAFON, G. J. O trabalho de campo como um instrumento de trabalho para o investigador em geografia agrária. In: RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Geografia e Pesquisa Qualitativa nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. p. 379-394.

MITIDIERO JR., M. A.; FELICIANO, Carlos Alberto. A Violência no Campo Brasileiro em Tempos de Golpe e a Acumulação Primitiva de Capital. Dossiê Michel Temer e a Questão Agrária. **OKARA: Geografia em Debate**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 220-240, ago. 2018.

POMAR, W. **Os Latifundiários**. São Paulo: Página 13, 2009. 130 p.

OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labour Edições, 2007. 185 p.

OXFAM (Brasil). **Menos de 1% das propriedades agrícolas é dona de quase metade da área rural brasileira**. Disponível em: <<https://oxfam.org.br/publicacao/menos-de-1-das-propriedades-agricolas-e-dona-de-quase-metade-da-area-rural-brasileira/>>. Acesso em: 07 jan. 2020.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

WANDERLEY, M. N. B. A Agricultura Familiar no Brasil: um Espaço em Construção. **Revista da Associação Nacional de Reforma Agrária**, Brasília, v. 25, n. 23, p.37-57, dez. 1995.

_____. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 2, p. 27-37, dez. 2000.

O processo de nucleação das Escolas do Campo: o caso da Escola Municipal Santo Antônio, Agudo-RS

*Marisa Dal Ongaro
Gerson Jonas Schirmer*

1. Introdução

O educador, até a década de 70 era um dos profissionais mais importantes; atualmente em alguns países isso ainda permanece devido ao seu papel para o futuro da sociedade, como no Japão, Alemanha e Coréia do Sul. Contudo, no Brasil, nos últimos anos ele tem sido desvalorizado e até mesmo perseguido por parcela da população. Luta-se para que ele possa ter as condições mínimas de trabalho, dentre elas um salário digno e justo, que faça referência à importância da profissão para o futuro da sociedade. Apesar dos problemas que ainda são enfrentados na educação, cabe salientar que já foram conquistados muitos direitos e muito já se aprendeu sobre ser educador, a responsabilidade e atribuições dessa profissão; isso foi conquistado com muita luta e reivindicação.

Acredita-se que desde o surgimento de uma educação do campo, com as comunidades eclesiais de base, muito se tem avançado em qualidade da educação desenvolvida para os sujeitos do campo, sujeitos esses que estavam acostumados com o esquecimento e a desvalorização. A partir daí tenta-se conhecer ainda mais as pessoas que residem no campo, com o intuito de valorizar esses sujeitos e acrescentar dados importantes à teoria de educação do campo, que vem sendo construída e atualizada ao longo desses anos, mais precisamente após os anos 90. Em meio a essa luta de valorização dos professores e o surgimento de uma base conceitual de educação do campo tem início o processo de nucleação das escolas do campo.

Cabe salientar que a nucleação é um processo de fechamento de pequenas escolas multisseriadas e o encaminhamento tanto dos educandos, quanto dos educadores para escolas maiores, denominadas “escolas núcleo”. Normalmente a escola núcleo se organizou porque seguiu uma política do governo federal que entendia ser muito gasto manter pequenas escolas com poucos alunos e geralmente só um professor. Com essas políticas fecharam as escolas

multisseriadas e as crianças e adolescentes foram levados para escolas maiores, algumas vezes nos centros urbanos e em outras no campo, mas que precisam ser transportadas. Um aspecto importante na escola multisseriada é a presença de apenas um educador que assumia a função de diretor, professor, merendeiro e faxineiro. Assim, em entrevista desenvolvida com um dos educadores da escola teve-se o seguinte relato:

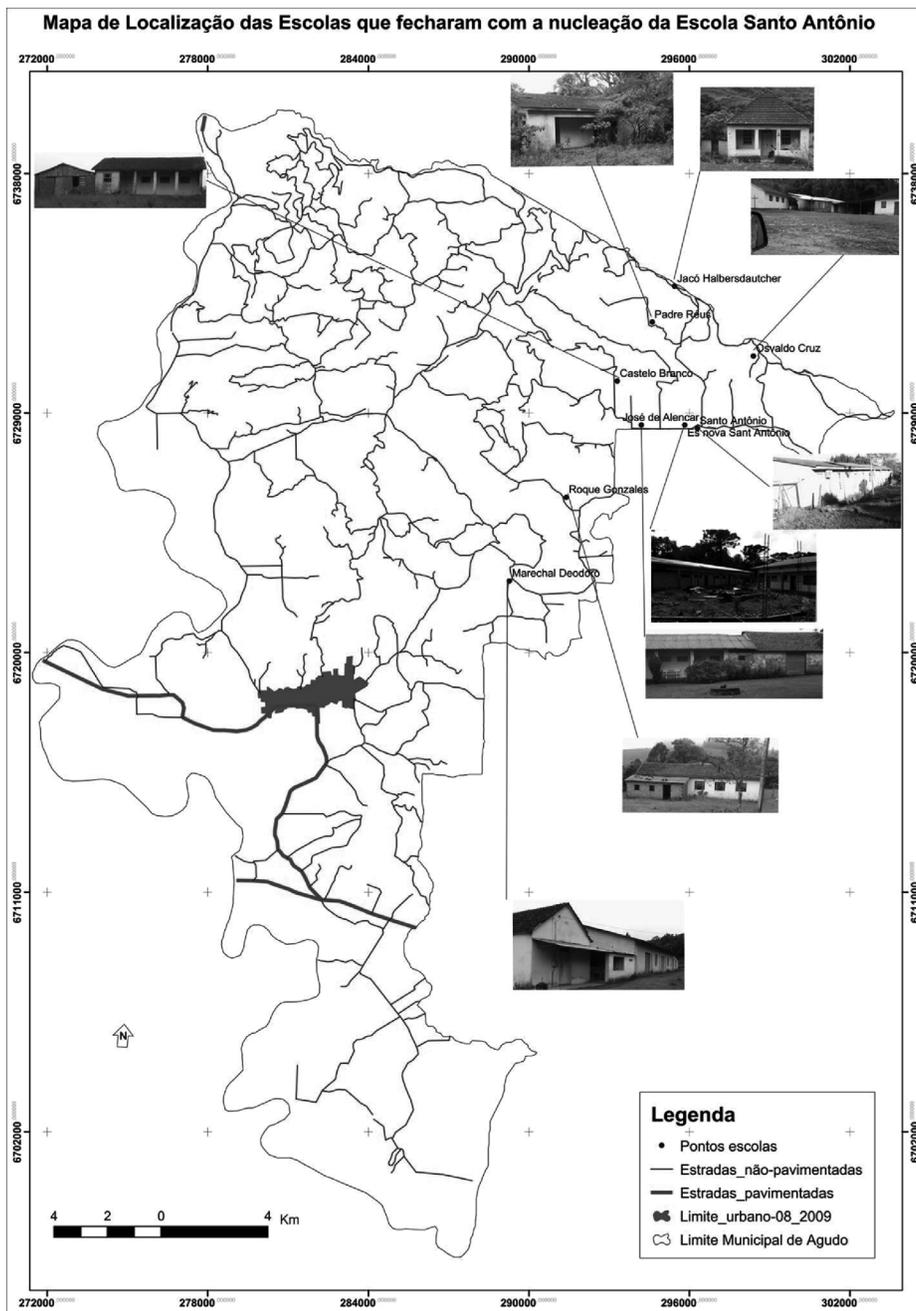
O processo de nuclealização foi muito favorável para os alunos, pois além deles possuírem um espaço maior e com mais recursos, também possibilitou uma maior convivência desses alunos que viviam isolados. Em relação ao professor foi negativo, pois agora ele não pode fazer o que ele quer há uma direção, supervisão e mais colegas que acompanham o trabalho, exigindo que este se dedique e faça um bom trabalho (Relato da professora das séries finais da Escola Santo Antônio, antiga professora de uma escola multisseriada).

Neste relato é possível identificar um aspecto positivo do processo de nucleação. Outro ponto também defendido pelos educadores foi a saída (momentânea, apenas durante a aula) das crianças da comunidade onde nasceram, pois possibilitou o conhecimento de outro espaço, que não aquele de origem, e a interação com crianças de outros locais e outras realidades.

O processo de nucleação apresenta-se como uma contradição, pois inicialmente originou-se sem uma apresentação ou discussão com as comunidades envolvidas, que simplesmente viram as escolas serem fechadas. Essas comunidades tiveram que se adaptar a um novo contexto bem diferente, pois a escola se situa em um local mais distante e conseqüentemente com menos facilidade de acesso aos educadores, como pode ser visto na Figura 1.

Em relação aos educadores, estes não sabem onde os pais dos alunos moram, não possuem contato, pois a única comunicação que poderia ocorrer entre pais e educadores, se daria através de celular, porém por se tratar do campo, a maioria dos celulares não funciona por falta de sinal de antena e os que funcionam não são atendidos, pois os pais estão trabalhando longe de casa na lavoura no horário em que as crianças estão na escola. Ainda, durante o processo de fechamento das escolas multisseriadas, os educadores foram iludidos, pois teve-se a promessa de aumento no salário devido à diminuição do quadro de professores, o que não se efetivou no primeiro momento. Porém nos últimos tempos tem-se ampliado o sinal de internet via rádio para a maior parte do município de Agudo.

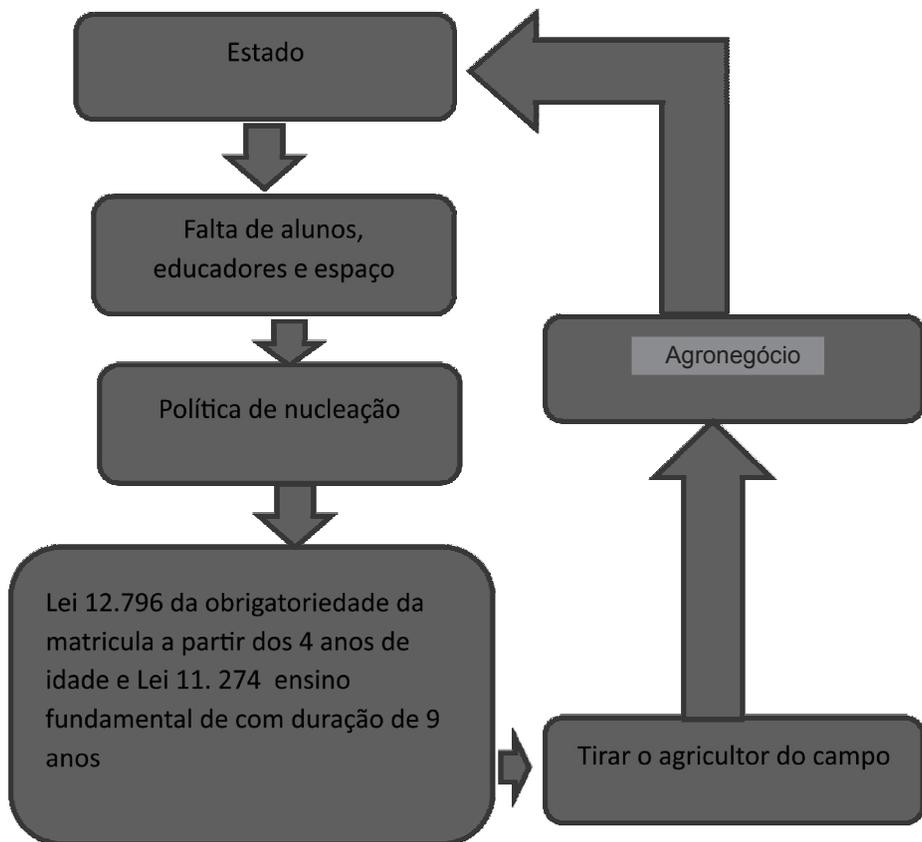
Figura 1: Mapa da localização e fotos das escolas multisseriadas fechadas



Org.: Autores

O município implementou essa política de nucleação, a partir do ano de 2000, e esse processo se intensificou devido a falta de espaço para atender a nova demanda de alunos que passaria a frequentar as escolas a partir da política pública de implementação do ensino fundamental com 9 anos. Além disso, a situação se complicou ainda mais com a política de obrigatoriedade da frequência das crianças com 4 anos de idade. Em relação a essas duas políticas públicas, o município possuía dois agravantes: o primeiro era a falta de espaço e o segundo a falta de funcionários, pontos que foram resolvidos com a nucleação. Ainda teve-se a justificativa de que com a implementação da nucleação seriam diminuídos os gastos públicos. Contudo, é necessário assumir que a nucleação faz parte de um projeto maior como pode ser visto na Figura 2.

Figura 2: Esquema da implementação da política pública de nucleação



Org.: Autores

Acredita-se que a partir de um ensino de maior qualidade, aumentam as oportunidades das crianças optarem se querem ficar no campo ou na cidade porque o conhecimento possibilita a distinção entre ambos os aspectos (positivos e negativos) e não apenas o que na maioria das vezes temos hoje, menosprezo do campo. Além disso, para que efetivamente desenvolva-se ensino de qualidade é preciso que os conteúdos possam ser contextualizados com a realidade do educando. Assim, ele poderá escolher se quer permanecer no campo e não apenas ser iludido que na cidade será melhor.

Essa etapa tem-se tornado uma dificuldade na vida dos professores, pois estes em muitos casos não conhecem a realidade do campo e as famílias dos educandos por residirem em grande maioria na cidade. Além disso, estes não possuem uma formação voltada para a atuação no campo, apesar da maioria das escolas se localizarem no campo no município de Agudo, o que faz com que, sempre que possível, optem por atividades urbanocêntricas.

A partir da problemática imposta pelo sistema capitalista, que estabelece ao campo e à cidade relações dos trabalhadores com seus descendentes, aspectos que anteriormente eram reconhecidos como um legado (valores, saberes, normas e regras passadas de geração para geração, etc.), hoje nem sempre conseguem ser transmitidos, socializados pela família, gerando rupturas em relação à educação. Assim, muitas vezes a escola, além de ensinar o que lhe compete (conhecimento historicamente sistematizado), ainda precisa estabelecer o mínimo de normas, valores e saberes que anteriormente ficavam a cargo da família. Como a escola se posiciona em relação a isso? Essa pergunta é de difícil resposta e trabalhamos na perspectiva de que esses educadores nunca consigam “a resposta” ou uma “única resposta” mas reflexões que possibilitem a eles acolherem a comunidade a que servem. Nesse sentido um espaço-tempo reflexivo precisa ser instituído para que se aprenda a ser educador no campo nessa perspectiva.

Neste sentido, o trabalho como direito e dever, enquanto princípio formador e humanizador, seja em casa, seja na escola ou em outros espaços sociais, deve ser entendido como a própria vida, tanto de adultos quanto de crianças que, por meio da práxis cotidiana, das relações de produção da vida com a natureza, vão se constituindo como seres sociais.

Outra questão que se teve a oportunidade de vivenciar foi um piquenique organizado pela escola¹, em um parque de Lagoa Bonita – RS, em que as professoras pediam para que os alunos gritassem e corressem para que não

¹ Ocorrido no dia 29 de novembro de 2015.

fizessem isso na escola. Contudo como as crianças estavam acostumadas com este contexto, isso não as motivou a correr ou gritar, mas pelo contrário estavam calmas (devido à própria aproximação com a natureza), exploraram com tranquilidade o local que para eles não apresentava nenhuma novidade pois não havia uma atividade direcionada que motivasse um olhar diferenciado. Acredito que o grande problema dessa experiência diferenciada foi a ausência da problematização do local, pois a ideia de aproximação da natureza sempre é uma iniciativa favorável na educação do campo.

Assim, tem-se algumas questões favoráveis e outras desfavoráveis ao processo de nucleação. Dentre as favoráveis está um ambiente mais complexo, com mais educadores e acompanhamento pedagógico. Ainda, dentre as questões favoráveis destaca-se a permanência das crianças em uma escola do campo, uma vez que, se não houvesse a escola núcleo certamente as crianças seriam encaminhadas para o centro urbano do município, como já acontece com os estudantes que optam por continuar os estudos e frequentar o ensino médio. Tem-se também como aspecto positivo o convívio das crianças em outro espaço que não da comunidade onde nasceram, possibilitando uma maior interação com outras crianças e o conhecimento de outras realidades.

Em relação aos pontos negativos destaca-se a dificuldade de contextualização do ensino devido à distância das comunidades de origem das crianças, a falta de comunicação com a família e longos deslocamentos no transporte escolar, chegando a ser de 2h para o percurso de ida e volta. Outra questão é a história da comunidade, que muitas vezes era mantida viva através da escola multisseriada, pois essas escolas fora construídas com o auxílio e a organização da comunidade e que acaba sendo esquecido com o fechamento da escola. Essa questão pôde ser vivenciada durante a visita à comunidade da antiga escola Padre Réus (Figura 3), pois os jovens já não sabiam que existia uma escola naquela comunidade; apenas as pessoas mais velhas recordavam do lugar onde funcionava a escola. De certa forma, é uma parte da história da educação do município que acaba sendo esquecida.

Figura 3: Antiga Escola Padre Réus abandonada



Org.: Autores

Esta escola ficou esquecida, foi vítima de saqueadores e atualmente possui plantas em seu interior e em todo o seu entorno, porém isso não acontece na maioria das escolas fechadas. Inicialmente acreditava-se que ocorria uma desvalorização da comunidade e conseqüentemente do território com a saída da escola multisseriada, mas tem-se observado que algumas comunidades possuem a capacidade de se reorganizar e de dar um outro destino ao espaço que pertencia a esta escola como pode ser visto na imagem a seguir (Figura 4).

Figura 4: Antiga Escola Osvaldo Cruz transformada em Sociedade São Roque



Org.: Autores

Nesta escola a comunidade se reorganizou e reutilizou o prédio transformando-o em uma sociedade. Apesar do local ser de difícil acesso e formado por encostas de cerro a comunidade soube valorizar um investimento que há tempos havia sido feito dando outra utilidade para o prédio. O fechamento da escola nem sempre desvaloriza o território, uma vez que as pessoas necessariamente precisam continuar dando um significado/sentido para aquele local, pois a vida continua.

Percebe-se então que o fechamento da escola não desvaloriza o território, mas é preciso se ter um olhar diferenciado para cada território e suas possibilidades. Existem territórios onde a maioria das pessoas saíram, para ir morar na cidade pois não ofereciam condições de plantar e morar, uma vez que seu terreno possui muita declividade. Além disso, a solidão e a dificuldade de acesso a necessidades básicas motivam o abandono local. É necessário que o município organize políticas públicas de permanência do agricultor no campo e repense a viabilidade dessa permanência com propostas agroecológicas e viabilização de outras culturas que superem a monocultura.

Na Tabela 3, percebe-se a relação de escolas que foram fechadas na comunidade da Escola Santo Antônio, localizada na Linha dos Pomeranos no município de Agudo. Destas, uma escola foi utilizada como residência comum para um senhor que não tinha onde morar e uma outra escola foi utilizada como residência para um outro educador que teve que se mudar devido à transferência para a escola núcleo.

Tabela 3: Escolas multisseriadas fechadas devido ao processo de nucleação

ESCOLAS	LOCALIZAÇÃO
Castelo Branco	Linha dos Pomeranos
José de Alencar	Linha dos Pomeranos
Roque Gonzales	Complexo da Serra
Jacó Halberstadt	Linha Araça
Oswaldo Cruz	Coxilha do Araça
Marechal Deodoro	Linha Nova
Padre Réus	Coxilha do Araça

Org.: Autor

O fechamento das escolas motivaram diversos sentimentos nos educadores, percebidos durante os momentos de entrevista semiestruturada. Esses sentimentos, expostos na Tabela 4, variam de educador para educador e revelam como os mesmos enfrentaram essa etapa contraditória.

Tabela 4: Sentimentos relatados pelos educadores que eram de antigas escolas multisseriadas e atualmente pertencem à Escola Santo Antônio

Escolas Multisseriadas	Escolas Núcleo
Sentimento de solidão	Sociabilidade maior
Liberdade de gestão	Submissão a uma direção
Afazeres de toda a escola	Dedicação ao aluno
Dificuldade de ministrar os conteúdos	Dedicação à turma
Abandono	Infra estrutura melhor

Org: Autores

Na escola multisseriada havia apenas um educador e no ponto de vista do conhecimento científico, as discussões e avaliação relacionadas aos temas trabalhados em aula restringiam-se apenas à opinião e ao senso crítico daquele educador. Em relação à escola núcleo há um grupo de educadores que auxiliam nas dúvidas gerando uma troca de conhecimentos baseado em múltiplas opiniões.

Contudo, na escola multisseriada o educador era autônomo e conseguia gestar a vida da escola e não simplesmente o conteúdo. Ainda, era possível apresentar as várias facetas do conhecimento em que o científico era um deles; existem muitos outros que podem ser apresentados, aprofundados e desenvolvidos. Entende-se então que nos resta pensar no que esse processo melhorou a educação na sua escolarização. Todos os alunos, das escolas multisseriadas, foram encaminhados para a Escola Santo Antônio, demandando investimento na infraestrutura e construção de uma nova escola, ou melhor, de novos prédios.

A antiga escola localizava-se na proximidade da divisa do município de Agudo e o município de Paraíso do Sul, sendo que a área construída está no território de Paraíso do Sul. Outra questão que motivou a construção da nova escola foi a ausência de espaço para atender todos os alunos, uma vez que o pátio era muito pequeno.

Cabe salientar que mais importante do que a infraestrutura é o ensino que está sendo oferecido e que será implementado na nova escola. Acredita-se que apesar do esforço dos educadores em tentar ensinar os conteúdos programados no projeto do município, a qualidade do ensino tem gradativamente uma melhora devido ao esforço em tentar conhecer a realidade do educando e com isso começar a contextualizar os conteúdos.

2. A educação do campo e os conteúdos estudados

A qualidade da educação está relacionada com a realidade vivenciada pela comunidade na qual a escola está inserida e que vai trazer significados aos conteúdos trabalhados com os educandos. É necessário que o conteúdo trabalhado toque/cative² os educandos, e isso só é possível através da contextualização, pois a criança só se permite instigar a respeito daquilo que ela já

² No sentido de mudança, de que interferiu de alguma forma na sua vida ou pelo menos em seu jeito de ver as coisas e interpreta-las. Compreende-se que a aprendizagem é uma mudança, pois é necessário readaptar os conceitos prévios a estes novos conhecidos no cotidiano escolar. Esta palavra também é utilizada nesse mesmo sentido no livro "O Pequeno Príncipe" de Antoine de Saint-Exupéry.

conhece ou domina, através da dúvida que a torna inquieta. O que ela não conhece não lhe interessa, pois não causa dúvida em relação ao que já sabia, simplesmente passa por ela, muitas vezes sem que seja escutado, não chega até o subjetivo, não cativa. Assim,

Ninguém poderá educar-me se eu não consentir, de alguma maneira, se eu não colaborar; uma educação é impossível, se o sujeito a ser educado não investe pessoalmente no processo que o educa. Inversamente, porém, eu só posso educar-me numa troca com outros e com o mundo (CHARLOT, 2000, p. 54).

A criança não é um quadro em branco que os educadores vão preenchendo, contudo sua personalidade e que valores são fortemente influenciados pelos pais, pela comunidade na qual ela convive diariamente e pela sociedade num todo, desde que ela mantenha um contato. Isso é compreensível através da teoria sociocultural de Vygotsky. Ainda, para Charlot,

[...] a relação com o saber é o conjunto das relações que um sujeito mantém com um objeto, um “conteúdo de pensamento”, uma atividade, uma relação interpessoal, um lugar, uma pessoa, uma situação, uma ocasião, uma obrigação, etc., ligados de uma certa maneira com o aprender e o saber; e, por isso mesmo, é também relação com a linguagem, relação com o tempo, relação com a ação no mundo e sobre o mundo, relação com os outros e relação consigo mesmo enquanto mais ou menos capaz de aprender tal coisa, em tal situação (CHARLOT, 2000, p. 81).

Na educação do campo é importante a reflexão sobre os conteúdos científicos que estão presentes nas atividades vivenciadas cotidianamente, pois esses serão a base do conhecimento a ser construído na escola e que efetivamente sejam significativos para a comunidade. Considera-se que, para que se tenha uma possibilidade de contextualização do conhecimento, é imprescindível o respeito e a valorização aos agricultores, de modo que a escola e a família possam, juntas, pensar em conteúdos considerados indispensáveis para a vida no campo.

No campo, existe uma diversidade de saberes que não são exclusivamente científicos, mas que, muitas vezes, permitem a eficiência da propriedade. Esse saber está embutido na existência e permanência do grupo social (capital social) e permite a troca de favores motivada pela troca de interesses. Por exemplo, os produtores de fumo se visitam e cultivam a amizade especialmente no período de colheita da safra, em que ambos dependem um do outro por causa da troca de mão de obra. Em outros períodos as visitas são reduzidas ou deixam de existir. Ainda,

Entre um diretor de uma empresa e seu funcionário, entre o banqueiro e o agricultor para o qual o primeiro empresta dinheiro existe uma relação

social que não se fundamenta no saber: a relação de dependência, no caso, não se apoia no saber. Não obstante, sua relação social é sobre determinada pelo saber: eles não têm os mesmos saberes, não dominam as mesmas atividades e as mesmas formas relacionais; e existem diferenças sociais de legitimidade entre esses saberes, atividades ou formas relacionais (CHARLOT, 2000, p. 85).

A maioria dos grupos sociais existem porque há um determinado interesse em seus participantes de mantê-los, as pessoas não se dedicam a uma ação sem que haja um interesse nessa ação, que talvez esteja em uma recompensa futura, mas o fato é que tem-se uma segunda intenção. Há grupos em que o interesse está no saber de alguns integrantes, em outros o interesse está nas amizades e contatos dos integrantes, e em relação aos agricultores, por exemplo, o interesse está na troca de mão de obra. Nesse sentido, de acordo com Wizniewski (2010), o papel dos educadores do campo, é de possibilitar dinâmicas pedagógicas que resgatem a cultura e o significado de se viver no campo com dignidade e de forma sustentável. Sobre o conceito de significar, tem-se a contribuição de Charlot:

[...] têm sentido uma palavra, um enunciado, um acontecimento que possam ser postos em relação com outros em um sistema, em um conjunto; faz sentido para um indivíduo algo que lhe acontece que tem relação com outras coisas de sua vida, coisas que ele já pensou, questões que ele já se propôs. É significante (ou, aceita-se essa ampliação, tem sentido) e que produz inteligibilidade sobre algo, o que aclara algo no mundo. É significativo (ou, por ampliação novamente, tem sentido) o que é comunicável e pode ser entendido em uma troca com outros. Em suma, o sentido é produzido por estabelecimento de relação, dentro de um sistema, ou nas relações com o mundo e com os outros (CHARLOT, 2000, p. 56).

Acredita-se que para um conteúdo ter sentido é necessário que a explicação inicie pelas concepções prévias dos educandos. Isso é possível através da contextualização das informações novas com saberes próprios do campo. Dessa forma, traça-se um caminho que será percorrido por ambos, educador e educando, a partir da contribuição de saberes vivenciados, na adequação a novas aprendizagens, respeitando suas individualidades.

Nesse sentido, defende-se o acesso aos saberes tradicionais, legados aos pais pelas gerações que os antecederam e que serão perdidos caso eles não tenham direito de partilhá-los com seus descendentes, o que diminui a possibilidade de gerar sucessores³. Importa dizer, porém, que não se defende, com

³ A ideia acerca do ensinamento de conhecimentos informais, passados de pais para filhos, de afazeres ligados ao cotidiano familiar tem proximidade com a teoria relacionada ao *habitus*, de Bourdieu, 1983.

isso, a prática do trabalho infantil, mas tenta-se discutir a importância de que tanto no campo quanto na cidade as crianças tenham como responsabilidade, além das tarefas escolares, algumas outras tarefas que também são educativas e que não apresentem periculosidade.

[...] na perspectiva da educação que desenvolva o ser humano omnilateral, nos limites possíveis dentro das relações sociais capitalistas, implica a educação intelectual, corpórea e politécnica ou tecnológica, [...]. A formação politécnica ou tecnológica demanda uma implacável crítica à exploração do trabalho infantil pelo capital, mas isto não elide a dimensão fundamental do trabalho como princípio educativo no processo de socialização e constituição da personalidade da criança e do jovem. [...] Em termos práticos, isso significa que é crucial que toda a criança e jovem dediquem, em seu processo formativo, algum tempo a qualquer forma de trabalho social produtivo, na família e na instituição escola. E isto nada tem a ver com exploração do trabalho infantil. Pelo contrário, trata-se de socializar, desde a infância, o princípio de que a tarefa de prover a subsistência é comum a todos os seres humanos (FRIGOTTO, 2012, p. 279-280).

A inclusão das crianças nos afazeres do campo faz com que elas possam aprender e desenvolver responsabilidades consigo mesmas, com os outros e com o mundo. Há uma valorização e compreensão dos afazeres dos pais e dos saberes implícitos nessas ações. Nessa perspectiva, a família e a escola propõem-se a educar pelo trabalho e não a estudar para depois trabalhar, proposta esta que é difundida pelo capitalismo e está muito presente na nossa cultura.

É preciso salientar, ainda, que um grande número de jovens tem abandonado o campo e, devido ao seu baixo grau de instrução, migrado para as periferias dos centros urbanos. Com isso, o campo resta esvaziado e abandonado. Esse abandono é muito bem descrito por Saramago quando descreve a olaria que iria deixar de produzir as cerâmicas (pratos de cerâmica) porque havia entrado no mercado os pratos plásticos. Assim, os fornos que queimavam o barro deixaram de ser acesos. Nota-se que, em ambos os casos, tem-se a perspectiva de o campo não ter mais valor, de não ser mais necessário.

[...] lá fora, a cor de cinza viva do forno, a derradeira e esmorecente mornidão de quando o deixaram vazio, como uma casa donde saíram os donos e que se deixa ficar, paciente, à espera, e amanhã se tudo isso não se acabou já para sempre, outra vez a primeira chama de lenha, o primeiro bafo quente (SARAMAGO, 2000, p. 35).

Nesse contexto, quando se prioriza a educação no campo, ou seja, aquela em que a escola se localiza na zona rural, é necessário que haja como projeto político-pedagógico a construção dos conhecimentos a partir da sua realidade, pois o processo de desenvolvimento cognitivo depende de uma associação entre o que já foi aprendido em outro momento e o novo conhecimento que

está sendo vivenciado e que irá ser reconstruído. Assim, enfatiza-se a importância da contextualização, na medida em que:

[...] o conhecimento científico é apenas uma das formas de conhecimento e o desenvolvimento cognitivo acontece 'de fora para dentro' e é internalizado a partir do que já existe, na relação com os outros, sendo mediado por instrumentos e signos que reconstróem internamente uma operação externa (ZIMMERMANN; VENDRUSCOLO; DORNELES, 2013, p. 6).

Tenta-se demonstrar que existe o conhecimento científico, mas também o conhecimento cotidiano, sendo que ambos estão relacionados e possuem valor, pois são necessários para a vida. O conhecimento cotidiano, por vezes, está associado à cultura e, conseqüentemente, às aprendizagens das gerações precedentes. Esses conhecimentos construídos historicamente são reconstruídos no processo de sucessão, pois ao ensinar os pais refletem sobre o aprendido, e ao aprender a criança questiona e redimensiona o conhecimento oriundo de outras gerações.

Acredita-se que o processo de alfabetização deveria ocorrer a partir de "movimentos amplos" que no meu entendimento é o processo de releitura do passado para compreender o presente e planejar o futuro. Quando falamos em partir não estamos esquecendo que o ponto de chegada será o conhecimento universal científico. Somente através desse movimento passa-se a participar política e pedagogicamente da comunidade e conseqüentemente da escola. O projeto de educação não inicia nem acaba na escolarização. Nesse sentido tem-se a contribuição de Castrogiovanni:

Nos primeiros anos de escolarização deve-se trabalhar a valorização do espaço e tempo vivenciados pelo aluno. Não menos importantes a construção das noções temporais quantificação e representação das categorias do passado, presente e futuro e caracterização de épocas. Sem impor limites, de espaço e tempo, é importante estudar movimentos amplos (CASTROGIOVANNI, 2008).

Cabe ressaltar que os movimentos amplos discutidos fazem relação e reflexão fundamentada no processo histórico. É fundamental que o educador, o pedagogo, o alfabetizador produza esse movimento. Esse movimento é do educador consigo mesmo, com os demais educadores, com a comunidade, com os educandos, com o lugar, com o espaço produzindo novos saberes a partir dessas trocas. Isso poderá gerar uma emancipação e uma perspectiva crítica e responsável de encaminhar a ação pedagógica.

No campo, defende-se o acesso aos saberes tradicionais, legados aos pais pelas gerações que os antecederam e que poderão ser perdidos caso eles não tenham direito de partilhá-los com seus descendentes, o que diminui a possibilidade de gerar sucessores. Ainda,

Sem desconhecer essas dimensões, particularmente a dimensão didático-pedagógica que o trabalho possa vir a ter, o que demarca a dimensão mais profunda da concepção do trabalho como princípio educativo, [...] é de ordem ontológica (inerente ao ser humano) e, conseqüentemente, ético-política (trabalho como direito e como dever) (FRIGOTTO *et al.*, 2005, p. 57).

A complexidade da vida no campo exige conhecimento do lugar de vida, do território, entre outros saberes (coisas), os da terra, das épocas de plantio, do clima, das técnicas aplicadas à agricultura, à pecuária e aos demais espaços. Só existe o território quando há uma adaptação do agricultor à terra e suas peculiaridades. Demonstra-se assim, a necessidade de sucessão de conhecimentos ligados ao trabalho no campo como: o cuidar, o observar, o experimentar, a reflexão, a resiliência, aspectos dificilmente vivenciados na escola, especialmente através do discurso dos professores. À escola cabe discutir, valorizar e questionar, mas organizar a produção e a alimentação para toda uma família ou mais é tarefa do agricultor e exige dele muita experiência, entre outros requisitos.

Ao reconhecer os saberes das pessoas do campo e defender que eles precisam ser construídos e reconstruídos nas diferentes gerações, através da articulação entre a educação formal, não formal e informal, está-se apostando em um campo onde as crianças possam aprender com seus pais, com a valorização dos seus saberes necessários para a vida, tais como: os conhecimentos sobre a época certa de plantar, sobre como plantar, sobre quando colher, os saberes ligados aos afazeres domésticos, entre outros.

3. Considerações finais

O processo de nucleação das escolas do campo teve início no município de Agudo a partir do ano de 2000 gerando muitas mudanças na estrutura da escola e também na comunidade do entorno. Teve-se o fechamento de escolas multisseriadas, mas também a modernização do ensino para levar ao campo um ensino semelhante às escolas do meio urbano. Nesse processo de nucleação e abandono das antigas escolas multisseriadas, teve-se um desenraizamento dos educandos com o local onde vivem.

Percebe-se que há um esforço por parte da comunidade e também de alguns educadores de resgatar estes valores significativos de identidade com as antigas escolas e também com o modo de viver dos educandos. Há um esforço de buscar conhecer o cotidiano desses a fim de conseguir contextualizar mais os conteúdos escolares.

Com este artigo é possível visualizar-se como foi o processo de nucleação a partir da escola em questão. Nesse sentido percebeu-se que as mudanças

ocorridas em virtude do processo de nucleação da Escola Santo Antônio gerou um novo arranjo geográfico nas localidades do entorno da escola. A centralização do ensino nessa escola alterou o destino dos alunos para estudar que antes ficavam mais próximos de suas casas e agora deslocam-se de ônibus, a grande maioria para esta escola. Além disso, com o processo de nucleação esta escola passou a ser uma referência de localização geográfica para as demais localidades do entorno, assim como era antes cada uma das escolas multisseriadas.

Assim, com o processo de nucleação consolidado, resta aos educadores e à comunidade em geral se readaptarem a estas condições e assim buscar melhorar cada vez mais o processo de ensino-aprendizagem na educação do campo.

Referências

- CASTROGIOVANNI, A. C. Apreensão e compreensão do espaço geográfico. In: CASTROGIOVANNI, A. C. (Org.). **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. 6. ed. Porto Alegre: Medição, 2008. p. 13-83
- CHARLOT, B. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Trad. Bruno Magne. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- WIZNIEWSKI, C. F. **A contribuição da Geografia na construção da educação do campo**. Experiências e diálogos em educação do campo. Fortaleza: Edições UFC, 2010, p. 129.
- FRIGOTTO, G. Educação politécnica. In: CALDART, R. S. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. RJ, SP: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 259-267.
- SARAMAGO, J. **A caverna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (2005b). O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral do trabalhador. **1ª Conferência Municipal de educação de Contagem** (p. 57). Secretaria de Educação e Cultura de Contagem. Disponível em: <http://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/pdf/caderno_conferencia.pdf>. Acesso em: 19 maio 2016.
- ZIMMERMANN, A.; VENDRUSCULO, R.; DORNELES, S. Educação do campo: o processo de implementação da Casa Familiar Rural do Vale do Jaguari (CFR/VJ). **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 17, p. 79-97, 2013.

A Educação do Campo nos assentamentos Fazenda Annoni e Bela Vista

*Ivanio Folmer
Ane Carine Meurer
Isabela Mello*

1. Introdução

A desigualdade de concentração de terras no Brasil da origem a uma situação de desigualdades agrárias surgindo e se instalando no cenário nacional. Não obstante, o Rio Grande do Sul possui uma estrutura fundiária baseada na grande propriedade rural, ressaltando-se a pecuária extensiva, monocultura de arroz e soja e novas áreas de plantios de eucalipto, resultando, desse modo, gigantescos vazios demográficos e concentração de terra e renda. Evidentemente, esse processo acaba por reduzir as pequenas propriedades.

Sob esta perspectiva, Oliveira (1994, p. 56) afirma que:

a estrutura fundiária brasileira herdada do regime das capitânicas/sesmarias muito pouco foi alterada ao longo dos 400 anos de história do Brasil e, particularmente na segunda metade deste século, o processo de incorporação de novos espaços [...] tem feito aumentar ainda mais a concentração das terras em mãos de poucos proprietários.

Tem-se a concepção de que a luta pela terra no Brasil não é um fenômeno recente. Essa luta constante está envolta no território nacional desde sua ocupação. Porém, até o momento, não há um programa de reforma agrária eficaz, que dê conta de alterar a estrutura de posse e uso da terra, uma vez que o modelo histórico de propriedade da terra no Brasil é o da grande propriedade, enquanto a pequena propriedade se desenvolve a margem dessa maior, fortalecendo, desse modo, a reprodução acelerada do capitalismo em todo território nacional. Contemplando o dito, Marx (1988) há mais de um século escreveu que,

pela sua natureza, a pequena propriedade exclui o desenvolvimento da produtividade social do trabalho, as formas sociais do trabalho, a concentração social dos capitais, a pecuária em grande escala, a utilização progressiva da ciência.

Para a agricultura, a terra é a matéria prima principal em que se identifica a produção agrícola na base da alimentação humana. Dessa forma, pensa-

se que o homem tendo em mãos os instrumentos tecnológicos que favorecem a multiplicação de máquinas e produtos, não consegue fazer que a terra se multiplicasse criando novos espaços de produção.

O vigente modelo econômico de desenvolvimento agropecuário, inserido durante governos militares, caracterizado pela modernização conservadora, objetivava a modernização da agricultura. Através de créditos e subsídios, apoiava o desenvolvimento da grande propriedade. Essa política trouxe consequências negativas para a pequena propriedade, como o aumento do trabalho assalariado, as dificuldades em desenvolvimento da agricultura familiar, a concentração de terras e, conseqüentemente, a diminuição da população do campo para mais de 30 milhões de pessoas que migraram para as cidades ou outras regiões do país (FERNANDES, 2000).

A expropriação, a expulsão das famílias camponesas e a usurpação do território indígena geraram uma das condições que levaram à luta os camponeses que iriam realizar a ocupação de terra, que também inaugurou o processo de formação do MST, na região noroeste rio-grandense (FERNANDES, 2000, p. 50).

Em meio a este cenário, surge o Movimento dos Sem Terra (MST), como símbolo de resistência e política no campo. Desse modo, o MST surgiu visando oferecer maior integração e fortalecimento da luta pela terra e também pela Reforma Agrária, no entanto, afirma que houve momentos em que esta proposta apareceu com destaque como programa de governo (MST, 2005, p. 78). Por questionar a atual estrutura do MST, este trabalho, se estrutura na análise de dois assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais: O Assentamento Bela Vista – Jari/ RS e o Assentamento de Fazenda Annoni – Pontão/ RS, com o objetivo de entender o processo de territorialização desses Assentamentos.

2. A Educação do Campo no Brasil: Introdução à discussão

É possível perceber que através do tempo no Brasil o chamado *processo de exclusão*¹ não envolveu apenas política, mas também a questão socioeconômica

¹ Desde a chegada dos portugueses ao Brasil, há mais de cinco séculos, a exclusão tem sido uma das principais marcas nacionais. Três referências históricas consideráveis sintetizam a abrangência e complexidade do processo de exclusão social a partir do brutal genocídio de indígenas, do bárbaro escravismo de negros africanos e das mazelas impostas pelo colonato paternalista à imigração europeia. Além disso, a evolução econômica e política do país fundamentou-se continuamente na condição de entreguismo das classes dirigentes aos interesses internacionais, geralmente condicionando a força da produção nacional à dinâmica externa (Marcio Pochmann, 2009).

mica. No que diz respeito ao tratamento dessas questões, a escola brasileira ainda apresenta desempenho pouco satisfatório. De fato, para o Brasil, a educação nunca foi assunto prioritário. Segundo Fernandes (1992, *apud* MUNARIN, 2005, p. 30),

A educação nunca foi algo de fundamental no Brasil, e muitos esperavam que isso mudasse com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Mas a Constituição promulgada em 1988, confirmando que a educação é tida como assunto menor, não alterou a situação.

Isso nos remete a concordar com Leite (1999), quando fala da educação no Brasil como resultado do processo histórico:

a educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores, tendo por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária (LEITE, 1999, p. 14).

O modelo da Educação no Campo promove a intenção de traçar o recorte histórico desde os anos 1920, por conter elementos apresentados à legislação e às escolas. De 1910 até 1920, começava a despertar interesses sobre a Educação Rural no Brasil. Isso ocorreu graças ao grande movimento dos agricultores que começavam a afirmar a importância de uma pedagogia voltada ao campo, para que se conseguisse suprir a carência da época. Com isso, surge o Ruralismo Pedagógico, que tinha como objetivo fixar o homem no campo. Como reflete Leite (1999, p. 28)

[...] a sociedade brasileira somente despertou para a educação rural por ocasião do forte movimento migratório interno dos anos 1910-1920, quando um grande número de rurícolas deixou o campo em busca das áreas onde se iniciava um processo de industrialização mais amplo.

Em 1937, o Estado Novo cria a Sociedade Brasileira de Educação Rural, objetivando a expansão do ensino, contendo a intenção de que houvesse a preservação da cultura do campo. Esse período foi atravessado pelo poder que advinha do campo, por parte da grande elite, ou seja, dos grandes produtores e das indústrias que se destacavam. Com essa expansão do capital, foi possível pontuar os problemas a serem futuramente enfrentados. Naquele tempo, já era evidente o movimento do êxodo rural, lançado por meio de outro nome, na época, *movimento migratório campo-cidade*, onde a cidade se consolidava cada vez mais como sinônimo de melhores condições de vida.

Segundo Mumford (1938), a cidade sofreu alterações importantes com as industrializações que a alcançaram, modificando-a:

Em todos os bairros, os antigos princípios de educação aristocrática e cultura rural eram substituídos por uma devoção unilateral ao poder industrial e

ao sucesso pecuniária [relativo ao dinheiro], algumas vezes disfarçada de democracia (MUMFORD, 1998, p. 484).

Seguindo essa linha, a cidade passa a ser ainda mais valorizada, por ser um exemplo de evolução, enquanto o campo é deixado de lado, por ainda permanecer no anonimato, sendo, portanto, sinônimo de atraso. O nome que o rural e a cidade levam hoje são heranças de sinônimos usados em outro momento (Diretrizes Curriculares do Campo, p. 17):

[..], a cidade se consolidava como referência da modernização e do progresso, enquanto o campo representava o antigo e o rústico. O próprio termo rural tem a mesma raiz de rústico e rude, enquanto o termo cidade dá origem a cidadão e cidadania (DCEs da Educação do Campo – SEED, 2006, p. 17).

Após o término da II Guerra Mundial, criou-se uma comissão denominada *Comissão Brasileiro-Americano de Educação das Populações Rurais*, por meio da influência de políticas que tinham cunho americano. Nesse período, também foram instauradas as Missões Rurais, e, logo em seguida, por volta de 1940, nasce uma empresa que tinha como objetivo atender o camponês. Intitulava-se *Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural*, a qual tinha políticas governamentais que tratavam o sujeito do campo como carente, pobre e sem conhecimento.

A comissão Brasileiro-Americano de Educação das Populações Rurais foi a grande criadora da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, uma vez que

a Extensão se definia como um empreendimento educativo: “produzir mudanças nos conhecimentos, nas atitudes e nas habilitações para que se atinja o desenvolvimento tanto individual como social”. Assumindo características de ensino informal (fora da escola), o trabalho extensionista se propunha como diferenciado ou até mesmo incompatível com o caráter centralizado e curricular do ensino escolar. [...] A base material da ação educativa da Extensão era a empresa familiar. O importante era persuadir cada um dos componentes familiares [...] a usarem recursos técnicos na produção para conseguirem uma maior produtividade e consequentemente o bem-estar social (FONSECA, 1985, p. 91).

A partir desse projeto, na década de 50 criou-se a Campanha Nacional de Educação Rural. De acordo com Wanderley (2001), existem locais que são resultado do encontro entre o rural e o urbano e o desenvolvimento local, valorizando o potencial econômico, social e cultural da comunidade local, não podendo então, supor o fim do rural. Na década de 1960, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional com a lei nº 4024/61 dá liberdade aos municípios para realizarem projetos que forneçam melhorias das condições da

realidade local. Paulo Freire, nesse período, contribuía com o desenvolvimento da educação dialógica e crítica, trabalhando com a educação de jovens e adultos.

Em consenso com a Aliança para o Progresso², programa de atendimento à carência de povos do campo e da cidade pensada pelo governo americano, que tinha como realização um acordo econômico entre os países do hemisfério Sul, desenvolveram-se como resultado alguns programas ligados aos estados brasileiros, como a SUDENE, SUDESUL, INBRA, INDA e o INCRA, todos com sua base ligada à realidade das lutas pela terra. Na LDB, fica claro o conhecimento sobre a diversidade existente entre as comunidades do campo, conforme se reconhece no documento, nos parágrafos 23, 26 e 28. Para obtermos uma melhor interpretação das normas da educação no campo, apresentamos o que traz o art. 28:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: – conteúdos curriculares e metodologia apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural.

Diante da ditadura militar, foram modificadas algumas normas dentro da educação e dentro do contexto militar. A educação do campo mudou, foi dada ênfase à Extensão Rural, bem como foi dada importância ao técnico, deixando de lado o educador formal.

[...] o movimento extensionista brasileiro está marcado pela criação e difusão de um argumento falacioso do seguinte teor: em seu início, a ABCAR, teve a sua ação voltada para a promoção humana ou a melhoria do nível de vida da população rural. O caráter dessa ação era fundamentalmente assistencialista e, como consequência, os seus resultados foram bastante modestos. Com a institucionalização do Crédito Rural, a partir de 1965, opera-se a grande mudança. A promoção humana é relegada para um plano secundário. O objetivo passa a ser o de aumentar a produção agrícola estimulando a difusão da tecnologia agrícola e gerencial ou, em outros termos, promover a modernização da agricultura (LEITE 1999, p. 71).

Entre os anos de 1967 e 1976, o governo de Castelo Branco, com o auxílio do Ministério do Planejamento, cria o Plano Decenal de Desenvolvimento

² Aliança para o Progresso é um programa de ajuda externa voltado para a América Latina, cujo principal objetivo, mesmo parecendo pretexto, foi promover o desenvolvimento econômico por meio da colaboração financeira e técnica aos países latino-americanos – organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

I - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

Econômico e Social, demonstrando que tanto a educação da Área Urbana quanto a da Área Rural servem como auxiliares na formação de mão de obra para o mercado, não preparando o nível de conhecimento, mas formando técnicos para o mercado de trabalho. No entanto, Ianni (1971) afirma que, apesar de muito mais ambicioso que todos os outros planos governamentais, o Plano Decenal sequer começou a ser executado e foi arquivado em uma caixa de silêncio.

Com o passar do tempo, criaram-se programas que visavam desenvolver a educação, como o PRONASEC (Programa Nacional de Ações Sócio-Educativas e Culturais), voltada ao campo. Esse programa tinha ambições claras e necessárias, pois trabalhava com o a valorização do espaço, fazendo associações do mundo com a realidade de vida no campo. Esse plano entendia a escola como uma agência de mudanças e transformações sociais, por isso merecia um calendário semelhante ao usado na cidade,

Em uma tentativa de ampliação das neo-relações de produção/trabalho no campo, a modernização reavivou e valorizou a escola e os grupos comunitários, buscando condições satisfatórias de vida para a população rural, incentivando e fomentando a criação de pequenas cooperativas e/ou grupos produtivos (LEITE, 1999, p. 50).

A intervenção da Universidade Federal do Ceará, ao final do período militar, fez com que surgissem novos programas destinados à Educação Rural. No nordeste, instalou-se um projeto que tinha seu objetivo principal ligado às condições do nível da educação voltado ao povo nordestino, o EDURURAL³. Em conjunto a esse grande objetivo, o projeto tinha o intuito de apresentar novos conceitos da educação no meio rural e tentar produzir currículos nas escolas dos espaços rurais, criando, deste modo, críticas nos currículos já apresentados pela cidade. Assim, pretendia dar à escola certa autonomia, tornando-a voltada à pedagogia e buscando valorizar o professor. Com isso, aumentaria, também, a autoestima dos alunos e o trabalho com a realidade vivida pelo/no campo. Outro movimento que se destaca é o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que tentava introduzir projetos sociais e políticos do governo, mas visava principalmente às questões econômicas e política. Com isso, queria garantir que a produção do campo fosse acelerada, mas que houvesse um controle da revolta. Isso amenizaria a criação de novos grupos de luta e, conseqüentemente, acarretaria uma frag-

³ O Edurural-NE e a proposta pedagógica adaptada ao meio rural é um estudo no qual este é analisado como um dos programas educacionais dos primeiros anos da década de 80, enquanto uma das estratégias de execução da política educacional para o meio rural do Nordeste brasileiro.

mentação da classe trabalhadora. Torna-se relevante compartilhar a interpretação de Leite (2002, p. 35), quando afirma que “o sistema escolar controlado pela ideologia da caserna limitou-se aos ensinamentos mínimos necessários para a garantia do modelo capitalista – dependente e dos elementos básicos de segurança nacional”.

No início dos anos 90, começam a surgir iniciativas institucionais através da pressão criada pelos movimentos sociais voltados ao campo, buscando forças políticas para melhor desenvolver o meio rural e incluí-lo num modo de organização. No contexto dos movimentos sociais do campo surge o “Iº Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária” (Iº ENERA), realizado em julho de 1997, na Universidade de Brasília e que pode ser eleito como fato que melhor simboliza o movimento pela educação do campo. O “Manifesto das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária ao Povo Brasileiro”, lançado na ocasião do evento pode ser considerado impulso inicial desta luta.

No ano de 2002, há uma nova conquista. A escola rural conquista as Diretrizes Operacionais, que eram voltadas à educação no campo e davam preferência às propostas pedagógicas na forma organizacional do ensino, o que inclui todo o emaranhado de cultura existente no local e o processo de transformação da realidade do campo, conforme pode-se perceber em Silva (2009, p. 42),

A participação dos movimentos do campo, por meio da pauta de reivindicação dos Gritos da Terra, da Marcha da Terra, da Articulação Nacional por uma Educação do Campo, da experiência acumulada por várias organizações não-governamentais e pela Pedagogia da Alternância articuladas à sensibilidade presente no Conselho Nacional de Educação, é que garantiram a aprovação pela Câmara de Educação Básica, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB, nº 1, de 3 de abril de 2002), uma reivindicação histórica dos povos do campo, significando um primeiro passo no sentido de resgatar uma dívida social com essa população e romper o silêncio da nossa base jurídica no que se refere a assegurar o direito a educação aos povos do campo.

Na citação acima, a autora Maria do Socorro Silva resume da luta pela aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. A educação tem em seu eixo de atuação a intenção de atingir as dimensões que integram as questões sociopolíticas e culturais, que são excelentes no exercício da cidadania e incentivam os princípios da solidariedade.

No que se refere aos termos institucionais, o ensino fundamental hoje encontrado nas escolas do campo é de inteira responsabilidade dos municípios, sendo que essa escola contará com um calendário especial e

deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta lei de modo a favorecer a escolaridade rural com base na sazonalidade do plantio/colheita e outras dimensões socioculturais do campo (BRASIL/MEC, LDB 9.394/196, art. 23, § 2º).

Essa educação expressa a luta dos povos do campo por políticas públicas que garantam o direito à educação, a uma educação que seja no campo e do campo, como explicita Caldart (2002, p. 26):

No: o povo tem direito de ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.

Existe hoje uma moderna política educacional, que visa o resgate de valores culturais, bem como a essencialidade do estudo em torno do desenvolvimento da cidadania, conforme aparece no caderno por uma Educação básica no campo nos itens a, b e c. Entretanto, os acontecimentos no campo não passaram por muitas transformações e a realidade, na prática ainda está distante de algo que podemos chamar de aceitável. A política pública que se volta para a escolarização das populações rurais ainda mostram que há um lento andamento, bem como um desinteresse enorme pelo Estado, e isso fica expresso em grandes índices de analfabetismo.

3. As Escolas do Campo nos Assentamentos

As escolas que estão inseridas nos assentamentos rurais do processo de Reforma Agrária estão imersas em contextos de territorialidade bastante complexos e possuem sua própria história. A escola do campo, por possuir um processo de formação diferenciado, exige um projeto educacional que dê conta dessa realidade. Contudo, Speyer (1983) diz que as escolas do campo, precisamente dos assentamentos rurais, adotam, em alguns casos, práticas educacionais distintas da realidade vivida nos territórios de assentamento.

Na perspectiva de Rego (2006), a concepção da educação do campo está atrelada muitas vezes a uma prática curricular e de envolvimento escolar que não valoriza os trabalhadores do campo, tornando, tendenciosamente, esse sujeito invisível em sua própria realidade, uma vez que se destacam nessas escolas um formato educacional aplicado na rede urbana. Ao contrário do esperado, a qual seria contribuir para uma educação assegurada dos valores do campo, essa escola no campo contribui para a fragmentação, separando a realidade e estudo, rejeitando, assim, o processo histórico de formação territorial.

Imagem 1: Escola do Assentamento Fazenda Annoni



Fonte: Autor, 2017

Na escola do Assentamento Fazenda Annoni, mesmo que nem todos os professores sejam assentados, não significa dizer que não haja comprometimento por parte destes, pois ao contrário esperado, os professores que atuam no assentamento desenvolvem suas práticas docentes de modo a cativar alunos e comunidade escolar. Obviamente que se o professor ou professora tivesse raízes ligadas ao assentamento, bem como trajetória de luta como a dos assentados, talvez a dinâmica mudasse, e projetos contemplativos passassem a existir neste espaço, aumentando a integração da relação escola e campo. Mas de todo modo, esta escola encontra-se formulada na Política da Educação do Campo.

A escola dentro do assentamento se mostra como um investimento curto e longo prazo. Mesmo que apresentem inúmeras investidas do Estado que tenta desarticular e fechar essa escola, os assentados lutam pela permanência dela, neste lugar que é valorizado pela comunidade de modo geral. Esta escola atende a demanda de todo o assentamento, filhos de assentados cooperativados e de não cooperativados. Os assentados entendem a Escola Do Campo como uma ferramenta de luta e articulação da educação com movimento social. Assim, poderá transformar a vida das crianças e jovens que desde cedo participam do movimento. Também compreendem que a mesma se faz necessária na vida dos educandos por possibilitar um ensino voltado às condições de suas próprias vivências.

Como os estudos sobre a Educação do Campo vêm demonstrando, a mesma sempre foi relegada a segundo plano (LEITE, 1990). Nunca foi uma prioridade levar condições de ensino consistentes e de qualidade para o espaço rural, obtendo-se uma educação ano após ano, comprometida em educar para o mundo de trabalho fora do espaço onde as famílias camponesas estão inseridas. Nunca foi prioridade educar os alunos do campo, de forma que estimulassem os mesmos a se conectarem no espaço vivido por eles, isso é feito com o intuito de que não se mantivessem ligados sentimentalmente aos territórios que estivessem ocupando, transformando a terra em apenas representação monetária, não sobressaindo às relações de afetividade e reprodução social.

Imagem 2: Escola do Assentamento Bela Vista



Fonte: Autor, 2017

É novamente plausível que abordemos o conceito de Escola do Campo e Escola no Campo, trazidos por Caldart (2004, p. 25).

Um dos traços fundamentais que vêm desenhando a identidade do movimento Por uma educação do Campo é a luta do povo por políticas que garantam o seu direito à educação e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.

Infelizmente, o campo foi considerado, por muitos, um local de atraso. De forma contraditória, essa perspectiva avança com a expansão do agronegó-

cio, que possui status de desenvolvimento (FERNANDES, 2005). Assim sendo, onsequimos analisar os processos diferenciados que acabam por influenciar o processo de produção e reprodução do espaço inserido.

No caso do Assentamento Bela Vista em Jari, os filhos de assentados possuíam uma Escola do Campo no próprio assentamento, que no ano de 2016 foi fechada. Uma das justificativas para o fechamento é que a Escola não possuía alunos suficientes. Ao pensar nesta justificativa, refletimos sobre os gastos que o município possui, diante disso, pensar no valor que seria depositado em torno desta escola, apresenta-se como um investimento necessário para a permanência da mesma, bem como a cultura nela depositada. Quando esta escola do campo teve suas atividades cessadas, os estudantes foram direcionados a outras localidades, da mesma forma que antes disso, após o 5º ano esses alunos eram orientados a estudar na cidade. O prédio da escola ainda permanece lá, mas aos poucos o espaço escolar é transformado em outra realidade. Logo, as características de escola deixarão de existir, estes passos sugerem que há a desterritorialização da educação do campo, pois de fato a escola deixa de existir, ou seja, perdeu sua função naquela porção do território.

4. Considerações

Imersos no contexto dos movimentos socioespaciais, em especial do movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mais precisamente, dos dois assentamentos analisados, pode-se perceber concretamente a diversidade de realidade(s) que se encontra(m) nesses universos formalizados.

O processo de construção da territorialização em um determinado espaço geográfico apresenta-se como um processo que envolve anos. Nos assentamentos, as famílias empregam características específicas de identidade, que passa ser diferenciada daquela expressa no acampamento, pois, de fato, ocorre neste momento a existência de um objeto concreto, que é a terra. Dessa forma, o Espaço deixa de ser apenas simbólico.

Ao pensar no território, ou propriamente na territorialidade evidenciada, não se pode de modo algum transformar as ações dos assentados em algo inapropriado, pois o que acontece nos assentamentos são respostas à conjuntura social existente, que não favorece a reprodução e a concretização da permanência no espaço onde são inseridos.

Alguns assentamentos se sobressaem ao que se espera por parte do capital, e conseguem desenvolver atividades específicas que auxiliam na permanência destes sujeitos no espaço onde estão inseridos. Para que isso aconteça, é preciso traçar estratégias fortes que mobilizam bem mais que somente os

assentados, é preciso uma relação fortificante que envolva todos os conectados com o assentamento, no que se expressa isso: Educação voltada às questões importantes desses povos, políticas concretas de não somente acesso, mas de permanência, formas de desenvolvimento socioeconômico e apoio social da comunidade.

Contudo é importante ressaltar as ferramentas as quais os assentados utilizam para sua reprodução no espaço e a forma que desenvolvem e criam seus territórios. Nesse sentido, cabe dizer que a territorialização por parte do MST sobre o território onde estão inseridos se dá de modo diferente.

Ao tratarmos do assentamento Fazenda Annoni, percebe-se o diálogo permanente em torno das questões de apropriação do movimento de luta, que mesmo que tenha sido consolidado há 32 anos, ainda existe uma expressão de luta e apropriação da terra. Há um movimento político ativo dentro do assentamento que envolve debate e resgate da trajetória dos assentados. Cabe ressaltar neste instante as estratégias que este assentamento adotou para que pudesse se consolidar como um espaço territorializado por camponeses e pela luta do MST. Nesse diálogo, destaca-se a importância da educação do campo como ferramentas adotadas para que haja a territorialização além da apropriação do território, e sim como ferramenta viva para os assentados. Essas estratégias são formas de apropriação da política que mantém acesa as intencionalidades do grupo e contribuições para a construção de uma reforma agrária clara, que beneficie a apropriação de terras e a permanência dos assentados nos espaços onde estão inseridos. Em contrapartida, ao percebermos o assentamento Bela Vista, iremo-nos associar esse assentamento a realidades encontradas em muitos outros lugares do Brasil. Este assentamento possui (ia) um potencial de crescimento e desenvolvimento socioeconômico imenso, embora o objetivo de ampliação, permanência, de luta, de resgate não tenha se consolidado de fato. Pois este assentamento apresenta uma desterritorialização visível por parte dos assentados. A identidade de assentado deixou de fazer parte do discurso destes sujeitos.

Percebe-se no decorrer da história que as investidas do capital nunca deixaram de estar presente e foi se (re)inserindo aos poucos. Os assentados seduzidos pelos benefícios de implantação em seus lotes com algo que desse retorno econômico fizeram arrendamento de suas terras para os granjeiros da região, que, por sua vez, recomeçaram com o processo de reterritorialização deste espaço, levando, deste modo, a desterritorialização por parte do MST no território.

À nível racional, pode-se dizer que não é tarefa fácil lutar contra o capital, e que este assentamento em nenhum momento foi validado pela comuni-

dade que o cercava. E que não houve investimentos políticos necessários para que se pudesse se estabelecer práticas que pudessem auxiliar no desenvolvimento de nova realidade para esse assentamento e assentados.

Pode se dizer que, mesmo em pouco tempo, o agronegócio se territorializa de forma estratégica e rápida, oferecendo como consequência a forma mais triste de desterritorialização do campesinato. De modo claro, o fenômeno da desterritorialização carrega o processo de reterritorialização, que significa a incorporação de novos territórios, ou seja, a construção de uma nova territorialidade por parte do grupo desterritorializado. A partir de Santos (2002), mesmo sendo o território conformado pelo conjunto de elementos naturais e artificiais de uma área, a reterritorialização não se configura apenas na alteração das formas. Ao passo que mudam-se as formas, transformam-se as funções e, conseqüentemente, há a mudança no sujeito que ocupa este espaço. Essa questão pode ser mais bem compreendida na seguinte afirmação

O novo meio ambiente opera como uma espécie de detonador. Sua relação com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade e cultura; e mudando o homem. Quando essa síntese é percebida, o processo de alienação vai cedendo ao processo de integração e de entendimento, e o indivíduo recupera a parte de seu ser que parecia perdida (SANTOS, 2002, p. 329).

Previamente afirmamos que esta pesquisa está distante de um final conclusivo, e que ambos os assentamentos merecem ser investigados profundamente para que sejam desmistificados muitas das significações que são posta sob responsabilidade do MST, na tentativa de fortalecer a ideias e disseminar as informações aqui trazidas afim de que haja apropriação por outros estúdios e implementação em outros assentamentos, ou comunidades rurais a inserção de uma escola do campo, com conteúdos e profissionais arrojados na discussão que fazem diferença para toda a comunidade, e o sentido de cooperativa, bem como a importância de trabalhar-se e organizar-se em cooperativas.

Referências

- ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- ANDRADE, M. C. de; ANDRADE, S. M. C. de. **A federação brasileira: uma análise geopolítica e geo-social**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- BAVARESCO, P. A. **Uma análise das condições socioeconômicas das famílias do Assentamento Annoni (Fase IX) no Rio Grande do Sul**. In : TEDESCO, J. C. (Org.) *Agricultura familiar, realidades e perspectivas*. 2. Ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

- BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia Cultural: um século** (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 1981.
- BRASIL/MEC/CNE. **Lei n. 9.394/96** (20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Editora do Brasil, 2006.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Nova LDB (Lei no 9394/96). Rio de Janeiro: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 jan. 2017.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 20 jan. 2017.
- BRUNO, R; Medeiros, I.S. **Percentuais e causas de evasão nos assentamentos rurais**. Brasília: INCRA/MDA, 2001 (Cadernos da Terra, n. 9).
- CALAZANS, M. J. C. **Estudo retrospectivo da educação rural no Brasil**. Rio de Janeiro: IESAE, 1979.
- CALDART, Roseli Salete *et al.* **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.
- CALDART, R. Salete. Sobre Educação do Campo. In: SANTOS, C. Aparecida dos. (Org.). **Por Uma Educação do Campo: Campo-Políticas Públicas-Educação**. 1 ed. Brasília: INCRA/MDA, 2008, v. 7, p. 67-86.
- FELJÓ, Leandro Fagundes e SILVA, Aloisio Souza da. Agroecologia & educação do campo. **Boletim Dataluta** – Artigo do mês: maio de 2011. ISSN 2177-4463.
- FERNANDES, B. M. Território Camponês. In: CALDART, R. S. *et al.* (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. São Paulo: Expressão Popular, (2012. p. 746-750).
- FERNANDES, Bernardo Maçano. Sobre a tipologia do território. In: **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- FORTES, Amyr Borges. Zonas fisiográficas. In: **Geografia física do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1959. p. 33.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- FROEHLICH, J. M. **Rural e Natureza: a construção social do rural contemporâneo na região central do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro, 2002. Tese (Doutorado em desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Coordenadoria de Pós-graduação em Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997. Brasileira, 1983.
- LEITE, Sérgio Celani. **Escola Rural: Urbanização e Políticas Educacionais**. São Paulo. Cortez, 1999.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. Atualidade do conceito de camponês. **Anais do XII Encontro Nacional de Geógrafos**, João Pessoa/PB, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1981. MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, Espaço de Identidade. In: SPOSITO, Eli-seu Severio, SAQUET, Marcos Aurelio (Orgs). **Território e Territorialidade**: 1. Edição. São Paulo Editora: Expressão Popular, 2009.

MEURER, Ane Carine. Projeto Político Pedagógico Escolar: Questões a serem refletidas nas Escolas do Campo. In: MATOS, Kelma; WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores *et al.* (Org.). **Experiências e Diálogos em Educação do Campo**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

MONTENEGRO, Jorge. Conflitos pela Terra e pelo Território: Ampliando o Debate sobre a Questão Agrária na America Latina. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SANTOS, Roseli Alves dos (Orgs.). Geografia Agrária, território e desenvolvimento. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

OLIVEIRA, A. U. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, João Pedro (Coord.). **A Questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994

PEREIRA, Antonio Alberto. **Além das Cercas**: um olhar educativo sobre a reforma agrária. João Pessoa: Ideia, 2005.

RUA, J. Urbanidades no rural: o dever de novas territorialidades. **Campo-território**: revista de geografia agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

SACK, Robert D. **Human territoriality**: its theory and history. New York: Cambridge University Press, 1986

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

SAQUET, M. **Proposições para estudos territoriais**. Geographia, Rio de Janeiro, n. 15, p. 71-85, 2006.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 77-116.

Transição agroecológica: o caso dos agricultores familiares camponeses em Agudo/RS

*Valquiria Conti
Carmen Rejane Flores*

1. Introdução

Este texto estrutura-se a partir da reflexão sobre a transformação do território, através da sustentabilidade contextualizada pela transição para a agricultura de base ecológica e dos desafios, no que tange os aspectos ecológicos, econômicos e socioculturais.

O delineamento do território pode acontecer com o enfrentamento, e o posicionamento frente à opressão, nesse sentido, a agroecologia surge como um novo paradigma, ainda que esteja em construção, entretanto, representa uma ruptura do modelo produtivista, baseado na Revolução Verde e como uma orientação na produção e na circulação do conhecimento na agricultura (GOMES, 1999), capaz de transformar o território. A Revolução Verde, segundo Martins (1999), surge no espaço rural brasileiro em meados dos anos 1960 e 1970. Estes trouxeram consigo pacotes tecnológicos, os quais incentivaram a monocultura em larga escala, para a produção de commodities, bem como a introdução de culturas geneticamente modificadas e híbridas, e o intenso uso de agrotóxicos e químicos.

Além disso, o emprego de máquinas agrícolas acarretou o empobrecimento e exclusão de um número importante de famílias de agricultores. Este fenômeno resultou não apenas em prejuízos só no âmbito econômico, mas social e cultural, pois, durante este processo, numerosos saberes, técnicas e culturas tradicionais deram espaço ao saber e às culturas produzidas e comercializadas por indústrias sementeiras. A soberania alimentar dos povos se viu também ameaçada, ao passo de que as unidades de produção familiar foram se introduzindo neste modelo de modernização. Torna-se um território construído a partir da ideia hegemonia trazida pelo sistema capitalista de produção.

Diante das transformações na agricultura, com enfoque nas questões econômicas, frente às questões sociais e ambientais, o paradigma agroecológico surge como uma proposta antagônica à agricultura convencional. Sua práxis

tem como intuito resgatar e dar força e protagonismo aos saberes, técnicas e práticas locais, que estão relacionados ao viver e ao produzir destes agricultores. Tais práticas são de fundamental importância para garantir a autonomia destes sujeitos, garantindo desse modo acesso e permanência no território.

É possível classificar a agricultura de base ecológica de duas formas, uma que se aproxima dos nichos de mercado e das parcelas corporativas da produção em larga escala; o outro viés é de caráter político e cultural, no qual o interesse está ligado na preservação da saúde, do ambiente, buscando a autonomia e a soberania alimentar. Os sujeitos da presente pesquisa se adequam a esta última denominação, uma vez que, mesmo estando no estágio inicial de transição agroecológica, pretendem, de forma progressiva, melhorar e adaptar o modo de produzir, a ponto de serem considerados agroecológicos.

Este texto objetiva entender como agricultores familiares camponeses de Agudo vivenciam o processo de transição agroecológica pelo qual estão passando. Para a efetivação desse texto, elencamos uma pesquisa baseada na abordagem qualitativa, buscando compreender o fator motivador desta opção de agricultura. Tal abordagem deve ser ressaltada, diante às dificuldades e essencial contribuição para a verificação, análise e diagnóstico referente à temática abordada. Chizzotti (1991) afirma que

O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem os objetivos de pesquisa, para extrair deste convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível, e após este tirocínio, o autor interpreta e traduz em seu texto, os significados patentes ou ocultos de seu objeto de pesquisa (CHIZZOTTI, 1991, p. 201)

Durante o trabalho de campo realizado nas propriedades das famílias em transição agroecológica no município de Agudo, realizou-se além das entrevistas, a observação sistemática e uso do caderno de campo. “Na observação sistemática, o observador sabe o que procurar o que carece de importância em determinada situação; deve ser objetivo, reconhecer possíveis erros e eliminar sua influência sobre o que vê ou recolhe. Vários instrumentos podem ser utilizados na observação sistemática: quadros, anotações, escalas, dispositivos mecânicos, etc.” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 78).

No decorrer do texto foram utilizadas abreviações como “FTA 1”, para fazer referência às falas dos membros da família que participaram da entrevista, juntamente com o número correspondente a cada uma, contudo, os nomes não foram publicitados. Para se referir ao técnico agrícola do escritório da Emater, a quem foi destinada uma entrevista, foi utilizada a abreviação “TAE”.

2. Reflexões teóricas

2.1 Reflexões teóricas sobre a Agricultura familiar camponesa

Há uma diversidade de entendimentos acerca dos espaços rurais, que se explica em parte, pelas diferentes formas de ocupação do território, ligadas ao tempo, espaço e culturas. Dessa forma, a delimitação do espaço rural se caracteriza, em alguns casos, por um núcleo que agrupa moradias, instituições públicas e privadas ligadas ao lugar. Em outros casos há maior complexidade em delimitar o espaço rural, devido a dispersão das residências. Independente das delimitações, ambos possuem algo em comum: o agricultor. Tal sujeito se insere como personagem principal no espaço rural (WANDERLEY, 2000).

De modo mais recente, as transformações que tangem o rural, estão ligadas a fatores externos, como as relações políticas e econômicas, em um mundo no qual a globalização da economia avança, trazendo consigo empresas transnacionais que remoldam o campo; e internos, no qual o processo de mudança no espaço rural abarca em uma complementariedade deste para o urbano (WANDERLEY, 2000).

Do ponto de vista teórico, segundo Wanderley (2003), há uma dificuldade em atribuir valor conceitual à categoria agricultura familiar no Brasil. Com a implantação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), a conceituação de agricultura familiar acabou se confundindo com a definição usada por este programa de créditos. Outros autores defendem que a agricultura familiar corresponde a uma categoria de agricultores que se moldaram em relação a modernização da agricultura, adequando-se as exigências do mercado.

Inegavelmente, há um processo de mudança profunda no rural brasileiro, a qual afeta precisamente as vivências dos agricultores e, em por vezes, a lógica familiar. Porém, para muitos agricultores, a lógica imposta pela modernização da agricultura não se introduz de forma completa na unidade de produção familiar, visto que não reproduz o modelo de empresa capitalista, e sim, o modelo familiar. Mesmo integrada ao mercado, o fato de permanecer familiar evidencia a origem camponesa de sua evolução (WANDERLEY, 2003)

Wanderley (1996) em sua obra nos traz o termo agricultor familiar camponês, ou agricultura camponesa que pode ser entendida como:

“Uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que ela se funda sobre a relação entre propriedade, trabalho e família. No entanto, ela tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global (WANDERLEY, 1996, p. 3).

É dentro desta perspectiva que se centra esta pesquisa, visto a identificação do conceito com os agricultores de Agudo, mais especificamente, os que estão passando por uma transição agroecológica. Contudo, a concepção de agricultura familiar camponesa, vai além da relação propriedade, trabalho e família, ligada aos saberes sociais e a identificação com o lugar e com a agricultura.

Na caracterização dos estabelecimentos rurais, Wanderley (1996) trata a agricultura familiar camponesa como uma atividade que se caracteriza pelo cultivo da terra nas unidades de produção familiar, utilizando-se de mão de obra familiar. Outra característica importante é o uso de saberes sociais a diversificação da produção, o que auxilia na diminuição de gastos com alimentos, os quais podem ser cultivados pela família, e se aproveita do ambiente que o circunda para suprir suas necessidades.

2.2 Reflexões teóricas sobre a Agroecologia

Frente aos problemas ambientais, sociais e econômicos, provocados pela agricultura modernizadora, a agroecologia eclode com o intuito de socializar com os agricultores alternativas ecológicas. Assim, Gliessman (2000, p. 54) define a agroecologia em um primeiro momento como um “importante representante do processo de princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis”.

Em uma visão voltada para os aspectos socioculturais é aprofundada por Sevilla Guzmán (2002). Este autor, traz a ideia que há a necessidade de a organização agroecológica partir de dentro da comunidade ou unidade de produção. Assim, percebe-se a necessidade da valoração da cultura local, da identidade da comunidade, indo de encontro com o modelo desenvolvimentista da agricultura moderna.

Todavia, Sevilla Guzmán (2002) e Caporal e Costabeber (2004) reconhecem algumas limitações pelas quais a prática agroecológica tem enfrentado, tais como a supervalorização dos aspectos técnicos, a pouca inclusão de questões socioculturais, e uma visão voltada a questões estritamente agronômicas, tem gerado o que Sevilla Guzmán chamou de agroecologia restrita.

Assim, a produção de produtos orgânicos, que seguem esta lógica, se destina à exportação ou a uma pequena parcela da população que possa pagar por este alto custo. Neste viés, os produtos orgânicos não contribuem para a segurança alimentar dos povos, principalmente das massas marginalizadas pelo sistema capitalista, uma vez que estas são as mais vulneráveis frente a questão alimentar, e os orgânicos ainda são ofertados no mercado a preços muito distantes da maior parte da população.

É possível perceber que a produção orgânica é diferente da agricultura agroecológica. Podemos classificá-la de duas formas, uma, que se aproxima dos nichos de mercado, das parcelas corporativas da produção em larga escala; a outra, é de caráter político e cultural, focada na preservação da saúde, do ambiente, buscando a autonomia e a soberania alimentar.

A transição agroecológica é uma construção social que surge da compreensão das limitações e os riscos existentes no atual modelo hegemônico. Tal transição cria alternativas que apoiam o processo de transformação da agricultura, com enfoque sustentável. Altieri (1998) e Gliessman (2000) abordam o processo de transição agroecológica, o qual se dá de forma gradual, contínua e multilinear. Os autores dissertam sobre a complexidade desta transição, visto que cada agricultor possui uma realidade específica e vivencia graus diferentes de transição. Assim, foram delimitados três níveis fundamentais do processo de transição agroecológica, do mais simples ao mais complexo, sendo eles: o menor uso de insumos, a substituição de insumos até chegar ao redesenho do agroecossistema. O agroecossistema é redesenhado com o intuito de buscar níveis de maior sustentabilidade.

Esta transição, conforme Costabeber (2006) é um processo gradual de modificações nas formas de manejo dos agroecossistemas utilizados pelos agricultores. É importante que o processo seja construído com o uso dos saberes dos agricultores, bem como, com o auxílio de extensionistas ou educadores da área. As consequências do processo de transição são a preservação do meio ambiente, a redução do custo de produção, o uso de produtos com maior qualidade nutricional e com redução ou ausência de químicos.

Esta nova forma de agricultura não requer apenas uma substituição de insumos e técnicas, requer também uma mudança de valores, práticas e ideias de quem se compromete a praticá-la, em relação ao manejo dos recursos disponíveis (COSTABEBER 2006). O processo de transição não deve ser compreendido como retrocesso, e sim como um caminho rumo ao desenvolvimento rural sustentável.

3. Os agricultores familiares em transição agroecológica em Agudo

Durante o trabalho de campo foram entrevistadas 12 famílias que ingressaram no processo de transição agroecológica. Estas famílias foram identificadas previamente pelo escritório municipal da Emater e são agricultores que frequentemente recebem assistência, devido ao processo transitório. As entrevistas ocorreram na propriedade destas famílias. Durante este período foi possível conversar com os agricultores e percorrer parte da área produtiva.

As famílias em transição agroecológica, sujeitos da presente pesquisa, sempre viveram no município de Agudo, salve as famílias identificadas como FTA 2 e FTA 7, que migraram de municípios distintos, como Cachoeira do Sul, Alecrim e Ajuricaba. Das famílias que historicamente residiram em Agudo, algumas migraram de distintas localidades, como a FTA 10, que se mudou em busca de outra atividade agrícola, e, em outros casos, alguns membros da família migraram ao constituírem matrimônio com seus respectivos cônjuges.

Em sua grande maioria, as famílias residem em áreas de terra herdadas de seus familiares, tradição entre as famílias da região. Segundo Abramovay (1998), assegurar o estabelecimento familiar para os filhos trazia maior garantia na sucessão da agricultura familiar, em décadas passadas. Spanevello (2008, p. 51) ainda ressalta que “Na região sul do Brasil, até o final da década de 1960, períodos em que começa a expansão da modernização da agricultura, a sucessão não enfrentava problemas”.

As unidades de produção familiar em estudo possuem um tamanho médio de até 15 a 30 hectares. Em geral, as propriedades localizadas em regiões com declividade acentuada possuem maior área, ao contrário das propriedades localizadas nos lugares de várzea, onde as áreas são menores. No entanto, há um aproveitamento melhor da área de várzea, visto que há maiores parcelas aptas para o uso agrícola.

O grupo familiar, de modo geral, é composto pelo casal, seus filhos, e em alguns casos, netos. As famílias possuem entre um a três filhos, os quais, de modo geral, ainda estão em idade escolar. Dos filhos que não frequentam mais a escola, alguns permanecem no campo e outros migraram para a área urbana. Destes que permanecem no campo, quase todos são do gênero masculino.

A sucessão familiar na unidade parece ser pouco atrativa para os jovens, especialmente para as jovens, neste caso, é preciso considerar a possibilidade dos impactos dos processos sociais como a masculinização e envelhecimento no campo, como enfatiza Spanevello (2008), visto que a população de Agudo é predominantemente rural.

Dentre os filhos que migram para os centros urbanos, a busca é por uma formação superior, geralmente em áreas da licenciatura ou da saúde, com destaque para as meninas. Os meninos migram para os centros urbanos para o alistamento militar ou buscam formação na área técnica ou superior relacionado às ciências agrárias.

Os filhos que não estão em idade escolar e permaneceram no campo, vivem distantes da sede do município e abandonaram seus estudos devido à falta de transporte público que os conduzisse até a escola para completarem

o ensino médio. Mesmo assim, estes jovens agricultores afirmam que não trocariam a sua propriedade por um emprego na área urbana, pois reconhecem as vantagens e autonomia que eles podem ter no campo. Há um pertencimento ao território, reforçando a ideia de resistência na construção de uma territorialidade.

Apenas os adultos que vivem próximo à sede do município, ou migraram de outras cidades, possuem formação superior. Como a FTA 7, cujo homem estudava teologia e hoje atua como professor de filosofia em escolas municipais de Agudo, auxiliando nas atividades rurais nos horários de folga. E a FTA 8, onde a agricultora possui formação técnica em paisagismo e o homem possui graduação em ciências biológicas. Ambos atuam em sua unidade de produção empregando os conhecimentos adquiridos em seus estudos.

A mão de obra nestes estabelecimentos é, em geral, familiar. A divisão das tarefas, em geral é feita por sexo, sendo destinado à mulher o trabalho doméstico, o manejo das hortas, das lavouras de cultivo temporário e dos animais. Ao homem é destinado o manejo das lavouras temporárias, dos animais, o manejo com o maquinário.

A comercialização, em geral é feita por ambas as partes. A dedicação às atividades relativas à agricultura ecológica, é maior por parte das agricultoras, no entanto todos os membros da família auxiliam nas atividades, mesmo que de uma maneira menos atuante. As crianças e jovens dedicam-se as atividades da agricultura ecológica nos horários em que não estão na escola ou desenvolvendo outra atividade.

É possível perceber entre as famílias, o vínculo que as mesmas possuem com a terra e com o lugar. Para eles, a terra é um organismo vivo que generosamente dá a eles tudo o que precisam. Assim, é necessário um manejo que respeite e não agrida o solo e a natureza. Essa ideia é percebida claramente na fala da agricultora:

Acho que no momento que tu não usas agrotóxico, o passo já é enorme, a terra agradece, ela nos presenteia, quanto menos esperamos a terra nos presenteia, pois, dia após dia quando tu vais olhar a horta, é um presente, quando a terra é bem cuidada ela te presenteia, ela te dá em produtos, e a maneira de cuidar dela é não usar agrotóxico (FTA 7 – Diário de Campo, outubro de 2015).

O fato de não usar agrotóxico ou usar em menor quantidade que antes, é um fato que orgulha as famílias. Sempre que relatam sua vida antes da transição, o uso de agrotóxicos é colocado como algo danoso e prejudicial para a saúde, e o meio ambiente. É possível perceber que o fato de conhecer uma forma de agricultura que seja livre destes químicos é motivo que os deixa ani-

mados, como pode ser percebido na fala da agricultora “Ah, hoje eu sou muito mais feliz, deu trabalho no início, mas hoje a mulher mais feliz sou eu cuidando de minhas vacas” (FTA 6 – Diário de Campo – agosto de 2015).

Outro fato que deve ser ressaltado é a modificação na convivência entre os familiares. Segundo as famílias entrevistadas, a relação entre os membros mudou de forma positiva. Para eles, no atual processo de transição eles possuem mais paciência, mais respeito, as brigas diminuíram muito e há mais diálogo entre eles.

Além de interferir no cotidiano familiar, os agrotóxicos também modificavam a paisagem da unidade familiar da FTA 1. O fato de encontrar pássaros mortos durante as aplicações de agrotóxico e hoje perceber que isso não acontece, evidencia um cenário preocupante frente ao uso demorado destas substâncias nocivas ao ambiente e a saúde humana.

Estudos que apontam a relação entre morte de pássaros por contaminação de agrotóxicos, são realizados na Holanda. O pesquisador Caspar Hollman (2014) alerta que nas últimas décadas a população de pássaros nas áreas rurais da Holanda tem diminuído drasticamente, pois muitos pássaros se alimentam de insetos que estão em áreas agrícolas, acontecendo assim a contaminação.

Os efeitos de contaminação por agrotóxicos na saúde humana são mais visíveis, como afirma o Dossiê (ABRASCO 2015). Sintomas como os citados pela agricultora da FTA 2, são relatados por todos os agricultores entrevistados nesta pesquisa. Normalmente, as informações obtidas sobre essas nocividades vêm dos dados dos sistemas de informação sobre óbitos, emergências e internações hospitalares de pessoas intoxicadas por esses produtos. A maioria dos casos identificados é por exposição ocupacional ou por tentativas de suicídio (ABRASCO, 2015). Além da exposição aos químicos, a penosidade do trabalho, principalmente em lavouras de fumo.

As famílias relatam uma melhoria na qualidade de vida, principalmente no que se refere ao tempo. Para eles, agora é possível dedicar mais tempo as suas atividades, tanto domésticas, quanto pessoais. A procura por lazer aumentou, bem como a prática de atividades como o artesanato. O casal de agricultores identificados como FTA 10, contam que hoje conseguem dedicar mais tempo em seu relacionamento, como fala o agricultor:

Hoje mudou muito, temos mais tempo para nós, a gente até namora mais, a gente tem tempo de discutir o relacionamento, pois quando a gente plantava fumo nem para isso mais tínhamos tempo, a gente brigava e nem discutia o porquê (FTA 10 – Diário de Campo, outubro de 2015).

Todas as FTA destacam que houve um distanciamento da comunidade a partir do momento em que eles decidiram ingressar no processo de transição agroecológica. As dúvidas, os questionamentos sobre a veracidade do processo de transição e por vezes o desmerecimento de suas atividades por parte de membros da comunidade acaba segregando estas famílias.

Há necessidade de uma articulação governamental para a comercialização dos produtos também se faz importante para que a agricultura ecológica crie raízes e ganhe mais seguidores. Por vezes, o incentivo vem de estudantes e extensionistas, como o filho da FTA 3.

As famílias relatam que muitos membros da comunidade não acreditam nas mudanças positivas que acontecem na prática da agricultura ecológica. Para as FTA, muitos agricultores em Agudo preferem plantar uma quantidade maior de fumo do que ter uma horta para seu consumo. A comercialização de alimentos é vista, por vezes é vista com desprezo pelos vizinhos, como relata a agricultora:

Não, não, o pessoal daqui não gosta de apostar muito, pois se eles apostassem estariam juntos conosco e estariam com uma condição de vida melhor. Tem gente que prefere vender apenas o fumo, tem gente que fala que se é para vender uma dúzia de ovos por R\$ 2,00 ou R\$ 3,00, prefere atirar os ovos na parede para vê-los escorrer (FTA 11 – Diário de campo, outubro de 2015).

O vínculo que estas famílias possuem com o território que estão inseridos com a produção de alimentos sem agrotóxico, com os saberes tradicionais, acaba os unindo, porém, os afasta de agricultores que não possuem os mesmos princípios e visão. Esta aproximação pode ser percebida através da participação dos mesmos em feiras, como a Feira do Produtor de Agudo e a Feira da Economia Solidária, que ocorre em Santa Maria.

Segundo as famílias que comercializam sua produção na Feira do Produtor, a procura por alimentos livres de agrotóxico tem crescido significativamente nos últimos anos. A Feira possui nove anos, e desde o início a FTA 8 e a FTA 9 participam e relatam que é perceptível o aumento na procura por esses produtos.

A relação com o lugar é trazida por Tuan (1980), que considera o apego que o agricultor familiar possui com a terra bastante forte, pois estes agricultores conhecem a natureza, pois ganham a vida com ela. Esta relação do homem com o seu lugar, vem da dependência material e também do fato de a terra representar a esperança de continuidade de seu trabalho.

É importante destacar que algumas famílias tinham o intuito de migrarem do campo antes de ingressar no processo de transição agroecológico, pois

estavam endividados e suscetíveis a crises financeiras. A exploração que as empresas fumageiras exerciam entre algumas famílias, tirou sua perspectiva de ter uma vida digna e tranquila no campo, devido a penosidade do serviço, o que é frequentemente relatado nas falas das famílias quando se referem ao cultivo do fumo.

Outra questão relacionada às suas vivências é a falta de lazer para as mulheres no campo. A FTA 10 coloca esta questão como um ponto que precisa ser melhorado no campo, principalmente em comunidades mais afastadas, onde o acesso é ainda mais restrito e distante da cidade, onde poderiam participar de atividades que proporcionasse lazer e diversão. Para ter acesso a estas atividades, esta família já cogitou a possibilidade de migrar para outra comunidade, mais próxima da cidade de Agudo/RS, mas ainda no campo.

O vínculo dos filhos com a terra e a atividade agrícola deve iniciar desde cedo. Spanevello (2008) afirma que uma estratégia para fazer com que os jovens desenvolvam este vínculo é os inserindo, desde crianças, em pequenas atividades relativas à produção. Assim, conforme os filhos são incentivados, os vínculos vão sendo criados, como pode ser percebido na fala da agricultora:

Eles mostram interesse, o mais velho não tanto, mas ele não discorda. O do meio e o mais novo que já ajudam a mexer na horta, eles já têm isso enraizado, o filho mais velho, quando viemos morar no interior e viramos agricultores ele já era crescido, parece que não tem muito vínculo com a terra, se ele trabalha duas horas na horta ele já reclama que está cansado, os outros não, o mais novo com oito anos planta verduras comigo, mas ele tem dificuldade em saber o que é a “guia”, então eu falo para ele não enterrar a guia quando planta, mas ele não sabe direito, quando ele planta tem alguns pés que morrem no mesmo dia, mas eu não dou bola, tem que incentivar, tem que ensinar e não cobrar. E ali na horta eles podem trabalhar, não é trabalho infantil, eles trabalham um pouco para aprender, para ter vínculo com a terra, com os pais (FTA 7 – Diário de Campo, outubro de 2015).

Em muitos relatos é possível perceber o entusiasmo da agricultora e as perspectivas que a família possui para o futuro. Estas perspectivas são importantes, pois mostram que as famílias estão se adaptando e possuem interesse em seguir no processo de transição agroecológica.

4. Discussões finais

A transição agroecológica no município ocorre entre famílias que, em geral, historicamente estavam relacionadas à cultura do fumo. Sendo estas famílias também, as que possuem maior interesse em ascender na transição agroecológica. A penosidade do trabalho com o cultivo do fumo trouxe consequências danosas para muitas famílias, como o endividamento da unidade

de produção e patologias relacionadas ao contato com os agrotóxicos, citados pelos agricultores familiares camponeses entrevistados nesta pesquisa.

Deste modo, podem-se destacar três principais fatores que levaram os agricultores a ingressar no processo de transição agroecológica: a preocupação com a saúde dos integrantes das famílias e dos consumidores, a intenção de preservação dos recursos naturais; e a busca por incremento na renda agrícola.

No que se refere à conservação dos recursos naturais, observa-se que os agricultores pouco percebem a destruição destes. Embora quando questionados, todos afirmavam realmente se preocupar com os recursos naturais. No entanto, nas visitas as propriedades, pode-se observar que, esta preocupação, muitas vezes, não se efetivava nas práticas diárias. Porém, mesmo diante do exposto, a prática da agricultura ecológica é uma forma de preocupação com os recursos naturais, pois evita a contaminação do solo, água e ar com agrotóxicos e insumos químicos.

Entre as famílias em transição agroecológica, é possível identificar, o uso de sementes crioulas, saberes tradicionais e ausência do uso de agrotóxicos nas culturas destinadas à alimentação da família. Outro fato que pode ser destacado, é a proximidade do município de Agudo com Ibarama, local muito conhecido pelo uso e conservação de sementes crioulas, o que proporciona uma troca de conhecimentos e saberes entre os agricultores.

Quanto às estratégias e técnicas utilizadas pelas famílias para a transição agroecológica, foi possível constatar que todos utilizam saberes tradicionais em sua produção. Somados a estes saberes, as técnicas ligadas a agricultura ecológica são acrescentadas e servem para embasar as práticas agrícolas. Estas técnicas são repassadas pela Emater e pelo MPA e são de grande valia para a ascensão destes agricultores na agricultura ecológica.

Neste sentido, percebe-se a importância de profissionais que conhecem e seguem o viés agroecológico. Este fato vem ocorrendo de forma lenta, mas mais frequente nos últimos anos, pois a discussão sobre a Agroecologia tem se feito presente em algumas universidades, grupos de pesquisa, embora precise avançar muito. Assim, profissionais que seguem o viés agroecológico são essenciais e fazem a diferença no avanço das experiências de transição, mas infelizmente ainda são poucos. A formação inadequada do profissional é um dos entraves ao avanço da extensão rural agroecológica no Brasil.

A partir dos resultados, ainda é possível enumerar alguns fatores limitantes para a transição agroecológica em Agudo. A cultura mais usada pelas FTA na transição é o morango, porém, as mudas deste morango são cultivadas de forma convencional para a venda; o uso de casca de arroz convencional

introduzido na adubação do solo; o uso de caldas feitas com fumo para repelir insetos; a falta de certificação dos produtos; a distância de algumas unidades até a sede do município; a dependência das FTA para com os extensionistas da Emater e MPA; a falta de políticas públicas adequadas às necessidades das famílias e o desconhecimento ou não utilização das existentes; a resistência de vários dos homens em acabar com as produções agropecuárias convencionais.

Como pontos positivos desta transição, pode-se destacar a mudança positiva de vida destas famílias ao ingressarem na transição; a qualidade e soberania alimentar que está ganhando forma a partir desta prática agrícola; a conscientização dos riscos que o contato com agrotóxico pode trazer; a empolgação da equipe da Emater e MPA ao perceberem que estão mudando positivamente a realidade de famílias do município; o interesse de alguns filhos em seguir na transição agroecológica.

Dentre os resultados da pesquisa, é possível inferir que, embora a transição agroecológica caminhe a passos lentos, este processo está mudando a realidade das famílias envolvidas, como também tem incentivado outras. Além disso, observa-se que o trabalho da EMATER municipal e do MPA junto às FTA, é de fundamental importância para que a prática de uma agricultura livre de agroquímicos siga em ascensão.

Na perspectiva territorial podem-se evidenciar que, as FTA's estão em processo de desenvolvimento de territorialidades específicas, a qual se mostra contrahegemonica às investidas de um sistema capitalista de produção. Resistir às forças externas, que tentam dominar o território, é sem dúvida uma ação que merece reconhecimento de todos os segmentos da sociedade.

A consolidação do território por essa territorialidade mostra que o território pode ser visto como espaço de recriação de vida e dos saberes tradicionais, não somente enquanto forma de captação de recurso, em especial com a agricultura hegemônica.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo *et al.* **Juventude e Agricultura Familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 3. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 2001.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia, as Bases Científicas da Agricultura Alternativa**. Rio de Janeiro: Editora PTA/FASE. 1998
- CALDART, Roseli Salette *et al.* **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / Editora Expressão Popular, 2012. 788 p.

- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER – IICA, 2004.
- COSTABEBER, José Antônio. **Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil**. Tese de Doutorado (Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia) – ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, España, 1998. 422 p.
- COSTABEBER, José Antônio. Transição agroecológica: rumo à sustentabilidade. **Agriculturas: experiências em Agroecologia**, v. 3, n. 3, 42-47, 2006
- GLIESSMAN, Stephen Richard. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: Editora Universidade, 2001.
- GOMES, João Carlos Costa. **Pesquisa em agroecologia: problemas e desafios**. 1999. Disponível em: <<http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/AgrobCap5IDczO4tSPBrZ.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2015.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARTINS, Joel; BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. **A pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos**. São Paulo: EDUC/Moraes, 1989.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS) E ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). **Las nuevas directrices sobre plaguicidas pretenden suprimir más rápidamente las toxinas peligrosas**. Disponível em: <<http://www.fao.org/news/story/es/item/414021/icode/>>. Acesso em: 11 ago. 2016.
- QUADROS, Claudemir de. **Brizoletas: a ação do governo de Leonel Brizola na educação pública do Rio Grande do Sul (1959-1963)**. Disponível em: <<http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php/revistateias/article/view/56/58>>. Acesso em: 18 jul. 2016.
- SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. A perspectiva sociológica em agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar.2002.
- SPANVELLO, Rosani Marisa. **A Dinâmica Sucessória na Agricultura Familiar**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- TUAN, Yi-fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.
- WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **XX Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu/MG, 1996.

CONTI, V.; FLORES, C. R. • Transição agroecológica: o caso dos agricultores familiares camponeses em Agudo/RS

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto6.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

Turismo e artesanato dos produtos tradicionais no território do Pampa: o contexto de Caçapava do Sul/RS

Daiane Loreto de Vargas

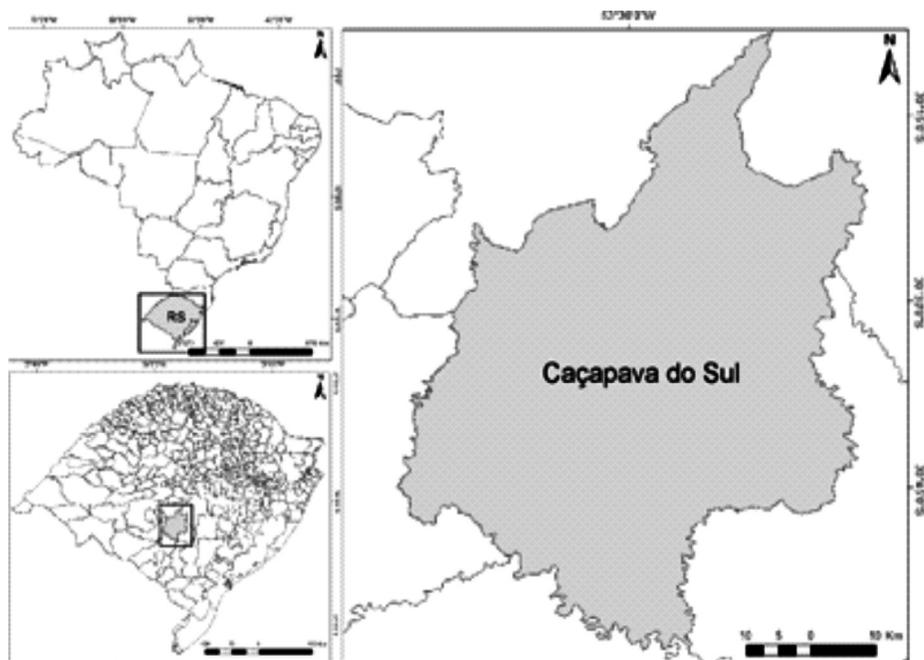
1. Introdução

As atrações turísticas e o artesanato podem ser compreendidos de forma complementar, muitas das vezes são influenciados pelo contexto histórico e geográfico de forma particular. No território do pampa, por exemplo, é preciso analisar os aspectos culturais, sociais, histórico, paisagístico e a biodiversidade singular desse espaço. Dessa forma, o turismo e a comercialização dos produtos tradicionais, artesanais e coloniais desse território têm sido importantes para o desenvolvimento socioeconômico, possibilitando que espaços rurais e urbanos do pampa estejam inter-relacionadas nas rotas de passeios turísticos.

Tomamos por base o município de Caçapava do Sul (Figura 1), localizado na região da Serra do Sudeste, região da campanha. Possui uma área de 3.047,20km² e sua população, estimada em 2010, é de 33.650 habitantes. Distante 250 km de Porto Alegre, possui uma localização geográfica privilegiada, tendo proximidade com as BR-392, ligando a Região das Missões ao porto de Rio Grande; 290, que possibilita o caminho de Uruguaiana a Porto Alegre; 153, ligando a BR-290 à cidade de Bagé. Tais rotas colocam Caçapava do Sul com uma entrada via Uruguai e outra via Argentina, tornando o município como um caminho de passagem aos países do Mercosul (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL, 2014).

O município possui em sua configuração topográfica campos e serras imponentes, configurando belas paisagens naturais e favorecendo o turismo no local. Também se destaca a criação de bovino e ovinos, o que beneficia o trabalho artesanal em lã e em couro, especialmente nas comunidades rurais. Além disso, deve-se destacar a predominância da agricultura familiar, a qual produz uma diversidade de produtos alimentares coloniais para oferecer aos mercados locais e regionais, bem como aos turistas que passam pela região. Tais fatores constituem a base da economia do município, juntamente com a indústria e mineração de calcário (HETTWER; VARGAS, 2018).

Figura 1: Localização de Caçapava do Sul/RS



Fonte: Elaborado por Silva, 2018

A localização geográfica do município, juntamente com fatores históricos, aspectos paisagísticos e da biodiversidade natural contribuem para o desenvolvimento do turismo e do artesanato. A dinâmica do turismo no município está atrelada aos monumentos históricos da cidade: Forte Dom Pedro II, Casa Borges de Medeiros, Casa dos Ministérios e a Igreja Matriz; as belezas naturais do rural: Pedra do Segredo, Guaritas, Minas do Camaquã, Cascata do Salso e o Passo das Carretas; e aos produtos artesanais das comunidades rurais, especialmente da Vila Progresso, conhecida dos turistas pela comercialização de artigos em lã e couro e produtos coloniais.

Este trabalho tem por objetivo compreender a dinâmica do turismo e do artesanato de Caçapava do Sul, destacando a relevância dos elementos históricos, simbólicos e naturais (da biodiversidade) do local para a potencialização do desenvolvimento socioeconômico do município. Para tal, foi realizada uma pesquisa (esse estudo faz parte de um relatório de pós-doutorado), de caráter qualitativo em Caçapava do Sul, durante os anos de 2017 e 2018, com base em resgate bibliográfico, análise de dados secundários, entrevistas semiestruturadas com informantes qualificados (artesãos, turistas, representantes do poder

público municipal). E ainda, com o uso de diário de campo e do recurso fotográfico.

Foram visitadas e entrevistadas dezesseis famílias de artesãos da comunidade Vila Progresso, a qual se destaca no artesanato em lã e couro no município, sete turistas (encontrados nos pontos turísticos e na comunidade rural) e três representantes do poder público municipal. Além disso, foram realizadas visitas a todos os pontos turísticos de Caçapava do Sul e analisamos dados e informações do acervo público municipal.

Afim de cumprir com os objetivos propostos, o trabalho que segue foi estruturado em três seções. Primeiramente, destacando conceitos e questões relevantes sobre o território do pampa e a territorialidade do artesanato tradicional, num segundo momento abordaremos sobre o turismo e o mercado simbólico dos produtos artesanais e a terceira seção destaca o contexto de Caçapava do Sul, considerando as dinâmicas do turismo e do artesanato. Por fim, destacamos algumas considerações finais.

2. Território do pampa: territorialidade do artesanato tradicional

Os conceitos de território e territorialidade referem-se, de uma forma geral, a construção e a compreensão dos elementos materiais e imateriais de um determinado espaço. A partir da análise dos territórios e de suas territorialidades é possível identificar um determinado espaço para além dos elementos materiais que ali existem, considerando também a diversidade cultural e as configurações socioterritoriais, as identidades e os elementos simbólicos. Nesse sentido, analisa-se aqui o território e as territorialidades do pampa gaúcho.

A concepção de tais questões parte de uma análise sobre a construção do espaço, o qual não é um dado a priori desvinculado da atividade social, mas, sim, resultado desta atividade, isso não significa desconsiderar a existência de uma materialidade a priori que também é parte da natureza do espaço (LEFEBVRE, 1976). Significa considerar que essa materialidade se molda geograficamente a partir da ação humana (SANTOS; DAVID, 2018). Nesse sentido, o fazer histórico e cultural do ser social implica o imperativo da produção do espaço.

Tanto para Raffestin (1993), quanto para Lefebvre (1976), é a partir da produção do espaço que se constroem os territórios, assim as bases de interpretação dessa construção estão pautadas na relação homem e natureza. Dessa maneira, tanto reconhecem que o espaço é dotado de uma realidade material preexistente quanto um campo de possibilidades de ação social, cultural e simbólica. Assim, a abordagem territorial em questão procura reconhecer a

imbricação entre materialidade e imaterialidade (SANTOS; DAVID, 2018). Ambas ações, material e imaterial, compõem o modo de vida dos indivíduos de cada território e formam as territorialidades específicas de cada espaço.

A compreensão de território inclui sempre uma ou algumas territorialidades específicas, mas esta não envolve o território, obrigatoriamente (HAES-BAERT, 2004). Segundo o autor, a territorialidade configura-se como uma condição genérica para a existência de um território, pois enfatiza a sua dimensão simbólico-identitária. A construção dos símbolos e das identidades passa por uma relação, muitas vezes produzidas por processos culturais híbridos, já que os sujeitos são dinâmicos, se deslocam e passam por variados tipos de influências, sejam em termos geo-históricos e/ou socioculturais. Trataremos desse fato com maior profundidade na sequência, abordando o contexto do turismo e do mercado dos produtos artesanais.

No território do pampa gaúcho, dentre as territorialidades culturais e específicas, são notáveis os saberes e os fazeres tradicionais, como as “lidas campeiras” e os processos artesanais em lã e couro (RIETH, 2018). O ambiente da pecuária familiar propicia a construção dessas identidades, doguasqueiro e da artesã, por exemplo, em função de que muitos desses conhecimentos estão enraizados nas famílias, em suas vivências e nas memórias do passado. A confecção das peças em lã, geralmente tornam-se atividades alternativas e de complementação de renda da família e representam a forte relação dos saberes culturais com a natureza, ou seja, com os aspectos da biodiversidade do local.

A territorialidade do artesanato nesse território possui como uma de suas particularidades a criação de objetos e utensílios diversificado, de acordo com as etnias de cada localidade. Alguns dos produtos artesanais mais característicos do Estado estão representados nos hábitos adquiridos no território do pampa (fronteira oeste ou campanha), com forte influência da cultura e dos saberes indígenas. Embora que na contemporaneidade não sejam devidamente registrados como saber dessa etnia, o que acaba por descaracterizar a importância o conhecimento dos mesmos.

No cenário do artesanato gaúcho, ao longo da história, pode-se destacar a confecção artesanal de vários utensílios para as casas ou ranchos, para o trabalho no campo com o gado e agasalhos para abrigar-se do frio. Para as confecções das peças artesanais eram utilizados vários tipos de matérias-primas encontradas no Estado, tais como: crina de animais, metal, ferro, tintura (produzida naturalmente), taquara, porongo e a palha (ZATTERA, 1988). Esse tipo de material, na maioria das vezes, era manuseado pelos artesãos homens.

Já as técnicas artesanais com a utilização da lã, são historicamente atribuídas às mulheres. Elas confeccionadas vestimentas como xales, mantas, palas e ponchos, utensílios como cobertores e adereços para o trabalho no campo, como o xergão e o pelego (utilizados sobre o cavalo para realizar o trabalho no campo). Portanto, assim como os demais artefatos artesanais, as peças em lã tinham sentido utilitário para o cotidiano dos indivíduos (HETTWER; VARGAS, 2018), especialmente para as famílias rurais camponesas. Tendo em vista que as confecções produzidas tinham um caráter simples e rústico, apropriado para o trabalho no campo.

Com o passar do tempo a produção artesanal foi ressignificada no Estado. Atualmente, os produtos artesanais em lã, couro, madeira ou confeccionados a partir de outras matérias-primas passaram a ser valorizados no mercado simbólico dos produtos culturais e *gauchescos*. Assim, o artesanato vem ganhando uma nova conotação. As peças rústicas passaram a ser valorizadas em um mercado, muitas vezes em alguns “nichos de mercado”, frequentado por turistas e/ou por consumidores que atribuem simbolismos a estes artigos, conferindo aos mesmos uma identidade, uma referência cultural e simbólica ao território.

Tal fato pode ser atribuído as transformações sociais e culturais da vida moderna. Com o desenvolvimento da indústria, com o avanço dos fenômenos da globalização e da comunicação as culturas passaram por um processo de hibridização cultural (CANCLINI, 1983). Nesse processo os produtos, especialmente aqueles que carregam histórias, memórias, saberes, ou seja, possuem um sentido, passaram a ser ressignificados e incorporados em um mercado simbólico, um forte aporte para o desenvolvimento turístico nos territórios.

TURISMO E MERCADO SIMBÓLICO DOS PRODUTOS ARTESANAIS

Para autores como Canclini (1983) e Haesbaert (2004) o fenômeno da globalização potencializou o deslocamento das pessoas, tal fato gerou uma hibridização cultural na sociedade. A partir desse contexto o movimento em torno dos artigos artesanais e do mercado simbólico, aliados ao cenário do turismo, cresceram exponencialmente em todos os lugares do mundo. A base da teoria aqui defendida é a de que o turismo é fenômeno que se expandiu com a globalização e que potencializa o conhecimento, a troca, a vivência e as “misturas” culturais, assim como o crescimento de um mercado simbólico de produtos tradicionais, tais como, os artefatos artesanais.

O entendimento de turismo passa necessariamente por uma necessidade, cada vez maior da sociedade, de colocar em prática seus aspectos culturais

de forma híbrida. O hibridismo cultural é um fenômeno histórico-social que foi intensificado com a facilidade do deslocamento humano. Ou seja, as pessoas se deslocam, conhecem outras culturas e querem levar consigo parte daquela cultura (CANCLINI, 1983). Nessa mobilidade entre os contextos, local e global estão distantes e próximos, diversos e mesmos. As identidades embaralham-se, misturam-se e multiplicam-se.

O conceito de hibridismo cultural se relaciona com o entendimento de turismo, o qual diz respeito a movimentação de pessoas. O turismo traz em seu DNA a circulação de pessoas e o fortalecimento de um mercado de produtos envolvendo, direta ou indiretamente, um conjunto de negócios, o fornecimento de bens e serviços, o suporte das atividades recreativas e de lazer que demandam as pessoas que estão em deslocamento para regiões diferentes de suas áreas de residência (PONS, 2018).

Nesse sentido, o turismo propicia a estruturação de mercados de produtos simbólicos, como por exemplo, os artigos artesanais de cunho tradicional das comunidades locais. O espaço do mercado simbólico do artesanato configura-se como um local dotado de valores materiais e representativos, os quais aperfeiçoam a comercialização. Os símbolos são instrumentos necessários ao conhecimento e à comunicação, são eles que “tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social que contribui, fundamentalmente, para a reprodução da ordem social” (BOURDIEU, 2002, p. 10).

No contexto do pampa gaúcho, turismo, artesanato e mercado simbólico estão permeados por um contexto onde cultura, memória, saberes e fazeres tradicionais se entrelaçam com as paisagens e a biodiversidade do território, justificando o olhar dos turistas. Nesse território pode-se dizer que o desenvolvimento do turismo está alicerçado em práticas de sustentabilidade, onde o turista que busca conhecer esse território sabe que terá uma aproximação com a natureza, com paisagens únicas (GARCIA; FIGUEIRÓ; DEGRANDI, 2013).

Aquele que visita o pampa terá a possibilidade de apreciar atrativos diferentes, na estação de inverno terá encontro com um clima frio, com o vento minuano e com noites e amanhecer de geadas, características típicas do território. Além disso, poderá observar o trabalho do guasqueiro, habilidoso na arte de lidar com o couro fazendo utensílios para a lida no campo, e da artesã, da mulher do campo que tem como base cultural os afazeres domésticos e também a lida no campo, dentre seus saberes destaca-se os fazeres artesanais com a lã, onde se configura um mercado de produtos tradicionais.

Nesse território homens e animais possuem uma relação ímpar, as camperiadas são comuns, o cavalo é uma figura característica da cultura gaúcha,

assim como os bovinos e as ovelhas (RIETH, 2018). O turista também pode desfrutar dos festejos tradicionais, festas folclóricas, como os rodeios crioulos, as invernadas artísticas e os fandangos nos Centro de Tradições Gaúchas (CTGs). Degustar da culinária típica, onde o churrasco é o principal produto, conhecer hábitos e costumes, como tomar chimarrão.

Toda essa movimentação gera uma sinergia em torno dos produtos e dos serviços ofertados no território do pampa, configurando um consumo simbólico. Os símbolos são elementos que possuem um significado atribuído, uma referência história e/ou cultural, do modo de vida e/ou da paisagem e são essas as características que colocam produtos e serviços em um cenário de comercialização simbólica. Dessa forma, o mercado simbólico representa a relação comercial em um espaço como algo dotado de valores materiais e representativos, os quais aperfeiçoam a comercialização (BOURDIEU, 2002).

Assim, o turismo e o mercados simbólico dos produtos artesanais, coloniais e tradicionais gauchescos alicerça-se nos traços culturais do “gaúcho que se manifestam na sua indumentária típica, no cancionero regional, em seus costumes, na culinária, na arquitetura e nas lidas campeiras, fazendo do pampa uma verdadeira paisagem cultural” (BENCKE; CHOMENKO; SANT’ANNA, 2016). Elementos que estão interligados com o aspecto histórico, da qual originou a arquitetura do local e da vocação para a criação de gado, de acordo com a paisagem do território.

3. Caçapava do sul: dinâmicas do turismo e do artesanato

Aqui, Caçapava do Sul será compreendida como um território com fatores históricos, naturais, paisagísticos e culturais de forma interligada, fatores que trazem diversos turistas ao município. Nesse sentido, será abordada a seguir as características históricas do município, os elementos de sua paisagem natural e os elementos culturais dos saberes e dos fazeres artesanais de cunho tradicional, juntos estes elementos tem contribuído para a geração de serviços, comercialização de produtos e de desenvolvimento econômico para o município.

Antes da chegada do homem branco, a localidade era habitada por índios Charruas, os quais tinham suas “ocas armadas em uma clareira”, lugar que foi denominado pelos índios de “CAA-ÇA-PAABA”, a qual significa “Clareira da Mata”, dentre outras interpretações esta é a mais aceita em relação a origem do nome da cidade (ABRÃO, 1992, p. 13). Oficialmente Caçapava do Sul formou-se de um acampamento militar na metade do ano de 1770, período de lutas em função da disputa de território entre Portugal e Espanha. Em

1831 o município foi elevado à categoria de Vila e em 1885 à categoria de cidade. Conhecida como 2º Capital Farroupilha, obteve este título entre os anos de 1839 e 1840, quando a Capital do Governo Republicano Rio-Grandense foi transferido de Piratini para Caçapava (ABRÃO, 1992).

Relacionado ao fator histórico e militar de Caçapava, um ponto turístico que atrai os turistas é o Forte Dom Pedro II (Figura 2), o qual está localizado próximo ao centro da cidade, possui a forma de um polígono hexagonal e suas paredes construídas em pedra e cal têm a altura de 8 a 10 metros. Foi construído em 1948 com o objetivo de ser uma espécie de reduto de proteção, onde os guerrilheiros poderiam ser abrigados caso fosse declarada alguma guerra, mas o mesmo não chegou a ser usado para o fim a que foi construído.

Figura 2: Forte Dom Pedro II em Caçapava do Sul/RS



Fonte: Acervo de pesquisa de campo e da Secretaria de Turismo de Caçapava do Sul, 2017

De acordo com um dos representantes do poder público municipal entrevistado, na busca de prestigiar o contexto histórico e arquitetônico de Caçapava, “os turistas fazem paradas obrigatórias na casa onde nasceu Borges de Medeiros e na casa dos Ministérios – Farrapos”, onde eram realizadas as reuniões dos farroupilhas durante a Revolução, um prédio tombado pelo patrimônio Histórico (IPHAE). Além deste, chama a atenção a arquitetura da Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção, construída em 1935 é considerada uma das mais belas do estado com característica portuguesa. Tais pontos estão representados, na ordem citada, na Figura 3.

Figura 3: Casa Borges de Medeiros, Casa dos Ministérios e Igreja Matriz de Caçapava do Sul



Fonte: Acervo de pesquisa de campo, 2017

Percebemos que estes pontos são históricos e simbólicos (BOURDIEU, 2010) para a população de Caçapava do Sul, onde os sujeitos relatam a importância dos mesmos como parte da identidade do município. Para os turistas que passam pelo local representa um conhecimento cultural. Já para os agentes públicos do município a arquitetura, a história, as belezas naturais e o artesanato de produtos gauchescos, questões que serão destacadas na sequência, representam um importante elemento para o desenvolvimento econômico de Caçapava.

Mas, também é preciso destacar que, devido a sua importância cultural, histórica e simbólica, a Casa Borges de Medeiros e a Casa dos Ministérios precisam de maior atenção do poder público, para a manutenção da infraestrutura. Estes pontos turísticos representam as trocas simbólicas e culturais, do ser e do fazer da atividade turística potencializando o desenvolvimento local (PONS, 2018).

No contexto paisagístico, o município chama a atenção dos turistas por suas belezas naturais, existe a predominância de campos de pedra e elevações rochosas, os quais são atraentes para o turismo de aventura, atraindo para o local de pessoas de várias regiões do estado e do país. São vastidões de campo nativos, cerros, vales e coxilhas, onde o turista pode apreciar uma diversidade biológica (GARCIA; FIGUEIRÓ; DEGRANDI, 2013).

Destaca-se, nesse sentido, a chamada Pedra do Segredo (Figura 4), distante 5 km do município, procurada por montanhistas e amantes da natureza. Um lugar “propício para a realização de trilhas ecológicas”, onde no interior da pedra os visitantes podem percorrer labirintos, “desfrutando da paisagem e da tranquilidade” (Turista M-3).

Figura 4: Pedra do Segredo em Caçapava do Sul/RS



Fonte: Acervo de pesquisa de campo, 2017

Quem visita o local também não deixa de explorar as belezas naturais das guaritas (Figura 5), distante 53 km do município, possui uma formação a partir de uma cadeia de serras com vales profundos e pedras gigantescas, que formam desenhos curiosos, despertando interesse dos viajantes. As guaritas se formaram a partir de acidentes geográficos, um trabalho da natureza, com erosão, ventos e chuvas, que levou milhares de anos para chegar a formação atual (BORBA, 2013).

Figura 5: As guaritas de Caçapava do Sul/RS



Fonte: Acervo de pesquisa de campo, 2017

As Minas do Camaquã, distante 70 Km do centro de Caçapava do Sul (Figura 6), anteriormente o local era utilizado para exploração das jazidas de minerais metálicos na região, atualmente um lugar procurado por turistas para

esportes radicais, esportes aquáticos e para passeios, em função da natureza exuberante. Dentre as atividades que mais se destaca no local é prática de montanhismo, rapel, dentre outros. Para o local são atraídos turistas e aventureiros de várias regiões do Estado. Mas, ainda precisa de maior atenção do poder público e privado do município, por exemplo, na preparação de um maior número de guias turísticos capacitados para orientar os visitantes.

Figura 6: Minas do Camaquã em Caçapava do Sul/RS



Fonte: Acervo de pesquisa de campo e da Secretaria de Turismo de Caçapava do Sul, 2017

Ainda é preciso lembrar de dois pontos importantes no roteiro paisagístico do município, a Cascata do Salso, distante 8 km da cidade de Caçapava do Sul. Fica entre montes cobertos pela mata nativa e a queda d'água tem altura superior a 20 metros. O outro ponto é o chamado Passo das Carretas (distante 50 km da cidade), o qual, conta a história, que serviu de abrigo para os primeiros humanos que estiveram no município. Foi abrigo para os índios charruas que habitaram o local. Ambos estão representados, na ordem citada, na Figura 7.

Tanto a Cascata do Salso, quanto o Passo das Carretas, são pontos visitados por turistas de vários lugares, os quais declaram a admiração pela paisagem e tranquilidade do lugar. A cultura e a paisagem interagem em uma constante realimentação, onde uma nutre a outra e vice-versa. Nessa perspectiva, pode-se inferir que a paisagem representa as coisas do cotidiano, aprendidas e ensinadas na vida diária. Porém, “toda paisagem só é paisagem, quando é vista, sentida e percebida” ressalva Verdum (2018, s.p), ou seja, possui uma identidade, por ser resultado da ação, ao longo do tempo de uma cultura sobre a paisagem natural.

Figura 7: Cascata do Salso e o Passo das Carretas em Caçapava do Sul/RS



Fonte: Acervo de pesquisa de campo e da Secretaria de Turismo de Caçapava do Sul, 2017

No aspecto cultural, aqueles que querem levar consigo uma lembrança simbólica material do município precisam visitar a denominada Vila Progresso. A comunidade é a mais dinâmica economicamente dentro do município, conhecida pela comercialização de produtos artesanais em lã, couro e madeira, com produtos de referência ao território do pampa, aos saberes e aos fazeres do homem e da mulher do campo. Além disso, a comunidade rural tem investido na estruturação para buscar atrair os turistas que procuram o município, com a instalação de pousadas, café colonial e comercialização de produtos típicos da agricultura familiar.

De acordo com o presidente da Associação de Moradores da Vila Progresso, no local residem 68 famílias, constituídas por pequenos proprietários que possuem terrenos de, em média, 1,5 hectares na localidade. Algumas destas famílias têm outras áreas em localidades próximas, onde cultivam produtos e criam animais para o consumo e venda do excedente, existem casos, em menor número, de famílias que possuem áreas arrendadas para a produção de soja ou arroz ou para a criação de gado.

Petrin e Carmo da Silva (2013) destacam que o artesanato nesta comunidade sempre esteve ligado a elementos favoráveis para o seu desenvolvimento, como a localização privilegiada do núcleo de artesãos, às margens da BR-290. Fato que favorece a comercialização em função do constante fluxo de turistas e demais viajantes, inclusive uruguaios e argentinos, os quais prestigiam os produtos artesanais com forte tradição cultural da região do pampa, e ainda, viajantes a serviço do comércio que passam pela região.

A principal dinâmica econômica e produtiva que se destaca na comunidade gira em torno dos produtos artesanais, especialmente as confecções em lã criadas pelos artesãos do local. Atualmente são 16 famílias de artesãos na

localidade, gerando em torno de 40 empregos indiretos. A comercialização dos artigos artesanais é realizada nas tendas artesanais abertas aos turistas, todos os dias da semana. Nestes locais, tradições, saberes, fazeres, costumes, memórias e histórias são comercializadas junto aos produtos, atribuindo aos artigos um sentido cultural e simbólico.

Os principais produtos em lã confeccionados pelos artesãos do local são: palas, capinhas femininas, cobertores, tocas, golas, boinas, meias, mantas, luvas, pelerines, xales, xergões e pelegos. Além destes, são comercializados no local artigos comprados e/ou trocados com fornecedores, especialmente da região do pampa, por peças em lã como: tapetes, puffs e bancos em couro, bancos e mesas em madeira, chinelos em couro e ovelhinhas de lã, relógios e gamelas em madeira, facas, mateiras em couro, cuias, bombas de chimarrão e vários itens de decoração em lã, couro ou madeira. A diversidade nas tendas do local pode ser visualizada na Figura 8.

Para os turistas que visitam o local e consomem os artigos artesanais, os mesmos representam valores materiais e imateriais. Para um dos turistas entrevistados, “são produtos que lembram nossas tradições” (Turista, F-7). São essas tradições locais, que se constituem através do artesanato, que reforçam correlações identitárias do produto e acabam por produzir e otimizar redes mercantis tradicionais, através da venda direta ao consumidor (CERDAN; VITROLLES, 2008).

Figura 8: Diversidade de artigos artesanais nas tendas da Vila Progresso



Fonte: Acervo de pesquisa de campo de Caçapava do Sul, 2017

Percebe-se que a diversificação nas tendas da comunidade tem por objetivo atingir os consumidores que buscam objetos rústico, autênticos e tradicionais, em função de uma aproximação com o modo de vida do campo, esses fatores atraem o turista. Canclini (1983) lembra que o produto artesanal rústico atrai os turistas que vêm de fora e precisam levar algo que represente para o seu contexto social o lugar em que ele esteve, onde manteve contato com a cultura. O autor lembra que os turistas, possuem uma fascina-

ção pelo nostálgico, rústico e natural, uma das motivações mais invocadas pelo turismo.

A necessidade da diversificação de artigos para serem comercializados no local, abriu espaço para que pessoas da comunidade passassem a buscar novos saberes. Alguns “jovens passaram a criar peças artesanais em madeira”, quadros de fotografia e souvenir para decoração, “utilizando madeira de demolição encontradas na região” (Artesão A-4). Outras duas famílias passaram a confeccionar cadeiras, porta-churrasco, mesas e bancos de madeira.

Os artesãos do local estão se adaptando as necessidades dos turistas, a partir de 2016 foram abertas na comunidade duas pousadas e um café colonial. As pousadas (Figura-9) têm por objetivo acomodar os visitantes, ofertando aos mesmos um ambiente tranquilo, rústico e autêntico, com ares de campo e de pampa. Para os turistas que experimentam as acomodações no local, a sensação é de “aconchego, de sossego, mas com lembranças da vida no campo, com lembranças do nosso passado” (Turista B-1).

Já o café colonial, organizado na Vila Progresso em 2015, era uma necessidade e um pedido dos turistas, tem obtido sucesso junto aos turistas e aos viajantes que passam pela comunidade. São produtos confeccionados por agricultores familiares da localidade ou da região: queijos coloniais, mel, linguiças defumadas, salames, pães, cucas, sucos, licores, geleias, doces, cachaça artesanal (Figura 9). Percebe-se o esforço em oferecer ao consumidor produtos alimentícios variados, mas ainda essas questões ainda estão sendo aprimoradas no local.

O consumo desses artigos, por aqueles que visitam o local, acaba por criar uma reciprocidade e novas sociabilidades entre produtor (artesão) e consumidor, estabelecendo vínculos culturais e sinergias sociais (TEDESCO, 2013). Essa questão é constatada quando um dos turistas menciona, “depois que vim a primeira vez aqui, agora sempre que venho a região a Vila do artesanato (como foi denominada pelo entrevistado) é parada obrigatória” (Turista G-8).

Figura 9: Artigos coloniais nas tendas da Vila Progresso



nte: Acervo de pesquisa de campo de Caçapava do Sul, 2017

Esses elementos expressam os fazeres da agricultura familiar, num contexto mais amplo, são saberes domésticos, fazeres locais, tradicionais e que estão ligados aos aspectos culturais do território (TEDESCO, 2013). Segundo o autor, são práticas do cotidiano e que se tornam produtos e simbólicos e símbolos de determinado espaço, pois se relacionam aos aspectos culturais, ambientais, históricos, sociais e as necessidades comerciais do território. Vários desses artigos são produzidos no local e outros são oriundos de agricultores familiares do interior de outras localidades próximas. A localidade também se destaca na produção de mel e de seus subprodutos.

4. Considerações finais

Turismo e artesanato são elementos que se complementam. Fazer turismo é vivenciar o momento, a paisagem, a gastronomia e a cultura de um determinado território. Comprar um produto artesanal é carregar consigo, para onde quer que seja, o conhecimento daquela cultura, a memória da vivência naquele lugar. Assim, o hibridismo cultural acontece na prática (CANCLINI, 1983), elementos materiais e imateriais aliam aspectos do turismo, do artesanato, do simbólico, do mercado, da história, da paisagem e da cultura de um território.

Em Caçapava do Sul o turismo possui vários fatores que se destacam de forma favorável, o principal deles é a junção híbrida de aspectos históricos (o fato de ser considerada a 2º Capital Farroupilha), monumentos arquitetônicos (Forte Dom Pedro II, Casa Borges de Medeiros, Casa dos Ministérios e a Igreja Matriz); paisagísticos e da biodiversidade natural (Pedra do Segredo, Guaritas, Minas do Camaquã, Cascata do Salso e o Passo das Carretas); produtos artesanais e coloniais (artesanato em couro, lã, produtos coloniais da agricultura familiar).

Assim, os atrativos turísticos e o artesanato tradicional tem potencializado a economia e o desenvolvimento local. Aproveitando-se desses aspectos, a comunidade rural da Vila Progresso se destaca como a mais pujante economicamente no município, através da produção e comercialização de peças artesanais em lã, couro e madeira e da venda de produtos coloniais nas tendas artesanais, especialmente os produtos da agricultura familiar. Valorizando saberes e fazeres culturais da comunidade, investindo em um mercado simbólico desse produtos.

Referentes aos aspectos paisagísticos de Caçapava do Sul, são amplamente procurado por turistas e pessoas com espírito aventureiro, assim como por aqueles que buscam a tranquilidade e o contato com o bucólico, imprimindo ao turismo rural um ar de romantismo, de preservação da nature-

za e equilíbrio natural. Embora se observe os aspectos positivos nesse sentido, é preciso destacar que ainda falta investimento do poder público para melhorar a infraestrutura destes locais e guias turísticos especializados, assim como do poder privado para se adequar a demanda do turistas, em relação a rede hoteleira e restaurantes.

Por fim, percebemos que o município possui um grande potencial turismo e de comercialização dos artigos artesanais gauchescos, assim como dos produtos coloniais, são parte de um mercado simbólico desse território. Mesmo que com questões a serem melhoradas, o turismo e o artesanato em Caçapava do Sul tem contribuído fortemente para a economia e do desenvolvimento local.

Referências

- ABRÃO, N. S. **História do Município de Caçapava do Sul**. Martins Livreiro, 1992. 145 p.
- BENCKE, G. A.; CHOMENKO, L.; SANT'ANNA, D. M. O que é o Pampa? In: CHOMENKO, L.; BENCKE, G. A. (Org.). In: **Nosso Pampa desconhecido**. Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 2016. p. 17-20
- BORBA, A. W. *et al.* Inventário e avaliação quantitativa de geossítios: exemplo de aplicação ao patrimônio geológico do município de Caçapava do Sul (RS, Brasil). In: **Pesquisas em Geociências**, 40 (3): 275-294, set./dez. 2013. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/PesquisasemGeociencias/article/view/77830>>. Acesso: 01 dez. 2018.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda., 2002. 160 p.
- CANCLINI, N. G. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- GARCIA, T. S.; FIGUEIRÓ, A. S.; DEGRANDI, S. M. Possibilidades para um turismo de base comunitária na bacia do Rio Camaquã (RS): um diálogo com o desenvolvimento baseado no território. In: **Revista Brasileira de ecoturismo**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 139-152, jan./abr. 2013.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HETTWER, H. R.; VARGAS, D. L. Territorialidades e uma “práxis libertadora” na dinâmica mercantil globalizada: o caso do artesanato em Caçapava do Sul/RS. In: **Revista Nera**, v. 21, n. 44, set./dez. 2018, p. 184-204.
- LEFEBVRE, H. **Espacio y Política: el derecho a la ciudad, II**. Barcelona: Ediciones Península, 1976.
- PONS, M. E. D. O. Gestão da comunicação turística e artesanato. In: DAVID, C; VARGAS, D. L. (Org.). **Saberes Tradicionais e Artesanato: Expressões Culturais do Cam**

po Brasileiro. Organizado por: Cesar De David e Daiane Loreto de Vargas. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 215-228.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL. **Histórico do Município de Caçapava do Sul**. 2014. Disponível em: <<http://www.cacapava.rs.gov.br/>>. Acesso: 22 abr. 2018.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIETH, F. M. S.; LIMA, D. V.; Manejos pecuários: ofícios e saberes artesanais. In: DAVID, C. D.; VARGAS, D. L (Orgs.). **Saberes tradicionais e artesanato: expressões culturais do campo brasileiro**. São Leopoldo: Editora Oikos, 2018. p. 87-103.

SANTOS, A. L. M.; DAVID, C. De. Territórios em disputa: expressões da questão agrária na região da campanha gaúcha – um olhar desde São Gabriel/RS. In: MEURER, A. C.; FOLMER, I. (Orgs.). **São Gabriel: território da Educação do Campo**. São Leopoldo: Oikos, 2018. 15-36 p.

TEDESCO, J.C. Saberes e fazeres entre os afazeres: a dinâmica e os sentidos de produtos artesanais entre camponeses do norte e nordeste do RS. **Anais**. 36º Encontro Anual da Anpocs, GT 20: Metamorfoses do rural contemporâneo, 2013. Disponível em: <www.anpocs.com/.../36...anpocs/.../8068-saberes-e-fazeres-entre-os-afazeres-a-dinami>. Acesso: 13 mar. 2018.

VERDUM, R. Paisagem do Pampa: monotonia que se rompe no espaço e no tempo. In: Chomenko, L. Bencke, G. A. (Org.) In: **Nosso Pampa desconhecido**. Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 2016. p. 45-51.

ZATTERA, V. B. S. **Arte têxtil no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: Editora São Miguel, 1988. 120 p.

A lavoura como destino: narrativas modernas sobre a paisagem e a vida pastoris do Pampa e a supressão de um patrimônio agrário¹

Felipe Leindecker Monteblanco

Cesar De David

1. Introdução

Parte significativa da história/geografia do Pampa é também a de sua relação com a criação extensiva de gado, ou com a “vida pastoril”, no dizer de Queiroz (1977). Uma relação secular que não se restringiu apenas a campos e rebanhos, incluindo também, fundamentalmente, as gentes locais na forja de todo um universo sociocultural, ou seja, toda uma “vida pastoril”. O elemento de síntese é a paisagem pastoril, que expressa essa co-produção histórica, por assim dizer, entre as características tanto dos campos, quanto de sua pecuária, quanto de suas expressões culturais. Poderíamos traduzi-la ao mesmo tempo em paisagem-marca e paisagem-matriz, para utilizar o entendimento de Berque (1998). Como marca, ela é testemunha impressa de um peculiar “[...] conjunto de artefatos, do know-how e dos conhecimentos através dos quais os homens mediatizaram e mediatizam suas relações com o meio natural”, tal como na definição de cultura de Claval (2007, p. 13). Ela é, em outras palavras, o resultado material das atividades produtivas e dos esforços de suas gentes em habitá-lo, expressando, por isso, determinadas técnicas materiais, mas também visões de mundo².

Já enquanto matriz, a paisagem pastoril condicionou e condiciona, ela própria, de volta, as possibilidades de ação e esquemas de percepção e concepção que a moldam, ou seja, ela participa da produção da cultura, influenciando-a (BERQUE, 1998). E, dessa sua natureza passiva-ativa-potencial³, advém uma multiplicidade de formas de patrimônio interconexas, materiais e imate-

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Ibid.

³ Ibid.

riais. Trata-se de bens de referência a identidade, a ação e a memória das gentes dessa região, tal como está contido nos termos da Constituição Federal sobre patrimônio cultural. Algo que se desdobra em uma miríade, aglutinando desde formas de fala e expressão até sítios de valor ecológico, por exemplo. Engloba desde saberes-fazeres, criações e modos de viver até edificações de importância histórica.

Pode-se pensar, nesse sentido, na paisagem pastoril pampiana como algo que contém e ao mesmo tempo é, ela própria, um patrimônio agrário, no sentido trazido por Silva Pérez (2008, s/p), ou seja, “[...] un legado relacionado con la herencia histórica de la explotación agropecuaria”. Uma herança que se traduz, conforme o entendimento da autora citada, tanto em sua face material, traduzida em prédios e benfeitorias relacionados à produção e transformação de produtos primários, infraestruturas e equipamentos agrários, habitats rurais etc., quanto em sua face etnográfica, expressa em ofícios, artefatos, tradições etc. Em suma, em termos de patrimônio agrário, seria pensar a paisagem e a vida pastoril como testemunhos (i)materiais de uma atividade que faz parte da história da sociedade gaúcha e platina, cuja expressão pode ser encontrada em elementos como aperos, edificações, habitats, costumes, ofícios, rituais, tradições orais, etc⁴.

No entanto, esse patrimônio agrário se reduz hoje a “ilhas” com alguma continuidade onde a transição se tornou regra. Da antiga imensidão pastoril pampiana, de suas tradicionais formas-conteúdo, vão remanescendo “refúgios”. Ficam como que “manchas” dispostas em diferentes graus de conservação. A lavoura moderna da soja, principalmente, avança com velocidade sobre coxilhas e canhadas definindo o Pampa como mais uma fronteira agrícola brasileira e sul-americana, um novo “El Dorado” segundo os imperativos do desenvolvimento como intensificação produtiva.

O presente ensaio reflete sobre a relação entre esse processo atual de supressão do Pampa e a construção histórica e exótica de uma imagem da paisagem-vida pastoril como “excesivamente entregue à natureza”, “arcaica”, “semi-feudal” ou “pré-capitalista”, com raízes em sua própria origem moderno-colonial. Para tanto, organizamos o texto do seguinte modo: primeiro, trazemos o Pampa pastoril como produto da organização moderno-colonial do mundo e, portanto, uma produção social, mas que no entanto permaneceu com “demasiada parcela de natureza” em seu arranjo para os padrões da própria ideia de modernidade. Na sequência trazemos algumas imagens históri-

⁴ Ibid.

cas da paisagem e da vida pastoris do Pampa brasileiro produzidas pela narrativa de viajantes europeus do século XIX. Essas imagens são mostras das raízes já antigas dessa visão forânea sobre o Pampa, segundo a qual lhe falta algo de trabalho humano para acessar um mínimo de expressão de modernidade. A diante, observamos o que pode ser visto, a partir do século XX, como uma repaginação dessa mesma narrativa, agora sob a égide urbano-industrial. Por fim, concluímos considerando que entre o discurso e a prática modernizadora a paisagem e a vida pastoril vão sendo suprimidas e com elas todo um patrimônio agrário integrado à biodiversidade regional, elementos estes que seriam diferenciais para um outro desenvolvimento (BORBA, 2002) e uma outra forma de ver a ruralidade que vem há algum tempo se desenhando.

2. Pampa pastoril: uma produto moderno-colonial, mas demasiado próximo da natureza

A paisagem – e a vida – pastoril do Pampa tem sua própria gênese no processo de organização moderno-colonial do mundo. Ela faz parte de uma gama de “paisagens derivadas”, como diria Sorre (1961), com origem no intercâmbio de homens, produtos e objetos, tornados globais desde as grandes navegações (MOREIRA, 2011). É com o transplante e instalação do gado como prótese pelos colonizadores espanhóis no século XVII que começa sua gênese. Algo tornado possível somente pelo uso de outras próteses, como haviam sido os navios que um dia transplantaram a gadaria do além-mar, evidenciando a origem mais técnica do que propriamente “natural” dessa emblemática configuração geográfica pampiana. A partir daí, o que define a construção do Pampa pastoril não é o mero acréscimo do exótico animal pastador como objeto a mais na antiga paisagem, mas a relação de co-transformação entre esse novo objeto, o gado, e os demais do sistema preexistente (plantas, animais, solo, gentes, etc), formando um novo sistema, uma nova marca-matriz cultural em movimento, hoje secular.

Embora filhas da modernidade colonial, produtos da técnica, a paisagem e a vida pastoril mantiveram uma simbiose com a natureza pampiana anterior. Isso foi evidente desde os tempos dos Povos indígena-missionários organizados pelos Padres espanhóis da Companhia de Jesus, que foram quem introduziu o gado na atual parte brasileira do Pampa. O trabalho de Levinton (2009) traz isso à luz esclarecendo que apesar do grande esforço investido pelos sacerdotes em desenvolver a agricultura em seus domínios pampianos – como já o faziam em outras regiões em que atuavam – não houve progresso: Faltavam bosques para a metodologia guarani de plantação, mas sobravam

campos de bons pastos para o procrio do gado. Além disso, a agricultura se chocava com o modo de vida dos índios desses campos, mais ligados à caça e à pesca, mesmo entre grupos com raízes plantadoras, como os guarani, já que as condições ambientais não favoreciam o roçado. Enquanto isso, a atividade pastoril, por seu caráter andejo, permitia uma continuidade da livre circulação caçadora. O autor avalia que os sacerdotes precisaram adaptar relativamente sua proposta de configuração do novo espaço missioneiro às antigas práticas regionais, ou seja, à liberdade do índio caçador da paisagem natural-campes- tre pampiana, ao passo que coube aos índios ressignificar relativamente o sentido da caça a partir da relação com os animais trazidos pelos europeus, sobretudo o cavalo e o boi, utilizando-os para subsistência, transporte e comércio.

É exatamente essa origem produtiva com base na própria oferta da natureza regional que era o pasto e numa técnica pastoril hibridizada com a herança indígena caçadora, o que coloca o Pampa pastoril, desde cedo, em certo desalinho com o próprio padrão moderno-colonial de civilização que o havia originado. Ocorre que o Pampa pastoril, ainda que seja expressão híbrida de natureza-cultura, permaneceu fisionômica e tecnicamente próximo daquilo que a geografia imaginária presente no pensamento moderno europeu identificou como “estado de natureza”. E, no pensamento moderno-colonial, dominar a natureza é o fundamento da civilização e da cultura (europeia, burguesa, branca, masculina), como explica Porto-Gonçalves (2002). O Pampa pastoril foi, então, ganhando, pouco a pouco, esse rótulo de vazio a preencher, de deserto a povoar ou de progresso ainda por se realizar quando deixar de ser “só campo”. A paisagem e a vida pastoris, de certo modo, fizeram-se margina- nais à própria modernidade colonial de onde tiveram gênese.

3. Os viajantes europeus do século XIX e o olhar moderno sobre o pampa pastoril como espaço a civilizar

Nas dicotomias modernas, não só entre natureza e cultura, mas entre civilização e barbárie, arcaico e moderno, atraso e progresso, subdesenvolvido e desenvolvido, seguidamente tocou à paisagem e à vida pastoril o polo incul- to dessas dicotomias, notadamente, em suas expressões, não aristocráticas, não brancas, mestiças, não ricas e/ou não poderosas. No mesmo passo em que esse patrimônio agrário ia sendo produzido e transformado, foi sendo cons- truído sobre ele (e não a partir dele, como argumenta Porto-Gonçalves (2019) para o caso do Cerrado) esse imaginário pejorativo, na esteira da construção, também desde fora, da hegemonia daquilo que Silva Pérez (2008) considera uma leitura exclusivamente produtiva dos espaços agrários, numa primazia da

face restritamente funcional e econômico-produtiva da agropecuária. Em outras palavras, para os padrões moderno-coloniais importados da Europa, construiu-se desde cedo a percepção exógena de que faltou à paisagem pastoril algo de regular, de padronizado, de linear, de denso, que sintetizasse uma imagem de progresso.

Isso já aparece pelo menos desde o século XIX em narrativas produzidas por diversos viajantes europeus que testemunharam a vida pastoril em diferentes momentos. O Pampa aparece reiteradamente como algo entregue à relva, um “deserto” ou “oceano” verde. O naturalista francês Arsène Isabelle, por exemplo, cruzando os campos do sudoeste gaúcho em 1834, exclamava: “Ah! como o sol é necessário nesses vastos desertos, onde a gente percorre grandes distâncias sem encontrar no caminho uma única choupana em que possa abrigar-se das tempestades e do frio pampero!... (ISABELLE, 2006, p. 189). O também francês Nicolau Dreys chega mesmo a nominar a região, em meados do século XIX, como “desertos a Oeste do Rio Grande” (DREYS, 1999, p. 109), enquanto o belga Jean Baguet, cruzando a Campanha em 1845, se consolava dizendo que “felizmente há estâncias no campo, como oásis no deserto...” (BAGUET, 1997, p. 75). Tal era a percepção negativa do europeu moderno que se aventurava por esses campos que o alemão Robert de Avé-Lallemant, em viagem pela região em 1858, expressa o alívio de sair dela, dizendo alegrar-se em pensar que já se encontrava novamente no domínio das águas do Vacacaí e do Jacuí que era a ligação fluvial com a parte, segundo ele, mais civilizada da Província (a parte litorânea) e com o caminho mais próximo do oceano. O viajante escreve que “para quem percorreu o solitário distrito das Missões e a desabitada margem do Uruguai – todo o oeste da Província – esse pensamento é sem dúvida consolador” (AVÉ-LALLEMANT, 1953, p. 307).

Mas não era só a ideia de Pampa deserto que compunha o repertório desse olhar exótico dos viajantes europeus oitocentistas. Alguns dos elementos mais característicos da paisagem e da vida pastoril são também referidos seguidamente de forma pejorativa. Em certa passagem, o naturalista francês Saint-Hilaire, cruzando o sudoeste gaúcho em 1821, critica a alimentação centrada na carne, o mate, e aquilo que considera uma demasiada importância do cavalo e da montaria. Em uma estância em que esteve em terras do atual município de Uruguaiana, Saint-Hilaire descreve o alferes/estancieiro que o recebeu como “[...] um homem que se nutre unicamente de carne, e carne mais dura que se possa imaginar; mora numa choupana de sete passos de comprimento por cinco de largura, não tem outro prazer além do fumo e de tomar mate [...]” (SAINT-HILAIRE, 2003, p. 307). Segundo o francês, embora o

próprio homem parecesse satisfeito, aquela forma de existência austera e resignada necessariamente reconduziria à condição de barbárie, não só o próprio homem, mas o povo que compartilhava daquele modo de vida. Nas palavras de Saint-Hilaire, “restringir todas as suas habilidades a saber montar a cavalo, todos os seus costumes a comer carne é reduzi-lo a condição de indígena e distanciá-lo da civilização”. O viajante segue, ainda, dizendo ser por meio da civilização o Homem, conhecendo certa quantidade de prazeres, é instigado a trabalhar e a exercitar sua inteligência para conquistar esses prazeres e, por conseguinte, “[...] aperfeiçoar-nos, pois é unicamente pelo exercício de nossa inteligência que nos aperfeiçoamos” (SAINT-HILAIRE, 2003, p. 307). Segundo Saint-Hilaire, para um europeu que chegasse à aquela região tendo aprendido um ofício ou tendo sido criado em ambiente agrícola, eram desprezíveis as maneiras grosseiras daquela gente, que, segundo ele, envolta à vida pastoril, não exercitava muito sua inteligência e levava uma vida semelhante à dos “selvagens”. Em tom de lamento, Saint-Hilaire observava:

O que logo lhes apaixona são os cavalos e o gado; imitam tudo o que vêem e, não querendo ficar em situação de inferioridade diante de seus vizinhos aprendem a montar tão bem quanto os que lhes ensinam, elogiando tanto a arte de montar, que pensam não existirem outras habilidades. Aliás, a infância sempre achará um prazer imenso no sentimento de sua superioridade. Esse prazer é experimentado quando a criança se torna dona de um cavalo que concorre em um rodeio, ou ela ajuda a matar um boi e retalhá-lo. Um pai europeu não deixa, realmente, de falar dos seus familiares que deixou na Europa, exaltando-lhes os valores e demonstrando desprezo pela América. Mas seus filhos, não sendo europeus e sim americanos, irritam-se com o desdém dos pais, por se sentirem humilhados⁵.

Como europeu oriundo de uma França que ditava as referências de modernidade e civilização exportadas ao mundo, Saint-Hilaire estabelece em sua descrição uma hierarquia entre a atividade pastoril e a agricultura. Os costumes relacionados à primeira aparecem como inferiores aos da segunda. Saint-Hilaire afirma que a vida pastoril é o primeiro estágio da civilização, correspondente ao momento em que uma região ainda é pouco habitada e que na medida do aumento da população e da divisão das terras a agricultura torna-se uma necessidade. Deste modo, justifica que se inicialmente as magníficas pastagens que cobriam a Capitania do Rio Grande e de Montevidéu convidavam naturalmente os primeiros povoadores à criação de gado, com o tempo acabariam por concorrer para um retrocesso ao obrigar os produtores a deixar os costumes da vida agrícola pelos da vida pastoril.

⁵ Ibid., p. 321-322.

Nessa mesma linha, o também francês Nicolau Dreys observava, na década de 1830, que mesmo abundante em peixes em seus rios, os habitantes do Pampa, inclinados a uma dieta centrada na carne *vacum*, pareciam “[...] fazer pouco caso deles” (DREYS, 1990, p. 59). Diz o autor que “sua criação (de gado) e o gosto contraído nela, o levam para outra direção”⁶. O viajante chama atenção para o tanto de atrelado à natureza pampiana era o sistema de criação extensiva que se desenvolvia. Ele observa que havia uma reprodução natural do gado, que, somada a uma despesa que o autor caracteriza como quase nula dado que o principal insumo era o pasto nativo, configurava uma condição favorável ao estancieiro. Inclusive, esse era um fator que, para Dreys, concorria para a permanência da pecuária em detrimento da agricultura: “[...] Poucas necessidades levam o habitante para a cultura. Sua vida está segura com esse mesmo gado que cobre o país, e tão completamente acostumado está a tirar dele seu sustento, que não sente a falta das searas [...]”⁷.

De forma semelhante aos franceses, também o alemão Avé-Lallemant discorre sobre a falta das searas na região, em 1858. Nas proximidades do Inhanduí, últimas léguas antes da então vila do Alegrete, ele diz que a região ondulada onde se encontrava “[...] certamente poderia chamar-se bela, se cultivada e ocupada por aldeias, pomares e trigais” (AVÉ-LALLEMANT, 1953, p. 298). O mesmo ocorre da vila de Alegrete para leste, onde, ao aolhar do viajante, desaparecia “[...] qualquer vestígio de habitação humana e a região era [...] despida de qualquer cultura”⁸. A leste de São Gabriel o alemão ainda reclama a ausência do cultivo da terra, dizendo que “[...] faltava o gracioso encanto que imprimem a uma paisagem a cultura humana, as aldeias e povoados”⁹. Segundo ele, a desculpa usada pelas gentes dali era a falta de braços oriunda da baixa densidade de habitantes para empreender o cultivo da terra. Para o viajante, no entanto, essa era uma desculpa para a preguiça imperante entre a população: “Cultivar, lavrar com os próprios braços, semear, colher – nisso ninguém pensa. Antes privar-se de tudo e satisfazer-se com carne, leite e queijo”¹⁰.

Segundo Avé-Lallemant, nessa região da margem do Uruguai os gêneros alimentícios vegetais, não sendo produzidos ali, alcançavam preços elevados. Por isso, não restava à população mais pobre outra alternativa que não a

⁶ Ibid., p. 59.

⁷ Ibid., p. 56.

⁸ Ibid., p. 300-301.

⁹ Ibid., p. 310.

¹⁰ Ibid., p. 253.

de se alimentar principalmente de carne, cuja produção, segundo afirma, se dava um tanto por si mesma nas criações extensivas dos campos, sem ninguém se dar “[...] ao trabalho de melhorar as pastagens ou a raça do gado”¹¹. Na visão do viajante, tratava-se, inclusive, de uma realidade inversa a da Alemanha, sua terra natal, onde era pobre o homem que passando uma semana inteira sem carne, tinha de viver de feijão e batatas, enquanto na Campanha, se olhava com piedade a família que na semana só tinha carne e não podia comprar feijão, e ainda comparava do seguinte modo: “No (hemisfério) norte prepondera numericamente, no primeiro plano, o homem que cultiva, e no sudoeste (da Província de São Pedro), o gado e o cavalo em vez do homem”¹². Para o viajante, esse era um inconveniente que só seria sanado pela imigração europeia em grande escala. A síntese do autor é reveladora de todo um espírito moderno-colonial: “Pelo menos a metade das enormes várzeas do Uruguai precisa ser revirada pelo arado e plantada por agricultores. Em nosso século é essa a missão da raça anglo-saxônica, germânica do norte”¹³.

4. Repaginando a mesma narrativa: a sociedade urbano-industrial e o pampa pastoril como expressão de atraso

Essa percepção moderna (exógena, cabe lembrar) já presente desde os viajantes europeus do século XIX foi se reproduzindo ao longo da trajetória da pecuária extensiva desenvolvida no Pampa, para o que sua histórica inserção subsidiária nas economias centrais do país, desde o tempo do charque, tem o seu peso. Já em meados do século XX, o pós-Segunda Guerra Mundial é marcado pelo início de um processo sem precedentes de globalização das trocas, industrialização e urbanização mundial, operando as grandes mudanças que vão paulatinamente dissolvendo os domínios da relativa fixidez das antigas regiões e suas paisagens até então estáveis, como era o caso da paisagem pastoril do Pampa (MOREIRA, 2011). Ainda na década de 1960, no Rio Grande do Sul, muitas áreas pampianas de várzea e banhado já haviam dado lugar ao arroz irrigado, por exemplo, principalmente através do arrendamento da terra por parte de investidores de fora da região, trazendo novas lógicas de produção e de vida (CHELOTTI, 2009).

A racionalidade impelida pela competição difundida globalmente, a mesma que vinha movendo os processos de industrialização, passa a envolver

¹¹ Ibid., p. 253

¹² Op. cit., p. 253-254.

¹³ Ibid., p. 254.

pouco a pouco o campo, o modernizando. O mundo vê, no século XX, a paulatina criação de “um mundo rural sem mistério, onde cada gesto e cada resultado devem ser previstos de modo a assegurar a maior produtividade e a maior rentabilidade possível” (SANTOS, 2006, p. 304). Esse processo é envolto em uma aura de inevitabilidade oriunda tanto do fato de que a sua difusão é comandada por uma mais-valia operada em nível mundial, quanto em razão da enorme força do imaginário correspondente que facilita a sua inserção em toda parte (SANTOS, 2006).

Essa cultura desenvolvimentista que tem na cidade seu polo irradiador vai tornando-se hegemônica, construindo um desapareço pelo patrimônio agrário, visto como rude e vulgar, como demonstra Silva Pérez (2008). Põe-se em marcha, segundo a autora, a deslegitimação da cultura do campo, tendo como resultado o deterioro de seus imóveis mais significativos, além de artefatos, conhecimentos, técnicas, ofícios, utensílios, linguagens, incluindo as próprias paisagens que sintetizavam esse universo.

No Pampa, um sintoma característico desse processo foi a repaginação da já antiga ideia, presente desde as narrativas dos viajantes europeus do século XIX, segundo a qual os campos nativos do Rio Grande do Sul deveriam necessariamente ser cobertos com alguma plantação moderna como forma de passaporte da região ao progresso ou desenvolvimento. A mentalidade do pecuarista, tida como pré-capitalista, é apontada, inclusive, como causa da perda dos frigoríficos que haviam estado na região desde o início do século XX. Na década de 1960, o desacordo desenvolvimentista com a ideia de campos naturais servindo de alimento para o gado, generaliza o estigma do pecuarista como “gigolô de vaca”, em referência pejorativa ao que se considerava de pouco labor, lento e improdutivo.

Com essa mesma narrativa, nos anos 1990 ganha corpo uma dicotomia no estado do Rio Grande do Sul envolvendo a ideia de um norte-rico-desenvolvido, identificado como moderno-agrícola, e sul-pobre-subdesenvolvido, identificado como pastoril. O sul do estado, ou seja, o Pampa brasileiro, aparecia, segundo certos discursos, reduzido a uma “metade sul”, denominação que trazia embutida essa ideia de pobreza, arcaísmo, atraso e subdesenvolvimento, servindo de chamariz a grandes projetos modernizadores.

É curioso que a pecuária extensiva, na esteira de sucessivas crises, tornou-se alvo de críticas tanto à direita quanto à esquerda. Da direita vinha o estigma da acomodação, do conservadorismo, da lentidão, da ineficiência, falta de dinamismo, baixa produtividade e rentabilidade, a ser superada com grandes investimentos e projetos modernizantes. Da esquerda, vinha além dessa mesma crítica ao baixo dinamismo econômico, a associação ao latifúndio, à

desigualdade, concentração fundiária, com constante questionamento sobre os índices de lotação dos campos, argumentando em favor da reforma agrária.

Em ambos os casos as críticas vinham desde um olhar produtivista. À direita não havia a consciência – ou talvez não eram consideradas justificáveis – eventuais outras motivações em ser pecuarista que não as movidas pelo empreendedorismo, como poderia ser o caso, por exemplo, da simples satisfação em reproduzir um modo de vida herdado de gerações. Já à esquerda havia certo vício de reduzir a diversidade da pecuária extensiva do Pampa brasileiro a um território do latifúndio, contribuindo para a invisibilização uma miríade de sujeitos sociais como pequenos e médios pecuaristas que historicamente haviam sido maioria dos sujeitos sociais da vida pastoril (FARINATTI, 2007; CHRISTILLINO, 2010), responsáveis efetivos, em sua corporeidade, pela modelagem da paisagem e pela animação da vida pastoris, enfim, pela constituição desse patrimônio agrário regional.

5. Considerações: entre o discurso e a prática modernizadora, um patrimônio agrário suprimido

No complemento entre o discurso modernizador e a prática, nos anos 2000 a supressão do antigo universo pastoril pampiano já havia ganhado escala e se tornado mais evidente. Isso ocorre já na plenitude do que Santos (2006) chamou de meio técnico-científico-informacional, em que ciência, tecnologia e mercado global, conjuntamente, tornam-se os pilares da intervenção do homem no meio, desencadeando processos de cientificização ou tecnificação da paisagem (SANTOS, 2006). O Pampa passa a se ver cada vez mais incorporado aos grandes e mais recentes circuitos globais ancorados na competitividade, produtividade e lucro, que intensificam e transformam usos antigos, como é o caso da própria pecuária, e impõem outros novos, como a agricultura moderna. Em outras palavras, o Pampa é demandado a servir ao que Achkar (2017) chama de “intensivismo”, produzido tanto em sentido horizontal, com o avanço da fronteira agrícola e da conversão de grandes extensões de campo, quanto em sentido vertical, incrementando a produção por unidade de área, com uso intensivo de bens naturais como água e solo. O avanço das plantações de espécies florestais (eucalipto, pinus, acácia) e, sobretudo, da soja, constitui a expressão mais saliente disso no caso pampiano (DE DAVID, 2016).

Atualmente o Pampa continua nesse processo sem precedentes de supressão de suas características, tanto em profundidade, reordenando modos de vida e espaços já organizados e consolidados, quanto em extensão, através da incorporação de novos territórios às dinâmicas produtivas intensivas, tal

como explicam Haesbaert e Limonad (2007) ao dissertarem sobre os processos de globalização/fragmentação. É nesse sentido que o Pampa se transfigura em uma nova fronteira agrícola em expansão. O mapeamento realizado pelo MMA (2011), por exemplo, revela que até o ano de 2009 foi suprimido percentual de cerca de 55% da vegetação nativa original do recorte entendido como correspondente a sua porção brasileira, equivalente ao quadrante sul do Rio Grande do Sul. No entanto, de lá pra cá, apenas a área plantada com soja no estado aumentou mais de 70%, conforme dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB): Em 2008/09 foram plantados 3,8 milhões de hectares com o grão, enquanto que em 2018/2019, dez anos depois, esse número já era próximo de 5,8 milhões, tendo como principal vetor de expansão exatamente essa região pampiana, revelando um acelerado processo de conversão.

Com a justificativa de ser o novo “El Dorado” gaúcho, o Pampa vê a lavoura moderna da soja avançar afiançada numa visão estritamente funcional-produtiva do campo, exteriorizando os custos patrimoniais desse processo, os quais, mesmo quando assumidos como indesejáveis, são aceitos como inevitáveis (SILVA PÉREZ, 2008) ante uma causa maior que é o desenvolvimento da região. Esse sonho sonhado de fora desde os tempos das crônicas dos viajantes europeus de que o campo sendo apenas campo é vazio e que, portanto, seria um dia preenchido com algo de “industrioso” parece enfim estar se realizando.

Cabe destacar que já na esteira desse processo de fragmentação, o Pampa foi reconhecido em 2004 como um dos biomas brasileiros, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2004), em uma conceituação que remete, sobretudo, a características relacionadas à biodiversidade. Frente ao acelerado processo de supressão, a iniciativa institucional de conservação do Pampa surge através do conceito de bioma com foco na dimensão ambiental, notadamente a biótica e fisionômica “natural” do patrimônio pampiano. Pode-se dizer que em tempos-espacos como os de agora, de estrutural e progressiva degradação do meio (MOREIRA, 2011), a ideia de uma regionalização baseada nesse parâmetro foi providencial. Contribuiu “[...] para a mobilização de setores governamentais e não-governamentais ligados ao meio ambiente em torno da conservação dos campos [...]”, como destaca Bencke (2009, p. 101). Desencadeou, também, uma “[...] identidade pública nacional[...]” para essa porção singular do território brasileiro, como preferem Vélez *et al.* (2009, p. 359).

No entanto, ao incidir sobre um contexto espacial tecido exatamente na relação de condicionamento mútuo entre campo, gado e expressões culturais da “vida pastoril”, esse fenômeno causa metamorfoses que não se amortizam

à dimensão ambiental, da perda de biodiversidade, por exemplo. São alterações que não se restringem, tampouco, à materialidade desse espaço em sentido amplo ou a arrumação de seus sistemas de objetos. Não se trata, somente, da substituição dos campos naturais por lavouras. Se trata da supressão de formas mas também de conteúdo, de objetos mas também de relações sociais singulares, de natureza mas também de cultura. Trata-se de diluição de patrimônios associados à biodiversidade, mas também de patrimônios históricos, arqueológicos, paisagísticos e etnográficos, por exemplo. Vão minguando espécies e ecossistemas, mas também práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas associadas a instrumentos, objetos, artefatos e lugares de referência cultural (UNESCO, 2006). São transformações que são a expressão local de um processo global de massificação de paisagens que haviam estado historicamente imbricadas a modos de vida e tradições locais (BRASIL, 2009). Segundo Costa e Serres (2016), são metamorfoses na paisagem cujo grau e velocidade podem alterar a própria leitura que seus habitantes têm dela, podendo provocar a perda de referências históricas que servem como marcos memoriais e, portanto, de identidade.

Indissociavelmente, o Pampa pastoril é metamorfoseado enquanto marca secular e em seu papel de matriz cultural, e isso – cabe frisar – não se trata de um lamento passadista. Ocorre que é evidente, embora ainda incipiente, a emergência de uma ruralidade com um rol de funções mais amplo do que a produção agropecuária, tais como a produção de energia, a conservação ambiental, a moradia e certos modos de vida, além de, exatamente, a preservação de paisagens e do patrimônio cultural (FAVARETO, 2020). Emergem possibilidades para o rural cuja participação tende a ser diminuta para localidades que antes tenham se comprometido com sistemas produtivos primário-industriais de negativo impacto ambiental (VEIGA, 2004). Sob esse olhar, as melhores potencialidades ou elementos diferenciais tendem a estar nos territórios com maior conservação dos bens ambientais e territoriais (VEIGA, 2004; BORBA, 2002). É por isso que a constatação desse processo de supressão do patrimônio agrário pampiano não se confunde com sentimento nostálgico, de caráter passadista. Se houvesse um lamento, muito antes seria sobre possibilidades alternativas de futuro que vão sendo diluídas. Possibilidades que tem que ver não com o retorno ao velho, mas com a inovação referenciada no território e no ambiente, na complementaridade tradição-tecnologia, num outro olhar sobre as inércias.

Referências

- ACHKAR, M. El bioma pampa: un territorio en disputa. In: WIZNIEWSKY, C. R. F.; FOLETTO, E. M. (Orgs.). **Olhares sobre o pampa**: um território em disputa. Porto Alegre: Evangraf, 2017.
- AVÉ-LALLEMANT, R. **Viagem pelo sul do Brasil no ano de 1858**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953.
- BAGUET, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC; Florianópolis: PAROLA, 1997.
- BENCKE, G. A. Diversidade e conservação da fauna dos Campos do Sul do Brasil. In: PILLAR, V. P.; MÜLLER, S. C.; CASTILHOS, Z. M. S.; JACQUES, A. V. A. (Eds.). **Campos Sulinos, conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília, MMA, 2009. p. 101-121.
- BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 84-91.
- BORBA, M. F. S. **La marginalidad como potencial para la construcción de otro “desarrollo”**: el caso de Santana da Boa Vista, Rio Grande do Sul, Brasil. 2002. 336 f. (Tese de Doutorado em Sociologia, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Córdoba, Córdoba, Espanha, 2002.
- BRASIL. **Portaria n. 127, de 30 de abril de 2009**. Estabelece a Chancela da Paisagem Cultural. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 mai. 2009. Seção 1, p. 17.
- CHELOTTI, M. C. **A estância metamorfoseou-se**: (re)configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-2007). 2009, 288f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, UFU, Uberlândia, 2009.
- CHOMENKO, L.; BENCKE, G. A. **Nosso Pampa desconhecido**. Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 2016.
- CHRISTILLINO, C. **Litígios ao sul do império**: a lei de terras e a consolidação da política da Coroa no Rio Grande do Sul. 353 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- COSTA, L. C. N.; SERRES, J. C. P. **Memória, identidade e paisagem cultural**: interfaces na constituição do patrimônio brasileiro. Patrimônio e Memória, São Paulo, Unesp, v. 12, n. 1, p. 158-178, jan./jun. 2016.
- CLAVAL, P. **A geografia cultural**. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.
- DE DAVID, C. L’expansion de la monoculture dans la Pampa Gaucha et son impact sur le paysage. **Eso, travaux & documents**, n. 40, p. 75-80, mar. 2016.
- DREYS, N. **Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul**. Porto Alegre: Nova Dimensão/EDIPUCRS, 1990.

FARINATTI, L. A. E. **Confins meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). 421 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FAVRETO, A. Territórios rurais em um mundo urbanizado e globalizado: paradoxos e transição para a sustentabilidade. In: GUIBERT, M.; SABOURIN, E. **Ressources, inégalités et développement des territoires ruraux en Amérique Latine, dans la Caraïbe en Europe**. Paris: Institut des Amériques/Agence française de développement/Fondation EU-LAC, 2020. p. 17-32.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. Etc., espaço, tempo e crítica: **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas**, n. 2 (4), v. 1, 15 ago. 2007. ISSN 1981-3732.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Nota Técnica do Mapa de Biomas do Brasil**, 2004.

ISABELLE, A. **Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006.

LEVINTON, N. **El espacio jesuítico-guaraní**: la formación de una región cultural Assunção: Centro de Estudios Antropológicos, Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción, 2009.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE; IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE. **Monitoramento do desmatamento nos biomas brasileiros**: monitoramento do bioma pampa (2008-2009). Brasília, 2011.

MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

PORTO-GONÇALVES, C. V. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, A. E.; SADER, E. (Org.). **La guerra infinita**: hegemonía y terror mundial. Buenos Aires: Clacso, 2001. p. 217-256

_____. **Dos cerrados e de suas riquezas**: de saberes vernaculares e de conhecimento científico. Rio de Janeiro e Goiânia: FASE e CPT, 2019.

QUEIROZ, M. I. P. Pecuária e vida pastoril: sua evolução em duas regiões brasileiras. São Paulo, **Revista do IEB**, n. 19, 1977.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA PÉREZ, R. Hacia una valoración patrimonial de la agricultura. **Scripta Nova**: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, n. 275, 15 out. 2008. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-275.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

SORRE, M. **L'homme sur la terre**. Paris: Corriger, 1961.

MONTEBLANCO, F. L.; DE DAVID, C. • A lavoura como destino: narrativas modernas sobre a paisagem e a vida pastoris do Pampa e a supressão de um patrimônio agrário

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Tradução do Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2006.

VEIGA, J. E. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 51, maio/ago. 2004.

VÉLEZ, E.; CHOMENKO, L.; SCHAFFER, W.; MADEIRA, M. Um panorama sobre as iniciativas de conservação dos Campos. In: PILLAR, V. P.; MÜLLER, S. C.; CASTILHOS, Z. M. S.; JACQUES, A. V. A. (Eds.). **Campos Sulinos, conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009. p. 101-121.

Sobre os autores e as autoras

ANE CARINE MEURER – Possui Graduação em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Dom Bosco (1987), Mestrado em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (1997) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2003). Atualmente é professor da Universidade Federal de Santa Maria, atuando como Diretora do Centro de Educação da UFSM. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação e Movimentos Sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação, Educação do Campo, Projeto Político-Pedagógico, e Formação de Professores.

ANNA CHRISTINE FERREIRA KIST – Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (2019). Possui graduação em Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Santa Maria (2007), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (2010) e Especialização em Educação Ambiental (UFSM). Atualmente é professora do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac, Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Território (GPET-UFSM) e do Grupo de Estudos em Ensino de Geografia e Educação Ambiental (GEENGEA-UEL) Universidade Estadual de Londrina. Atua principalmente nos seguintes temas: meio ambiente, educação ambiental, educação ambiental crítica, práticas em educação ambiental, gestão ambiental, resíduos sólidos, formação de professores, educação do campo, desenvolvimento territorial e desenvolvimento sustentável.

BRUNO TRAESEL SCHREINER – Graduado em Geografia Bacharelado (2017), pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Mestrado em Geografia no Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGEO) da UFSM (2020), participa do Grupo de Pesquisa Educação e Território (GPET) da UFSM. Educador de Geografia na rede estadual do Rio Grande do Sul, atualmente no Colégio Estadual Rômulo Zanchi e participa do coletivo de Educação Popular Práxis. Realiza pesquisas nas áreas de Geografia Humana, em especial, Geografia Agrária, com aprofundamento em temas relacionados a agricultura familiar, agroecologia, reforma agrária e agronegócio.

CARMEN REJANE FLORES – Possui graduação em Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Santa Maria (1987), doutorado em Geografia Revalidação de Título no Exterior pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003) e doutorado em Geografia e Ciências do Território – Universidad de Córdoba – Espanha (2001). Atualmente é professora Associada da Universidade Federal de Santa Maria. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: agricultura familiar, agroecologia, educação do campo, educação e agricultura. É Docente permanente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSM, orienta no Curso de Mestrado e Doutorado.

CESAR DE DAVID – Professor Associado da Universidade Federal de Santa Maria. Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2005), com Pós-doutorado pela Université du Maine – Le Mans (França). Mestre em Geografia pela UNESP – Rio Claro (1995). Possui experiência em ensino, pesquisa e extensão na área de Geografia Humana, com ênfase em geografia agrária, atuando nos seguintes temas: Territorialidades rurais, agricultura familiar e educação do campo. É líder do Grupo de Pesquisa em Educação e Território e coordena o Núcleo de Estudos da Paisagem da UFSM Silveira Martins. E-mail: cdedavid2009@gmail.com

DAIANE LORETO DE VARGAS – Tecnóloga em Agropecuária – UERGS, Mestre e Doutora em Extensão Rural – UFSM, Licenciatura Pedagógica – UFSM, Pós-Doutorado em Geografia – UFSM. Professora Adjunta da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas E-mail: loretoDEVARGAS@gmail.com

DREISSE GABBI FANTINELI – Possui Licenciatura em Geografia pela Universidade Franciscana (2010), graduação em Zootecnia pela Universidade Federal de Santa Maria, Especialização em Educação Ambiental (2014) pela UFSM e Mestrado em Geografia pela UFSM (2017). É doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFSM. Atualmente é integrante do Grupo de Estudos em Geografia, Trabalho e Ambiente e é professora de Geografia do Estado do Rio Grande do Sul.

EDUARDO SCHIAVONE CARDOSO – Bacharel (1989) e Licenciado (1991) em Geografia pela USP – Universidade de São Paulo, com Mestrado (1996) e Doutorado (2001) em Geografia também na Universidade de São Paulo. Possui Pós-doutorado pela FCT – Faculdade de Ciência e Tecnologia da UNESP

– Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente (2010). Professor Titular do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFSM – Universidade Federal de Santa Maria, tendo ingressado nesta instituição em 2003, trabalhando especialmente nas áreas de Geografia Humana e Ensino de Geografia. Coordenador do Grupo de Estudos em Geografia, Trabalho e Ambiente.

FELIPE LEINDECKER MONTEBLANCO – É graduado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com especialização em Gestão Ambiental pelo Centro Universitário Franciscano (UNIFRA) atual Universidade Franciscana (UFN) e mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e atua no cargo de Técnico em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul), campus Santana do Livramento. Sua área de interesse na pesquisa é em Geografia, com ênfase no estudo das paisagens e dos territórios do Pampa/Campanha Gaúcha/Fronteira na perspectiva do patrimônio cultural e do olhar endógeno sobre o desenvolvimento.

GERSON JONAS SCHIRMER – É Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria, Professor Adjunto da Universidade Federal de Santa Maria Campus Cachoeira do Sul, Mestre no curso de Pós-Graduação em Geografia da UFSM, Bacharel e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: geogersonjs@gmail.com

HELENA MARIA BELING – Possui Graduação em Geografia Licenciatura (2014) e Mestrado em Geografia (2017) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atualmente é Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) pela mesma instituição. Participa do Grupo de Pesquisa em Educação e Território (GPET) desde o ano de 2012. Tem experiência e atua na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana. Atua, principalmente, nos temas da Geografia Agrária e Educação do Campo.

ISABELA SILVEIRA MELLO – Mestra em Geografia, graduada pela Universidade Federal de Santa Maria no curso de Tecnologia em Geoprocessamento (2016) e Licenciada pelo Programa de Formação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica do Centro de Educação da UFSM (2018). Atualmente nesta instituição é aluna do Programa de Pós-Graduação em Geo-

grafia (Doutorado). Possui experiência em Recursos Hídricos, Geoprocessamento e Dinâmicas Territoriais.

IVANIO FOLMER – Graduado pela Universidade Federal de Santa Maria no curso de Geografia Licenciatura (2014). Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGGEO/UFSM no ano de 2018. Doutorando em Geografia-PPGGEO/UFSM com previsão de término em 2022. Participante de diversos projetos de pesquisa e extensão, com as temáticas de Educação no campo; Educação Ambiental; Gênero e sexualidade; Mortalidade Infantil; Catadores e Memória e Patrimônio Cultural. É professor da Rede Estadual do RS na Área das Humanas – Componente Curricular: Geografia.

JESICA WENDY BELTRÁN CHASQUI – Possui graduação em Geografia pela Universidade do Cauca (2013) na Colômbia, Mestrado em Geografia, pela Universidade Federal de Santa Maria – RS (2015). Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal do Ceará, vinculada ao Laboratório de Estudos Geo-educacionais e Espaço Simbólico–LEGES, e membro do Observatório de Paisagens Patrimoniais e Artes de Latino América – OPPALA. Atua na área de Geografia Agrária, com temáticas como: reforma agrária, campesinato e movimentos sociais em comunidades negras; assim como na área de Geografia Cultural, com temáticas como: patrimônio imaterial e artes na América Latina (festividades). E-mail: jessi120bel@hotmail.com

JOÃO SILVANO ZANON – Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (2011). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (2015). É membro do Grupo de Pesquisa em Educação e Território, trabalha com Produção do Espaço e Dinâmica Regional, com ênfase nas temáticas relativas à Geografia Agrária, Ensino de Geografia e Desenvolvimento Rural. Desenvolve pesquisas nas áreas de Geografia Agrária e Geografia Regional, tendo como temas principais: Educação do Campo, Agricultura Familiar, Agroecologia, Agricultura Orgânica, Sustentabilidade Socioambiental, Desenvolvimento Rural Sustentável, Modernização da Agricultura, Políticas Públicas e o Espaço Rural, Poder Local; e, Desenvolvimento Regional. Atua na elaboração de material didático no módulo educação a distância – EAD pela Universidade Federal de Santa Maria. Professor Supervisor do PIBID UFSM (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) na EMEF CAIC Luizinho de Grandi. Atualmente é professor na Rede Municipal de Ensino no Município de Santa Maria – RS.

KELLY PERLIN CASSOL – Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (2019). Pesquisa principalmente sobre os seguintes temas: Geografia Agrária, Agricultura Familiar Camponesa, Agricultura e Estratégias de Produção Sustentáveis, Agroecologia, Educação do Campo e Descarte de Resíduos Sólidos. Atualmente está atuando como professora efetiva da rede pública municipal de Chapecó, SC. É membro do Grupo de Pesquisa em Educação e Território da Universidade Federal de Santa Maria.

MARILSE BEATRIZ LOSEKANN – Possui graduação em Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Santa Maria (2008), mestrado em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências pela Universidade Federal de Santa Maria (2011), Especialização em TIC Aplicadas a Educação, pela UFSM (2017) e Doutorado em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSM (2018), linha de pesquisa “Dinâmicas Territoriais do Cone Sul”. Atualmente é professora no Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul. Atua nos temas de Ensino de Geografia, Geografia Agrária, Território, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável.

MARISA DAL’ ONGARO – Mestre em Pedagogia Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria, Pedagoga formada na Universidade Federal de Santa Maria. Especialização em TICs pela Universidade Federal de Santa Maria. Professora de educação infantil no município de Agudo. E-mail: marisa.curso@hotmail.com

MERI LOURDES BEZZI – Possui graduação em Estudos Sociais pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras/Imaculada Conceição – FIC. Bacharela em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Licenciada em Geografia também pela UFSM. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Rio Claro (UNESP/Rio Claro). Doutora em Geografia também pela UNESP/Rio Claro. Atualmente é docente Titular no Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFSM/PPGGEO). É coordenadora do Grupo de Estudos Núcleo de Estudos Regionais e Agrários (NERA).

MIRIELI DA SILVA FONTOURA – Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria e Pedagoga

pela Universidade Federal de Santa Maria. Também possui Graduação em Letras – Licenciatura Plena em Língua Portuguesa, Língua Espanhola e Respektivas Literaturas pela Faculdade Metodista de Santa Maria e especialização em Literatura Brasileira pelo Centro Universitário Franciscano/Santa Maria. Desde 2010 dedica-se à linha de pesquisa em Educação do Campo nas áreas de Reforma agrária e atuou como professora da Rede Estadual de Educação do RS no Instituto Estadual de Educação Menna Barreto. Atualmente é Professora Tutora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo UAB/UFSM.

THALES SILVEIRA SOUTO – Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO), na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre em Geografia pelo PPGGEO/UFSM. Especialista em Educação Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU)/Campus Pontal (FACIP). É membro do Grupo de Estudos Núcleo de Estudos Regionais e Agrários (NERA).

VALQUIRIA CONTI – Possui graduação em Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Santa Maria (2014), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (2016), Mestrado em Tecnologias Educacionais em Rede pela Universidade Federal de Santa Maria (2018). Atualmente é Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria, atua como Tutora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, participa do Grupo de Pesquisa GPET. Estuda temas relacionados a Agricultura Familiar Camponesa, Educação do Campo, Agroecologia.

En la mayoría de los artículos se destaca la necesidad de utilizar las categorías de la Geografía Agraria contemporánea tales como ruralidades, territorios rurales, territorialización, transiciones agroecológicas, educación del campo, para poder analizar la nueva realidad y sus dinámicas en diferentes ámbitos del mundo rural. Tales categorías interpelan los análisis clásicos y tradicionales, que se venían presentando como descriptivos. Ante la nueva realidad y las dinámicas procedentes del accionar de los agronegocios es que se colocan en contraposición el mundo de vida y producción desde los territorios agrarios de la agricultura familiar, como territorios de resistencia. Frente a la tendencia de avance del paradigma del capitalismo agrario, los autores se posicionan desde una visión de la Geografía Crítica en el marco del paradigma de la cuestión agraria.

Prof. Dra. Ana Domínguez